FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 102 ★ Nº 34.094 | DOMINGO, 7 DE AGOSTO DE 2022 | R$ 7,00

Ane Souz/Folhapress

PROJETO RESTAURA CASAS EM OURO PRETO (MG) E CAPACITA MORADORES A CUIDAR DE PROPRIEDADES

Alex Garcia trabalha em reforma de imóvel no centro da cidade histórica, em Minas Gerais; programa BomSerá oferece ainda bolsas e cursos de restauro a profissionais e estudantes Cotidiano B2

Lira omitiu duas fazendas da Justiça Eleitoral, diz registro

Pagamento por terras, de R$ 1 milhão, foi em 2018, indica escritura; deputado afirma que selou o negócio em 2020

Escrituras públicas lavradas em cartório no início de 2018 em São Sebastião, Alagoas, mostram que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), omitiu da Justiça Eleitoral na última eleição pagamentos de quase R$ 1 milhão, em valores atualizados, pela posse de duas fazendas às margens da BR-101, informa **Felipe Bächtold**.

Antes um canavial, as fazendas Tapera e Paudarqueiro são hoje usadas para gado.

Lira afirma que, apesar do registro no cartório, o negócio só se consumou em 2020.

Imagens no Google Street View mostram que as propriedades, com área total de 110 hectares (equivalente ao parque Ibirapuera, em São Paulo), mudaram totalmente de 2017 a 2019, sendo convertidas para a pecuária.

Logo após a transação documentada, em 2018, a família de herdeiros das fazendas quitou dívidas de R$ 700 mil.

Segundo os registros, os pagamentos então feitos por Lira em espécie somaram R$ 728,3 mil —R$ 955 mil hoje considerada a inflação.

A operação, de cessão de direitos hereditários (quando o comprador "reserva" bens em um inventário ainda em aberto), requer declaração específica à Receita Federal.

Embora o candidato precise informar o gasto, a Justiça Eleitoral só verifica posse que seja contestada. Política A4

Envelhecimento é desafio para o qual país não está preparado

Especialistas veem com preocupação a perspectiva do país ante o envelhecimento da população. Pesquisa do IBGE divulgada em julho mostra que a proporção de brasileiros com menos de 30 anos recuou de 49,9% em 2012 para 43,9% em 2021. Mais jovens relatam apreensão com o futuro e dizem buscar "previdência dos hábitos saudáveis". Cotidiano B1

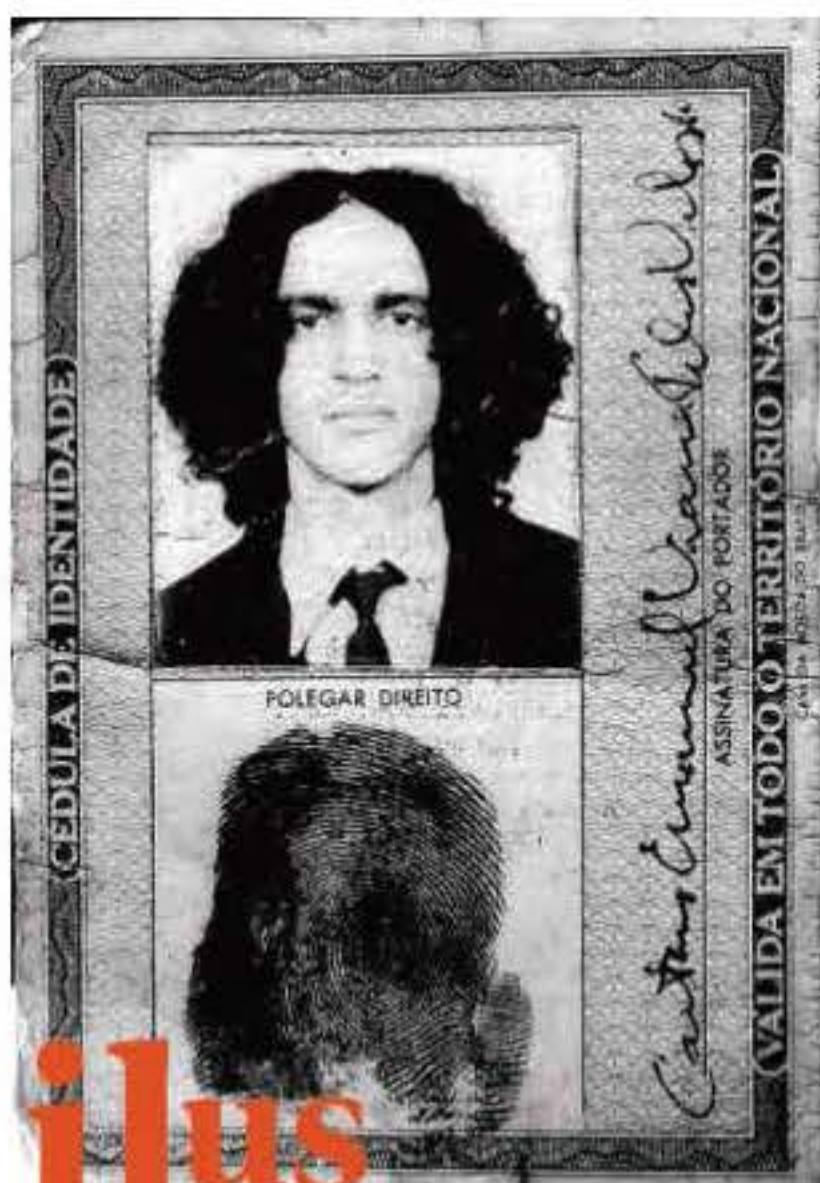
Brasileiros formam grupos para cobrar direitos em Portugal

Nova onda de migrantes do Brasil, de perfil variado, se articula em redes sociais para denunciar situações de preconceito e xenofobia em Portugal, além de cobrar assistência do governo e ajudar a esclarecer direitos. Mundo A14

ANÁLISE

Leonardo Sanchez

Capitão Gay peitou a homofobia

Criado em 1982, o Capitão Gay, de Jô Soares, jogava com estereótipos, mas aproximou o homossexual da família brasileira. Sua música-tema continua atual: "Abaixo o machismo enrustido, seja logo alegre e assumido". C10

RG de Caetano Veloso, emitido nos anos 70 Folhapress

Caetano Veloso, 80

O artista baiano chega hoje aos 80 anos em novo estágio de seu pensamento político, mais próximo da esquerda do que jamais esteve. Empenhado na utopia do início tropicalista, crê na grandeza histórica do país. Ilustríssima C4 a C6

Moraes quer aval de colegas em ações contra bolsonaristas

Em busca de apoio no STF (Supremo Tribunal Federal) ao assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Alexandre de Moraes pautou no plenário virtual 21 recursos contra decisões suas sobre fake news e o 7 de Setembro passado.

Os temas originaram embates com o presidente Jair Bolsonaro (PL), e a chancela dos colegas a suas decisões individuais mostraria que a agenda abarca a maioria do Supremo. Moraes toma posse no dia 16, e a análise começa no dia 12. Política A9

Alta de preços de roupas eleva vendas em brechós

O comércio de roupas seminovas saltou 30% em 2022 e, segundo especialistas, está longe do limite do seu potencial. Mercado A20

Independência, 200

Com apenas 10 anos, a baiana Urânia Vanério publicou panfleto pela libertação do Brasil C9

Onze devem disputar Planalto; Lula terá maior tempo de TV A8

Equilíbrio B6

Insatisfação com tamanho do pênis e da vagina leva a uma alta de cirurgias

Esporte B7

Técnico estrangeiro na seleção é ideia rejeitada por 55%, aponta Datafolha

Em 94% do Nordeste, Auxílio Brasil supera emprego formal

Levantamento feito pela Folha com dados do governo federal mostra que, em junho, de 5.426 cidades analisadas, 2.728 (50,3%) tinham mais famílias atendidas pelo programa Auxílio Brasil do que pessoas trabalhando com carteira assinada.

No Nordeste, isso acontece em 94% dos municípios. No Norte, em 82%.

A situação é mais frequente em cidades pequenas, mas ocorre em municípios de maior porte como em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense (RJ). Mercado A15

ATMOSFERA

São Paulo hoje 24° 15°

	Hoje	Amanhã
Rio	14° 28°	15° 27°
Brasília	17° 30°	18° 30°
Ribeirão	18° 29°	16° 26°

Fonte: www.climatempo.com.br

EDITORIAIS A2

Preço da arruaça

Sobre defesa da democracia e reação de Bolsonaro.

Espinheiro amazônico

Acerca dos riscos criados pelas obras na BR-319.

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Preço da arruaça

Resposta vigorosa da sociedade a ameaças golpistas evidencia riscos da aposta de Bolsonaro na baderna

A resposta veemente da sociedade às ameaças golpistas do presidente Jair Bolsonaro (PL) mostrou ao mandatário que o preço a ser pago pelos que ousarem se insurgir contra a ordem democrática aumentou.

As adesões à carta dos ex-alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, que será lida em público na próxima quinta-feira (11), se aproximam de 800 mil.

Um manifesto articulado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, divulgado na sexta (5), foi subscrito por mais de uma centena de associações, incluindo a Federação Brasileira de Bancos, as maiores centrais sindicais e a União Nacional dos Estudantes.

A Abert, que representa emissoras de rádio e TV, a Aner, dos editores de revistas, e a Associação Nacional de Jornais, da qual a **Folha** faz parte, também lançaram seu manifesto.

Basta passar os olhos pelas listas de apoiadores para perceber seu ecletismo, bem como a presença de pessoas e organizações que antes preferiam manter silêncio diante dos desmandos do presidente.

As manifestações apontam os princípios da Constituição de 1988 como valores inegociáveis e a estabilidade democrática como indispensável para a prosperidade do país.

Mereceram menção especial no texto da Fiesp as duas instituições que se tornaram alvo constante dos ataques do presidente, o Supremo Tribunal Federal, guardião da Carta, e o Tribunal Superior Eleitoral, que há décadas garante a lisura das eleições realizadas no Brasil.

A tudo isso Bolsonaro reagiu a seu modo, expressando desdém pelas declarações de fé nos pilares da democracia, debochando dos organizadores dos manifestos e voltando à carga contra o Judiciário e as urnas eletrônicas, incansável.

Temendo achar constrangimento onde antes só contava com aplausos, o presidente cancelou sua participação num jantar com empresários e num evento da Fiesp. Horas depois, aceitou convite para almoço na Febraban, na segunda (8).

A agenda errática parece refletir preocupações com a perda de apoio no empresariado e os riscos para a incipiente recuperação da economia, da qual Bolsonaro depende para melhorar seu desempenho nas pesquisas de intenção de voto.

Mas nada indica que ele esteja disposto a abandonar a estratégia que escolheu ao apostar na tensão institucional como sua melhor alternativa para manter coeso o bloco político que lhe dá sustentação na campanha pela reeleição.

Na última semana, o presidente voltou a convocar os seguidores para manifestações no 7 de Setembro. Se a intenção de Bolsonaro é intimidar os que se opõem à baderna, a reação vigorosa da sociedade mostra que as chances de êxito das provocações do mandatário são a cada dia menores.

Espinheiro amazônico

Licença apressada do Ibama para asfaltar rodovia BR-319 abre caminho para mais devastação

O governo Jair Bolsonaro deixou para a undécima hora o início do cumprimento de uma promessa da campanha de 2018: repavimentar a rodovia BR-319. Se o faz só agora, é com claro interesse eleitoral, pois procede sem o menor cuidado com o potencial devastador da obra.

Coube ao presidente do Ibama, Eduardo Bim, mandar às favas as cautelas e pôr em marcha o projeto. Em julho, emitiu licença ambiental prévia para a reconstrução, contrariando precondições estipuladas pela própria autarquia que dirige.

A BR-319 liga Manaus a Porto Velho desde os anos 1970. Nesse meio século de uso, o pavimento terminou desfeito pelas intempéries amazônicas. Chuvas tornam a estrada intransitável em metade do ano.

Asfaltar a BR-319 é pleito legítimo de moradores e fazendeiros ao longo de seus 400 km de extensão. Mas não de qualquer jeito: há farta evidência de que rodovias pavimentadas funcionam na Amazônia como indutores de desmatamento.

Foi assim com a BR-364 em Rondônia e está sendo com a BR-163 no Pará. O acesso facilitado a posseiros, grileiros e madeireiros ilegais resulta no padrão "espinha de peixe" revelado por satélites, com derrubadas de floresta nos ramais perpendiculares à nova estrada.

Daí a recomendação, por gestões anteriores do Ibama, de iniciativas de governança para prevenir o pior, como criar unidades de conservação ao longo da rodovia, instalar postos de fiscalização ambiental e promover consultas públicas.

A decisão atrabiliária de Bim atropelou esses dispositivos de prevenção. Prevê quando muito a possível instalação de três postos com fiscais, em momento indeterminado.

Não causa surpresa que, com a promessa de Bolsonaro, tenham aumentado as derrubadas na região, que até pouco tempo atrás ostentava um dos blocos mais preservados da Amazônia.

Até mesmo o plano de regularização fundiária de terras não destinadas da União, gestado no Ministério da Economia, suscita preocupação. Entre as 29 glebas federais abrangidas, há 17 que abrigam imóveis privados. Embora a maioria já se encontre certificada pelo Incra, há ao menos duas grandes fazendas com fortes indícios de grilagem.

Tudo que se faz com açodamento e sem precaução, como tantas obras de infraestrutura na Amazônia, segue o roteiro mais que conhecido: sucessivas interrupções da obra por intervenção do Ministério Público e da Justiça, destruição ambiental e caos social.

Quem pode interpretar quem?

Hélio Schwartsman

Na agitada temporada teatral do verão boreal, houve três montagens de "Ricardo 3º", de William Shakespeare. A britânica Royal Shakespeare Company escalou um ator com deficiência física para interpretar o monarca "deformado"; na produção do festival Stratford, em Ontário, Canadá, o papel de protagonista coube a um homem branco sem deficiência; e, na montagem nova-iorquina do Free Shakespeare in the Park, a uma mulher negra. Quem tem razão? Papéis de personagens com claras distinções raciais, de orientação sexual ou com características físicas bem definidas devem ser reservados para atores com esses mesmos traços?

Essa é uma tendência que vem ganhando corpo. Não é incomum gays exigirem que apenas atores gays façam personagens gays. Judeus criticaram uma produção israelense por ter escolhido uma atriz não judia para fazer Golda Meir num filme. No Brasil, uma atriz negra teve de desistir de interpretar Ivone Lara num musical porque militantes alegaram que sua pele não era escura o bastante para esse papel.

Não me convencem. Uma definição de ator é a de alguém que finge ser uma pessoa que não é. Isso significa que homens podem fazer o papel de mulheres; mulheres, o de homens; gays, o de héteros; héteros, o de gays; e todas as combinações imagináveis. Negar isso é negar a essência da ideia de interpretação.

A conclusão que extraio daí é que toda exigência é descabida. Diretores e produtores, assim como autores, são livres para fazer o que bem entenderem. Numa montagem de inspiração mais naturalista, os atores e figurantes de "Ricardo 3º" seguirão a demografia da corte inglesa do final do século 15, isto é, brancos. Já um diretor interessado em questionar as estratificações sociais pode perfeitamente escalar apenas intérpretes negros.

Creio que o quadro é parecido com o das religiões. Todo mundo é livre para ter uma, mas é errado tentar impor a sua aos demais.

helio@uol.com.br

A aliança de Copacabana

Bruno Boghossian

Se acreditasse que o caminho para ficar no poder é vencer no voto, Jair Bolsonaro não precisaria ter convocado os militares para o comício que pretende fazer no próximo 7 de Setembro. Na semana passada, o presidente anunciou que vai misturar o tradicional desfile das tropas com uma reunião de apoiadores prevista para Copacabana no feriado.

Em busca de sobrevivência política, Bolsonaro confia na lógica da intimidação. O presidente já disse mais de uma vez que seus eleitores devem dar o que ele descreve como "recado" para instituições como o STF e o TSE. Para isso, ele espera ver nas ruas os grupos mais afinados com sua retórica conspiracionista batendo continência para militares.

Bolsonaro não busca uma mera demonstração de apoio popular no 7 de Setembro. Ele parece mais interessado em fazer com que o mundo político e os tribunais acreditem que há gente disposta a usar a força ou fazer tumulto em sua defesa.

O presidente trabalha para criar a impressão de que os militares e seus seguidores mais fiéis se preparam juntos para isso. Na convenção do PL, depois de convocar os bolsonaristas para os atos do feriado, ele ofereceu uma espécie de pacto para unir os dois campos. "Nós, militares, juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida pela sua liberdade", declarou.

O 7 de Setembro é uma das últimas armas de Bolsonaro antes do fim do mandato. Se não conseguir reverter a desvantagem que tem nas pesquisas até lá, o presidente deverá usar a ameaça de golpe para manter seus apoiadores engajados em busca de votos. Em última instância, ele pode emparedar as instituições para obter uma saída negociada do poder em condições vantajosas.

É uma jogada que tem seus riscos. Ainda que consiga levar muita gente para Copacabana, Bolsonaro precisaria manter algum nível de mobilização pelas semanas seguintes para atingir seu objetivo. Se nem isso der certo, pode ficar claro para o país que aquele é o ato de exibição de uma força que ele não tem.

E aquela do Max Nunes?

Ruy Castro

Por falar nos centenários de 2022 que passaram em branco por falta de espaço, tivemos, em 17 de abril, o de Max Nunes. Sim, o misto de médico e gênio do humor, criador da dupla Primo Rico e Primo Pobre (do programa "Balança Mas Não Cai", de rádio e TV) e de vários personagens de Jô Soares. Tive a honra de organizar dois livros com as frases de Max: "Uma Pulga na Camisola" (1996) e "O Pescoço da Girafa" (97). Eis algumas.

"O dinheiro corrompe. Mas só quem não o tem." "Duplicata é essa coisa que sempre vence. Nunca empata." "Antes, a união fazia a força. Hoje, a União cobra os impostos e quem faz a força é você". "Anda tudo tão caro que até quem desdenha não quer mais comprar." "Mesmo com salário de fome, os professores do 1º grau não deixam de ir à escola. Mas é por causa da merenda."

"Houve um tempo em que os animais falavam. Alguns continuam." "Se Abel tivesse sido assassinado no Brasil, até hoje ninguém saberia que o criminoso foi Caim." "Todo erro deve ser esquecido. Por isso, quando o povo erra a polícia passa a borracha."

"O difícil de confundir alhos com bugalhos é que ninguém sabe o que são bugalhos." "Há certas coisas na vida que a gente não pode deixar passar. Principalmente se for goleiro." "A polícia descobriu 100 quilos de cocaína no aeroporto. A droga tinha sido colocada no nariz do avião." "Manchete de jornal: 'Incêndio na fábrica de sorvete! Em poucos minutos, o fogo lambeu tudo!'"

"No Brasil também existe pena de morte. Mas só para a vítima." "Opinião é uma coisa que a gente dá e, às vezes, apanha." "Com quantas mentiras se faz um desmentido?" "No dia em que o porte de armas for proibido para os militares, aí, sim, haverá paz." "Na minha rua mora um general/ Cara de mau/ Como convém a todo general./ Ninguém sabe em que batalhas/ Ganhou a série de medalhas/ Que ostenta no peito varonil./ Também, pra que saber?/ Viva o Brasil!".

O passado à frente

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor entre outros, de "A Sociedade Incivil" e "Pensar Nagô". Escreve aos domingos

Na mesma semana em que o telescópio espacial James Webb estonteava o mundo da ciência com a visão nítida da luz das galáxias emitida há 13 bilhões de anos, 17 universidades federais brasileiras, com perdas de R$ 400 milhões, anunciavam o risco iminente de paralisia e os congressistas desmontavam a Constituição para o governo gastar a perder de vista.

Uma coisa tem muito a ver com as outras. Primeiro é que o telescópio, construído ao longo de 15 anos, custou quase US$ 10 bilhões, valor próximo aos R$ 41 bilhões disponíveis para alguns meses de farra pré-eleitoral. Pior, estima-se em R$ 300 bilhões a meta de gasto, já avaliado como o maior episódio de corrupção da história republicana.

Não escapam à percepção crítica de uma cidadania "razoável" os sinais do preocupante declínio civil, por total alheamento da classe dirigente à sustentabilidade da nação. E não é para menos, pois, na lógica individual ou coletiva da cidadania liberal, a existência de civilidade e democracia duráveis é correlata à formação de uma massa crítica de sujeitos suficientemente politizados para reivindicar o primado da soberania popular. Isso depende evidentemente de uma pedagogia da democracia, que, mesmo numa sociedade de tradição autoritária, pode ter força expansiva em círculos restritos mas revelar-se precária, senão inexistente, no nível das massas. É o caso brasileiro.

Sob o neoliberalismo, é generalizada a realidade problemática do que se conhecem como nação e povo, com dissociação crescente entre Estado e sociedade civil. Nessa fratura, em que o economicismo e o privatismo se levantam como valores maiores, os grupos sociais afastados de instâncias decisórias e regulados pelo mercado são presa da política que não ousa confessar o seu nome, isto é, aquela induzida pela mídia. O resultado é o que podemos chamar de "cidadão-cliente", alvo eleitoral fácil da demagogia populista e das formas toscas do autocratismo.

A "clientela" vitoriosa nas urnas brasileiras quatro anos atrás extraiu a sua energia política (que antes existia em estado inercial) da imunodeficiência da esquerda, pretensa única portadora do bem e da verdade, logo, indiferente ao imperativo de auscultar as massas ou de avaliar os processos de fragmentação da realidade.

Em consequência, emergiu do buraco negro social uma obscura nebulosa humana, sob a forma catastrófica da extrema direita, avessa a educação, ciência e verdade. Para essa gente, universidade é um estorvo. E um feito científico como o James Webb não lhe diz nada, guiada que é por seu "telescópio" metafórico, também apontado para o passado: não o da luz das galáxias, e sim da lanterna de popa da mais atroz regressão social.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Os presidenciáveis e os direitos humanos

Atentem para a desumanidade que consome o país

José Carlos Dias e Ivo Herzog

Presidente da Comissão Arns e ex-ministro da Justiça (1999-2000, governo FHC)
Presidente do conselho do Instituto Vladimir Herzog

A tragédia brasileira tem origem certa e sabida. A fome, a violência, o discurso do ódio, jogando uns contra os outros, e a insensibilidade social que vitimiza e pune os mais frágeis, brotam da mesma raiz: o descaso do Estado brasileiro com os direitos humanos. Autoridades que aí estão não compreenderam que democracia é sinônimo de assegurar e aperfeiçoar os direitos da pessoa humana. E, por não terem compreendido o óbvio, atiram nossa gente aos sofrimentos mais atrozes. Nossa tragédia tem a ver com governantes que desprezam a vida, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Ao nos aproximarmos das eleições gerais de outubro, precisamos ter olhos para a grande desumanidade que consome o país. Por isso, a Comissão Arns e o Instituto Vladimir Herzog se unem para alertar o espírito da nação. Estamos lançando neste domingo (7) a nossa "Carta Aberta a Candidatas e Candidatos à Presidência da República" para que inscrevam, no alto de seus programas de governo, e com o conhecimento público, os princípios e as bandeiras que norteiam os direitos humanos. Sem isso, não haverá democracia. Não haverá justiça. Não haverá paz.

A carta, cujo conteúdo está disponível nos sites das duas entidades (comissaoarns.org/pt-br e vladimirherzog.org), começa por exortar a realização pacífica de eleições livres, o respeito à legislação e às urnas eletrônicas, ao mesmo tempo em que repudia qualquer tentativa golpista de ruptura democrática. A hora é de afirmar, em cada programa e em cada voto, o fortalecimento dos direitos humanos como base segura da nossa democracia.

Esses direitos fundamentam a nossa ordem constitucional. Na carta aberta, lembramos que a melhor forma de celebrar o bicentenário da Independência será "reafirmar, por meio de palavras e ações, a adesão incondicional aos princípios republicanos e democráticos que embasam a Constituição de 1988". Propomos, nessa linha, a implementação das diretrizes dos Planos Nacionais de Direitos Humanos, bem como de todas as recomendações do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), "cujo trabalho legou à sociedade brasileira o esclarecimento de graves violações ocorridas durante a ditadura".

Exigimos que o Estado assuma o enfrentamento ao racismo, não só um problema estrutural, mas chaga aberta na sociedade, através da qual vazam o preconceito, a discriminação e a permissão para matar gente trabalhadora e pobre, como se vê em sucessivas chacinas. Quantas vidas negras ainda serão necessárias para saciar tanta desumanidade? Essa pergunta não pode ser ignorada por aqueles que almejam a Presidência da República.

Cobramos de candidatas e candidatos o compromisso com os direitos dos povos originários, indígenas, quilombolas e ribeirinhos, na defesa de suas terras e modos de vida, com a impugnação definitiva do marco temporal, uma tese jurídica não só descabida como profundamente injusta.

Propomos que os direitos humanos figurem na base curricular das escolas para semear entre nós a cultura da paz e não o discurso de ódio com que se tenta capturar os nossos jovens. Não nos esqueçamos dos grupos LGBTQIA+, alvos da intolerância e da discriminação, cuja dignidade é aviltada a cada dia. A eles, o nosso respeito e reconhecimento.

Direitos humanos são tão diversos quanto diversa é a própria sociedade. Em cada pessoa, cabe a humanidade. Em cada biografia anônima, encontra-se o universo. Por isso, em nome do legado de dom Paulo Evaristo Arns e de Vladimir Herzog, conclamamos os postulantes à Presidência da República a firmar esse compromisso central. Enquanto instituições dedicadas à causa, cumprimos aqui a nossa missão com a responsabilidade social que nos cabe. Esperamos que candidatas e candidatos façam o mesmo.

Superar a tragédia brasileira depende da decisão que tomaremos nas urnas. Que as eleições de 2022 sejam as eleições dos direitos humanos.

Claudio Liz

Revogar a Lei do Ensino Médio?

É preciso, primeiro, sólida proposta substitutiva

Cesar Callegari

Sociólogo, é presidente do Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada; ex-secretário de Educação Básica do MEC (2012-13, governo Dilma), ex-secretário municipal da Educação de São Paulo (2013-15, gestão Haddad) e membro do Conselho Nacional de Educação, onde presidiu a Comissão de Elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Em 2018, neste espaço, defendi a revogação da lei 13.415/2017, que instituiu o chamado "novo ensino médio". Com a proximidade das eleições, essa ideia volta a ser cogitada, cabendo questionar se a proposta de revogação ainda deve ser sustentada.

À época argumentei que a reforma seria excludente, reducionista e poderia acentuar as graves desigualdades educacionais brasileiras. E defendi que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino médio, recém-apresentada pelo MEC, também fosse rejeitada. Passados quatro anos, tanto a lei quanto a BNCC continuam em vigor, e muita coisa aconteceu. A começar por dois grandes desastres: uma pandemia e a pavorosa incúria educacional do governo Jair Bolsonaro (PL).

Em que pesem esses flagelos, a maioria dos governos estaduais tomou medidas para a implementação da reforma. As situações são muito diversas, mas até aqui o quadro geral sugere fracassos. Direitos educacionais dos estudantes vêm sendo rebaixados, e muitos jovens têm sido excluídos do sistema escolar, enquanto aumentam as desigualdades em detrimento dos segmentos sociais mais vulneráveis. A redução da parte comum dos currículos para 1.800 horas, conforme prevê a lei, vem se refletindo na eliminação de conteúdos importantes de várias disciplinas. A organização curricular por áreas de conhecimento —outra novidade— não tem sido acompanhada de investimentos na formação docente, revelando-se casos de flagrante improviso, onde professores de biologia são obrigados a dar aulas de física sem nenhum conhecimento sobre a matéria.

Na mesma linha, a miragem de que os jovens poderiam optar entre vários itinerários formativos mostra-se um festival de arremedos e frustrações. Na maioria das escolas, essas opções são reduzidas ou inexistentes e raramente dispõem de educadores com formação e equipamentos adequados ao seu trabalho. Na falta de profissionais e infraestrutura, algumas redes, como a do Paraná, apelam para simulacros de aulas a distância, sob protesto dos estudantes. Outras, como a de São Paulo, respondem a ações judiciais pela escandalosa falta de professores.

Diante desse quadro, justifica-se a revogação da lei e sua proposta de reforma? A resposta deve ser não —ainda não. Políticas e programas educacionais podem ser modificados ou até extintos, mas não sem, antes, uma rigorosa avaliação. E jamais sem a apresentação de uma sólida proposta substitutiva. Pois são políticas públicas, envolvem recursos públicos, mobilizaram milhões de pessoas que enfrentaram problemas, criaram soluções e, por isso, merecem consideração criteriosa.

É preciso reconhecer que uma reforma do ensino médio continua sendo necessária e urgente no Brasil. Dos jovens que conseguem concluir essa etapa, só 10% adquiriram conhecimentos suficientes em matemática e apenas 37% em língua portuguesa, situação agravada pela pandemia. Contudo, no instante em que se discutem as diferentes propostas eleitorais, o verbo correto é "rever" o atual modelo de reforma do ensino médio a partir de um amplo diálogo com professores, estudantes, pesquisadores e gestores. E, com base nessa experiência, construir uma proposta alternativa na perspectiva de um pacto nacional pela educação de qualidade como direito de todos.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Realidade virtual

"Bolsonaro estreia no metaverso em reunião com auxiliares", Política, 5/8. Faz reunião em metaverso e critica as urnas eletrônicas. Cada coisa.
Galiano Paccini Neto
(Campo Grande, MS)

*

Cara genial. Parabéns.
Evando de Abreu (Rio de Janeiro, RJ)

Nas alturas

"Embraer publica primeiro vídeo de seu novo modelo de avião", Mercado, 5/8. Está aí um Brasil que tenta não ser colônia. Parabéns, Embraer.
Weber Tavares da Junior
(Goiânia, GO)

*

Com crises mundiais a Embraer joga sozinha no mercado de regionais.
Lucas Oliveira Pereira
(São Paulo, SP)

Globalização

"Relação entre EUA e China vai piorar bastante, diz Oliver Stuenkel", Ilustríssima, 6/8. Se o capitalismo fosse desse jeito aí que você está propondo, as famílias e empresas ocidentais jamais teriam comprado os produtos baratos e de qualidade que vêm da China.
Marcelo Barbosa
(Campo Grande, MS)

Rituais acadêmicos

Assim como eram múltiplas suas inesquecíveis personagens, Jô Soares era muitos. Um deles, que conheci bem, foi o obsequioso cumpridor dos rituais acadêmicos. Desde que eleito em 2016 para a Academia Paulista de Letras, levou a sério sua "imortalidade". Era sempre um dos primeiros a exercer o direito/dever de votar para eleger novos acadêmicos e fazia questão de justificar o motivo de seu voto. Não há refil para o Jô! Beijão lá no etéreo! Alegre um pouco o cosmos, tão nebuloso em nossos dias.
José Renato Nalini, presidente da Academia Paulista de Letras

Ataque e defesa

"Israel inicia ataques à Faixa de Gaza e mata líder do grupo radical Jihad Islâmica", Mundo, 5/8. Realmente o povo de Gaza está refém. E o povo da Cisjordânia também. Reféns da ocupação, da opressão e do apartheid.
Luiz Leal (Florianópolis, SC)

*

Vergonha são esses movimentos terroristas palestinos que não aceitam a existência de Israel.
Jacques Toron (São Paulo, SP)

*

Nossa luta não é contra o povo de Gaza... Mas, mata criança! Sempre desculpas.
Elizabeth Beraldo Faria (São Paulo, SP)

Temas mais comentados pelos leitores no site
De 30.jul a 5.ago • Total de comentários: 13.854

333 — Bolsonaro diz acreditar que pode ser preso se sair da Presidência (Mônica Bergamo) **1º.ago**

332 — Bolsonaro ataca carta pela democracia e fala em 'caras de pau' e 'sem caráter' (Política) **2.ago**

248 — Militares cobram do TSE acesso que já têm de código-fonte das urnas (Política) **2.ago**

DO QUE VOCÊ, LEITOR DA FOLHA, SENTE MAIS ORGULHO NA SUA VIDA? POR QUÊ?

Do jornalismo. Primeiro, nas Redações. Depois, como professor da Universidade Federal do Cariri.
José Anderson Freire Sandes, 67, (Juazeiro do Norte, CE)

*

De ter abandonado a carreira de jornalismo para entrar para a vida de docente. Nunca me senti tão realizado como me sinto ajudando as pessoas a organizarem melhor seu pensamento.
Luciano Andrade Ribeiro, 47, (Belo Horizonte, MG)

*

De ter saído do armário aos 14 anos, após uma vida de repressão tanto da família quanto da sociedade. Pedi mais de setenta vezes sete perdão a um deus que, aos olhos dos outros, só me condenava. Apanhei com fio de luz por ser quem sou, tive minha sexualidade exposta até para o amigo alcoólatra dos meus pais. Orgulho-me de ter bancado minha faculdade, feito novas amizades, vários filmes e pós-graduação. De ter virado professor acadêmico e de ter a minha nova família e ficar bem longe de uma família narcisista.
Peter Brogian, 33, (Juiz de Fora, MG)

*

De ter participado ativamente na formação do caráter dos meus dois filhos, ambos médicos. Sou de Belém do Pará e só quem teve uma vida difícil como a minha sabe o quanto isso é custoso.
Pedro Adalberto Feitosa Maia, 66, (Belém, PA)

*

Não foi mérito apenas meu, mas o meu maior orgulho é ter largado a bebida, em 1995. Retomei a família, a vida pessoal e profissional e reorganizei uma trajetória que estava sem rumo. E o mais importante: continuo vivo.
Marco Antonio Zanfra, 66, (Florianópolis, SC)

*

De corrigir meus posicionamentos e admitir meus erros. Rever meus pontos de vista e conceitos, abolir preconceitos.
Heloísa Helena Grieco Moreira, 62, (São Paulo, SP)

*

De cuidar de pessoas que vão morrer.
Vanise Barros Rodrigues da Motta, 48, (São Luís, MA)

*

Meu maior orgulho é nunca ter levantado a mão para bater em nenhum dos meus três filhos, apesar de eu ter apanhado muito quando criança.
Elton Rodrigues dos Santos, 46, (Curitiba, PR)

*

A manutenção de casamento gay, há 28 anos, com amor e apetite sexual.
José Adilson Rodrigues, 59, (Brasília, DF)

*

Fiquei viúva aos 34 anos, com três filhos pequenos, e decidi ficar sozinha, sem namorados ou companheiros e dedicar-me a educá-los e ampará-los para uma vida adulta sem conflitos familiares. Conhecia casos que não deram certo de um segundo casamento onde a figura do padrasto causou mais danos que benefícios. Hoje tenho três filhos adultos, amigos e companheiros, que respeitam minhas escolhas e minha liberdade.
Durvalina Gomes, 64, (São José do Rio Preto, SP)

*

Da minha casa. Desde que nasci sempre morei na casa dos outros, de favor. Foi difícil, mas consegui construir a minha. Ninguém me tira daqui, só se for a Caixa Econômica ou a funerária.
Carolina Cunha Machado Krzesinski, 44, (Cornélio Procópio, PR)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*

painel@grupofolha.com.br

Pé no freio

O crescimento da arrecadação do ICMS em SP vem desacelerando, segundo a Secretaria Estadual da Fazenda. Em abril, a alta sobre o mesmo mês do ano passado foi de 9,5%, descontada a inflação. Esse patamar caiu para 6,5% em maio, 3,5% em junho e ficou estável em julho. "A economia paulista tem forte resiliência, mas ligamos o sinal de alerta", diz o secretário Felipe Salto. A trajetória é um argumento contra a pregação de Jair Bolsonaro (PL) de que os estados estão com caixa transbordando.

ICEBERG À VISTA A grande preocupação do Governo de SP é com o crescimento das despesas em 2023, que serão afetadas pela alta da inflação. O caixa cheio dos estados foi usado por Bolsonaro para dizer que era possível criar um teto para alíquotas dos ICMS dos combustíveis, o que forçou a queda do preço nas bombas.

NÃO PROVOQUE A campanha presidencial de Soraya Thronicke (União Brasil) não pretende explorar o fato de ela ser mulher como um dos motes principais da candidatura. Esse elemento será mencionado, mas como algo complementar à biografia da senadora.

FEMINEJO A estratégia delimita uma diferença com relação à também senadora Simone Tebet (MDB), que vem utilizando como marca seu olhar feminino. A avaliação da equipe do publicitário Lula Guimarães é que Soraya tem outro perfil. Conservadora, a senadora comunga algumas pautas com o eleitorado bolsonarista, como a defesa do agronegócio e das armas.

ÍDOLO 1 Hoje crítico do governo federal, o candidato a vice-governador de SP na chapa de Rodrigo Garcia (PSDB), Geninho Zuliani (União Brasil), derramava-se em elogios ao ministro da Economia, Paulo Guedes, no início do governo.

ÍDOLO 2 "Fiquei muito feliz com as explanações do nosso ministro Paulo Guedes. Quero dizer que o meu partido tem um alinhamento muito grande com a política econômica do atual governo", afirmou em abril de 2019, em comentário sobre audiência de Guedes na Câmara. "Deixo registrados os meus parabéns ao ministro."

TIME Candidato a deputado federal, o senador José Serra (PSDB-SP) montou um grupo de notáveis para auxiliar na sua campanha à Câmara. Na última quinta (4), ele reuniu em seu escritório em SP nomes como os ex-ministros Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Imbassahy, Andrea Matarazzo e Barjas Negri (Saúde).

ESTRELA Serra abriu mão de concorrer a um novo mandato como senador e disputará eleição para deputado federal. O partido aposta nele como um puxador de votos e promete dar estrutura e financiamento para sua campanha condizentes com essa expectativa.

MÚLTIPLO Líder nas pesquisas para o governo do Ceará, Capitão Wagner (União Brasil) diz que não pretende vincular sua imagem à do presidente Jair Bolsonaro (PL). "Tenho cinco candidatos a presidente representados em minha coligação", diz ele, para justificar a distância. A aliança reúne ainda PL, PTB, Republicanos, Podemos e Avante.

ONDE PEGA Por trás do argumento, há uma avaliação de que a vinculação excessiva a Bolsonaro poderia causar prejuízos eleitorais a Wagner, num estado em que o presidente tem baixos índices de popularidade. Seus dois principais adversários são de esquerda: Roberto Cláudio (PDT) e Elmano de Freitas (PT).

A METADE... O senador licenciado Carlos Fávaro (PSD), membro da bancada ruralista que coordenará a campanha de Lula (PT) no Mato Grosso, diz que fala a mesma linguagem de Marina Silva (Rede) e que não há incompatibilidade entre eles. A ex-ministra disse ao Painel que a aliança do PT com Fávaro e Neri Geller (PP-MT) criava amarras com o atraso.

...DA LARANJA "Não queremos degradação ambiental, queremos produção sustentável", afirma Fávaro. Ele diz que uma sugestão sua nesse sentido será incorporada ao plano de governo de Lula: taxas de juros mais baixas para produtores que converterem áreas de pastagem em agrícolas.

TIMING A escolha do novo ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) poderá ficar para fevereiro do ano que vem, quando será eleito o novo presidente da Câmara dos Deputados.

CLASSIFICADOS A proposta é defendida pelos atuais candidatos à vaga, que temem que, entre as eleições e o fim da legislatura, muitos parlamentares que não se reelegerem decidam disputar a vaga na corte de contas, que é vitalícia.

LIVRE O líder oposicionista venezuelano Juan Guaidó e o fundador do Leadership Institute, Morton Blackwell, participam do 9º Fórum de Liberdade e Democracia, evento liberal que ocorre em 19 de agosto em SP. Blackwell também foi assessor do ex-presidente Ronald Reagan. O evento é organizado pelo Instituto de Formação de Líderes de São Paulo.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

Lira omitiu 2 fazendas no total de R$ 1 milhão, aponta documento

Negócio foi registrado em cartório antes da eleição de 2018, mas presidente da Câmara diz que transação não foi fechada na época

Felipe Bächtold

SÃO SEBASTIÃO (AL) Documentos assinados em um cartório no interior de Alagoas indicam que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deixou de declarar à Justiça Eleitoral nas últimas eleições que havia pagado valores equivalentes a cerca de R$ 1 milhão pela posse de duas fazendas.

As informações estão em duas escrituras públicas lavradas no início de 2018 no município de São Sebastião (a 120 km de Maceió).

Lira diz que, apesar de anotada em cartório, a transação não foi levada adiante naquela época, só sendo consumada em 2020.

A quantia, segundo os documentos, repassada a um grupo de herdeiros, equivale a 42% do total do patrimônio declarado pelo deputado naquele ano eleitoral — R$ 2,2 milhões corrigidos pela inflação ou R$ 1,7 milhão em valores de 2018.

As duas fazendas são chamadas de Tapera e Paudarqueiro e ficam às margens da BR-101, em São Sebastião, município vizinho a Junqueiro, cidade natal do ex-senador Benedito de Lira, pai do deputado.

O local, que antigamente era um canavial, hoje é usado para criação de gado. Segundo vizinhos, as terras foram anexadas a uma outra área também ocupada pelo parlamentar, com a mesma finalidade de pecuária.

A Tapera e a Paudarqueiro somam 110 hectares (área correspondente a 153 campos de futebol ou ao parque Ibirapuera, em São Paulo).

Imagens no serviço Google Street View mostram que as terras mudaram completamente de aspecto entre 2017 e 2019, deixando de ser uma plantação de cana para abrigar pastagem e gado.

Os documentos registrados em cartório citam pagamentos que somam R$ 728,3 mil em valores da época — e que, em valores corrigidos pelo índice oficial de inflação, equivalem a R$ 955 mil.

A negociação feita foi uma cessão de direitos hereditários, um tipo de transação na qual há uma espécie de reserva pelo comprador de bens que ainda estão pendentes de destinação em um inventário não finalizado na Justiça.

Isso inclusive requer uma declaração de operação imobiliária à Receita Federal. O antigo proprietário das terras no interior alagoano havia morrido em 2017.

Segundo especialistas em direito eleitoral ouvidos pela **Folha**, ainda que não signifique a propriedade definitiva do bem, esse tipo de gasto precisa ser informado ao se oficializar a candidatura.

A Justiça Eleitoral, porém, não faz a verificação das posses declaradas no momento do registro de candidato, só agindo caso haja contestação de adversários ou do Ministério Público.

Há ainda certa resistência dos tribunais eleitorais de aplicar punições mais duras em decorrência desse tipo de irregularidade.

As escrituras lavradas no cartório de notas do município de São Sebastião afirmam que o deputado fez o pagamento em "moeda corrente do país, contou e achou certo" — jargão que costuma definir dinheiro em espécie.

O deputado nega, no entanto, que tenha quitado os valores dessa maneira e afirma que foi feita transferência bancária apenas dois anos depois. A direção do cartório local diz que se trata de expressão tirada de um modelo, e a família não comenta a forma de quitação.

O documento de 2018, com a finalidade de se credenciar no inventário, deveria ter sido invalidado pelo cartório porque a negociação não foi efetivada naquela época

Arthur Lira (PP-AL)
em justificativa sobre a data da compra das fazendas

Em abril de 2018, dois meses após a transação de cessão de direitos apontada no documento do cartório, a família de herdeiros quitou dívidas bancárias de R$ 700 mil do patriarca morto, Cícero Bento, o que destravou o andamento do inventário dele na Justiça.

As escrituras de cessão de direitos das duas propriedades dizem que nove herdeiros de Bento, incluindo oito filhos, compareceram ao cartório em 2018 para formalizar a negociação e que o pagamento foi feito "neste ato".

Os documentos registrados em São Sebastião afirmam ainda que outra escritura, a de compra e venda, dos mesmos herdeiros alienando as terras para Lira, foi lavrada em um outro cartório no interior alagoano em 2021 e que os registros finais na matrícula dos imóveis foram anotados em janeiro deste ano.

Até hoje as terras da Paudarqueiro e da Tapera não constam como sendo de Lira nos sistemas do governo federal.

A **Folha** contatou a assessoria de Lira no dia 21 de julho com questionamentos sobre o caso.

No dia seguinte, o deputado apresentou uma outra certidão do cartório, assinada naquele mesmo dia "a pedido verbal de pessoa interessada", dizendo que os dois atos de 2018 "perderam seus efeitos jurídicos" porque não houve o ingresso formal do deputado como beneficiário de parte da herança no processo do inventário na Justiça alagoana.

Lira disse à reportagem: "O documento de 2018, com a finalidade de se credenciar no inventário, deveria ter sido invalidado pelo cartório porque a negociação não foi efetivada naquela época".

Continua na pág. A5

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital ilimitado	Digital Premium
DO 1º AO 3º MÊS	R$ 1,90	R$ 1,90
DO 4º AO 12º MÊS	R$ 9,90	R$ 9,90
A PARTIR DO 13º MÊS	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	Venda avulsa dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 5	R$ 7	R$ 827,90
DF, SC	R$ 5,50	R$ 8	R$ 1.044,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 6	R$ 8,50	R$ 1.318,90
AL, BA, PE, SE	R$ 9,25	R$ 11	R$ 1.420,90
Outros estados	R$ 10	R$ 11,50	R$ 1.764,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
352.428 exemplares (junho de 2022)

Danilo Verpa/Folhapress

Reproduções Google Street View

Ao lado, vista da fazenda Paudarqueiro, em São Sebastião (AL), adquirida por Lira. Acima, a transformação do terreno, que era uma plantação de cana em 2017, e hoje abriga pastagem para criação de gado, conforme registro de março de 2019

Continuação da pág. A4

Também afirmou que a compra das terras dos herdeiros "ocorreu em dezembro de 2020, com a devida declaração em Imposto de Renda na ocasião, e não em 2018". A família vendedora, procurada pela reportagem, também faz afirmação nesse sentido.

No município de São Sebastião, Lira possui ainda participação em outras duas fazendas —estas declaradas à Justiça Eleitoral e recebidas por doação de seu pai, Benedito, segundo consta nos dados de eleições anteriores.

Lira é agropecuarista com histórico de atuação junto à bancada ruralista da Câmara. Uma de suas empresas se chama D'Lira Agropecuária.

Costuma participar de leilões de gado de elite —em 2019, por exemplo, a organização de um desses eventos anunciou que ele havia adquirido R$ 90 mil em um "pacote de 300 oócitos" (óvulos).

Em depoimento em inquérito em 2015, declarou ter posse de 690 cabeças de gado. A última vez que um rebanho constou em sua declaração eleitoral de bens, porém, foi em 2006, quando afirmou possuir 240 animais. A declaração de bens do deputado para a eleição de 2022 não tinha sido publicada até este sábado (6).

Desde antes de chegar ao Congresso, o presidente da Câmara se viu às voltas com ordens judiciais de bloqueios de bens, nas Operações Taturana, que foi deflagrada em 2007 mirando desvios na Assembleia de Alagoas, e posteriormente na Lava Jato.

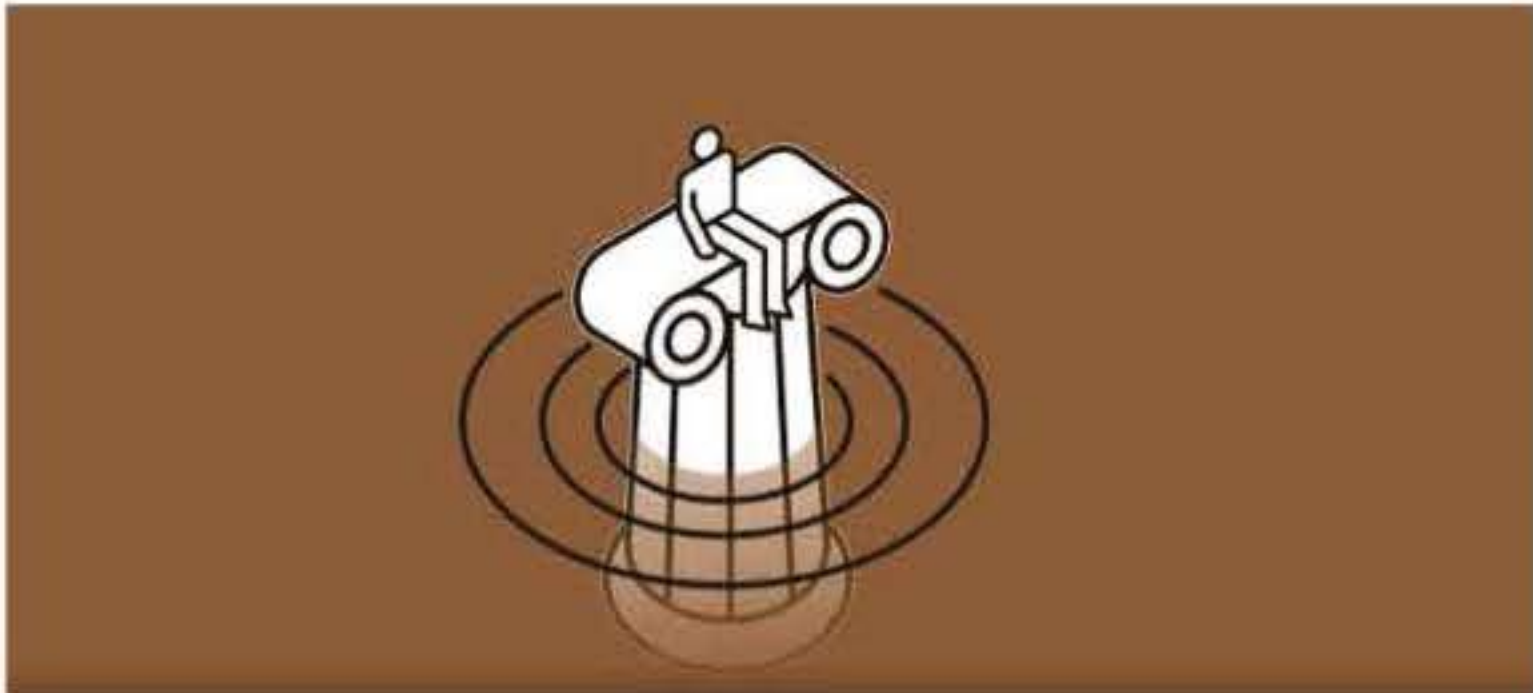
No Paraná, havia ordem de bloqueio de bens em valores de até R$ 10,4 milhões contra ele e o pai, que hoje é prefeito de Barra de São Miguel, também em Alagoas.

A medida era em ação de improbidade da Lava Jato, que acabou suspensa por determinação do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, em 2021.

Sua ex-mulher Jullyene Lins, com quem trava uma longa disputa judicial, o acusa de ocultar propriedades, o que ele sempre negou. O deputado afirma que sua situação fiscal já foi tornada pública e que adquiriu todo o patrimônio dentro da normalidade.

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

A serviço da democracia

Folha precisa aderir aos manifestos da sociedade civil, não basta apoiar

José Henrique Mariante

*Parte importante dos leitores da **Folha**, a geração que experimentou os primeiros sinais de que uma democracia plena era factível no país, acostumou-se a ler um jornal ativista, engajado na campanha das Diretas Já. Não havia dúvida naqueles anos 1980. Era buscar a luz ou permanecer nas trevas. Inexistia questão partidária, o ponto era garantir a liberdade de expressão e o direito de votar para presidente. Foi a partir desse momento que a **Folha** se tornou o jornal mais importante do país. Não por relatar o que se via nas ruas, pois ainda havia quem tentasse esconder o que estava acontecendo, mas também por não ter receio de participar ou ser notada participando. Havia um sentimento público, cívico, impossível de ignorar. Era mais do que natural o jornal fazer parte de toda aquela empolgante confusão.*

*Há muito para se discutir sobre a trajetória da **Folha** desde então. A despeito de sua defesa intransigente de um jornalismo crítico, pluralista e apartidário, não foram poucos os episódios em que o jornal foi acusado de tomar lados ou encampar veladamente fenômenos como o da Lava Jato. O jornal se habituou a tomar pauladas vindas de todos os cantos. Para muitos, até alimenta isso, com doses calculadas de sensacionalismo. Em uma espécie de leitura esquizofrênica, a **Folha** consegue ser ao mesmo tempo petista e bolsonarista, libertária e conservadora, racista e identitária, o que o observador quiser ou conseguir enxergar em seus textos.*

Essa sensação esquisita é reforçada por Primeiras Páginas como a de quarta-feira (3), onde uma chamada de entrevista com Almino Affonso, articulador da carta de 1977, é ladeada pelo extrato do colunista que classifica o manifesto da USP como eleitoreiro. O jornal faz ampla cobertura dos movimentos em defesa da democracia ao mesmo tempo em que dá destaque para visões obtusas. Tais concessões deixam marcas. Até hoje leitores lamentam, por exemplo, o espaço cedido a Fabio Wajngarten no Tendências / Debates no barulhento e golpista 7 de Setembro do ano passado.

*A **Folha**, a um custo elevado, como já discutido por esta coluna algumas vezes, é coerente com seus preceitos jornalísticos ao expor ideias contraditórias. Deveria sê-lo também com sua história. O momento pede, como em 1984.*

Não basta apenas apoiar, o jornal precisa subscrever, integrar formalmente os manifestos da sociedade civil que defendem as urnas eletrônicas e o respeito incondicional ao resultado das eleições, destratadas diuturnamente pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus aliados, civis e militares, que insistem em naturalizar falas e atitudes subversivas.

*Diante de "um chefe de governo que na opinião desta **Folha** há muito perdeu as condições de permanecer no cargo", como o jornal escreveu em editorial após o insólito encontro do mandatário com embaixadores, não há outra opção, também como em 1984.*

Bolsonaro é uma ameaça desde antes da eleição, mas seu mandato foi além, degenerou o ambiente político, a relação entre os Poderes, um desastre. O jornal não ficou insensível ao processo. Em 2020, inclusive, lançou campanha em defesa da democracia, reeditou a faixa amarela das Diretas em seu cabeçalho, promoveu um concorrido curso sobre a ditadura e alterou seu famoso slogan. "Um jornal a serviço do Brasil" virou "Um jornal a serviço da democracia". O risco detectado há dois anos se consolida agora como perigo real e imediato.

O jornal não pode se limitar a relatar, precisa participar, mais uma vez, como em 1984.

*Questionada se a **Folha** pretende endossar algum dos manifestos, a Secretaria de Redação respondeu que o jornal publicou o editorial "Democracia Sempre", há uma semana, em que defende os manifestos. Disse ainda que a Associação Nacional dos Jornais, entidade setorial da qual a **Folha** faz parte, publicou seu próprio documento em favor da democracia e da liberdade de expressão; e que vem dando visibilidade em reportagens aos movimentos da sociedade civil.*

Sobre a eventual participação de seus profissionais nos manifestos, afirmou que, no fim de julho, em comunicado interno, a Direção de Redação declarou não haver óbices a quem quiser assinar a carta da USP. "A Direção entende que neste caso não se trata de manifestação partidária", algo que é vedado pelo Manual da Redação, "mas da enunciação de princípios comuns de convivência civil".

*Faria alguma diferença então a **Folha** aderir formalmente ao documento elaborado pelos ex-alunos da São Francisco ou ao capitaneado pela Fiesp? Nos tempos atuais, onde tudo precisa ser explicado, reiterado, sublinhado, é claro que sim. Mais importante, faria diferença para aquela geração de leitores que viu o país mudar junto com a **Folha**.*

Se há 38 anos foi o que surpreendeu o público, agora é só o que se espera deste diário.

Damares fala em racha na direita e insinua traição de Arruda a Bolsonaro

Ex-ministra atribui baixo desempenho do presidente no eleitorado feminino a falha de comunicação

ENTREVISTA
DAMARES ALVES

Thiago Resende e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA Ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves disse à **Folha** que se lançou candidata ao Senado para representar o bolsonarismo no Distrito Federal diante do racha no campo da direita.

Há duas semanas, um acordo selado no Palácio do Planalto afastou Damares do palanque do governador Ibaneis Rocha (MDB), que disputa a reeleição. Estão na chapa do emedebista a ex-ministra Flávia Arruda (PL), que também quer a vaga no Senado, e o ex-governador José Roberto Arruda (PL), que tentará se eleger deputado federal.

No entanto, durante a pré-campanha, Arruda disse a correligionários que não pedirá votos a Bolsonaro no DF.

"Foi essa fala dele que me fez levantar do sofá de casa, correr atrás e dizer: Bolsonaro vai ter uma candidata pedindo muito voto para ele aqui", afirmou Damares.

Arruda chegou a ser preso e foi condenado em processos derivados da operação Caixa de Pandora, de 2009. Estão em discussão na Justiça os efeitos da condenação por improbidade administrativa que pode deixá-lo inelegível.

Damares expôs atritos com o ex-governador. "Arruda dizia que eu era uma jocosa, ridícula, fanática. Falou horrores."

*

A sra. estaria na chapa do governador Ibaneis Rocha, apoiada pelo presidente Bolsonaro. O que aconteceu? Houve realmente um acordo de a direita estar junta, mas a direita estava brigando entre si. O que a gente viu? Arruda declarar que não vai pedir voto para presidente da República. Essas motivações políticas também me fizeram repensar. Venho para esse pleito também [tendo] como prioridade a reeleição do presidente. E os bolsonaristas se identificam comigo.

A sra. acha que os outros candidatos não representavam o presidente Bolsonaro? Eles até poderiam representar, mas já tinham declarado que não iam pedir voto. Tem um áudio [do Arruda]. Eu tenho um presidente que está disputando com um outro líder, e eu não vou pedir voto para esse presidente? Então foi ruim. Foi essa fala dele que me fez levantar do sofá de casa, correr atrás e dizer: Bolsonaro vai ter uma candidata pedindo muito voto para ele aqui.

A sra. e Flávia Arruda são mulheres, foram ministras de Bolsonaro e disputam o Senado. Acha que dividem votos? Os evangélicos em Brasília sempre tiveram o sonho de ter uma senadora ou um senador evangélico. Já Flávia não tem essa identificação com o público evangélico. A Igreja Católica também veio falar comigo. Eu tenho a minha luta no enfrentamento à descriminalização do aborto. Os bolsonaristas se identificam mais comigo.

Por que a sra. está atrás de Flávia nas pesquisas? Desde o início, as pessoas sabiam que a minha candidatura podia recuar em nome de uma composição pela direita. Mas, agora que isso é definitivo, eu creio que a gente vai mudar os números.

Pedro Ladeira - 5.ago.22/Folhapress

Damares Alves, 58

Nascida em Paranaguá (PR), é pastora evangélica e foi assessora no Congresso. Assumiu o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. Formou-se em 1986 em pedagogia e, em 1992, em direito

A sra. disse que a campanha será respeitosa e que não vai atacar. Vai tentar colar a pecha de corrupção em Arruda e na Flávia? Eu não vou fazer isso porque outros, como a esquerda, farão. Eu vou usufruir disso. Eu não preciso atacar o Arruda, não concordo com ele. Eu só preciso dizer que, entre mim e Flávia, eu tenho uma proposta. Eu não vou atacar a Flávia.

Como avalia a atuação do presidente Bolsonaro duas semanas atrás pedindo a retirada da sua candidatura? É um grande mal-entendido porque o presidente não pediu para eu retirar [a candidatura]. Quando eles [Ibaneis, Arruda e Flávia] colocam que a direita está toda reunida, o presidente fala: 'Então a direita se compôs? É isso que vocês querem? O que você acha, Damares?'. Eu confrontei Arruda, confrontei Ibaneis. Ele [Ibaneis] disse: 'Estou confortável, é isso que eu quero'. Então, naquele momento, eu recuo da chapa deles. Isso deixou eles caminharem, mas parece que eles não estavam se dando muito bem.

Como Michelle e Bolsonaro vão atuar? A Michelle vai ficar comigo. Inclusive a Michelle brincou dizendo que ela quer coordenar a minha campanha em Ceilândia [região do Distrito Federal]. Ela quer ir na rua pedir voto para mim. O presidente vai ficar neutro. Eu acho que ele não vai se envolver mais. Aqui ele já foi até onde podia ir.

O que se dizia era que o Arruda gostaria que a sra. fosse candidata ao Senado na chapa dele para governador. O que eu ouvi foi o contrário, que o Arruda dizia que eu era uma jocosa, ridícula, fanática. Falou horrores. Pessoas muito próximas a mim estavam em reunião e ele não sabia. Arruda não morre de amores por mim. A Flavinha gosta de mim. Trocamos mensagens, uma desejou sucesso à outra. Eu acredito que a Flávia tem um futuro político brilhante. Ela é inteligente, articulada, bem-intencionada.

De acordo com as pesquisas, o eleitorado feminino está majoritariamente com Lula. Por que Bolsonaro tem dificuldades com esse eleitorado? Por 24 anos eu fiquei nos bastidores [da política] e eu vi muito discurso e pouca ação. Muitas mulheres foram deixadas para trás e, quando assumi, eu não queria que este governo cometesse os mesmos erros. O problema foi na comunicação. Por exemplo, quando ele sancionou o auxílio emergencial em dobro para mulher chefe de família. Faltou o presidente falar diretamente com as mulheres. Mas meu papel e o da Michelle será de mostrar que nenhuma mulher ficou para trás.

O presidente Bolsonaro voltou a atacar as urnas. Se ele perder as eleições, há risco de uma ruptura democrática? Não. Se as eleições forem transparentes, não tem nenhum risco de golpe.

Mesmo com a vitória do Lula? Claro! Ele não está fazendo esse diálogo [levantar questionamentos sobre o sistema eleitoral] porque ele é presidente. A gente já fazia isso no Congresso. Eu participei de todas as audiências públicas no Congresso Nacional com relação à fragilidade do nosso sistema.

O que é uma eleição transparente? Quem sabe agora com essas análises dos códigos de fonte por parte das Forças Armadas não se veja o que precisa ser mais transparente na hora da contagem? Temos instrumentos práticos para isso. Eu não quero entrar na discussão. Tem muita gente fazendo isso.

Nova era dos descobrimentos

Manifestos em defesa da democracia não se dirigem só a Bolsonaro

Janio de Freitas
Jornalista

A impossibilidade de uma ideia sadia de Bolsonaro denuncia, por si só, algum propósito maléfico em sua ordem que transfere o desfile de 7 de Setembro para Copacabana, avenida Atlântica. A passagem das tropas, sem a largura usual nesses velhos exibicionismos, será abaixo de um paredão de altos edifícios de onde podem sair muitas coisas. Um rojão, por exemplo, dos usados nos estádios, em mãos bolsonaristas e apontado para baixo —pânico, reações armadas, ninguém dirá o que pode vir.

Talvez seja um exemplo brando. Bolsonaro tem convocado seus seguidores, também os de outros estados, para uma concentração de dimensões excepcionais, ocupando não só os calçadões da avenida Atlântica. Impossível prever o que será de Copacabana, se efetivado o plano. Uma dedução, aliás, se oferece: será um lugar onde, morador ou visitante, não se deve estar naquele dia.

O ministro da Defesa, os comandantes de Exército, Aeronáutica e Marinha e os comandos regionais não ousaram ponderação alguma. O que faz supor nem terem considerado os problemas no 7 de Setembro politizado por conveniência de Bolsonaro. É um modo de se mostrarem engajados também nos propósitos da localização do desfile e da concentração de bolsonaristas, a que Bolsonaro se refere como "a última manifestação de 7 de Setembro". Sem esclarecer se concluiu não haver independência a comemorar ou se vai acabar com ela.

Compreende-se o que se passa na Defesa. A procura ao menos de um parafuso mal apertado, para dar como prova contra o sistema eleitoral, pôs em suspense o general-ministro Paulo Sérgio Nogueira e subordinados. Mais agora, em que uma patrulha avançada escarafuncha as urnas, como exigido ao TSE em ofício com um quase insultuoso carimbo de "urgentíssimo", para a inspeção já possibilitada desde outubro do ano passado. É provável que, no íntimo, parte dos paisanos esteja às gargalhadas com os vexames fardados e, outros, roguem para que eles parem de ridicularizar as caras Forças Armadas. Os primeiros, com razão. Os outros, idem.

Em alguma altura do futuro, será percebido pelos militares que os manifestos em defesa das eleições, do Judiciário e da democracia não se dirigem só a Bolsonaro e seu círculo de milicianos de palácio. É notório o embaraço dos comandos com a expressão de classes sociais e setores a que os militares sempre se associaram, e agora a eles se contrapõem. Ainda que não compreendida, a descoberta do fenômeno é sentida, entra olhos adentro. Não se sabe se bate em granito ou em outra massa cinzenta. Essa é a questão.

Uma "Carta aos Brasileiros" subscrita por 104 associações e sindicatos empresariais, algumas entidades civis, e encabeçada pela Fiesp é, em qualquer circunstância, documento de força. Atos semelhantes só houve quando ditaduras já despencavam, em 45 a de Getúlio, em 85 a dos militares. A maioria dos que se expressaram então, como representantes das classes confortáveis, logo mostrou terem sido atitudes momentâneas. Não haviam aprendido nada. Nos dois casos, o reacionarismo logo se sobrepôs, como golpismo antes, como controle por qualquer meio já na primeira eleição presidencial.

A quase unanimidade dos aderentes à carta da renovada da Fiesp tem muito a aprender com seu percurso recente. Não pode obscurecer sua parte na responsabilidade pela entrega do país a um desqualificado absoluto. Sua carta vem desse erro. A expectativa mais profunda criada pelas adesões é quanto à sua continuidade sob aquele texto democrata. Se as assinaturas resultam de descobertas honestas e duradouras, o Brasil amanhã será outro. Se são momentâneas, o Brasil continuará como o país dos que não aprendem. E, sem tardar, o país dos miseráveis.

"20% dos brasileiros compram soro de leite e sobras de carne" (O Globo); "Um em cada três brasileiros teve comida insuficiente em casa nos últimos meses" (Folha); "Menino de 11 anos liga ao 190 da polícia e pede comida: sua família não come há três dias", em Belo Horizonte.

Muy amigos

Pela seriedade desde sempre, o trabalho, a coerência e o bom senso, Alessandro Molon é o melhor congressista do Rio. O PSB, seu partido, e o PT decidiram impedi-lo de candidatar-se ao Senado, como o Rio precisa. O PSB chega à sordidez de negar-lhe o direito ao fundo eleitoral. Os dois partidos combinaram de fazer candidato o petista André Ceciliano, elogiado como presidente da Assembleia. Facilitam a reeleição do ex-jogador Romário, o lamentável.

A federação dos bancos abre-se ao país, o PSB e o PT fecham-se ao Rio carente.

| DOM. Elio Gaspari, Janio de Freitas | **SEG. Celso R. de Barros** | TER. Joel P. da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo, Angela Alonso, Silvio Almeida | SÁB. Demétrio Magnoli

Lula terá maior tempo de TV com mais de 7 inserções diárias

Onze candidatos devem disputar a Presidência, mas pendências judiciais podem alterar quadro da campanha

Ranier Bragon

BRASÍLIA O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) chegou à reta final das convenções partidárias com a coligação mais robusta da disputa, dez partidos, obtendo o maior espaço na propaganda eleitoral na TV e rádio, que começa no dia 26.

Lula deve ter cerca de 3 minutos e 20 segundos a cada bloco de 12 minutos e 30 segundos, além de média de 7,5 propagandas diárias de 30 segundos veiculadas nos intervalos comerciais das emissoras, as chamadas inserções.

O presidente Jair Bolsonaro (PL), que aparece em segundo nas pesquisas eleitorais, reuniu três partidos em sua coligação e terá o segundo maior espaço de propaganda, cerca de 2 minutos e 40 segundos, além de seis inserções diárias.

Embora tenha perdido parte do protagonismo com a ascensão das redes sociais, a propaganda eleitoral na TV e rádio é peça fundamental devido a alguns fatores: em primeiro, o potencial de alcance.

As inserções, em especial, têm potencial de atingir eleitores que não assistem aos blocos fixos na TV e rádio.

Segundo, a propaganda é veiculada na reta final —ela vai de 26 de agosto a 29 de setembro, apenas três dias antes do primeiro turno—, momento de maior atenção da população à disputa.

O material produzido e veiculado, e que geralmente é testado previamente em pesquisas direcionadas com grupos de eleitores, tem histórico de alavancagem de candidatos e de destruição de adversários.

O derretimento de Marina Silva após ser alvo da propaganda petista, em 2014, é um exemplo.

Em 2018 nada disso adiantou, entretanto, e Bolsonaro foi eleito mesmo tendo tempo de TV de nanico, mas a análise predominante no mundo político é a de que aquela foi uma eleição atípica.

Entre outros pontos, aquela disputa abrigou uma onda de direita e antipolítica, além de Bolsonaro ter sofrido um atentado, o que lhe colocou por semanas no centro do noticiário político nacional.

O terceiro maior tempo de televisão ficará com Simone Tebet (MDB), que atraiu o apoio do PSDB, do Cidadania e, na reta final, do Podemos.

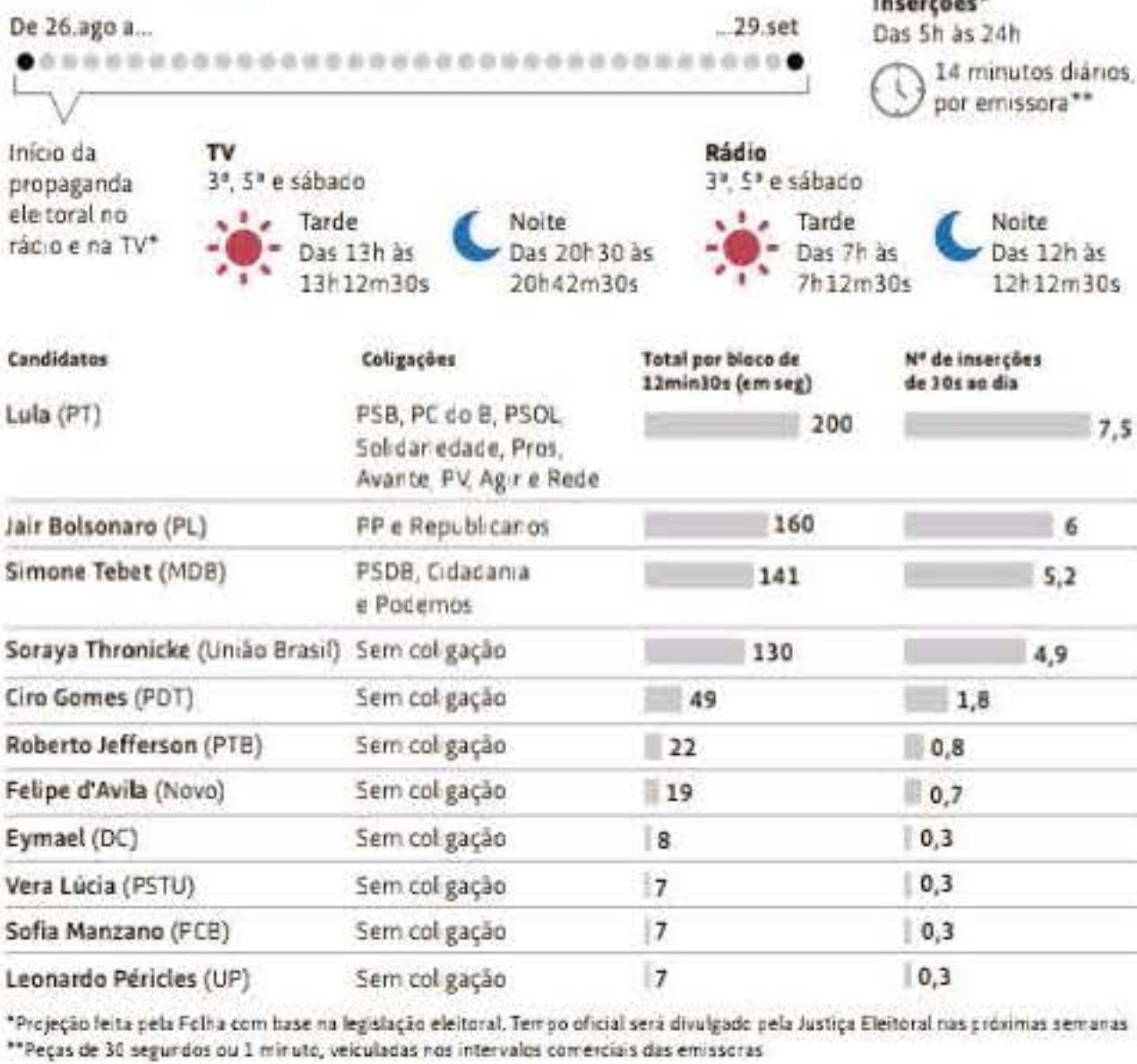
Ela deve ter cerca de 2 minutos e 20 segundos por bloco, além de cinco inserções diárias. A exposição é vista por sua campanha como crucial para que ela cresça e se desloque do pelotão que gira em torno do traço nas pesquisas.

A senadora Soraya Thronicke (União Brasil) terá um tempo de propaganda relevante devido ao tamanho da sigla pela qual é candidata, resultado da fusão do DEM com o PSL. Ela terá cerca de 2 minutos e 10 segundos por bloco e cinco inserções diárias.

Ciro Gomes (PDT), em terceiro nas pesquisas, não conseguiu atrair partidos aliados e terá o quinto tempo de propaganda na sua quarta tentativa de chegar à Presidência. Cerca de 50 segundos por bloco, e duas inserções diárias.

Os números são uma projeção da Folha com base na legislação eleitoral. Eles podem mudar caso o número de candidatos se altere devido a decisões judiciais ou se as coligações sofrerem baixas —o prazo para registro dos candidatos e coligações vai até as 19h do dia 15, véspera do início oficial do período de campanha.

Caso se confirme a coligação em torno do nome de Lula, ela igualará o recorde de Dilma Rousseff em 2010, que também reuniu apoio de dez partidos.

Bolsonaro caminhava para ter um tempo de propaganda similar ao de Lula, mas na reta final não conseguiu manter o apoio formal do PTB e do PSC.

A divisão da propaganda, pela lei, é definida proporcionalmente ao peso dos partidos que formam a coligação.

As propagandas no rádio e na TV fizeram a fama de figurões do marketing político como Duda Mendonça, que morreu no ano passado, e João Santana, chefe da propaganda das campanhas vitoriosas de Lula em 2006 e de Dilma em 2010 e 2014.

Após virar alvo da Lava Jato e negociar delação premiada, ele rompeu com o partido e é desde o ano passado o marqueteiro de Ciro Gomes.

Amparado em uma estratégia focada exclusivamente nas redes sociais em 2018 —à exceção do segundo turno, quando teve tempo de TV igual ao do adversário, Fernando Haddad (PT)—, Bolsonaro não teve marqueteiro há quatro anos.

O próprio candidato e seus filhos, em especial o vereador Carlos Bolsonaro (RJ), decidiam a estratégia de comunicação.

Na campanha atual, o centrão fez valer em termos a sua influência na coligação.

Duda Lima —profissional levado pelo presidente do PL, Valdemar da Costa Neto— tem apoio do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), coordenador da campanha do pai, mas enfrenta má vontade da ala mais radical da campanha.

Carlos segue responsável pelas redes sociais do pai e já chegou a expressar publicamente desdém ao que classificou de "esse papo de profissionais do marketing".

Líder nas pesquisas, Lula trocou de marqueteiro em abril após uma crise na comunicação da sua pré-campanha.

No lugar de Augusto Fonseca, que era uma indicação do ex-ministro Franklin Martins, assumiu Sidônio Palmeira, marqueteiro dos governadores petistas da Bahia Jaques Wagner e Rui Costa.

A campanha de marketing de Tebet está a cargo de Felipe Soutello, que tem um histórico dentro do PSDB.

O ex-presidente Lula durante evento em São Bernardo do Campo; petista terá mais tempo de TV Bruno Santos - 5.ago.22/Folhapress

Candidatos, coligações e tempo de TV

De 26.ago a... ...29.set

Início da propaganda eleitoral no rádio e na TV*

Inserções*
Das 5h às 24h
14 minutos diários por emissora**

TV
3ª, 5ª e sábado
Tarde: Das 13h às 13h12m30s
Noite: Das 20h30 às 20h42m30s

Rádio
3ª, 5ª e sábado
Tarde: Das 7h às 7h12m30s
Noite: Das 12h às 12h12m30s

Candidatos	Coligações	Total por bloco de 12min30s (em seg)	Nº de inserções de 30s ao dia
Lula (PT)	PSB, PC do B, PSOL, Solidariedade, Pros, Avante, PV, Agir e Rede	200	7,5
Jair Bolsonaro (PL)	PP e Republicanos	160	6
Simone Tebet (MDB)	PSDB, Cidadania e Podemos	141	5,2
Soraya Thronicke (União Brasil)	Sem coligação	130	4,9
Ciro Gomes (PDT)	Sem coligação	49	1,8
Roberto Jefferson (PTB)	Sem coligação	22	0,8
Felipe d'Avila (Novo)	Sem coligação	19	0,7
Eymael (DC)	Sem coligação	8	0,3
Vera Lúcia (PSTU)	Sem coligação	7	0,3
Sofia Manzano (PCB)	Sem coligação	7	0,3
Leonardo Péricles (UP)	Sem coligação	7	0,3

*Projeção feita pela Folha com base na legislação eleitoral. Tempo oficial será divulgado pela Justiça Eleitoral nas próximas semanas
**Peças de 30 segundos ou 1 minuto, veiculadas nos intervalos comerciais das emissoras

O ministro do Supremo Alexandre de Moraes durante cerimônia em Brasília Pedro Ladeira - 18.mai.22/Folhapress

Moraes busca respaldo em ações contra bolsonaristas

Ministro também tenta inibir ataques às instituições no 7 de Setembro

José Marques, Matheus Teixeira e Cézar Feitoza

BRASÍLIA O ministro Alexandre de Moraes busca o respaldo dos colegas de STF (Supremo Tribunal Federal) para assumir a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) com mais força perante o Poder Executivo e para inibir ataques às instituições no 7 de Setembro.

Ele pautou para o plenário virtual ao menos 21 recursos contra suas decisões em inquéritos que tratam de fake news e dos atos violentos no ano passado, que costumam gerar embates com o presidente Jair Bolsonaro (PL).

Com isso, Moraes aguarda que o tribunal referende suas decisões individuais e demonstre que a ofensiva contra notícias falsas e ataques incentivados por Bolsonaro e por seus aliados não é isolada, mas sim uma agenda da maioria do Supremo.

A análise dos casos está marcada para começar em 12 de agosto e se encerrar no dia 18. Nesse período, os ministros inserem os seus votos no sistema virtual da corte. Os magistrados podem solicitar destaque, o que interrompe o julgamento e o obriga que ocorra no plenário físico, ou pedir vista e suspender a análise.

O ministro se tornará presidente do TSE no dia 16, sucedendo a Edson Fachin.

Um dos julgamentos discutirá a determinação de Moraes para que a Polícia Federal realize um relatório sobre o material colhido de quebras de sigilo telemático no inquérito que apura vazamento de dados sigilosos de uma investigação da PF sobre hackeamento do TSE.

Será analisado recurso em que a AGU (Advocacia-Geral da União) diz que o novo relatório é uma tentativa especulativa do ministro de conseguir provas.

Outro processo diz respeito ao pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) para que seja encerrado inquérito que investiga se Bolsonaro cometeu crime ao associar a vacina contra a Covid-19 à Aids. O procurador-geral, Augusto Aras, afirma que a apuração não poderia ter sido aberta a pedido do Senado Federal — o inquérito é consequência da CPI da Covid.

Caso não decida pelo arquivamento, a Procuradoria pede que a apuração seja conduzida pelo ministro Luís Roberto Barroso, relator de apurações oriundas da CPI relativas ao mandatário.

Além desses julgamentos, Moraes tem procurado se antecipar a possíveis ataques às instituições organizados por manifestantes com monitoramento de redes sociais e tomado decisões que passam recados de que não irá tolerar esse tipo de conduta.

Moraes tem sido munido com informações apresentadas por entidades e por acadêmicos que observam postagens em redes sociais com o objetivo de identificar eventuais mobilizações que ponham em risco a segurança do Judiciário, de seus integrantes ou das eleições.

No fim de agosto passado, o Supremo instituiu um Programa de Combate à Desinformação na corte, que conta com a ajuda de organizações e universidades como parceiros. Desde então, os ministros são munidos com publicações falsas ou de ataques à corte.

A partir de informações que tem recebido de diversas fontes em seu gabinete, Moraes tem apresentado decisões com o objetivo de inibir a organização de atos de extremistas, sobretudo os inspirados na invasão do Capitólio em janeiro de 2021, após a derrota de Donald Trump nos Estados Unidos.

A mais emblemática delas foi a prisão do suplente de vereador de Belo Horizonte Ivan Rejane Boa Pinto, o Terapeuta Papo Reto, no último dia 22. Ele falava em "caçar" e "pendurar de cabeça para baixo" políticos de esquerda, como o ex-presidente Lula (PT) e o deputado Marcelo Freixo (PSB), além de ministros do STF.

Moraes decidiu instaurar um procedimento sigiloso a partir do que chamou de "publicações recebidas" pelo gabinete e "disponibilizadas nas redes sociais". O caso ficou sob sua responsabilidade por ligação com o inquérito das milícias digitais, do qual também é relator.

No dia 19, ele encaminhou as publicações de Boa Pinto para a Polícia Federal, que pediu a prisão do suspeito e busca e apreensão no dia 20, além de bloqueio das redes sociais. No mesmo dia, com o processo sob sigilo, Moraes acatou o pedido da PF e determinou as medidas.

O ministro foi mais rápido do que partidos que estavam preparando pedidos contra Boa Pinto pelas publicações nas redes sociais. O PT só foi protocolar uma petição sobre o caso no Supremo no dia 22, quando o suplente de vereador estava sendo preso.

"A situação ilegal já havia sido identificada e o pedido judicial estava em elaboração", diz o advogado do partido, Cristiano Zanin Martins, à reportagem.

Bolsonaro tem feito declarações que, sem provas, tentam pôr dúvidas sobre as urnas eletrônicas e o processo eleitoral. No ano passado, o presidente fez uma live sobre o tema, que acabou virando alvo de investigação.

O temor com as manifestações de 7 de Setembro deste ano fez as cortes superiores se anteciparem na definição de protocolos de segurança. O receio é que Bolsonaro use o desfile militar do Bicentenário da Independência para insuflar apoiadores contra o Judiciário e o sistema eleitoral brasileiro.

Generais do Alto Comando das Forças Armadas ouvidos pela **Folha** afirmam, sob condição de anonimato, que o desfile de 7 de Setembro deve levar cerca de 120 mil pessoas à Esplanada dos Ministérios este ano. O número é maior que em anos anteriores, quando até 100 mil pessoas acompanharam o evento.

O desfile ainda deve contar com cerca de 4.500 militares, agentes de outras forças de segurança e alunos do Colégio Militar de Brasília.

A expectativa de grande mobilização tem três motivos: a comemoração do Bicentenário da Independência, a volta do desfile após dois anos sem evento oficial e as convocações feitas por Bolsonaro.

+

Bolsonaro cita ato em Copacabana sem falar em desfile militar

O presidente Jair Bolsonaro (PL) não mencionou em discurso neste sábado (6) a presença das Forças Armadas no ato em Copacabana, no Rio de Janeiro, anunciado para o dia 7 de setembro. Após uma motociata no Recife, ele convocou seus apoiadores. "Estarei 10h em Brasília, num grande desfile militar, e às 16h em Copacabana, no Rio de Janeiro", disse. A Prefeitura do Rio prevê o evento no centro da cidade, onde tradicionalmente ocorre.

Manuscritos inéditos mostram que carta de 1977 pela democracia teve ao menos 12 versões

Uirá Machado

SÃO PAULO Inspiração de um dos manifestos em defesa da democracia que serão lidos no dia 11 de agosto na Faculdade de Direito da USP, a "Carta aos Brasileiros", de 1977, passou por pelo menos 12 versões até chegar à redação final, num processo que indica a obsessão de seu autor pela forma e pelo conteúdo.

O professor Goffredo da Silva Telles Jr. (1915-2009), responsável por escrever e ler o documento, sabia que estava diante de uma oportunidade ímpar de vocalizar críticas contra a ditadura militar.

Página inicial da 1ª versão da 'Carta aos Brasileiros', de 1977
Uirá Machado/Folhapress

A provocação partira de Almino Affonso, José Carlos Dias e Flávio Bierrenbach. Formados em direito na USP, onde Goffredo lecionava, estavam inconformados com a direção dada às comemorações pelos 150 anos da fundação dos cursos jurídicos no país.

Num gesto de desafio, organizaram um evento alternativo, no qual seria feito um discurso em favor das liberdades, da democracia e do Estado de Direito.

O orador ideal seria Goffredo, que nem pestanejou quando os três amigos lhe fizeram o convite durante um almoço no restaurante Circolo Italiano, no centro de São Paulo.

Como Goffredo contaria anos depois, ele se lançou por inteiro e com toda sinceridade à missão. Em suas palavras: "Aquela obra, por nós idealizada, eu me comprometia a elaborar, com todas as veras do meu ser".

De acordo com a advogada Maria Eugenia Raposo da Silva Telles, que tinha se casado com Goffredo dez anos antes, aquele almoço — do qual ela também participou— ocorreu em abril.

De lá até 8 de agosto, quando a carta foi lida, realizaram-se diversas reuniões para discutir o conteúdo do manifesto e outras tantas para acertar sua forma, mas a maior parte da tarefa Goffredo executou sozinho.

"Houve momentos em que ele não fazia outra coisa no tempo livre. Acordava às 4h e ficava até as 9h cuidando do texto. Se a gente viajava para a praia em finais de semana ou feriados, ele se isolava nesse trabalho", diz Maria Eugenia, 81.

"Era como uma corrida de obstáculos, uma ginástica. Ele podia escrever 10, 20 vezes a mesma página até achar o ritmo, a frase, a palavra perfeita", relembra a advogada formada na USP em 1964.

Seus arquivos não a deixam mentir. Pastas organizadas pelo próprio Goffredo guardam os manuscritos e as páginas datilografadas com as versões provisórias da "Carta aos Brasileiros".

Eles mostram que sempre estiveram lá algumas noções importantes, como a discussão sobre a fonte de legitimidade do governo e sobre a competência para mudar a Constituição. Também sempre estiveram lá frases retóricas, como "Ninguém se iluda", mas não o fecho "Estado de Direito Já!".

O título também evoluiu. Começou como "Pronunciamento dos cultores do direito, ao se comemorar o sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil".

Depois virou "Carta aos Brasileiros em homenagem ao sesquicentenário dos cursos jurídicos no Brasil" e assim permaneceu até a penúltima versão — quando alguém, não se sabe quem, teve o bom senso de preservar só as três palavras iniciais.

Desse processo participaram pelo menos sete pessoas, além de Goffredo: Almino Affonso, André Franco Montoro, Cantídio Salvador Filardi, Flávio Bierrenbach, José Carlos Dias, José Gregori e Maria Eugenia.

Bierrenbach, hoje com 82 anos e ministro aposentado do Superior Tribunal Militar, diz que o grupo contribuiu pouco.

"Nas reuniões, Goffredo lia, nós dávamos um pequeno palpite e não sabíamos se ele ia aceitar ou recusar, mas geralmente acolhia", afirma Bierrenbach. "Quem mais interferiu na redação da carta foi a Maria Eugenia. Ela não vai confirmar, mas é a impressão que me ficou."

Ela de fato não confirma. É certo, porém, que foi a primeira ouvinte de cada uma das versões e de suas respectivas mudanças, que eram muitas, e sem dúvida deu sua opinião sobre elas.

Goffredo costumava ler em voz alta o que tinha acabado de escrever, ainda que fosse uma mísera alteração. Queria ouvir as palavras, saber como soavam; mantinha o dicionário por perto para procurar sinônimos até se dar por satisfeito.

Essa obsessão ele aprendeu com o homem de quem herdou nome e sobrenome. Goffredo da Silva Telles, o pai, foi um poeta aclamado pela Academia Paulista de Letras que, segundo o filho, mostrava a diferença entre usar uma palavra e usar a palavra certa.

O filho absorveu a lição, por isso que marcações aparecem em todas as versões da "Carta aos Brasileiros", inclusive naquelas que, em fins de junho, pareciam as definitivas.

Usando uma Mont Blanc tinteiro que teve por quase toda a vida, ele rasurava passagens e acrescentava ideias até chegar ao ponto de alguém datilografar o novo texto — seu primeiro emprego após a faculdade foi de datilógrafo, mas ele não gostava da máquina de escrever.

Em seguida, retomava a rotina até que todos os envolvidos no processo se dessem por satisfeitos.

O resultado entrou para a história, a ponto de a atual "Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado democrático de Direito" referir-se logo no começo ao trabalho de Goffredo. O manifesto atual, que é suprapartidário e prega o respeito ao resultado das eleições, já tem mais de 750 mil signatários.

PF prende suspeitos de ocultar corpos de Bruno e Dom

MANAUS A Polícia Federal fez uma operação contra pesca ilegal na região do Vale do Javari e cumpriu sete mandados de prisão neste sábado (6). Entre os presos estão três suspeitos de participar da ocultação dos corpos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, assassinados em 5 de junho.

Os alvos da operação são integrantes de grupo que atua com pesca ilegal na terra indígena Vale do Javari.

Segundo a PF, eles são ligados a Amarildo Oliveira, o Pelado, denunciado pelo MPF (Ministério Público Federal) por ter participado do assassinato de Bruno e Dom, e a Ruben Villar, o Colômbia, investigado por participação em esquema de pesca na região.

Pelado e Colômbia estão presos preventivamente em Manaus. O primeiro, pela participação no duplo homicídio. O segundo, por uso de documentos falsos — Colômbia tem documentos de identificação do Brasil, do Peru e da Colômbia.

No último dia 21, o MPF denunciou três pessoas pelo assassinato de Bruno e Dom. A denúncia foi recebida pela Justiça Federal, o que tornou os três réus.

A defesa dos acusados disse que ainda busca informações sobre a operação da Polícia Federal e sobre as prisões efetuadas.

Vinicius Sassine

COMO CHEGAMOS AQUI?

Na convenção partidária que oficializou a candidatura à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) voltou a atacar os ministros do STF e convocou seus seguidores a ir às ruas no próximo 7 de Setembro. "Esses poucos surdos de capa preta têm que entender o que é a voz do povo", discursou. Desde a chegada de Bolsonaro ao Planalto, seus ataques se tornaram mais frequentes e agressivos. O STF barrou várias iniciativas do governo, mas o confronto com o bolsonarismo desgastou a imagem da instituição. Este é o último de uma série de três artigos que buscam explicar como as instituições democráticas funcionaram até aqui no governo Bolsonaro.

FOLHA EXPLICA/BOLSONARO E O JUDICIÁRIO

Confronto com presidente colocou imagem do STF em xeque; entenda

Tribunal barrou iniciativas do governo e abriu inquéritos para apurar crimes de Bolsonaro

Ricardo Balthazar

O presidente Jair Bolsonaro cumprimenta o ministro Alexandre de Moraes, do STF Sergio Lima - 19.mai.22/AFP

Por que Bolsonaro ataca constantemente os ministros do STF?

O tribunal se opôs a várias iniciativas do presidente nos últimos anos. Durante a pandemia de coronavírus, garantiu autonomia a estados e municípios no enfrentamento da Covid, impediu o governo federal de sabotar suas políticas e cobrou a definição de planos para vacinar a população.

Os ministros da corte também suspenderam medidas tomadas por Bolsonaro para facilitar o acesso a armas, anularam decretos que buscavam enfraquecer políticas ambientais e o impediram de nomear um amigo de sua família como diretor-geral da PF.

Além disso, o tribunal abriu quatro inquéritos para investigar o presidente, que ainda estão em andamento. Outras investigações, sobre ataques às instituições democráticas e grupos que espalham desinformação na internet, têm aliados dele como alvos principais.

A relação entre Bolsonaro e o STF foi tensa desde o início do seu governo?

Na campanha de 2018, Bolsonaro falou em ampliar o número de integrantes do tribunal de 11 para 21, o que lhe permitiria nomear dez novos juízes. Ele nunca levou a ideia adiante e desautorizou o filho Eduardo quando veio a público um vídeo em que atacou o STF.

No primeiro ano do novo governo, o ministro Dias Toffoli, então presidente da corte, propôs um pacto entre os Poderes para dar impulso às reformas da Previdência e do sistema tributário. Criticada por outros magistrados e líderes do Congresso, a sugestão foi esquecida.

Em abril de 2020, no início da pandemia, Bolsonaro convocou manifestações contra o Congresso e o STF e discursou em uma delas, na frente do quartel-general do Exército, em Brasília. O inquérito aberto para investigar os atos antidemocráticos foi arquivado em 2021.

No ano passado, o presidente iniciou uma campanha para desacreditar o Tribunal Superior Eleitoral e as urnas eletrônicas. Em manifestações no 7 de Setembro, atacou os integrantes do Supremo e ameaçou descumprir suas decisões. Após um breve recuo, retomou a ofensiva.

É só retórica ou ele tomou alguma medida concreta?

Bolsonaro apresentou ao Senado pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, que conduz no STF os inquéritos sobre o presidente e seus aliados e assumirá a presidência do TSE neste mês. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), rejeitou o pedido.

Em abril, o Supremo condenou o deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) a oito anos e nove meses de prisão em razão de seus ataques ao tribunal. Bolsonaro concedeu perdão ao aliado, livrando-o da prisão, mas falta o STF definir se ele deve perder o mandato e ficar inelegível mesmo assim.

Um mês depois, o presidente apresentou ao tribunal notícia-crime contra Moraes. Sorteado para analisar o pedido, o ministro Toffoli rejeitou a representação. Bolsonaro pediu então que o caso seja levado ao plenário da corte, mas não teve resposta.

O que há contra Bolsonaro nos inquéritos?

O primeiro foi aberto quando o ex-ministro da Justiça Sergio Moro deixou o governo e acusou o presidente de tentar interferir na PF para garantir proteção aos filhos. A polícia concluiu que não há nada que incrimine Bolsonaro, mas o caso ainda está em análise no Supremo.

No inquérito que investiga os ataques contra o processo eleitoral, a Polícia Federal apontou evidências de que militares e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) levantaram informações para sustentar a ofensiva de Bolsonaro contra as urnas, sem que houvesse prova de fraude.

Em outro caso, que trata de um ataque hacker ao TSE, a polícia concluiu que Bolsonaro cometeu crime ao vazar informações sobre o incidente quando as investigações estavam sob sigilo. A Procuradoria-Geral da República pediu o arquivamento do inquérito, mas Moraes rejeitou o pedido.

E o inquérito das fake news?

Ele foi aberto em 2019 por determinação de Toffoli para investigar ameaças sofridas por integrantes do STF, com base num dispositivo do regimento interno do tribunal que o autoriza a apurar infrações ocorridas na sede ou em dependências do Supremo.

Conforme a interpretação dada por Toffoli ao dispositivo, qualquer ofensa a um ministro da corte deve ser tratada como se tivesse sido dirigida à instituição ou proferida no prédio em que eles trabalham. Moraes conduz o inquérito, que tramita sob sigilo.

Moraes mandou prender Silveira e bloquear contas de bolsonaristas nas redes sociais, além de impor censura a uma reportagem desfavorável a Toffoli e suspender investigações da Receita Federal que atingiram as mulheres de Gilmar Mendes e Toffoli.

Bolsonaro tornou-se alvo desse inquérito no ano passado, a pedido do ministro Luís Roberto Barroso, então presidente do TSE, após uma transmissão ao vivo na internet em que disseminou mentiras e desinformação para levantar suspeitas sobre as urnas e atacar os juízes.

A Procuradoria-Geral da República foi contra a abertura do inquérito no início, mas passou a ser consultada por Moraes antes de diligências e outras medidas após a chegada de Augusto Aras à chefia do Ministério Público Federal. As opiniões do procurador têm sido ignoradas muitas vezes.

O que pode acontecer com Bolsonaro?

O presidente só pode ser processado e julgado por um crime no STF se o procurador-geral da República pedir e a Câmara autorizar. Como Aras e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), são aliados de Bolsonaro, dificilmente algo acontecerá com ele.

Se não for reeleito, o presidente perderá o direito a foro especial no Supremo, e os inquéritos em andamento deverão ser transferidos para instâncias inferiores do Judiciário. Bolsonaro poderá então ser processado sem a necessidade de autorização de outras instituições.

"Os inquéritos não terminarão antes da eleição, até por falta de clareza no STF sobre a melhor forma de encerrá-los", diz Emilio Peluso Neder Meyer, professor da Universidade Federal de Minas Gerais. "Isso deve retardar a responsabilização do presidente por seus crimes."

Os dois ministros escolhidos por Bolsonaro fazem o que ele quer no STF?

Nem sempre. O primeiro indicado, Kassio Nunes Marques, causou tumulto na pandemia ao liberar cultos religiosos das restrições impostas pelas medidas de isolamento social. Proferida individualmente num sábado, a decisão foi derrubada pelo plenário dias depois.

Kassio foi o único a absolver Silveira no STF. O outro ministro nomeado pelo presidente, André Mendonça, condenou o deputado. Os dois jogaram para suspender a cassação do deputado estadual Fernando Francischini (União-PR), logo depois mantida pela corte.

Se for reeleito, Bolsonaro terá oportunidade de nomear mais dois ministros, com a aposentadoria dos ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Os dois completarão 75 anos durante o próximo mandato presidencial e terão que deixar o tribunal.

Bolsonaro teve apoio no Congresso contra o STF e o TSE?

Não. Uma proposta de emenda constitucional que reduzia a idade de aposentadoria dos ministros, de 75 para 70 anos, com o objetivo de abrir duas vagas no tribunal para Bolsonaro preencher, foi aceita numa comissão da Câmara dos Deputados, mas não teve apoio para chegar ao plenário.

Outra proposta, que determinava a impressão de um comprovante para cada voto digitado na urna eletrônica, também naufragou. Deputados do centrão cogitaram uma emenda que daria ao Congresso a prerrogativa de rever decisões do STF, mas abortaram a ideia.

A ofensiva afetou a credibilidade do tribunal?

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas mostra que 42% da população achava o STF confiável no início de 2021. A confiança superava a exibida em 2017, quando 24% pensavam assim, e era maior do que a depositada na Presidência da República (29%) e no Congresso (12%).

Segundo o Datafolha, no fim de julho 33% dos brasileiros reprovavam a atuação do tribunal, e só 23% a aprovavam. Pesquisas anteriores do instituto mostram que a aprovação cresceu com a pandemia, diminuiu em meados do ano passado e se manteve estável desde então.

"O tribunal se colocou como um contraponto importante diante do radicalismo do governo e ganhou apoio da sociedade com isso", diz Diego Arguelhes, professor do Insper. "Mas muitas pessoas percebem a atuação do STF como pragmática, e isso é ruim para sua credibilidade."

Para 49% dos brasileiros, segundo a pesquisa da FGV, os ministros agem muitas vezes como políticos, não como juízes. No dia a dia da corte, decisões individuais dos ministros são comuns, às vezes para evitar a formação de maiorias contrárias às suas opiniões no plenário.

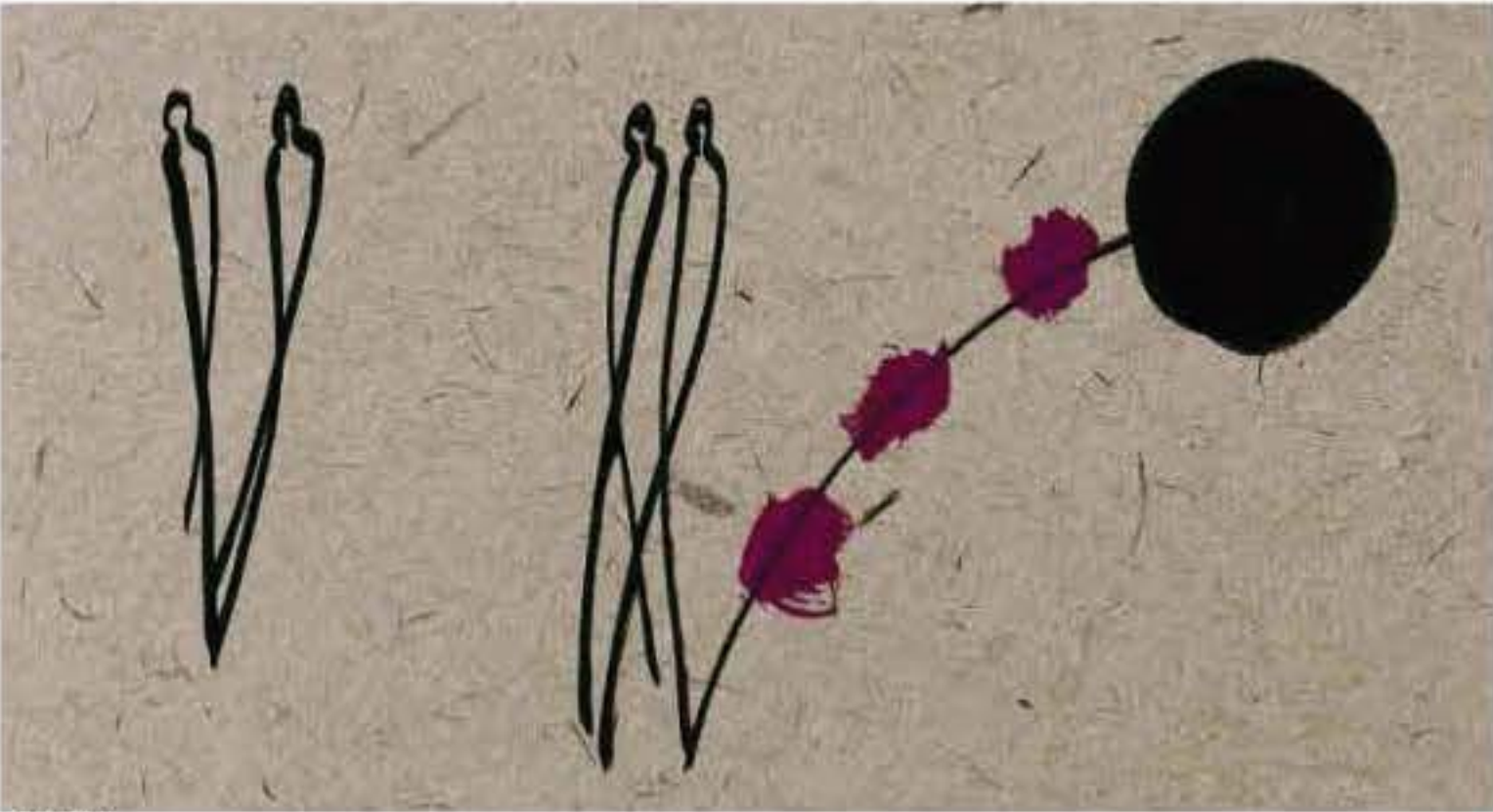
Integrantes do tribunal participam ativamente do debate público, dão entrevistas e mantêm encontros regulares com políticos. Em junho, o ministro Gilmar Mendes foi homenageado em um jantar na casa de Lira e defendeu o diálogo com Bolsonaro, que estava presente.

O STF tem interferido em decisões do Congresso?

No ano passado, quando Pacheco tentou barrar a comissão parlamentar de inquérito criada pelo Senado para investigar a atuação do governo na pandemia, o tribunal atendeu a um pedido dos partidos de oposição e determinou sua instalação.

Em outros casos, os ministros têm sido cautelosos. Quando a oposição pediu que o Supremo estabelecesse um prazo para que o presidente da Câmara desse andamento aos pedidos de impeachment apresentados contra Bolsonaro, o tribunal decidiu que não podia interferir.

Quando os partidos questionaram o uso de emendas parlamentares para favorecer aliados do governo, a ministra Rosa Weber cobrou transparência na divulgação dos beneficiários das verbas do Orçamento, mas não interferiu nos critérios do centrão para divisão do dinheiro.

"O tribunal se vê sob ameaça e paga um preço político enorme por atuar em múltiplas frentes", afirma Oscar Vilhena Vieira, professor da FGV Direito SP e colunista da **Folha**. "Uma certa autocontenção pode ser importante para proteger sua autoridade quando essa fase passar."

Juliana Freire

A imprudência do general

O Ministério da Defesa reclama, mas não faz o seu serviço

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

O general Paulo Sérgio Nogueira, atual ministro da Defesa, flerta com o anedotário da caserna onde brilha a carga da cavalaria ligeira do Lord Cardigan na Batalha de Balaclava. Em 1854, durante a guerra da Crimeia, ele atacou uma posição da artilharia russa com seus Dragões. Fracassou e perdeu 118 soldados. Em Pindorama, ocupando a função civil de ministro da Saúde, resplandeceu o general intendente Eduardo Pazuello. Ele precisava mandar vacinas para Manaus e elas chegaram a Macapá, que fica a mil quilômetros de distância.

Há dias Nogueira expediu um ofício "urgentíssimo" ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pedindo "a disponibilização dos códigos-fontes dos sistemas eleitorais" para serem examinados por oficiais das Forças Armadas. Desde outubro do ano passado, o Ministério da Defesa tinha em seu arquivo um ofício do então presidente do TSE, Luís Roberto Barroso, informando que "os códigos-fonte dos programas que compõem o sistema eletrônico de votação estão disponíveis para inspeção de suas evoluções, das 10h às 18h, na Sala Multiúso, localizada no subsolo do edifício-sede deste tribunal".

Explicando-se, o Ministério da Defesa diz que o "urgentíssimo" do pedido devia-se à proximidade da eleição de 2 de outubro. Verdade, mas era a Defesa que estava atrasada, como o candidato do exame do Enem que tomou o ônibus errado e corre para fazer a prova.

A Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal também receberam o ofício do TSE de 2021 e fizeram seus serviços. A CGU ficou cinco dias na Sala Multiúso em janeiro. A PF, mais equipes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Senado, estiveram lá por três dias cada. Só quem perdeu tempo foi o Ministério da Defesa, e essa paralisia nada tem a ver com piadas de caserna.

Passado mais de século da batalha de Balaclava, pode-se perder uma tarde discutindo se o desastre deve ser atribuído a Lord Cardigan, que comandava a cavalaria, ou a Lord Raglan, comandante de todas as tropas, que lhe deu a ordem de atacar. Fica entendido que nenhum dos dois perseguia o objetivo oculto de matar os próprios soldados.

A urgentíssima preocupação do general Paulo Sérgio Nogueira foi mais uma de suas manifestações encrencando com o sistema eletrônico de coleta e totalização dos resultados eleitorais. Em abril, quando o ministro Barroso queixou-se das dúvidas levantadas por oficiais sobre o sistema eletrônico de coleta e totalização dos votos, o general viu na cena uma atitude "irresponsável" e "ofensa grave". Barroso poderia ter ficado calado, mas não havia ofensa em suas palavras, nem ele é um "irresponsável".

Os militares que acompanhavam o trabalho do TSE haviam feito 88 perguntas sobre o processo de apuração, e o TSE respondeu com um documento de 700 páginas, mostrando que em alguns casos as dúvidas partiam de premissas erradas. Por exemplo: não existe "sala escura" de totalização e ela pode ser livremente auditada. Não se conhece tréplica de qualquer crítico do processo.

É sabida a crítica do presidente Jair Bolsonaro às urnas eletrônicas. Até hoje ela carece de provas e está prejudicada pela ocasião, pois é recente. Desde 1996, quando foram instituídas as urnas eletrônicas, Bolsonaro e seus filhos disputaram 20 eleições e venceram em 19. Flávio Bolsonaro perdeu a Prefeitura do Rio em 2016, quando não chegou ao segundo turno porque teve apenas 14% dos votos.

As dúvidas do ministro Paulo Sérgio devem ser levadas em conta enquanto ficam dentro das quatro linhas do ordenamento jurídico e dos parâmetros técnicos do sistema. Fora daí, não há salvação.

Faz tempo, na eleição de 1965, quando as eleições eram feitas com cédulas de papel, um soldado da brigada paraquedista foi mobilizado para sequestrar as urnas que estavam no Maracanãzinho. A patrulha foi dissolvida. Afinal, o presidente Castello Branco queria respeitar o resultado.

O fator Riocentro

Quando a indisciplina militar flerta com ações voluntaristas, corre o risco de entrar na metodologia do Riocentro.

Aceitando-se uma versão plausível para o que se pretendia naquela noite de abril de 1981, aconteceria o seguinte:

Uma equipe jogaria uma bomba na casa de força do centro de convenções onde se realizava um show organizado por uma entidade esquerdista. Cortada a luz, explodiria outra bomba no estacionamento.

Aconteceu o seguinte:

A bomba jogada contra a casa de força explodiu perto da cerca, sem cortar a energia. Se cortasse, nada aconteceria, pois o Riocentro tinha gerador.

A outra bomba explodiu no estacionamento, dentro do Puma do capitão do DOI, no colo do sargento que o acompanhava. O sargento morreu e o capitão ficou gravemente ferido.

A bomba destinada a assustar a esquerda virou um pesadelo para o governo e o regime.

Tecnologia

O ex-secretário de Tecnologia da Prefeitura do Rio William Coelho está no seu terceiro mandato de vereador e a polícia suspeita que esteja envolvido com uma quadrilha que, entre outras malfeitorias, pretendia furtar trilhos do metrô.

Isso é que é estar ligado nos avanços da tecnologia.

Bolsonaro e a energia limpa

Jair Bolsonaro gosta de soluções criativas. Já se apaixonou pelo nióbio e pelo grafeno. No campo da ficção, com a cloroquina. Na vida real ele se orgulhou porque o Brasil tem potencial para produzir o equivalente a 50 usinas de Itaipu aproveitando a energia eólica dos ventos.

É verdade, mas o repórter Robson Rodrigues mostrou que 55 processos para instalação de parques eólicos no mar estão presos na burocracia federal. Eles tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A experiência ensina que é melhor respeitar o Ibama.

Como o instituto passa por um período de falta de quadros e a energia eólica depende de detalhes na sua regulamentação, o melhor a fazer seria decretar uma trégua para o bem de todos.

Respeitando-se o meio ambiente e barrando projetos de picaretas, pode-se prestigiar o Ibama e acelerar o ritmo da burocracia, estimulando a apresentação de projetos.

O Brasil já produz mais que duas Itaipus aproveitando a energia do Sol e dos ventos. Bolsonaro cortou o caminho dos maganos que queriam taxar a luz do Sol.

O sinal de Kassab

Na quinta-feira (4) acendeu-se mais um sinal de perigo na campanha de Bolsonaro:

Gilberto Kassab admitiu a hipótese de vitória de Lula no primeiro turno.

O cacique do PSD é o sucessor do deputado Thales Ramalho (1923-2004) com sua capacidade de prever resultados de eleições.

Madame Natasha

Madame Natasha encantou-se com a afirmação do ministro Paulo Guedes, para quem o teto de gastos "é retrátil".

A senhora só conheceu teto retrátil do cinema Ideal, na rua da Carioca. A audácia vocabular do ministro ecoa Roberto Campos, seu antecessor do século passado. Quando suas previsões econômicas não se confirmavam, ele dizia que havia acontecido uma "reversão das expectativas".

Debate em SP terá exposição e vidraças na TV

Candidatos ao governo querem diminuir desconhecimento e preparam respostas a ataques no primeiro encontro

SÃO PAULO Num cenário de segundo turno indefinido na eleição para o Governo de São Paulo, os candidatos que se enfrentarão no primeiro debate, da Band, pretendem se apresentar ao público e preparam respostas às suas vidraças.

O debate vai ao ar neste domingo (7), às 21h, e terá a participação de Fernando Haddad (PT), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Rodrigo Garcia (PSDB), Vinícius Poit (Novo) e Elvis Cezar (PDT).

De acordo com a última pesquisa Datafolha, do fim de junho, Haddad lidera a corrida com 34%. Em seguida, há um empate entre Tarcísio e Rodrigo, ambos com 13%. Poit e Cezar têm 1% cada.

Haddad e Tarcísio vão apostar na nacionalização para reproduzir no estado o desempenho de seus padrinhos, Lula (PT) e Jair Bolsonaro (PL), respectivamente. Segundo o Datafolha, o petista marca 43% e o presidente chega a 30% entre os paulistas.

O governador de São Paulo vai na direção contrária, a de pregar contra a polarização, contando com a preferência histórica dos moradores de São Paulo pelo PSDB.

Os candidatos veem como prioridade, neste primeiro debate, a apresentação de suas figuras e dos programas de governo, aproveitando a exposição para um público maior que a televisão possibilita.

A apresentação é considerada fator crucial para Rodrigo — em abril, 85% não sabiam quem era o governador — e para Tarcísio — sua campanha aponta que o ex-ministro é desconhecido para 40% dos eleitores de Bolsonaro.

Tarcísio vai aproveitar para se posicionar como um bolsonarista. Ele pretende elencar realizações no comando da pasta da Infraestrutura.

Haddad, porém, deve usar a ligação de Tarcísio com Bolsonaro para atacar o seu rival. Ele tem juntado o bolsonarista e Rodrigo como representantes do autoritarismo.

Haddad e Tarcísio, por outro lado, vão jogar juntos para ligar Rodrigo ao seu antecessor, João Doria (PSDB), de quem foi vice.

O candidato petista tem se esforçado para diferenciar a atual gestão das administrações do ex-tucano e agora aliado Geraldo Alckmin (PSB), vice na chapa de de Lula.

Entre as principais críticas que faz à gestão Doria-Rodrigo, estão o aumento de impostos durante a pandemia e sucateamento da Polícia Civil. Tarcísio também bate na tecla do aumento tributário.

O ex-ministro, por sua vez, vem de outro estado. Ele nasceu no Rio de Janeiro, o que tem servido de munição contra ele. Tarcísio também foi questionado pela transferência de seu domicílio eleitoral para São José dos Campos (SP).

Segundo seus interlocutores, caso esses assuntos sejam abordados, o ex-ministro deve argumentar que não importa a origem e lembrar que passou boa parte da vida no estado quando estudou na Escola de Cadetes, em Campinas.

O petista tem como principal vidraça sua desaprovação ao deixar a prefeitura (48%). Podem surgir como contraponto a elaboração do plano diretor premiado, o reconhecimento do grau de investimento das contas da cidade e o investimento maior do que as gestões tucanas posteriores.

Já Rodrigo vai se apresentar como um candidato independente, sem a necessidade de governar de acordo com interesses do PT ou de Bolsonaro.

A sua fala de candidato autônomo será amarrada com a situação econômica de São Paulo, estado mais rico do país e financeiramente independente do governo federal. A ideia é atribuir isso ao legado do PSDB, que comanda o Palácio dos Bandeirantes desde 1995.

O governador, contudo, terá que responder à associação com Doria. Na tentativa de se descolar, ele vem lembrando que estreou no governo na gestão Mário Covas (PSDB).

Para atacar os rivais, além de lembrar a desaprovação de Haddad, Rodrigo deve falar sobre a quantidade de obras de Tarcísio em São Paulo — considerada inferior às realizações do governo estadual.

Desde que assumiu, em abril, Rodrigo lançou um pacote de medidas populistas como congelamento dos pedágios e redução de ICMS, atos que devem ser lembrados no debate.

Cezar afirma à **Folha** que o debate vai mostrar "candidatos que tiveram a oportunidade e não fizeram e candidatos que não foram aprovados". O pedetista diz que irá apresentar seus bons resultados como prefeito de Santana de Parnaíba (SP).

Poit afirma que pretende "mostrar que São Paulo precisa mudar a forma de governar, trazer o mundo da inovação para a gestão pública".

Fernando Haddad, Rodrigo Garcia e Tarcísio de Freitas Fotos Zanone Fraissat e Ronny Santos/Folhapress

Debate de candidatos ao Governo de SP

Domingo (7), às 21h. Será transmitido pela Band, BandNews, BandNews FM, Rádio Bandeirantes e YouTube. A Folha também fará transmissão pelo site

mundo

O presidente eleito da Colômbia, Gustavo Petro, durante cerimônia em Bogotá na qual povos indígenas e afro-descendentes entregaram de forma simbólica a ele o mandato Mariana Greif/Reuters

Petro leva esquerda ao poder e tem expectativas em alta como desafio

Novo presidente colombiano forma maioria, mas sofre pressões na economia e de setores radicais

Sylvia Colombo

BOGOTÁ Gustavo Petro assume a Presidência da Colômbia neste domingo (7) com expectativa alta, a indicar por sua popularidade, maioria nas duas Casas do Congresso e uma festa de rua organizada para 100 mil pessoas em Bogotá. Mas o cenário para o primeiro mandatário de esquerda do país, que venceu o populista Rodolfo Hernández no segundo turno da eleição em junho, promete ser espinhoso.

O PIB colombiano, que cresceu 10,6% no ano passado, deve ter um desempenho pior neste ano, com projeção de crescimento de 6,5%. A inflação, que era de 3,2% ao ano em 2018, quando Iván Duque foi eleito, chegou aos 9,6% atuais, e a pobreza aumentou de 36% para 42,5% da população.

A economia, então, é a principal preocupação dos eleitores (34%), seguida pela corrupção (23%), mostrou uma pesquisa do instituto Invamer. O que consola Petro é que o levantamento indica que ele assumirá com a aprovação de 64% dos colombianos (20 pontos percentuais a mais do que tinha em fevereiro, no começo da campanha eleitoral) e desaprovação de 22%. Ele nunca havia sido tão bem avaliado: quando foi prefeito de Bogotá, o máximo a que chegou foi a 59% de popularidade.

Já Duque deixa o cargo querido por menos de 20%, com um governo desgastado pelo impacto da pandemia, duas ondas de protestos (2019 e 2021) e pelo aumento da violência, que sua política linha dura não conseguiu combater.

A posse de Petro terá shows de artistas locais. "Cada praça e cada pracinha do centro de Bogotá terá uma explosão de cultura e de alegria", tuitou o presidente eleito. Entre os convidados, estarão chefes de Estado de Chile, Equador, Bolívia, Paraguai, Panamá, Honduras, Costa Rica e Argentina. O rei Felipe 6º, que representa a Espanha em quase todas as posses na América Latina, também deve viajar; os EUA enviarão Samantha Power, administradora da Usaid, e o Brasil, o chanceler Carlos França.

A pesquisa do Invamer mostra que a maioria dos colombianos aprovou o modo como Petro se aproximou, nas últimas semanas, do centro e até da direita. Os encontros com figuras como o ex-caudilho Álvaro Uribe serviram para mostrar alguém conciliador e disposto a conversar com a oposição. "Estamos vendo um líder bem menos polarizador que durante a campanha. Mandou mensagens de união, escutou velhos adversários e colocou em marcha uma agenda social que estava pendente", afirma a cientista política Eugenie Richard, da Universidade Externado da Colômbia.

Com esse ímpeto conciliatório, o esquerdista garantiu alianças para ter maioria nas duas Casas do Congresso, depois de conversas entre líderes do Pacto Histórico, sua coalizão, e das demais forças.

Foram firmados acordos com Aliança Verde, Liberal, Aliança Social Independente, Partido da U (do ex-presidente Juan Manuel Santos) e Comuns (braço político dos ex-guerrilheiros das Farc). Junto com o apoio da bancada que corresponde às cotas de indígenas e afro-colombianos, a base petrista no Senado terá 63 dos 108 assentos; na Câmara, 110 dos 188 parlamentares.

A lua de mel com a sociedade e as forças políticas, porém, estará sob escrutínio constante. "As expectativas estão muito altas, e seria melhor que fossem moderadas, porque mudanças levam tempo", diz o cientista político Alvaro Duque. "Petro deveria deixar isso claro. Prometer uma transformação rápida e não entregá-la vai frustrar a população, o que acaba fazendo com que as pessoas se desanimem com a própria democracia."

Também estarão no foco promessas de mudança na matriz econômica e produtiva do país, de uma reforma da Justiça, de reabertura das negociações de paz com o ELN e de uma mudança de enfoque para tentar diminuir a violência ligada ao narcotráfico.

Neste último setor, as propostas do presidente eleito são ambiciosas, com menos atenção ao aspecto punitivo e maior ênfase em políticas sociais, rurais e na implementação gradual de uma justiça reparatória —incluindo até mesmo o chamado "perdão social" para amenizar penas.

Um dos temas que Petro terá de abordar inicialmente é a reaproximação com a Venezuela. Iván Duque rompeu com Caracas para reconhecer o líder opositor autoproclamado Juan Guaidó, mas Petro já declarou que isso mudará, com a legitimidade dada ao ditador Nicolás Maduro.

O primeiro passo, anunciou, será a reabertura das embaixadas nos dois países e das fronteiras, que seguem fechadas —a população da região tem recorrido às chamadas "trochas", caminhos clandestinos por onde também transitam contrabandistas e narcotraficantes. A situação dos 2,5 milhões de venezuelanos no país também é urgente.

A trajetória de Petro, um ex-guerrilheiro, faz com que ele venha sofrendo pressão semelhante à do chileno Gabriel Boric por parte da esquerda mais radical e dos que se manifestaram nas ruas em 2019.

Há cobranças por uma reforma rápida da polícia —que reprimiu com brutalidade os atos recentes— e pela libertação dos detidos nos protestos, considerados presos políticos.

Nas últimas semanas, o esquerdista indicou um ministério moderado e com paridade de gênero. A economia ficará a cargo de José Antonio Ocampo, um acadêmico com passagens por Harvard e Yale que agradou ao mercado. Cecilia López ficou encarregada do desafio da reforma agrária, um dos pilares do plano de governo e artigo aprovado pelo acordo de paz com as Farc de 2016. A ideia é baseá-la não em expropriações, mas no aumento de impostos de terras não produtivas.

As Relações Exteriores ficarão a cargo do conservador Álvaro Leyva, enquanto o progressista Alejandro Gaviria assumirá a pasta da Educação. Há mulheres à frente de Saúde (Carolina Corcho Mejía), Agricultura (López), Ambiente (Susana Muhamad), Cultura (Patricia Ariza), Esporte (a medalhista olímpica de halterofilismo María Isabel Urrutia), Trabalho (Gloria Inés Ramírez) e Minas e Energia (Irene Vélez). Até a noite deste sábado (6), faltavam mais seis nomeações, o que demonstra a dificuldade de fechar negociações com os aliados.

A vice de Petro, Francia Márquez, que ajudou a catapultá-lo ao poder, será também ministra da Igualdade e da Mulher. Para embaixadora junto à ONU, Petro apontou Leonor Zalabata Torres, indígena da etnia arahuaca. E o ministro que mais vem causando polêmica é Iván Velázquez, da Defesa, conhecido por ter denunciado vínculos de setores da política e do empresariado com paramilitares e por ser crítico à atuação das Forças Armadas no enfrentamento das guerrilhas.

Organismos de direitos humanos elogiaram a indicação. "Sua luta contra a corrupção no Exército foi heroica. Um dos grandes problemas que o novo governo enfrenta é a violação de direitos humanos que rodeia a atuação das Forças Armadas", diz Juan Pappier, representante da Human Rights Watch no país.

Raio-X da Colômbia

Área
1.142.000 km² (pouco menor que o estado do Pará)

População
50,8 milhões (pouco maior que a do estado de São Paulo)

PIB
US$ 271,4 bilhões (do Brasil é US$ 1,44 tri)

PIB per capita
US$ 5.334 (do Brasil é US$ 6.796)

IDH
83ª posição (Brasil é 84º)

Fontes: Banco Mundial e CIA

Quem é Gustavo Petro

Economista de 62 anos, casado e com 5 filhos. Ex-guerrilheiro do M-19, na política foi prefeito de Bogotá, senador e deputado, além de candidato derrotado à Presidência em outras duas ocasiões. Terá como vice a advogada Francia Márquez, primeira mulher negra a ocupar o posto.

Petro nos preparativos de foto oficial Reprodução El Tiempo

Foto oficial foi feita em local simbólico

Gustavo Petro fez sua foto oficial como presidente na sexta-feira (5), em Caños Cristales, na serra de La Macarena, no departamento de Meta, muito impactado pelo conflito armado na Colômbia. Ali, um rio colorido por plantas aquáticas voltou a ser ponto turístico, após muito tempo sem visitações devido à presença das Farc. A inovação da foto presidencial em um local simbólico do país imita o chileno Gabriel Boric, que fez a sua com o oceano Pacífico ao fundo. Petro também participou de uma cerimônia de posse simbólica na serra de Santa Marta, onde vivem indígenas de quatro etnias —koguis, arhuacos, wiwas e kankuamo.

Pelosi expõe absurdos de EUA e China em relação a Taiwan

Viagem de deputada carrega o risco de ter estabelecido novos precedentes

OPINIÃO

Ian Bremmer
Fundador e presidente do Eurasia Group, consultoria de risco político dos EUA

A presidente da Câmara, Nancy Pelosi, parlamentar mais poderosa do Congresso dos Estados Unidos, voltou de uma viagem à Ásia que incluiu uma escala em Taiwan. As consequências dessa visita estão só começando.

Quando surgiram os primeiros relatos na mídia de que ela queria visitar a ilha, o regime da China começou a emitir avisos de graves consequências. Os Estados Unidos, insistiram autoridades de Pequim, estavam brincando com fogo.

Além disso, Joe Biden, o presidente americano sob pressão e líder do Partido Democrata de Pelosi, deixou claro por meio de assessores e vazamentos para a mídia que ele achava que uma escala em Taiwan era desnecessariamente provocativa e inoportuna. Seu governo está tentando esfriar as crescentes tensões com a China, e Biden sabia que a viagem faria o oposto.

Pelosi decidiu ir porque sabe que está chegando ao fim de sua carreira política e quer ser lembrada como uma líder sem medo de defender uma democracia presa à sombra de um gigante autoritário valentão.

Seus apoiadores apontam que há precedente para tal visita. Há um quarto de século, o então presidente da Câmara Newt Gingrich ignorou os avisos estridentes de Pequim e foi a Taipé, a capital taiwanesa. Mas muita coisa mudou em 25 anos. O poderio militar global dos EUA permanece incomparável, mas o próprio poderio militar da China, pelo menos em sua vizinhança imediata, é hoje muito maior.

Nos anos 1990, a China teve de aceitar que as ameaças de confrontar diretamente a Marinha dos EUA não acrescentariam muito à capacidade de negociação. Hoje o equilíbrio de forças é bem menos claro.

E o momento é muito mais sensível, porque a China está a semanas de um congresso histórico do Partido Comunista no qual Xi Jinping, arquiteto da política externa agressiva do país, coreografará a própria coroação para um terceiro mandato que rompe com a história de governo institucional da China moderna. Este não é um momento em que o líder de Pequim vai ignorar um ato americano de assertividade de que já havia denunciado.

A coisa mais importante que a escala de Pelosi em Taiwan conseguiu foi salientar mais uma vez o absurdo insustentável do acordo EUA-China sobre Taiwan. O regime chinês continua fingindo que tem o direito de forçar 23 milhões de cidadãos da democrática Taiwan a aceitar o direito do Partido Comunista de lhes impor um estado policial.

Washington continua fingindo que se preocupa tanto com o futuro de Taiwan quanto a China. A política oficial dos EUA é reconhecer que existe apenas "uma só China" em teoria, mas deixar aberta a possibilidade de travar uma guerra para impedir que Pequim use a força para criar essa "uma China" na prática.

O presidente Biden aumentou a confusão ao insistir em três ocasiões distintas que os EUA lutariam contra a China para proteger Taiwan, declaração que foi cuidadosamente evitada por seus antecessores no cargo. Apesar das afirmações claras do democrata, representantes da Casa Branca tentaram proteger a ambiguidade estratégica de Washington, insistindo que Biden não mudou a política do país.

Enquanto isso, o ministro das Relações Exteriores chinês, Wang Yi, descreveu a visita de Pelosi a Taiwan como "maníaca, irresponsável e altamente irracional". Isso antes que Pequim respondesse disparando mísseis balísticos no mar, uma demonstração de fúria frustrada digna de um autocrata norte-coreano.

A maior preocupação é que a visita da deputada americana tenha estabelecido novos precedentes. Os exercícios militares de fogo real da China em águas que Taiwan considera dentro de seu território tornarão muito mais prováveis provocações ainda maiores no futuro. Xi Jinping agora está mais propenso a usar o congresso do Partido Comunista para estabelecer novos limites para Taiwan, os quais futuras autoridades americanas serão tentadas a testar.

Os EUA e a China não estão à beira de uma guerra. Ambos os governos reconhecem que, no mundo globalizado de hoje, não há Muro de Berlim para proteger a segurança e a prosperidade de um lado da potencial turbulência do outro. Ambos convivem com a ameaça de destruição econômica mutuamente assegurada.

Mas a viagem provocativa de Pelosi permite que os militares chineses ensaiem para uma futura guerra, bem como leva os líderes da China a salvar a honra ao traçar novas linhas vermelhas para Taipé e levanta novas dúvidas sobre a estabilidade a longo prazo da economia taiwanesa.

A resposta beligerante de Pequim, por sua vez, encoraja os falcões da China em Washington a continuarem pressionando firme sobre Taiwan —sem um plano crível de resposta se um dia a pressão vai se transformar em ação.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Taipé acusa Pequim de simular invasão

O Ministério da Defesa de Taiwan acusou a China de promover simulações de ataque à ilha principal neste sábado (6), terceiro dia de exercícios de Pequim na região. A pasta alega que 20 aeronaves entraram na Zona de Identificação de Defesa Aérea e, destas, 14 cruzaram a Linha Meridiana, fronteira extraoficial no estreito de Taiwan; 14 navios de Pequim teriam sido observados em atividades no local. O Exército de Taipé emitiu um alerta e mobilizou forças para lidar com a situação. Os exercícios estão programados para acabar às 12h deste domingo (1h em Brasília).

Apoiadores de Moqtada al-Sadr durante reza de sexta-feira na zona verde invadida em Bagdá, próximo ao Parlamento Thaier Al-Sudani - 5.ago.22/Reuters

Voluntarioso e popular, clérigo lidera crise que imobiliza Iraque

Diogo Bercito

SÃO PAULO A invasão do Parlamento iraquiano por simpatizantes do clérigo Moqtada al-Sadr expõe —e agrava— os alicerces frágeis do sistema político do país. A situação, aliada a uma crise que se arrasta há semanas, ameaça seu manco andar democrático e, se continuar a piorar, pode levar a dias violentos às margens dos rios Tigre e Eufrates.

Centenas de manifestantes pró-Sadr tomaram o Parlamento no último dia 30 em protesto contra as tentativas de grupos rivais de formar um governo, depois de o clérigo ter conquistado o maior número de assentos nas eleições de outubro. Até este sábado (6), permaneciam em toda a chamada zona verde, área fortificada no centro de Bagdá, exigindo um novo pleito e emendas à Constituição.

Há um componente religioso na disputa. Tanto o clérigo Sadr quanto os seus rivais almejam representar a comunidade xiita, o ramo majoritário do islã no país. Mas a crise não é de fé. Ela tem a ver com uma estrutura de governo sectária, criada depois da invasão americana de 2003 e com os esforços do Irã para influenciar os rumos desse importante país médio-oriental.

Sadr é hoje uma das pessoas mais importantes da política iraquiana. É capaz de erguer e destruir governos. Há 20 anos, porém, quando os Estados Unidos invadiram o país, o clérigo era uma figura apagada. Ele acabou herdando o capital político de seu pai —o aiatolá Muhammad al-Sadr, morto em 1999— e mobilizou iraquianos para resistir à ocupação americana.

Com a cabeça sempre coberta por um turbante, Sadr ganhou apreço porque, ao contrário de outros políticos, não deixou o Iraque durante a sangrenta invasão americana que derrubou o ditador Saddam Hussein. Passou a inspirar as multidões com um discurso populista, em um país empobrecido por conflitos e sanções econômicas.

Sadr também se distinguiu por criticar não apenas os EUA, mas também o Irã, a grande potência xiita. A mensagem, efetiva, era de que o Iraque não deveria se sujeitar a ser marionete de ninguém.

Nas eleições de outubro passado, o movimento de Sadr levou 74 dos 329 assentos do Parlamento. O bloco de grupos xiitas aliados ao Irã, conhecido como Estrutura de Coordenação, recebeu apenas 17 cadeiras. Apesar da vitória, Sadr não conseguiu formar um governo com as outras forças, em parte devido aos boicotes das facções rivais. Furioso, o grupo do clérigo deixou o Parlamento em junho.

O clérigo xiita em discurso Alaa Al-Marjani - 3.ago.22/Reuters

Com a retirada de Sadr, o bloco xiita pró-Irã começou a se movimentar para formar o próprio governo e coroar um primeiro-ministro —no sistema iraquiano atual, o cargo vai sempre a um xiita. Foram as tentativas de eleger o pró-Irã Muhammad al-Sudani que explodiram a ira dos seguidores de Sadr. Com cordas e correntes, eles derrubaram muros de concreto no complexo do governo. Embates com as forças de segurança deixaram 125 feridos, e o Parlamento foi tomado.

Em resposta, grupos ligados à Estrutura de Coordenação começaram a protestar também. Como ambos os lados controlam milícias armadas, o receio é de que a tensão descambe para a violência.

No meio-tempo, o impasse político vai impedindo o funcionamento do governo, que em meados do ano ainda não aprovou um orçamento para 2022. Apesar de suas reservas de petróleo e do fim da ameaça imediata da organização terrorista Estado Islâmico, o Iraque passa fome e carece de água e de eletricidade.

Como no caso de outros líderes populistas ao redor do mundo, o discurso de Sadr é marcado por contradições. Apesar de criticar o sistema e pedir uma nova ordem política, menos corrupta, ele se beneficia do estado das coisas. Seus seguidores ocupam cargos no governo, por exemplo.

O voluntarioso Sadr é uma das únicas pessoas no Iraque —além do aiatolá Ali al-Sistani, grande autoridade religiosa xiita— capazes de mobilizar as massas. Tem milhões de seguidores, uma milícia e um império financeiro. O que Sadr não tem ainda é um governo, o que ele exige agora.

Anas Baba/AFP

ISRAEL ATACA GAZA PELO 2º DIA, E NÚMERO DE MORTOS CHEGA A 24

Os ataques disparados por Israel em direção à Faixa de Gaza contra alvos da Jihad Islâmica entraram no segundo dia neste sábado (6) e devem durar ao menos uma semana, disseram as forças do país. Segundo o Ministério da Saúde palestino, já são ao menos 24 mortos, incluindo 6 crianças —Israel alega que estes óbitos ocorreram por um foguete do grupo radical que falhou no lançamento—, e 203 feridos. Tel Aviv diz ter mirado 40 alvos da Jihad, incluindo locais de fabricação e armazenamento de armas. O grupo revidou lançando mais de 400 foguetes; a maior parte foi interceptada. A central elétrica de Gaza anunciou que teve de fechar depois de Israel cortar o fornecimento de combustível. No front diplomático, o Egito propôs um cessar-fogo temporário, mas a Jihad teria se negado a negociar. O Departamento de Estado dos EUA declarou apoio ao 'direito de Israel de se defender', instando os lados a evitar o acirramento das tensões; a Guarda Revolucionária do Irã disse que Israel 'pagará um preço alto'.

Nova onda de brasileiros em Portugal se une para denunciar discriminação

Casos recentes reforçam crescimento da discussão racial e poder de megafone das redes sociais

ONDE SE FALA PORTUGUÊS

Giuliana Miranda

LISBOA Antes do episódio de racismo vivido pelos filhos dos atores Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso em um restaurante de Portugal, relatos de discriminação e xenofobia contra brasileiros no país já vinham inundando as redes sociais. Muitas das postagens foram compartilhadas pelas próprias vítimas, que, segundo especialistas e o próprio governo luso, estão mais dispostas a defender seus direitos.

"As pessoas estão mais conscientes e atentas ao problema. Elas têm identificado as situações que vivenciam e procurado formas de denúncia", avalia Cyntia de Paula, presidente da Casa do Brasil em Lisboa, ONG que presta assistência à comunidade brasileira.

Além do poder de megafone das redes sociais e do crescimento da discussão racial, a diversificação do perfil de migrantes brasileiros em Portugal —com presença forte e engajada de estudantes, profissionais especializados e empresários— também pode estar contribuindo para a ampliação desse debate público.

"A vinda recente de diversos grupos certamente tem contribuído para a identificação maior de situações de xenofobia e racismo", completa Cyntia. Ela destaca, porém, que migrantes ainda enfrentam questões como a precariedade dos postos de trabalho e custos crescentes de moradia.

Em Portugal há cinco anos, a psicóloga Mariana Braz conta que demorou algum tempo para reconhecer situações de discriminação, por vezes sutis, que ela e amigas vivenciavam. Para ajudar a dar visibilidade ao problema, ela criou em 2020 o perfil "Brasileiras não se Calam". Embora o projeto compile depoimentos de episódios de xenofobia em vários países, a maior parte dos relatos se deu em Portugal.

"Acho que isso acontece por haver uma grande comunidade brasileira e pela questão colonial, que persiste."

O projeto rapidamente ganhou notoriedade. Embora as histórias sejam anônimas e não sirvam oficialmente como ferramenta de denúncia, a psicóloga avalia que dar visibilidade ao tema e proporcionar um espaço de troca de impressões têm ajudado as brasileiras no exterior a lidar com as situações de discriminação.

"Eu recebo muitos relatos de mulheres que dizem que, depois de lerem os depoimentos e de verem nos comentários como outras pessoas reagiram em situações semelhantes, conseguem também se defender", afirma.

Outros brasileiros têm se dedicado a difundir informações importantes sobre legislação e direitos entre compatriotas. Voz ativa no movimento que pressiona as autoridades portuguesas para resolver os atrasos na emissão dos documentos dos imigrantes, o médico baiano Marcelo Sampaio começou a se mobilizar após receber informações desencontradas dos órgãos oficiais.

O psiquiatra chegou a Portugal em março de 2020, dois dias antes do lockdown que, devido à pandemia, paralisou o país —e muitos serviços públicos— por mais de dois meses.

"Foi uma época difícil, e eu já tive problemas com essa questão da documentação. Então mergulhei na legislação portuguesa e vi que o texto aprovado na Assembleia da República é uma coisa, mas, no fim, o funcionário na ponta faz outra."

Depois de identificar que muitos de seus pacientes brasileiros não tinham noções de direitos relativos à saúde, ele passou a compartilhar informações sobre o atendimento para estrangeiros, incluindo os que estão em situação irregular. Quando, no começo do ano, o sistema de renovação automática das autorizações de residência parou de funcionar, o médico ajudou a inundar entidades responsáveis com reclamações.

"Estimulei cada um, individualmente, a criar uma denúncia sobre o SEF [Serviço de Estrangeiros e Fronteiras] estar descumprindo a lei, que estabelece que o imigrante tem de pedir a renovação do seu título de residência com 90 dias de antecedência."

> Temos recebido mais relatos [de discriminação], se criou um movimento maior de denúncia. Não significa necessariamente que haja mais casos em números absolutos, mas que estamos mais conscientes
>
> **Cyntia de Paula**
> da ONG Casa do Brasil em Lisboa

O movimento de reivindicação de direitos também está presente nas universidades, onde brasileiros já têm destaque nas associações das principais instituições. Na internet, o coletivo Estudantes Internacionais vem ajudando a denunciar episódios de discriminação ocorridos em aula.

À Folha no fim de julho a ministra dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, responsável pela tutela das migrações, reconheceu o aumento nos relatos de xenofobia no país, mas destacou que os migrantes também estão mais conscientes de seus direitos.

Os dados mais recentes referentes à discriminação étnica e racial no país são referentes a 2020, quando a Comissão de Combate à Discriminação registrou 655 queixas —um aumento de 50,2% em relação ao número de 2019.

Neste ano, novo documento deve ser divulgado em setembro, e a expectativa é que o balanço de denúncias tenha novo aumento substantivo.

"Temos recebido mais relatos [de discriminação], mas acho que também se criou um movimento maior de denúncia. Não significa necessariamente que haja mais casos em números absolutos, mas que estamos cada vez mais conscientes", diz Cyntia de Paula.

Ela lembra ainda o fator do crescimento da ultradireita nacionalista na Europa, com forte discurso anti-imigração.

Portugal vive uma nova onda de chegada de brasileiros, que formam, com folga, a maior comunidade estrangeira. Pelas estatísticas oficiais, em 2021 havia 204.694 brasileiros residindo legalmente no país, mais de 150% de alta em relação a 2016. Embora esses dados já representem 3 em cada 10 imigrantes, o tamanho real da comunidade é maior, uma vez que o SEF não contabiliza quem tem cidadania portuguesa ou de outro país da União Europeia e aqueles em situação migratória irregular.

Com a aprovação de novos vistos de trabalho, promulgados pelo presidente Marcelo Rebelo de Sousa, a expectativa é que a comunidade tenha crescimento ainda maior.

Lisboa tem corrida a cartórios antes de nova regra para cidadania

LISBOA Para dar conta da explosão nos pedidos de nacionalidade portuguesa antes do endurecimento das regras de concessão para descendentes de judeus expulsos na Inquisição, advogados têm precisado madrugar nas filas da entidade responsável.

Na última quinta (4), o primeiro chegou à Conservatória de Registros Centrais de Lisboa às 4h10. Antes das 7h, já havia 20 profissionais —número de senhas distribuídas durante a manhã— na calçada em frente ao prédio.

Cada advogado pode dar entrada em até cinco processos por vez. Por isso, com a demanda em alta, muitos já estão há mais de um mês encarando diariamente as horas de espera. "Na semana passada, às 6h15 chegou a décima pessoa. Hoje, na mesma hora, já era a 16ª, então estamos tendo de vir cada dia mais cedo. No fim do mês, talvez a gente tenha de dormir aqui", brinca Raphaela Souza, que está na rotina de madrugar na fila desde o começo de julho.

Como essa é só uma das atividades da entidade, alguns profissionais só conseguem ser atendidos na parte da tarde. "Há uma hora do dia em que o calor fica insuportável, porque a calçada não tem sombra", diz Diego Mayer, também veterano na rotina.

A Ordem dos Advogados de Portugal informou, em nota, que recebeu denúncias sobre a situação e que vai apresentar uma queixa sobre os serviços.

Embora os pedidos de nacionalidade possam ser feitos com o envio da documentação pelos correios, profissionais especializados insistem em ir à conservatória (espécie de cartório). "Quem entrega presencialmente recebe na hora um comprovante e uma chave para acompanhar o andamento do processo pelo site; pelos correios isso tem levado sete meses", explica Mayer.

Vários temem que casos possam ser perdidos ante o aumento expressivo na demanda. Levantamento da reportagem com base na numeração dos processos indica que foram ao menos 108 mil entre janeiro e julho. Anunciado pelo governo em março, o envio dos pedidos por via digital não está operando.

Segundo o Ministério da Justiça, "constrangimentos de ordem técnica na rede de comunicações" levaram à suspensão temporária; não há prazo para o retorno do serviço.

O aumento generalizado de pedidos de nacionalidade —faz mais de uma década que há mais novos portugueses por essa via do que por nascimentos— fez disparar o tempo de processamento. Para netos de portugueses, o prazo estimado atual é de 29 meses.

A advogada Ana Onofre chama a atenção para o número insuficiente de funcionários nas conservatórias. "Cada pedido custa € 250 [R$ 1.340], só aqui nessa fila são 20 advogados com cinco processos cada um. Por que não contratam mais pessoas?"

108 mil
processos de pedido de cidadania foram feitos de janeiro a julho

29 meses
é o prazo estimado hoje para a concessão do passaporte para netos de portugueses

A insatisfação com as condições de trabalho e com a falta de pessoal existem entre os próprios funcionários da Conservatória dos Registros Centrais de Lisboa, que anunciaram greve parcial, às segundas e sextas, em agosto.

A manifestação visa a pressionar o governo em um momento decisivo antes da mudança nos requisitos para ter o passaporte português. A partir de 1º de setembro, o país passará a aplicar regras mais duras para a concessão de nacionalidade para descendentes de judeus sefarditas.

A principal mudança é a exigência de comprovação de vínculos contemporâneos com Portugal, como a herança de imóveis e a realização de viagens ao país ao longo da vida. Até agora, a certificação de ascendência por comunidades israelitas era a principal exigência do processo.

A atribuição da cidadania a esse grupo foi introduzida na lei em 2015 e ganhou popularidade. Até 2021, 56.685 pessoas haviam obtido o passaporte português por meio do mecanismo, incluindo milhares de brasileiros. A restrição foi decidida após a repercussão de investigações sobre o processo envolvendo o oligarca russo Roman Abramovitch, próximo a Vladimir Putin.

O rabino responsável pela certificação do bilionário chegou a ser preso. A Comunidade Israelita do Porto nega irregularidades.

Fila de pessoas em frente a agência da Caixa Econômica Federal para sacar o Auxílio Brasil, no início do programa Rivaldo Gomes - 17.nov.2021/Folhapress

Auxílio Brasil supera emprego formal em metade dos municípios do país

Mesmo com melhora do mercado de trabalho, queda na renda mantém famílias dependentes

DELTAFOLHA

Cristiano Martins, Diana Yukari e Felipe Nunes

SÃO PAULO E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO O número de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil supera o de empregados com carteira assinada em metade dos municípios do país.

Levantamento realizado pela **Folha** com dados do Ministério da Cidadania e da Secretaria Especial do Trabalho mostra que, de 5.426 cidades analisadas, 2.728 encontram-se nesta situação (50,3%). Os dados se referem a junho.

O programa é uma das apostas do governo Jair Bolsonaro (PL) para melhorar a popularidade. O presidente, que disputa a reeleição, está em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

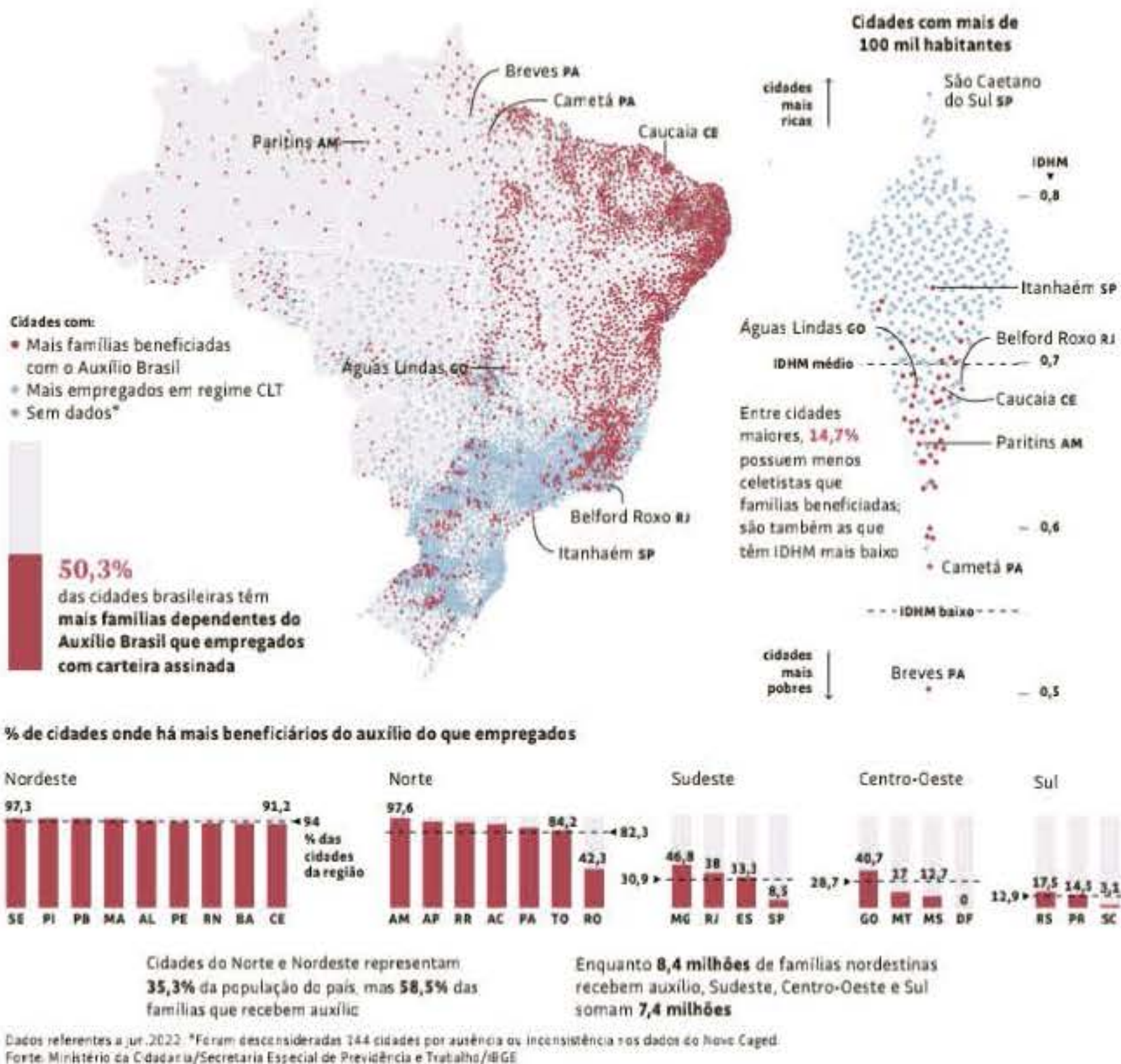
De acordo com especialistas, apesar de a taxa de desemprego ter recuado no país no primeiro semestre de 2022, a queda na renda média do trabalhador e a falta de oportunidades de emprego contribuem para manter muitas famílias dependentes da ajuda do governo.

Entre os municípios de maior porte, um exemplo é Nova Iguaçu (RJ), na Baixada Fluminense. A cidade de 825 mil habitantes fechou o primeiro semestre com 83,2 mil trabalhadores empregados formalmente e 114,4 mil famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil, segundo os balanços oficiais dos dois órgãos federais.

Outro exemplo é Belford Roxo (RJ), cidade de 515 mil habitantes também na Baixada Fluminense. A proporção no município era de três famílias atendidas pelo programa de transferência de renda (67,6 mil) para cada habitante formalmente ocupado (21,2 mil).

O fenômeno, porém, é muito mais frequente nas cidades pequenas, uma vez que apenas 65 grandes municípios do país concentram metade dos empregos formais, enquanto abrigam, juntos, um terço da população nacional.

Entre as 326 cidades com 100 mil habitantes ou mais, apenas 48 possuem menos celetistas que famílias beneficiadas (14,7%).

A análise mostra que 94% dos municípios da região Nordeste possuem mais beneficiários do que empregados. No Norte, são 82,3%. Nas demais regiões, esses percentuais são bem inferiores: 12,9% no Sul, 28,7% no Centro-Oeste e 30,9% no Sudeste.

O levantamento desconsiderou 144 cidades (2,6% do total) devido à ausência ou inconsistências nos dados de registrados no Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). No geral, são cidades pequenas, com baixo nível de desenvolvimento e localizadas no Norte e Nordeste, ou seja, com perfil semelhante àquelas com mais auxílios que postos formais.

Paralelamente, o levantamento reforça que a situação é mais comum entre as cidades com menor IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

O número de empregados é menor que o de famílias beneficiadas em 99,7% das cidades com o índice considerado baixo —isto é, inferior a 0,55 na escala, que vai de 0 a 1.

É o caso de Breves, no Pará. Com um IDHM de 0,503, a cidade conta com uma população de 104 mil habitantes, mas os dados registram apenas 2.793 trabalhadores formais. Em junho, o número de famílias atendidas pelo Auxílio Brasil foi de 20.570.

No outro extremo, entre as cidades com o índice considerado muito alto (acima de 0,8), não há nenhuma em que o número de trabalhadores formais seja menor do que o de famílias beneficiadas.

"Esses números não surpreendem, pois estão diretamente associados à estrutura econômica dos municípios brasileiros", avalia Débora Freire, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

A economista diz que a maioria dos municípios de pequeno porte é altamente dependente do setor público, tanto na geração de postos de trabalho quanto na transferência de recursos por meio de programas sociais ou de repasses da União e dos estados.

Para o economista e professor do Insper Sergio Firpo, como essas cidades têm grandes dificuldades de gerar emprego, ficam à margem do crescimento econômico. Sem geração de renda, os moradores ficam mais dependentes do benefício do que em locais com economia mais ativa.

"Os municípios mais pobres no Brasil são aqueles em que há muita gente fora da força de trabalho, ou na informalidade, e pouca gente no setor formal. Não é surpreendente que o número de beneficiários seja maior do que o de trabalhadores formais".

Para Freire, programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil são fundamentais para estimular a economia dessas localidades, mas insuficientes para, sozinhos, alterar significativamente o cenário.

"Essas políticas têm a capacidade de fomentar principalmente o comércio e serviços, e por isso são tão importantes. Mas, até que isso se traduza em maior formalidade e se reflita no mercado de trabalho, não é algo rápido."

Daniel Duque, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas), lembra que o fenômeno não acontece apenas na zona rural.

"Apesar de a informalidade ser um problema maior em regiões rurais e menos densas, nas grandes cidades das regiões metropolitanas há uma carência muito grande de emprego de qualidade dentro da formalidade."

Ele afirma que os trabalhadores com baixo nível de rendimento procuram trabalho na metrópole, onde há mais oportunidades, mas não conseguem arcar com os custos da moradia nessas regiões. "Esses trabalhadores, muito provavelmente, vão precisar acessar um programa social para complementar a renda".

No agregado por estado, o total de benefícios supera o de empregos com carteira assinada em 12 unidades federativas, todas elas das regiões Norte (Acre, Amazonas, Amapá e Pará) e Nordeste (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe). São os mesmos estados no comparativo publicado em reportagem da **Folha** de abril.

Em cinco deles, a concessão de benefícios superou a melhoria das vagas formais. Amazonas, Piauí, Pernambuco, Sergipe e Bahia tiveram mais famílias cadastradas no programa desde então do que novos postos de trabalho criados. Em Alagoas, houve retração no número de empregos. Nos outros seis, o total de famílias atendidas pelo Auxílio cresceu, mas em menor proporção do que o de empregados.

Em oito estados, a quantidade de famílias dependentes do Auxílio Brasil caiu em junho, se comparada com fevereiro.

De acordo com o balanço do Ministério da Cidadania, o auxílio, em junho, tinha um tíquete médio de R$ 405,48, considerando os benefícios extraordinários acumulados.

Em agosto, as famílias passam a receber parcela mínima de R$ 600. Mas o acréscimo de R$ 200 —previsto para durar até dezembro— chegará defasado aos bolsos dos beneficiados, devido ao aumento da inflação.

Segundo o ministério, 2,2 milhões de famílias foram inscritas no Auxílio Brasil neste mês. Com isso, o benefício passa a contemplar 20,2 milhões de famílias no país.

De acordo com os dados da Secretaria do Trabalho, o Brasil fechou o mês de junho com 42 milhões de postos de trabalho formais ocupados, o equivalente a 28% da população em idade economicamente ativa (dos 15 aos 65 anos).

A taxa de desocupação medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no segundo trimestre deste ano foi de 9,3% da população (a menor para o período desde 2015), o equivalente a 10,1 milhões de pessoas.

Já o trabalho informal era a realidade de 39,3 milhões de brasileiros (maior número da série histórica do indicador), o equivalente a uma taxa de informalidade de 40% dos trabalhadores ocupados.

No segundo trimestre, o rendimento habitual do trabalho foi estimado em R$ 2.652, uma queda de 5,1% comparação com o segundo trimestre de 2021. À época, a renda média era de R$ 2.794.

Número de famílias beneficiadas pelo Auxílio Brasil supera o de empregos formais em 2,7 mil municípios

Situação é mais comum em cidades pequenas e nas regiões Norte e Nordeste

Breves PA
Cametá PA
Paritins AM
Caucaia CE
Águas Lindas GO
Belford Roxo RJ
Itanhaém SP

Cidades com:
• Mais famílias beneficiadas com o Auxílio Brasil
• Mais empregados em regime CLT
• Sem dados*

50,3% das cidades brasileiras têm **mais famílias dependentes do Auxílio Brasil que empregados com carteira assinada**

Cidades com mais de 100 mil habitantes

cidades mais ricas
São Caetano do Sul SP
IDHM
0,8
Itanhaém SP
Águas Lindas GO
Belford Roxo RJ
IDHM médio
0,7
Caucaia CE
Paritins AM
Entre cidades maiores, 14,7% possuem menos celetistas que famílias beneficiadas; são também as que têm IDHM mais baixo
0,6
Cametá PA
IDHM baixo
cidades mais pobres
Breves PA
0,5

% de cidades onde há mais beneficiários do auxílio do que empregados

Cidades do Norte e Nordeste representam **35,3%** da população do país, mas **58,5%** das famílias que recebem auxílio

Enquanto **8,4 milhões** de famílias nordestinas recebem auxílio, Sudeste, Centro-Oeste e Sul somam **7,4 milhões**

Dados referentes a jun.2022. *Foram desconsideradas 144 cidades por ausência ou inconsistência nos dados do Novo Caged

Fonte: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho/IBGE

PAINEL S.A. | *Joana Cunha*

painelsa@grupofolha.com.br

Antonio Carlos Pipponzi

Liberação de benefícios alavanca varejo, mas não ameniza desigualdade

Para empresário, PEC injeta recursos na economia, porém, tem efeito momentâneo e não resolve problema estrutural do país

RAIADROGASIL

SÃO PAULO Mais resistente do que os outros ramos do varejo a esse momento de aperto no bolso do consumidor, a farmácia sofre menos o reflexo da elevação nos juros, mas sente a inflação nos custos, segundo Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho da gigante RaiaDrogasil.

O empresário, que já comandou o IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), uma das principais associações dos varejistas brasileiro, reconhece que o efeito da PEC dos benefícios deve irrigar as vendas do setor como um todo, mas vê orientação eleitoreira e diz que não ameniza a desigualdade.

"É um tema que vai alavancar vendas de varejo, é um tema que tem totalmente a ver com eleição. O que a gente precisa é solucionar problemas estruturais e não simplesmente fazer injeção emergencial."

Pipponzi, que faz parte de um grupo de empresários autodenominados Nem Nem, nem Lula nem Bolsonaro, ainda vê possibilidade de crescimento da terceira via.

*

Como está sentindo a inflação no setor em geral? Descolando um pouco da minha figura de varejo farmacêutico, que tem características específicas, o varejo em geral hoje sofre, especialmente nos bens duráveis. Quando sobe juro, desalinha, vem queda de vendas, porque tem muito financiamento. Nos poderes aquisitivos mais baixos da população, o produto mais caro fica com suas compras adiadas.

Já as empresas de bens de consumo sofrem menos, porque as vendas são predominantemente à vista ou em cartão. Não digo que elas caminhem bem nesse momento, porque tem pressão inflacionária de custos. Mas a demanda é mais estável, especialmente no comércio farmacêutico. Tem resiliência maior, mas é uma característica peculiar do setor.

No caso dos bens duráveis, como o crédito consegue segurar um pouco? É difícil. Às vezes, afrouxando um pouco mais as regras de aceitação, de concessão de crédito. É um pouco por aí.

Eduardo Knapp/Folhapress

Antonio Carlos Pipponzi, presidente do conselho da RaiaDrogasil

RaiaDrogasil
Criada em novembro de 2011 após a fusão entre as redes Droga Raia e Drogasil, que formou a maior rede do varejo farmacêutico do país, a RD (RaiaDrogasil) opera em todos os estados brasileiros, com 2.500 unidades. No ano passado, a companhia registrou faturamento de R$ 25,6 bilhões

E o varejo farmacêutico, que teve um grande momento com a pandemia? O que tem no horizonte quando passar esse período? O varejo farmacêutico viveu três ciclos importantes na última década. O primeiro foi a corrida do ouro, do preenchimento dos espaços físicos, para ter uma grande rede e estar próximo do cliente. O segundo foi a onda do multicanal, em que o mundo deixa de ser só físico e passa a ser também digital. O terceiro, que já vinha antes da pandemia, é o da farmácia como centro de saúde.

A gente já se preparava para ter uma farmácia capaz de oferecer mais serviços. Quando vem a pandemia, ela acelera essa oferta. Vem testes, vacinação. E vem telemedicina, não especificamente dentro da farmácia, mas você já começa a mirar, através de convênios. Passamos a ver esse mundo mais próximo.

Sobre consumo: no começo, teve aceleração nos medicamentos. Depois, um período de reação de vendas com testes e autotestes. Hoje, começa a entrar em estabilização. A tendência é que estabilize em patamar maior, porque as pessoas passam a monitorar com mais frequência não só a Covid, mas outras gripes.

A expansão dos serviços não passa por regulação? Anos atrás, grandes redes de farmácias estrangeiras, que tinham esse padrão de serviço mais evoluído, olhavam para o Brasil. O que falta na regulação? O Brasil sempre teve travas na regulação. Isso dificultou a entrada de empresas de fora, não só do ponto de vista sanitário, mas também outros temas, como o tributário. Não vem de uma hora para outra. A telemedicina, por exemplo, não está totalmente regulamentada. E é algo que eu acho que vai acabar passando por farmácia. Tem a questão dos exames laboratoriais.

Esse hábito de ir direto para o hospital quando se sente pequenos sintomas, por exemplo, vai sobrecarregar o sistema de saúde. Parte dessa demanda não pode ser atendida na farmácia? Uma rede como a nossa tem 10 mil farmacêuticos. São profissionais, que sabem quando podem resolver um problema ou quando devem encaminhar a um médico. Se não abrirmos espaço para esse conceito, teremos trava na regulação e, consequentemente, o sistema fica cada vez mais caro.

Como membro do IDV, o sr. acompanha a discussão do combate ao camelódromo digital? Como o varejo farmacêutico entra nisso? O IDV está em uma luta forte. Nada é pior, em qualquer negócio, do que uma concorrência com regras diferentes. Se as empresas formalizadas pagam imposto, quando se abre espaço para outros concorrentes que não têm as mesmas exigências, elas perdem competitividade em prol de uma informalidade ou ilegalidade. O que a gente quer é equilíbrio nisso e responsabilização.

É fundamental que se entenda o marketplace e se responsabilize pelos produtos que vende, pela idoneidade, pela emissão de notas fiscais.

No final do anos 1990, tinha saque em farmácias. Roubavam produtos com uma frequência enorme e distribuíam em distribuidores a R$ 2. Hoje, não tem mais isso em medicamento. Mas pega um camelódromo desses. Isso dá espaço, inclusive, ao roubo. Daí a necessidade de se regulamentar os marketplaces.

No caso do varejo farmacêutico, passa muito pouco pelos marketplaces.

O que espera de uma reforma tributária? Esse governo entrou com proposta bem reformista. Agora, existem jeitos e jeitos de fazer reforma. Parece que o gol é falar que foi feito reforma, não importa qualidade e extensão. A questão é ter foco no aumento da base de arrecadação. É trazer todo mundo para arrecadar dentro do sistema. Se o sistema é imposto digital, ao qual eu sou simpático, ou se é outro, não importa. O que importa é que a base tem que ser aumentada. Se não alargar a base, não pode diminuir o volume.

O IDV não quer se posicionar contra reforma tributária. A gente quer é o equilíbrio competitivo. E isso é análogo em outras reformas. A administrativa estava quase toda preparada, de repente, começa concessão daqui, concessão de lá e estaciona.

Assim foi com o processo de privatizações. Até que esse tema ainda teve um encaminhamento recente um pouco mais agressivo. Mas isso é com todas as reformas. A própria trabalhista, já se começa a falar em reversão ou ajuste. A gente lutou muito pela reforma trabalhista. É complexo falar em reforma. Não é simplesmente ticar uma por uma e falar que foi reformista.

A campanha do Lula fala em mexer na trabalhista. Como avalia? Uma coisa é promover alguns ajustes, até cabíveis. O que não pode é desmontar o escopo da reforma. Não pode voltar aquele poder exagerado aos sindicatos, que fomentava uma estrutura gigante e até com destinação de recurso que muitos questionavam. Não pode voltar discussão sobre sucumbência, de pagar custas advocatícias para reclamações sem procedimento. Outro ponto importante é o trabalho parcial.

Ajustes pode ter. Agora, já ouvi falar em revogar completamente. Em outro momento, que seriam ajustes. O discurso não está muito claro.

O sr. faz parte de um grupo de empresários que se chamam de Nem Nem, os defensores da terceira via. O que estão achando? Somos defensores da terceira via, sem trégua, até o final. Eu não penso em outra coisa que não seja uma terceira via. A minha candidata é a Simone Tebet. Acho que a campanha ganha peso com a liberação de verba. Não tenho plano de apoiar outro candidato.

Eu vejo problema nos dois. Bolsonaro assume um desconhecimento do país. Acho muito sério ele falar que não tem conhecimento sobre economia. Não consigo entender como é que alguém pode conduzir um país sem conhecer de economia. Troca ministérios, o Ministério da Educação, o mais importante do país, cinco, seis trocas de ministros e não caminhou. Existem receitas extraordinárias para a educação, alternativas que foram colocadas com sucesso em estados e municípios. É questão de vontade política.

Do outro lado, um candidato como o Lula a gente olha com grande preocupação sobre caminho de fortalecimento do Estado, antirreforma. Sinceramente, entre um e outro, não tenho escolha, só penso em uma terceira via.

Que tipo de mudança de cenário o sr. espera ver após os efeitos dos recursos da PEC que amplia benefícios sociais? Injetar mais recursos na economia, seguramente, resolve um problema momentâneo. Pode alavancar vendas do varejo. Mas não resolve em nada o problema estrutural do país. A desigualdade que o país vive hoje, e o cenário que ele tem pela frente são extremamente preocupantes.

Às vezes, a gente tende a falar que o Brasil é maior do que todas as crises. O Brasil é maior, mas a desigualdade cresce cada vez mais. Então, acho que é um tema que vai alavancar vendas de varejo, é um tema que tem totalmente a ver com eleições. Tem objetivo sim de interferência no processo de eleições.

O que precisamos realmente é solucionar problemas estruturais e não simplesmente fazer injeção emergencial. Agora, vai ser bom para o varejo, que vai capturar algo disso.

VEJA VÍDEO DA ENTREVISTA EM folha.com/raiadrogasil

Lula quer tirar Petrobras de plano de privatização

Campanha do petista também prevê comprar ações da Eletrobras e avalia ser muito difícil reestatizar empresa

Julio Wiziack e Julia Chaib

BRASÍLIA O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende tirar a Petrobras do programa de privatizações, interromper a venda em curso de refinarias da estatal e ainda adquirir participação relevante na Vibra, antiga BR Distribuidora.

Aliados do pré-candidato à Presidência defendem, até mesmo, a criação de uma estatal de energia, promovendo a fusão da Petrobras com a Eletrobras, cuja desestatização acabou de ser efetivada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

Maior empresa brasileira, a Petrobras foi incluída no PPI (Programa de Parceria de Investimentos) por Adolfo Sachsida, ministro de Minas e Energia do governo atual.

O presidente Bolsonaro foi eleito com a promessa de privatizar estatais federais e obter mais de R$ 1 trilhão com esse processo.

No entanto, conseguiu aprovar no Congresso a venda da Eletrobras depois de várias concessões, e a pulverização do controle da estatal só foi realizada a menos de um ano do fim de seu mandato.

A Eletrobras foi incluída no PPI ainda em 2018, durante o governo Michel Temer (MDB). Quando assumiu, Bolsonaro reforçou a intenção de desestatizá-la.

Além disso, incluiu outras estatais no plano de privatizações: Telebras, Correios, ABGF (Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias), Emgea (Empresa Gestora de Ativos), Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), Ceagesp, Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e porto de Santos.

A Casa da Moeda estava no plano, mas foi retirada do PPI depois que o governo desistiu de privatizá-la.

Já a Petrobras entrou de vez na mira de Bolsonaro após a alta crescente dos preços dos combustíveis e reajustes em série promovidos pela petroleira, que levaram à demissão de presidentes da empresa.

Pressionado pelo aumento na gasolina e no diesel, Bolsonaro nomeou Sachsida, nome próximo do ministro Paulo Guedes (Economia), como ministro de Minas e Energia, que colocou como condição para assumir o cargo iniciar o processo de privatização da estatal.

Assim que assumiu o comando da pasta, o ministro, em um de seus primeiros atos, deflagrou o processo de inclusão da petroleira no PPI.

Sem tempo hábil para realizar o processo de venda, o gesto foi interpretado como uma tentativa de sinalizar ao mercado que as promessas de campanha poderiam vir a ser cumpridas em um eventual segundo mandato de Bolsonaro, que tenta a reeleição.

A equipe de Lula, no entanto, enxerga erros na estratégia privatista de Bolsonaro neste setor. Para assessores do petista, o preço da energia disparou, atingindo um dos patamares mais elevados da história, e o barril do petróleo chegou à marca de US$ 140, encarecendo toda a cadeia dos combustíveis no país. O preço da commodity, no entanto, vem caindo nas últimas semanas.

Na avaliação de assessores do ex-presidente petista, foi um equívoco do governo aceitar acordos entre a Petrobras e o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), que impôs à petroleira a venda de refinarias e gasodutos para livrá-la de um julgamento e eventual punição pelo órgão de defesa da concorrência.

Para os conselheiros do Cade, a quebra do monopólio da Petrobras no refino e no gás seria a única forma de estimular a competição no setor.

As refinarias estão à venda, mas os resultados são frustrantes porque houve aumento de preço do combustível em áreas antes assistidas pela Petrobras.

Na Bahia, por exemplo, o litro da gasolina produzido na refinaria Mataripe (vendida para o fundo Mubalada) chegou a ser comercializado por R$ 11.

A venda da BR Distribuidora, outro alvo de críticas do PT, impediu, segundo a equipe de Lula, que a distribuição do combustível chegasse a contento em áreas mais afastadas, como o Acre.

Por esses motivos, a campanha de Lula prevê, por ora, romper os acordos assinados com o Cade e retomar as refinarias da Petrobras.

Nesse cenário, a petroleira voltaria a ser julgada pelo tribunal pelas supostas práticas anticompetitivas e, sendo condenada, teria de pagar multas.

Ainda segundo integrantes da equipe do ex-presidente, a ideia é comprar participação em refinarias já vendidas, como a Mataripe (antiga Refinaria Landulpho Alves) para que seja possível interferir nessas companhias quando houver crises.

Esse plano se estende à BR Distribuidora e a empresas de gás.

"Não é reestatizar, mas comprar ações dessas empresas de forma a conseguir assento nos conselhos", disse o senador Jean Paul Prates (PT-RN), que prepara o plano de governo do ex-presidente na área de óleo e gás.

"A União, por meio de suas estatais, fará uma oferta a essas empresas. Se os acionistas aceitarem, levamos o negócio adiante."

No caso da Eletrobras, Lula ainda não tem um plano fechado. A empresa foi privatizada e, de acordo com seu novo modelo de gestão, quem fizer uma proposta para adquirir o controle terá de pagar mais de três vezes o valor de mercado de suas ações —uma trava para impedir a reestatização da companhia.

Mesmo assim, a equipe do petista avalia ser possível levar esse projeto adiante porque a barreira só se refere a propostas de aquisição do controle. Como o plano passa por comprar ações e promover uma fusão consensual entre as duas empresas, avaliam assessores, isso permitiria escapar das restrições legais.

"A nossa preocupação é: como planejar e coordenar a política energética sem a Eletrobras e com uma Petrobras menor. No caso da Petrobras é preciso enfrentar uma situação em curso de encolhimento da empresa. É preciso, dentre outras coisas, reorientar a política de investimentos (e desinvestimentos)", diz William Nozaki, coordenador técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que participa da elaboração do plano de governo de Lula.

"No caso da Eletrobras a situação é mais complexa, pois envolve uma situação consumada. E o modelo de desestatização impôs uma série de travas de governança e contenciosos jurídicos que ecoam para além do Executivo. Qualquer proposta vai exigir uma avaliação política e econômica posterior", explica Nozaki.

Caso obtenha sucesso com esse projeto, Lula pretende ainda juntar a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) com a ANP (Agência Nacional do Petróleo), criando uma superagência de energia.

Para a equipe petista, o país precisa acelerar a transição energética e não faz mais sentido separar as duas coisas. Petrobras e Eletrobras são empresas de energia.

Lula está em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para a Presidência, na frente de Bolsonaro.

Na divulgação mais recente do Datafolha, o ex-presidente tem 47% das intenções de voto, o mesmo patamar anterior, enquanto o atual ocupante do Palácio do Planalto oscilou positivamente um ponto, com 29%.

> Não é reestatizar, mas comprar ações dessas empresas de forma a conseguir assento nos conselhos. A União, por meio de suas estatais, fará uma oferta a essas empresas. Se os acionistas aceitarem, levamos o negócio adiante
>
> **Jean Paul Prates**
> senador (PT-RN)

Estatais no plano de privatização de Bolsonaro

Telebras, Correios, ABGF, Emgea, Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social), Ceagesp, Ceitec (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) e porto de Santos

Bancos monitoram pouco desmatamento por clientes

Análise de crédito depende de listas de embargo, que podem estar defasadas

ESG

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Em julho de 2020, os três maiores bancos privados do Brasil lançaram o Plano Amazônia, iniciativa que pretende conter o desmatamento no bioma e contribuir com o desenvolvimento sustentável da região. A inédita união entre Santander, Itaú e Bradesco ilustra como a agenda verde vem ganhando tração no setor financeiro —pelo menos no discurso.

Embora a defesa das florestas seja unanimidade, o monitoramento da própria carteira de clientes ainda possui fragilidades. A análise costuma ser baseada em listas de embargo públicas e restrições legais, que podem estar defasadas.

Um levantamento do MapBiomas mostrou que, desde o início do governo Jair Bolsonaro (PL), menos de 3% dos alertas de desmatamento foram fiscalizados. Além disso, apenas 5% da área derrubada entre 2019 e 2020 sofreu multas ou embargos pelo Ibama.

Com índices de penalização tão baixos, depender da atuação dos órgãos de controle não garante que os bancos estejam livres do problema — especialmente num momento em que o governo é criticado por promover um desmonte das entidades ambientais.

Atualmente, as instituições financeiras precisam cumprir alguns requisitos legais na hora de conceder crédito a produtores rurais e empresas do agro. O Banco Central tem resoluções que criam impedimentos para pessoas com irregularidades ambientais e empreendimentos que sobreponham terras indígenas, unidades de conservação ou comunidades quilombolas.

No âmbito da Febraban, uma autorregulação diz que os bancos não podem conceder crédito em áreas embargadas por desmatamento, independentemente do bioma.

No entanto, o setor parece não avançar muito além dessas exigências de compliance.

Entre os grandes bancos privados, o Santander é um dos únicos a fazer o monitoramento em tempo real. Desde março deste ano, uma ferramenta que usa dados de satélite do MapBiomas emite alertas sempre que um indício de desmatamento é notificado. Se o cliente não comprovar que teve autorização, deve fazer o ressarcimento dos valores ao banco.

Vista aérea de áreas queimadas da floresta amazônica Carl de Souza/AFP

Evolução do desmatamento na Amazônia*

*Acumulado de janeiro a dezembro
Fonte: SAD (Sistema de Alerta de Desmatamento) do Imazon

Segundo Carolina Learth, líder de sustentabilidade do Santander, o banco já acompanhava o desmatamento por meio das áreas embargadas. "Mas essa é uma informação estática, que tem problemas. Há atraso para entrar na lista, para sair", diz. "Estamos dando um salto importante na forma como monitoramos."

A **Folha** procurou outros bancos com forte presença no agronegócio para explicar como fazem o controle do desmatamento em suas carteiras. O Bradesco, banco privado com maior penetração no setor, se recusou a responder aos pedidos da reportagem.

O Itaú enviou uma nota dizendo contratar ferramentas de georreferenciamento que cruzam as coordenadas das propriedades rurais com os dados de embargo do Ibama.

Já o Banco do Brasil, líder no agronegócio, explicou via assessoria que também consulta áreas embargadas, autuações e sobreposições de forma automatizada. "Havendo necessidade, o banco utiliza-se de imagens de satélite para assegurar-se da regularidade da operação financiada", disse.

De acordo com Amaury Oliva, diretor da Febraban, existe um arcabouço regulatório para coibir o financiamento com risco de desmatamento. As instituições, ele diz, já observam o CAR (Cadastro Ambiental Rural), as licenças e os documentos que comprovam regularidade ambiental. "Há o dever de diligência, mas o poder de polícia e de investigação cabe ao Estado, não às instituições financeiras".

Na visão do diretor, as listas são públicas e, se alguma pessoa não foi incluída, não há restrições. "Por isso é importante a acuidade dos bancos de dados, para que exista segurança quanto à concessão de crédito."

As obrigações, contudo, são anteriores à prestação do serviço bancário. Caso haja alguma infração ou embargo após o início da operação, a Febraban diz que cabe ao cliente informar sobre o ocorrido —embora alguns bancos façam esse acompanhamento por conta própria.

Para Tasso Azevedo, coordenador do MapBiomas, os bancos em geral estão muito distantes do que poderia ser feito. Tirando algumas exceções, como o Rabobank —que considera até mesmo o desmatamento legal como um impeditivo—, o setor está atrasado.

"Os bancos começaram a entrar nessa agenda pelo olhar de não ter ilegalidade, e da regulamentação que o BC está começando a apertar. Mas eles poderiam avançar muito mais com a informação disponível hoje. Aliás, informação gratuita", afirma.

Segundo ele, não adianta basear a política de desmatamento apenas nas listas do Ibama, já que, de 2019 para cá, a quantidade de áreas com restrição diminuiu muito.

"O processo para fazer as fiscalizações e embargos foi completamente burocratizado. Cortaram recursos, cortaram pessoal, de forma que não avança na prática."

Procurado para comentar, o Ibama não respondeu.

Azevedo ainda ressalta que as instituições financeiras podem estar financiando empreendimentos que tiveram desmatamento com indícios de ilegalidade, mas que simplesmente não foram penalizados ainda.

Nesse sentido, ele diz que existem dois comportamentos possíveis. Um é o passivo, ou seja, lavar as mãos sem a existência de autuação ou embargo. O outro é monitorar e buscar entender quando há indícios de ilegalidade, pedindo que o proprietário se explique.

No Brasil, o Guia dos Bancos Responsáveis avalia o comprometimento socioambiental dos oito maiores bancos do país. A iniciativa é tocada por uma equipe do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e integra o Fair Finance International, rede global para fortalecer os padrões ESG (ambiental, social e de governança) no setor.

Segundo Fábio Pasin, pesquisador do Programa de Serviços Financeiros do Idec, o nível dos compromissos assumidos pelos grandes bancos brasileiros é muito tímido.

Sobre o desmatamento, o especialista argumenta que há uma dependência das listas de embargo e concorda com Azevedo acerca da necessidade de uma abordagem mais proativa.

The Economist errou em reportagem sobre ESG, ainda que tenha razão

ANÁLISE

Rodrigo Tavares

Fundador e presidente do Granito Group; professor catedrático convidado na NOVA School of Business and Economics, em Portugal. Nomeado Young Global Leader pelo Fórum Econômico Mundial, em 2017

Para os hesitantes, os críticos, os decepcionados ou os desconhecedores, a reportagem especial da revista The Economist do final de julho foi uma certidão de óbito das práticas ESG (sigla em inglês para práticas ambientais, sociais e de governança).

Tanto o título de capa ("ESG: três letras que não vão salvar o planeta") quanto o tom duro da reportagem ("ESG é profundamente falho") geraram aflição no mercado. Para quem aplica estas práticas: será que erramos? Para quem estava pensando em aplicar: se a The Economist é crítica, então devemos abrandar o nosso entusiasmo.

Após a publicação as mensagens pingaram como torneira mal fechada. Concordo ou discordo? O que aconteceu? Li as 11 páginas sem espírito sindicalista, para, logo à partida, concordar com críticas validíssimas ao mercado ESG.

Falta uniformidade em práticas, mensurações e conceitos, o que torna impossível sabermos qual é o volume de ativos sob gestão que incorpora práticas ESG, possibilita que cada gestora crie as suas próprias regras como se fosse o "Oeste Selvagem" com Paul Newman, e facilita que ESG se torne uma ferramenta de marketing.

Destaca também que a relação causal entre sustentabilidade e performance financeira não é uma inevitabilidade e que as agências de rating ESG apresentam falta de confiabilidade, comparabilidade e transparência.

Somando-se às críticas da Organização Internacional das Comissões de Valores (Iosco), solta o seu espanto com agências que combinam serviços de consultoria com o fornecimento de dados ESG, em claro conflito de interesses.

Todas estas críticas foram expressas inúmeras vezes, por inúmeras pessoas, incluindo repetitivamente por esta coluna.

Mas a reportagem apresenta, a meu ver, quatro incorreções.

Em primeiro lugar, existe facciosismo na coleta de dados e na exposição das críticas. Há um tom sentenciador e evangelizador. A reportagem não ouve, de forma equilibrada, tanto os censuradores quanto os padroeiros da causa para permitir que o leitor forme julgamentos. Apresenta-se um único preceito e recolhem-se apenas os depoimentos e artigos acadêmicos que o possam consubstanciar, sem contraditório.

Por exemplo: duvida da performance financeira de fundos ESG e cita dois artigos acadêmicos, mas negligencia centenas de outros estudos econométricos que conseguem provar correlações positivas entre sustentabilidade e rentabilidade. Este é um tema sensível que requer ponderação e racionalidade, não messianismo a favor ou contra.

Argumenta que as gestoras repaginam de ESG os seus fundos para poderem cobrar taxas de administração mais rechonchudas. O exemplo que é dado são ETFs ESG, com comissões de gestão cerca de 50% mais altas do que ETFs não ESG. Mas esta prática não é generalizada em todas as classes de ativos. A vasta maioria das gestoras que integram ESG em equities, renda fixa ou em mercados privados não cobra mais por isso. Se o fizessem, seriam vistas com cepticismo pelo mercado. E se existem muitas gestoras que maquiam práticas ESG para iludir clientes, muitas outras fazem um trabalho sério.

Cita também um estudo acadêmico para ilustrar que a prática de desinvestimentos —quando um investidor vende as suas participações em empresas com externalidades negativas (por exemplo, tabaco, armamento ou petróleo)– é financeiramente irrelevante e não aumenta o custo de capital das empresas desinvestidas. Mas vários outros estudos demonstram o inverso. Ironicamente, um deles da própria The Economist, de junho de 2015, que provou que, durante o apartheid na década de 1980, o custo de capital de empresas sul-africanas desinvestidas subiu.

Além disso, a reportagem aponta o dedo em riste às cavidades no mercado ESG, mas omite todas as iniciativas que o mercado está desenvolvendo para as preencher. Reage com fúria à falta de regulamentação adequada, mas não dá voz a todas as iniciativas que estão sendo desenvolvidas nos EUA, Reino Unido, União Europeia, China ou Emirados Árabes.

É como matar uma criança por não ser adulta. Não é intelectualmente respeitável criticar a indústria ESG como um todo quando as suas práticas ainda estão em formação ou consolidação. Podemos criticar a lentidão com o que o mercado está criando uma infraestrutura de apoio para servir de andaime ao mercado ESG, podemos criticar como a ainda textura elástica de ESG está facilitando o espertismo corporativo, mas ainda é cedo para fuzilarmos ESG como uma viável ferramenta de geração de valor financeiro, social e ambiental.

[...]

É como matar uma criança por não ser adulta. Não é respeitável criticar a indústria ESG quando as suas práticas ainda estão em formação

O repórter e os vários editores da matéria também deveriam ter parado mais vezes para respirar. A The Economist é a revista mais influente no mercado corporativo e o tom condenatório das manchetes tem potencial para sugestionar comportamentos. Mas lá dentro do longo texto encontram-se pequenas contradições com o perfil inflamatório dos títulos e das linhas finas. Afinal de contas, ESG, diz o autor, até pode ser positivo.

"Se os investidores investirem com horizontes de longo prazo, faz sentido adotarem mecanismos de gerenciamento de risco para rastrearem empresas no que respeita a problemas como mudanças climáticas, danos regulatórios ou reputacionais."

No final, escreve-se "os investimentos sustentáveis não desaparecerão". O problema é que a maioria dos que passaram a citar a matéria da The Economist não leram integralmente o texto.

A solução final apresentada —as práticas ESG deveriam se concentrar apenas em temas ambientais (o E) e na contabilidade das emissões— também é reducionista. ESG tornou-se exageradamente complexo, mas a solução não é torná-lo exageradamente simplista.

As mudanças climáticas não são um tema exclusivamente ambiental porque têm potencial de afetar dezenas de fatores sociais, como a desigualdade social. E será que deveremos sacrificar dezenas de anos de conhecimento acumulado sobre os impactos da governança corporativa no desempenho financeiro de uma empresa simplesmente porque a revista acha que "a arte da gestão de uma empresa, ou G, é sutil demais para ser capturada pelo mero cumprimento de requisitos".

Contrariamente ao histórico da Economist, esta reportagem especial é assinada: Henry Tricks. O jornalista da casa também é palestrante profissional e, no site da agência que o representa, ele é apresentado da seguinte forma:

"Henry se tornou um palestrante muito procurado por empresas que investem em ESG. As questões Ambientais, Sociais e de Governança corporativa são imperativas para o sucesso dos negócios à prova de futuro, pois a importância da responsabilidade para as corporações é primordial. Apoiando-se a sua experiência, tendo escrito sobre este tema ao ritmo em que ele foi progredindo, Henry é demandado por seu conhecimento comprovado na área."

O Henry jornalista e o Henry palestrante não são compatíveis. Qual sobreviverá?

O presidente americano, Joe Biden, durante evento na Casa Branca em julho Kevin Lamarque/Reuters

Com crise à porta, Biden adota e reforça política de Trump

EUA promovem retomada da indústria, mesmo com desemprego baixo, e mantêm barreiras a aço brasileiro

Thiago Amâncio

WASHINGTON Os Estados Unidos inventaram os semicondutores, chips vitais na indústria contemporânea, mas deixaram, "ao longo dos anos, a fabricação ir embora para o exterior", disse o presidente do país, Joe Biden, na última terça-feira (2).

"Pela nossa economia, empregos, custos e nossa segurança nacional, temos que fabricar esses semicondutores nos Estados Unidos outra vez", afirmou em discurso comemorando a aprovação de lei de incentivo ao setor.

Uma semana antes, em 28 de julho, ao pressionar pela aprovação no Congresso de um pacote contra a inflação galopante do país, Biden afirmou que a proposta cria empregos "para aqueles que construírem projetos [com energia limpa] aqui nos Estados Unidos". Nesta quinta (2), voltou a elogiar a abertura de postos dentro das fronteiras americanas.

O peso que Biden tem dedicado à criação de empregos — sobretudo na indústria manufatureira dentro das fronteiras americanas— tem chamado a atenção de observadores e analistas. Não só em discursos mas também nas propostas apresentadas, a "Bidenomics", apelido dado à atual política econômica dos EUA, tem assumido em certos aspectos o tom do que seu antecessor Donald Trump chamava de "America first", ou "os Estados Unidos primeiro".

Já no discurso de posse do republicano em 2017, por exemplo, Trump afirmou: "Devemos proteger as nossas fronteiras da devastação de outros países fabricando nossos produtos, roubando nossas empresas e destruindo nossos empregos".

É claro que há um nível de patriotismo nas políticas de todo presidente —sobretudo dos Estados Unidos. Para Edward Alden, pesquisador do Council on Foreign Affairs e professor da Universidade de Western Washington, porém, Biden se distancia tanto quanto Trump de antecessores recentes ao insistir tanto na revitalização da indústria manufatureira.

"Ambos acreditam que os Estados Unidos deixaram muito de sua indústria sair do país, especialmente para a China. Isso é algo com o que os outros presidentes simplesmente não se preocupavam, acreditando que os empregos seriam realocados em outros setores da economia e que o comércio global supriria a demanda", afirma.

Além disso, tanto Trump quanto Biden têm como foco a segurança nacional e a visão de que há certas indústrias, como a de semicondutores, que são críticas e que devem estar dentro das fronteiras americanas.

É essa a vitória mais recente da política de "America First" da administração atual, com aprovação no Congresso na última semana da lei de incentivo aos semicondutores. A legislação prevê o investimento direto de US$ 52 bilhões na produção de chips em solo americano, além da concessão de crédito em impostos.

A indústria de semicondutores —utilizados em uma variada gama de produtos, de veículos a smartphones— ganhou ainda mais importância desde que a escassez do item a partir de 2020, com a pandemia de Covid-19, fez dispararem os preços de uma série de produtos aos consumidores finais, mais notavelmente de automóveis.

Os discursos do democrata chamam atenção principalmente porque criação de empregos não tem sido exatamente um problema nos Estados Unidos, que têm taxa de desemprego em 3,5% segundo dados divulgados nesta sexta-feira (5) —a última vez que o país viu um índice de desempregados menor do que esse foi em 1968.

Mas há outros fatores no cálculo político.

O mais imediato é que Biden, com popularidade em baixa, enfrentará em novembro eleições de meio de mandato que devem alterar a correlação de forças no Congresso. A propaganda constante da abertura de novas vagas, sobretudo focadas em estados fortemente atingidos pela desindustrialização das últimas décadas, como no chamado cinturão da ferrugem, tende a ajudar os candidatos apoiados pelo democrata.

O segundo fator é a situação econômica peculiar do país. A contração do PIB dos EUA após dois trimestres consecutivos poderia ser suficiente para decretar a recessão da economia americana, o que ainda não foi feito principalmente pelo aquecimento do mercado de trabalho, entre outros fatores.

Além do foco na criação de empregos na lei de incentivo aos chips e no pacote de redução da inflação, uma série de outras medidas desde o início do governo Biden tem confirmado que o "America first" ainda permanece sólido na Casa Branca.

Até hoje o governo americano não retirou as barreiras tarifárias impostas pelo ex-presidente Trump contra a importação de aço, por exemplo.

Sob o republicano, os EUA criaram uma sobretaxa de 25% ao metal importado. O Brasil, assim como alguns outros países, obteve uma cota de exportação de aço livre desta cobrança, mas o Itamaraty pressiona desde então para que esse limite seja ampliado, extinto ou que o país pague uma alíquota menor.

No último dia 22, os EUA suspenderam as tarifas sobre um tipo específico, o aço laminado prensado a frio, mas permanecem as taxas sobre o restante da exportação do metal.

Com a alta do preço do petróleo neste ano, o governo também anunciou a abertura de dez campos no Golfo do México e um no Alasca para reduzir a dependência do combustível estrangeiro.

Além disso, o governo Biden chegou a vetar a exportação de vacinas contra a Covid-19 no começo da produção do imunizante, mesmo que o país já tivesse doses suficientes para toda a sua população.

O que diferencia principalmente o "America first" de Biden do de Trump, para Edward Alden, é a maneira como os dois lidavam com aliados.

"Trump só falava em trazer a indústria de volta aos EUA. Ele estava bravo com a China, a Europa, o Japão e até com o Canadá e o México, encarava todos como competidores. Já Biden tem uma visão um pouco mais inclusiva, com abertura para os países aliados", diz.

Mesmo assim, o governo atual não é um bloco coeso no tema e há debate interno —até agora, porém, a ala que defende concessões a aliados tem vencido.

Exemplo concreto ocorreu nos debates do pacote de redução da inflação. Versão anterior do texto determinava redução de impostos apenas para veículos que fossem inteiramente produzidos nos EUA do começo ao fim. Criticado pela possibilidade de a medida violar o USMCA (nova versão do Nafta que estabelece livre comércio entre EUA, México e Canadá), a versão mais atual do pacote já fala em veículos produzidos na América do Norte.

Os EUA primeiro para Biden

Criação de empregos na indústria Lei de incentivo a semicondutores e pacote de redução da inflação focam na criação de empregos nos EUA

Sobretaxa à importação de aço Governo Biden ainda não suspendeu barreiras tarifárias

Abertura de novos poços de petróleo Anúncio de pontos de extração no Golfo do México e no Alasca para reduzir dependência externa

Veto à exportação de vacinas EUA impediram envio de imunizantes contra a Covid no começo da fabricação das doses

O I Need Brechó, localizado em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo; vendas cresceram 40% neste ano Bruno Santos/Folhapress

Brechós aproveitam consumidor em busca de pechincha

Demanda por peças de segunda mão cresce como forma de contornar maior inflação do vestuário desde 1995

Ana Paula Branco

SÃO PAULO O aumento expressivo dos preços de roupas, calçados e acessórios impulsiona o mercado de segunda mão no Brasil. Só no primeiro semestre deste ano, a demanda nos brechós cresceu em média 30%, e especialistas dizem que o segmento está longe do limite do seu potencial.

Segundo pesquisadores americanos, esse mercado deve crescer de 15% a 20% por ano nos próximos cinco anos, ultrapassando o valor do setor de fast fashion até 2030.

"Eu só comprava em fast fashion, e minha mãe dizia que eu gastava muito dinheiro. Agora, gasto entre R$ 150 e R$ 300 em peças que não vou desapegar fácil", afirma a assistente administrativa Amanda da Silva, 28.

Ela começou a comprar de brechós na pandemia, atraída pelo custo menor. "Ficou muito caro comprar roupa", diz.

Entre as roupas usadas que ela se orgulha de ter adquirido, está uma jaqueta da marca de carros esportivos Porsche, comprada por R$ 110. No site oficial, diz ela, custaria pelo menos quatro vezes mais.

O setor de vestuário registra a maior inflação desde 1995. A alta reflete o aumento dos custos de produção na indústria têxtil durante a pandemia, que desorganizou as cadeias de produção.

Em 12 meses até maio, os preços de vestuário acumularam alta de 16,08%, conforme o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Foi por causa da pandemia também que a ex-professora Priscilla Borges, 44, entrou no mercado de moda seminova —só que para vender as próprias roupas.

Após deixar as salas de aula para se dedicar ao teatro, ela viu os trabalhos sumirem com as restrições impostas para conter o avanço da Covid-19. "Comecei vendendo minhas roupas em uma mala. Hoje, estou na garagem da casa da minha mãe e conquistei minha independência financeira com o brechó", diz.

Garimpando peças em bazares de instituições de caridade e igrejas, Borges tem peças com selo CGC, o CNPJ dos anos 1980 e 1990, que garante que o item foi fabricado há mais de 20 anos.

"Comprar peça usada já é uma realidade, não uma tendência. Eu mesma não tenho mais coragem de fazer compra em shopping", afirma a empresária.

O Instituto de Economia Gastão Vidigal da ACSP (Associação Comercial de São Paulo) projeta crescimento de 29,6% do volume de vendas dos brechós em 2022 e já estima que o mercado de roupas usadas pode ultrapassar o varejo de moda em 2024.

"Desde o início da pandemia, vimos uma aceleração de compras, vendas e postagens no Enjoei, indicando uma evolução da maneira como as pessoas consomem itens de moda no Brasil e no mundo, traduzido neste movimento crescente de vendas nos últimos anos", diz Andreia Cha, diretora de marketing do brechó online Enjoei.

Para a assistente de marketing Gabriela Mendonça, 28, comprar roupas usadas é hábito que carrega desde a infância, quando sua mãe ia a bazares de igrejas garimpar roupas mais baratas no interior de São Paulo.

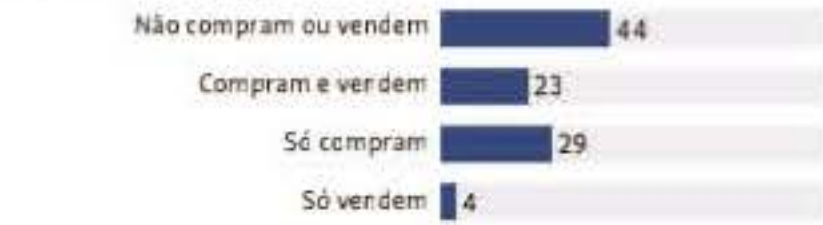
Acostumada a gastar entre R$ 200 e R$ 300 por mês em brechós, ela busca a "exclusividade das peças", agora garimpadas por profissionais de moda e oferecidas a preços abaixo do varejo.

"Não compro roupa em loja de jeito nenhum, porque é tudo igual e cara. Eu amo peça vintage, até a qualidade é superior", diz Gabriela, que também vende roupas para os brechós com frequência.

"Estou morando na Holanda e, antes de deixar o Brasil, vendi praticamente todo o meu guarda-roupa para arrecadar dinheiro. Consegui cerca de R$ 3.000", conta.

Pesquisa do BCG (Boston Consulting Group) com quase 3.000 clientes do Enjoei aponta um potencial de R$ 24 bilhões para o mercado de moda seminova, na esteira de países com o setor mais consolidado, como os EUA, onde o mercado de roupas usadas representou US$ 36 bilhões em 2020.

"Na pré-pandemia, a compra e venda de peças usadas já vinha em vertente de crescimento por uma mudança na forma de os consumidores se relacionarem com as roupas no guarda-roupa. Há uma preocupação global com a sustentabilidade que começou a se materializar em comportamento de consumo", afirma Flávia Gemignani, responsável pelo relatório da BCG.

A sustentabilidade, porém, é uma questão secundária no Brasil, segundo a executiva da consultoria global. O brasileiro procura brechós pelo custo-benefício: quase 40% dos entrevistados no estudo do BCG são menos antenados na moda e adoram barganhas.

"Este perfil não tem orçamento sobrando, não se apega a causas ambientais e tem o preço como maior motivador de compra", diz o relatório.

Para Gemignani, o aquecimento recente no Brasil desse setor é reflexo da proliferação dos marketplaces, que atraíram os que se incomodavam com a experiência física de um brechó.

"É vintage, está na moda. É visto como algo único e muito se deve às plataformas digitais e às redes sociais."

Consolidada no segmento de aluguel de vestidos de festa, a Dress & Go lançou um ecommerce de venda de peças de segunda mão, para superar as perdas da pandemia. Sem festas e eventos, a startup teve que se reinventar.

"Fechamos parcerias com marcas, estilistas e clientes, formando um acervo de 20 mil peças para vender. Desde produtos da Zara, Animale até Dolce & Gabbana. O potencial de mercado é gigante. Estudos indicam que vai crescer sete vezes entre 2019 e 2029", afirma Mariana Penazzo, cofundadora da Dress & Go.

Para a empresária, todo varejista terá que repensar a sua forma de produzir devido aos custos e à responsabilidade socioambiental. "As parcerias são benéficas para as marcas, porque é uma forma de se fortalecer no ESG."

Esse recente movimento de varejistas tradicionais no segmento de usados responde à demanda dos consumidores, segundo a BCG. Entre os entrevistados, 62% indicam maior chance de comprar uma marca se ela tiver parceria com o mercado de seminovos.

O mercado de roupas usadas, porém, não escapou da inflação. Para garantir peças de qualidade e a competitividade, brechós reajustaram o preço em suas etiquetas.

"Nos bazares compramos as peças pelo valor que vendíamos em 2019. Não tem como não repassar", diz Sthefany Wendy, proprietária do I Need Brechó, em Pinheiros, zona oeste da capital paulista.

Mesmo com crescimento de 40% nas vendas neste ano em relação ao mesmo período do ano passado, Elisa Fernandes de Melo, 30, reajustou os valores do seu clube de assinatura e o valor do frete.

"As roupas ficarão cada vez mais caras porque há falta de tecido no mercado. Para sobreviver na pandemia, antecipamos o plano de uma marca própria e fizemos consignados com as clientes em vez de comprar peças no atacado", afirma a proprietária da Ustyle.

A previsão da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) é que o crescimento da produção e das vendas desacelere neste ano, continuando abaixo dos níveis pré-pandemia.

Os amigos Ana Caroline Andrade, Adilson Souza e Odair José Barbosa aumentaram os preços das roupas que vendem aos domingos na avenida Paulista, em São Paulo. Eles apostam na preocupação do consumidor com o ambiente e a economia circular para o crescimento do mercado.

"Eu tive uma experiência com brechó em 2018. Quando voltei a garimpar, os preços já estavam mais altos. A dificuldade de repassar é achar a pessoa que valoriza a peça", diz Souza. Para garantir um bom negócio, os vendedores esperam receber ao menos quatro vezes o valor que pagaram na roupa.

Há 17 anos trabalhando com brechós, Cristiane Mendes Seixas, 39, acompanha a chegada de novos clientes e brechós nos últimos dois anos. "É a questão da grana", diz.

Cenário da moda seminova no Brasil

Motivos para venda de roupas usadas, em %

Fonte: Pesquisa quantitativa BCG-enjoei, Dezembro/2021

Araras com roupas à venda na avenida Paulista, em São Paulo; região é tomada aos domingos por pessoas comercializando peças de segunda mão, entre outros produtos Karime Xavier/Folhapress

Vinicius Torres Freire
O colunista está em férias

O Brasil nos últimos 40 anos

Produtividade do trabalho cresceu a um ritmo de apenas 0,6% ao ano

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Na coluna de 14 de maio, apresentei o desempenho da economia brasileira nos últimos 120 anos, desde 1900. Esta coluna complementa aquela. Olharei com mais detalhe nossos últimos 40 anos, de 1981 até 2021.

A tabela apresenta a taxa média de crescimento da economia e da produtividade do trabalho para os diversos períodos dos últimos 40 anos. Os dados são do Observatório da Produtividade do FGV Ibre (https://bit.ly/3StKagz). O primeiro ano de cada um dos intervalos de tempo é o ano base a partir do qual as taxas de variação foram calculadas.

O produto da economia é dado pelo valor adicionado total —exclui, portanto, impostos indiretos pagos pelas empresas. A produtividade do trabalho é dada pelo produto por hora trabalhada.

Nosso desempenho foi medíocre. Como a última linha da tabela documenta, o crescimento médio da economia foi de 2,2% ao ano e o da produtividade do trabalho de baixíssimo 0,6% ao ano. Uma hora trabalhada no Brasil produzia, em 1981, R$ 27,5 e, em 2021, R$35,1, sempre a preços de 2019.

Ou seja, por mês, um trabalhador na média produzia R$ 4.758 em 1981 e R$ 6.086 em 2021, um crescimento de 28% ou 0,6% ao ano. A renda anual per capita e por trabalhador foi em 1981 de respectivamente R$ 21.522 e R$ 62.476, e de R$ 29.921 e R$ 69.911 em 2021.

A economia brasileira amarga enorme mediocridade. Nesse mesmo período, a produtividade do trabalho para a economia americana cresceu ao ritmo de 2% ao ano.

O único período relativamente bom foi o de 2006 até 2013, que eu chamei de intervencionismo. Há para mim uma grande dificuldade. Considero que a política econômica nesse período foi de pior qualidade. Como lido com esse fato?

Penso ser importante considerar os legados, as condições de contorno e as heranças. O período foi antecedido por longo processo de arrumação de casa macroeconômica e de construção institucional, o período que chamei de estabilização e liberalização. Essa é a herança.

Por outro lado, o grosso do superciclo de commodities ocorreu de 2006 a 2013. Vale lembrar que, no período logo em seguida da grande crise financeira global de 2008, acentuou-se ainda mais o boom das commodities, em função da recuperação da China ter sido muito mais rápida do que a do resto do mundo. Essa foi a condição de contorno.

Finalmente, o período do intervencionismo deixou um pesado legado para o período posterior: nos três anos de nossa grande crise, caímos 1,9% anualmente e a produtividade do trabalho regrediu 1% por ano.

O leitor deve ter notado que, no biênio da pandemia, 2020-2021, o crescimento da produtividade foi relativamente bom, de 1,4% ao ano. Esse fato deve ser revertido quando tivermos os números fechados de 2022.

Em 2022, com a reabertura da economia e a normalização dos setores de menor produtividade, a produtividade do trabalho da economia deve cair.

DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcellos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecília Machado | QUA. Helio Beltrão | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. Nelson Barbosa | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Funcionários trabalham em escritório localizado em Columbus, no estado de Ohio (EUA) Ty Wright/The New York Times

Home office nos EUA é realidade nas grandes cidades, mas não nas pequenas

Mais frequente em centros urbanos, trabalho remoto se transforma em fator de polarização

Emma Goldberg

THE NEW YORK TIMES A competição por vagas de estacionamento está cada vez mais acirrada. Os deslocamentos estão avançando. As salas de estar nos locais de trabalho estão se enchendo de agitação enquanto os sócios juniores jogam "cornhole" [acerte o alvo]. Que discussão sobre a volta ao escritório? Em algumas partes do país, isso já está resolvido.

"Não conheço quase ninguém em Columbus que seja totalmente remoto", disse Grant Blosser, 35, que trabalha numa empresa de serviços financeiros.

Em outubro de 2020, Blosser começou a voltar ao seu escritório em Columbus (Ohio) cinco dias por semana. Ele fez piadas com os jovens analistas, um dos quais recentemente arrastou sua equipe para a hot ioga.

Ele escutava no carro a escolha da vez de seu clube do livro (atualmente, uma biografia de Winston Churchill). Foi um alívio, disse ele, sentir a "separação entre Igreja e Estado" que é sair de casa todos os dias.

"Quase todo mundo que conheço fica num escritório a maior parte do tempo", disse ele. "As notícias que li sobre as pessoas se arrastarem de volta ao escritório são sobre algumas empresas e algumas cidades."

Mais de dois anos após a pandemia, os locais de trabalho corporativos americanos se fragmentaram. Alguns estão quase tão cheios quanto antes da Covid-19; outros estão abandonados, as impressoras desligadas e os copos de café acumulando poeira.

Os trabalhadores das cidades médias e pequenas dos Estados Unidos voltaram ao escritório em número muito maior que os das maiores cidades americanas. Alguns executivos nas grandes cidades esperam que eles se recuperem, embora tenham sido impedidos por preocupações de segurança e saúde sobre deslocamentos em transporte coletivo, bem como mercados de trabalho competitivos, onde os funcionários são mais livres para fazer escolhas.

Em cidades pequenas —com menos de 300 mil habitantes—, a parcela de dias inteiros e remunerados trabalhados em casa caiu para 27% nos últimos meses, de cerca de 42% em outubro de 2020. Nas dez maiores cidades dos EUA, os dias trabalhados em casa mudaram para cerca de 38%, contra 50% no mesmo período, segundo uma pesquisa de Stanford e outras instituições lideradas pelos economistas Steven Davis, Nick Bloom e Jose Maria Barrero.

Os escritórios se encheram mais rápido nas áreas onde os bloqueios da Covid foram mais curtos e onde os deslocamentos são feitos de carro, segundo Davis. Muitas cidades da Califórnia e de Nova York, em particular, têm demorado mais para retornar ao escritório do que as da Flórida e do Texas.

"'Estranho' é uma palavra. 'Ciúme' também é uma", disse Bret Hairston, funcionária de uma empresa em Columbus, descrevendo seus sentimentos sobre ir a um escritório regularmente enquanto sabia que muitas pessoas não faziam isso.

Enquanto alguns executivos de empresas se viram envolvidos em discussões tensas sobre o futuro do escritório, outros estão convencidos de que, pelo menos para eles, o debate está resolvido.

"De certa forma, é uma anti-história", disse Matt Lanter, 33, cofundador da OpenStore, empresa de comércio eletrônico em Miami cujos cem funcionários estão no escritório em tempo integral. "Não há realmente nada para falar, porque as pessoas estão literalmente no escritório nos últimos um ou dois anos."

Não é que os líderes cívicos de todos os lugares não queiram as pessoas de volta. É só que seus anúncios estão tendo resultados mistos. "O centro da cidade está de volta", disse o prefeito de Columbus, Andrew Ginther, recentemente. "De volta ao trabalho, de volta à diversão." O prefeito Eric Adams disse aos nova-iorquinos: "Vocês não podem ficar em casa de pijama". No entanto, muitos ficaram.

A lacuna regional nos padrões de retorno ao escritório é perceptível na parcela de anúncios de empregos online que permitem o trabalho remoto. Em San Francisco, na Califórnia, 26% das vagas de emprego agora permitem trabalho remoto, e em Nova York, 19%. Em Columbus, apenas 13% das vagas de emprego permitem trabalho remoto; em Houston, o número é 12,6%; e em Birmingham, Alabama, apenas 10,4%, segundo outra equipe de pesquisadores liderada por Davis, Bloom e Raffaella Sadun, da Escola de Economia de Harvard.

Alguns trabalhadores estão atravessando a linha entre esses dois países. Ann Aly, que há vários anos voltou de Alexandria, na Virgínia, para sua cidade natal perto de Fort Myers, na Flórida, é a única pessoa que ela conhece que trabalha remotamente. Ela evita dirigir em qualquer lugar entre 7h e 9h30, porque as ondas de deslocamentos públicos criam um tráfego interminável. À tarde, passa na mercearia onde foi caixa, aproveitando as pequenas filas enquanto os outros estão no trabalho.

"Muitas pessoas realmente não entendem como isso funciona: como você trabalha remotamente? O que você faz? E como consegue não tirar um cochilo à tarde?", disse Aly, que trabalha em tecnologia. "Eu realmente não falo sobre isso com os vizinhos, a menos que eles perguntem, porque não quero necessariamente destacar essas diferenças sociais."

Os americanos sempre experimentaram o local de trabalho de maneiras totalmente diferentes: médicos passam longos turnos em pé, caminhoneiros na estrada e trabalhadores da ciência debruçados sobre computadores. Mas agora pessoas da mesma profissão podem ter arranjos de trabalho muito diferentes, dependendo de onde estão suas mesas.

Gabe Tucker, 26, é advogado na firma Fortif Law Partners em Birmingham, no Alabama, onde a porcentagem de anúncios de emprego que permitem o trabalho remoto é aproximadamente a metade da de Nova York. Todas as manhãs, Tucker veste uma camisa social, dirige por 15 minutos e chega ao escritório por volta das 8h. Sua rotina, em outras palavras, continua idêntica à que tinha antes do início da pandemia (com exceção de não precisar mais usar gravata). À noite, ele e seus colegas às vezes tomam uma bebida para comemorar o fechamento de um negócio. Eles voltaram ao escritório em junho de 2020, com máscaras e outras precauções contra a Covid.

"É um trabalho normal, praticamente", disse Tucker. "Achamos difícil trabalhar remotamente. Todos gostamos de estar perto uns dos outros."

Alguns pesquisadores temem que as diferentes expectativas sobre a flexibilidade no local de trabalho contribuam para mais uma forma de polarização da vida das pessoas durante a pandemia.

"Uma das coisas que nos controlam é ter que ir trabalhar", disse Bloom, professor de Stanford que estuda o trabalho híbrido, explicando que, para algumas pessoas, os locais de trabalho não servem mais como âncora social. "Metade do país tem uma experiência diferente da outra."

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Amarildo

Os desafios globais na mira dos CEOs

Planejamento está permeado pela preocupação com os riscos no horizonte

Ana Paula Vescovi
Economista-chefe do Santander Brasil

São crescentes a complexidade e o dinamismo das decisões empresariais. Não são poucos os temas que passam a entrar no planejamento estratégico corporativo, do qual se derivam decisões de investimentos, alocação de portfólios ou estratégia concorrencial.

Pesam cada vez mais nas inúmeras discussões de que participo fatores que há pouco eram vistos como muito distantes ou com baixo impacto e relevância: demografia, aquecimento global, geopolítica, riscos macroeconômicos e regulatórios.

Quando mencionados, os números das estimativas da população global assustam. Somos 7,8 bilhões de pessoas habitando o planeta em 2022, seremos 8,5 bilhões em 2030 e 10,4 bilhões na virada do século, quando a população tende a estabilizar e começar a cair. Contudo, a alta da população acelera nos 46 países mais pobres, ao passo que as economias avançadas somente assistirão a algum aumento com a imigração. Inevitável deduzir que as desigualdades de renda tendem a aumentar, de modo exponencial, aportando crescente instabilidade social.

Há maior insegurança energética e alimentar. A disputa por recursos naturais se revela nas fricções geopolíticas e nos surpreendentes choques nos preços de energia e alimentos decorrentes da recente guerra entre Rússia e Ucrânia. O mundo tende a parecer mais inseguro e a intensificar fluxos migratórios. De modo emblemático, a Europa enfrentará o próximo inverno sem segurança energética e os países pobres sentem de forma crescente o problema da fome.

Tamanha pressão de demanda por mais recursos naturais já repercute, além dos preços, no aquecimento global. Nessa vertente, cresceu a insegurança sanitária, com o surgimento de novas doenças a partir da perda da biodiversidade com a incursão humana sobre áreas naturais. A frequência de epidemias tende a aumentar, trazendo à memória os impactos do choque da Covid há dois anos.

Além da trágica perda de vidas, uma resultante desse processo foi o aumento do risco macroeconômico, com a volta da inflação e da convivência com juros mais altos. Adicionalmente aos desvios de demanda, rápida acumulação e desacumulação de poupança, impulsos fiscal e monetário sem precedentes, o acirramento das disputas geopolíticas realimentou as quebras de cadeias produtivas. O nível de incertezas sobre o qual o novo equilíbrio que irá predominar após a dissipação de tantos choques simultâneos se elevou. Mas uma coisa é certa: a criação de riqueza artificial por conta da liquidez extraordinária irá sofrer ajustes, com ou sem rupturas. Os mercados financeiros não estarão impunes.

Desafios de um lado, oportunidades de outro. O Brasil, também afetado pelos riscos, é um dos países com maior diversidade na produção de matérias-primas, sejam elas metálicas, energéticas ou alimentares. Encontra-se em estágio avançado na transição demográfica, com maior estabilidade nos movimentos de urbanização, por exemplo. Possui uma das matrizes energéticas mais renováveis do planeta, com menor dependência de combustíveis fósseis. E um mercado consumidor que tende a chegar a 230 milhões de pessoas em algumas décadas, com grande escassez de infraestrutura.

Setores produtores e distribuidores de matérias-primas cada vez mais escassas são potenciais ganhadores relativos. Mas também há grande potencial na infraestrutura e no consumo. Contudo, não será possível colher vantagens se os riscos que as cercam forem negligenciados.

Um primeiro risco é a velocidade das mudanças tecnológicas, as quais afetaram tanto a produção rural, quanto a industrial e a de serviços. Este fator impacta a necessidade de formação dos trabalhadores e o comportamento dos consumidores. Os sistemas educacional e de saúde públicos no Brasil têm respondido de forma insuficiente. Cada vez um maior número de empresas adota a iniciativa de direcionar recursos próprios para formar um corpo de colaboradores mais diverso, saudável e habilitado a atender com maior rapidez as demandas —cada dia mais exigentes— dos consumidores.

O impacto da rápida adoção de novas tecnologias é a menor absorção de mão de obra. Na ausência de políticas públicas direcionadas e de maior empreendedorismo, poderá haver aumento do desemprego estrutural e alimentação das desigualdades e da instabilidade social. Sempre importante lembrar que estabilidade social é elemento primordial para decisões de investimento.

Assim, a educação profissional e os serviços de saúde continuam a representar uma avenida de oportunidades. Flexibilizar regras para atrair altas capacidades do exterior ajudaria a acelerar o processo de adaptação do mercado de trabalho brasileiro às novas tendências e suas oportunidades. Trata-se de uma corrida por quem capta melhor as preferências de consumo, que tende a crescer ainda por muito tempo, e consegue atendê-las e fidelizar seus clientes e colaboradores.

Outro risco é o macroeconômico que, a depender dos desdobramentos, poderá representar a convivência com taxas de juros (neutros) mais altas, ciclos econômicos mais frequentes e pronunciados. Os cenários econômicos mais instáveis contribuirão para um ciclo de vida cada vez mais curto para os negócios que não conseguirem se adaptar a essa dinâmica.

Ainda que pareça algo distante, são elementos que pesam cada vez mais no planejamento anual dos negócios, os quais se engajam em aperfeiçoar seu processo decisório e a qualidade da gestão, demandar políticas públicas de melhor qualidade, e contribuir mais diretamente para a melhoria de bem-estar no entorno.

Atentar para os riscos globais trata de assegurar, mais do que nunca, um posicionamento estratégico voltado à sobrevivência dos negócios.

DOM. Ana Paula Vescovi, **Marcos Lisboa**, Candido Bracher, Arminio Fraga

País não está preparado para envelhecimento da população

Para médico, Brasil pagará preço alto se acumular pessoas carentes e doentes

Isabella Menon

SÃO PAULO O envelhecimento da população brasileira já é uma realidade, como aponta a última pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Apesar disso, o país não está se preparando para enfrentar as consequências desse fenômeno nas próximas décadas, afirmam especialistas ouvidos pela **Folha**.

Diante deste cenário, o médico gerontólogo Alexandre Kalache projeta que o Brasil deve pagar um preço alto, pois vai acumular pessoas doentes, carentes, com incapacidades e sem saber quem vai cuidar delas.

"Países desenvolvidos primeiro enriqueceram para poder envelhecer. As pessoas serão na velhice o produto de tudo o que aconteceu na sua vida antes, e nós estamos envelhecendo com pobreza e crescente desigualdade", afirma ele, que é ex-diretor do Programa Global de Envelhecimento e Saúde da OMS (Organização Mundial da Saúde).

A nova pesquisa do IBGE, divulgada no final de julho, mostra que a proporção de pessoas abaixo de 30 anos recuou de 49,9% da população do país, em 2012, para 43,9% em 2021. No período, o número de brasileiros nessa faixa etária baixou de 98,7 milhões para 93,4 milhões. Ou seja, uma queda de 5,4%.

No sentido contrário, a fatia com 30 anos ou mais subiu de 50,1% da população em 2012 para 56,1% em 2021. O grupo pulou de 99,1 milhões para 119,3 milhões no mesmo intervalo. O avanço foi de 20,4%.

Kalache cita ainda que, antes da pandemia, projeções indicavam que o Brasil deveria atingir o pico populacional em meados de 2040. Mas, em decorrência da crise sanitária, isso deve acontecer antes. Com isso, afirma que é necessário que o país já comece a pensar no futuro. E uma das políticas necessárias é manter as pessoas no mercado de trabalho.

Pesquisador associado do FGV/Ibre e ex-presidente do IBGE, Roberto Olinto cita que o envelhecimento populacional não é uma questão restrita ao Brasil e já atingiu países como França e Alemanha.

Segundo ele, ao mesmo tempo que o Brasil apresenta uma longevidade da população, há uma queda na taxa de fertilidade. Com isso, é necessário voltar a atenção para algumas questões visando um melhor futuro, entre elas a elaboração de uma política de saúde para essa população, que inclua desde um atendimento diferenciado até projetos de cidades inteligentes, uma vez que as pessoas estarão com a mobilidade reduzida.

Aos 23, o advogado Mateus Amaral já expressa preocupação com a velhice Rubens Cavallari/Folhapress

Também é preciso investir na educação para os mais jovens. "O mercado hoje exige um trabalhador mais qualificado para lidar com questões mais complexas. Só com o aumento da produtividade é possível manter o crescimento econômico-social, já que teremos menos gente ingressando no mercado de trabalho."

Além disso, é preciso uma política previdenciária que se prepare para um país que terá uma parcela menor da população trabalhando e um aumento do número de aposentados.

Bibiana Graeff, jurista e professora no curso de gerontologia da EACH-USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades), afirma que Brasil já foi referência em direitos para os idosos, principalmente após a Constituição de 1988 e o Estatuto do Idoso, de 2003. Depois disso, porém, o país estagnou no tema, afirma.

Para ela, as questões relacionadas à população idosa não devem ser vistas como algo isolado, mas como todo um retrocesso em questões relacionadas a direitos humanos. "São pessoas muitas vezes vistas como um peso para sociedade, como se não contribuíssem para a sociedade."

A advogada Fernanda Zucare, membro da Comissão de Direito Médico da OAB, concorda que o país não está preparado para o envelhecimento e enfrenta desafios, principalmente na área da saúde.

"Temos um SUS [Sistema Único de Saúde] extremamente comprometido e que não comporta bem toda a população que nele é atendida", diz ela, que ressalta que o país enfrenta um movimento grande de migração do sistema privado para o público, em razão do aumento dos preços dos planos de saúde e do desemprego.

56,1%

da população tem mais de 30 anos de idade, segundo o IBGE; são 119,3 milhões de brasileiros nessa faixa etária

Hoje, um projeto de lei prevê a elevação de 60 para 65 anos a idade de classificação como pessoa idosa. A proposta, em análise na Câmara dos Deputados, tem como autor o deputado Bibo Nunes (PL-RS), que justifica que, quando o Estatuto do Idoso foi sancionado, em 2003, a expectativa de vida era de 71 anos — que aumentou e chegou a 76 anos, em 2017.

A advogada de família e sucessões Maria Stella Torres Costa afirma que a legislação já dá mostras de que considerar idoso alguém com 60 anos talvez seja cedo demais.

Já Kalache discorda do projeto e diz que, em um país com taxa de desigualdade social tão elevada quanto a do Brasil, rotular como idoso aquele que tem 65 anos significa retirar cinco anos de direitos.

O médico cita quatro pilares necessários para garantir um bom envelhecimento —saúde, conhecimento, capital social e o financeiro. Para ele, porém, hoje faltam políticas públicas voltadas para o futuro nessas áreas.

Jovens adultos afirmam que a ansiedade quanto ao futuro é uma questão que já começa a preocupar no âmbito individual. É o caso do advogado Mateus Amaral, 23, que vive em São Paulo.

"Hoje sou CLT e isso é de certa forma um alívio, pois posso ser uma das últimas gerações com aposentadoria garantida", diz ele. Sobre a saúde, ele diz que um de seus objetivos é ter recursos financeiros para não depender do SUS, pois enxerga que o sistema pode não dar conta de toda a demanda.

> **"** Eu me vejo refém do plano de saúde privado e, ao mesmo tempo, me assusta a forma como criam tarifas absurdas, que se beneficiam da precarização do sistema público
>
> **Mateus Amaral**
> Advogado

"Eu me vejo refém do plano de saúde privado e, ao mesmo tempo, me assusta a forma como criam tarifas absurdas, que se beneficiam da precarização do sistema público", diz. Para ele, praticar esportes e manter uma boa alimentação é uma espécie de "previdência de hábito".

Amaral enxerga com certo otimismo o envelhecimento em cidades menores, que podem proporcionar melhores estruturas aos cidadãos. Foi o que fez Bárbara Malavoglia, 33 anos, professora de dança e ioga que decidiu sair de São Paulo e hoje vive na zona rural de Itamonte, cidade de Minas Gerais.

A mudança que aconteceu em meio à pandemia é um movimento que ela não relaciona diretamente ao envelhecimento, mas com a vitalidade. "O modo de vida na capital é desgastante, e o trabalho online me permitiu essa mudança para estar em um lugar em que tenho tempo. Aqui, eu consigo me permitir descansar."

Com falta de ônibus, moradores do Grajaú adotam bicicletas

Aline Almeida e Jessica Bernardo

SÃO PAULO | AGÊNCIA MURAL Moradores do Grajaú, na zona sul de São Paulo, estão adotando a bicicleta como meio de transporte para fugir do trânsito intenso nos horários de pico e economizar tempo e dinheiro na ida para o trabalho. A troca dos modais têm tornado o deslocamento mais rápido, mas a falta de ciclovias no distrito é motivo de reclamação entre os novos ciclistas.

José Adilson Ribeiro, 49, faz o percurso de bike entre o bairro onde mora, o Jardim São Bernardo, e o Terminal Grajaú há quatro anos. Ele conta que decidiu optar pela bicicleta quando percebeu o tempo que gastava esperando no ponto de ônibus.

"Levo 15 minutos para chegar [de bicicleta]. De ônibus é bem mais porque tem que esperar nos pontos, então chego primeiro que o ônibus", explica. Depois que a bicicleta entrou na rotina para o trabalho, Ribeiro passou também a pedalar nos momentos de lazer. "Só não vou para o centro porque é muito perigoso", conta.

Há dois anos, quando pedalava na avenida Dona Belmira Marin, uma das principais vias do distrito, ele quebrou o braço ao ser atingido por um carro. "O ônibus deu passagem para o carro e eu estava sem visão", conclui.

A avenida Dona Belmira Marin é a principal via de acesso para bairros como Parque Residencial Cocaia e Cantinho do Céu. Nela não há faixa exclusiva para bicicletas e os ciclistas precisam passar entre carros, ônibus e motos.

Segundo o Infosiga, sistema do governo estadual que gerencia as informações sobre o trânsito em São Paulo, entre 2019 e 2022 foram registrados 42 acidentes com ciclistas na Belmira Marin.

"Ou você ocupa a faixa ou você vai para a calçada e carrega a sua bike", comenta a grafiteira Stephanie Cristina Vieira, 21, sobre a avenida.

Ela começou recentemente a usar a bicicleta no caminho entre sua casa, na Vila São José, e a Estação Grajaú, da linha 9-Esmeralda, onde pega o trem para o trabalho.

"De bicicleta [levo] no máximo sete minutos. Se fosse de ônibus ia dar uma meia hora, 25 minutos", afirma a artista. A bike fica guardada no bicicletário da estação até que ela volte à noite para buscá-la. O espaço tem vaga para 178 magrelas. Segundo a Via Mobilidade, que administra o local desde 27 de janeiro, em média 72 pessoas utilizaram o local diariamente entre janeiro e junho deste ano.

Moradora do bairro Jordanópolis, Naiara Martinez, 29, foi outra a adotar a bike para economizar tempo. Ela conta que o ônibus até a estação Grajaú dá muitas voltas no bairro, enquanto de bicicleta consegue fazer o mesmo trajeto em um terço do tempo.

"Nesse percurso eu gastava quase meia hora para chegar à estação. A pé, por dentro [do bairro], eu gasto 20 minutos e de bicicleta eu gasto dez minutos", afirma.

Também é o caso de Franklin Almeida, 33, que vive no Jardim Lucélia e usa a bike como meio de transporte para trabalhar e ir para a academia. Ele lamenta, no entanto, a ausência de ciclovias no bairro. "Se você vai para a avenida Atlântica [no bairro vizinho] tem, no centro tem", comenta.

A região do Grajaú conta com apenas uma ciclovia, a Teotônio Vilela, que fica na avenida de mesmo nome e tem 4,1 km. Outras grandes avenidas, como a já citada Belmira Marin, a Paulo Guilguer Reimberg e a Antônio Carlos Benjamin dos Santos, não contam com a separação entre bicicleta e outros veículos.

Questionada se tinha novos planos para a instalação de ciclovias ou ciclofaixas na Belmira Marin, a Prefeitura de São Paulo respondeu, por nota, que não tem nenhum projeto para o local.

"A avenida Belmira Marin, por suas características, não comporta a implantação de uma estrutura cicloviária. Alternativas aos ciclistas estão em estudo e serão contempladas até o fim da execução do Plano Cicloviário da capital", diz a gestão municipal.

Fachada da casa de Elaine Maria Araújo Sales, a dona Nininha, construída no século 18, em Ouro Preto Fotos Ane Souz/Folhapress

Moradores têm casas históricas restauradas em Ouro Preto

Imóveis habitados por população de baixa renda foram construídos nos séculos 18 e 19; projeto custará R$ 1,4 mi

VIDA PÚBLICA
DIAS MELHORES

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO A aposentada Elaine Maria Araújo Sales, a dona Nininha, mora no número 480 da rua Alvarenga, em Ouro Preto (MG), desde que nasceu, há 70 anos. A casa do século 18 está na família há mais de 150 anos, calcula ela, e tem passado para herdeiros geração após geração.

Mas a residência histórica, de 91 m², corre o risco de ruir. A fachada original, uma parede de taipa de pilão, está inclinada. O imóvel de dona Nininha está dentro do Bom-Será —conjunto arquitetônico de construções presentes nas cidades do Ciclo do Ouro, em Minas Gerais— e vai ser restaurado com outros dois domicílios em condições críticas, na mesma rua, construídos nos séculos 18 e 19.

"A fachada da minha casa já está tão inclinada que chama a atenção de turistas curiosos, que tiram foto, mas que ficam receosos de serem atingidos pelo muro", diz a aposentada, que mora com o filho, o taxista Donizete João da Silva Júnior, 27, na residência de portas e janelas cinzas por fora e coloridas por dentro.

As três moradias pertencem a famílias de baixa renda. A reforma será feita por meio do projeto BomSerá, patrocinado pelo Instituto Cultural Vale, via Lei Rouanet, ao custo de R$ 1,4 milhão. O prazo final das obras, que têm apoio do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), é dezembro.

O projeto não consiste apenas em restaurar os três imóveis de Ouro Preto, cidade considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco (agência da Organização das Nações Unidas). Haverá também oficinas de conservação e restauro voltadas para a comunidade, professores e alunos do ensino médio da cidade e da região.

É o que explica Bel Gurgel, diretora artística do IA (Instituto de Arte Contemporânea de Ouro Preto), que encabeça o projeto. "O objetivo é restaurar e capacitar os moradores, que receberão as intervenções para que possam eles mesmos realizar a manutenção preventiva de suas casas."

Há ainda, segundo ela, um curso para a formação de mão de obra qualificada —são 20 bolsistas que futuramente poderão atuar em obras de restauro. "Vamos transformar esses jovens em agentes do patrimônio."

De acordo com Bel, a maioria dos interessados nessas aulas são mulheres. Uma delas é a restauradora Yara Ferreira, 22. Nascida e criada em Ouro Preto, Yara lembra que a construção é uma carreira majoritariamente masculina.

"É reconfortante ver as mulheres ali trabalhando, botando a mão na massa. A gente mostra que consegue tanto quanto os homens", afirma.

Responsável técnico pela execução das obras, o engenheiro e professor de restauro Ney Ribeiro Nolasco afirma que o projeto faz um trabalho diferenciado ao registrar como as pessoas se relacionam com a casa.

"Usamos a restauração para acessar a questão cultural e saber como as famílias convivem com o patrimônio."

Parentes dos proprietários das casas também trabalham na obra. É o caso de Alex Garcia, 48, ajudante de pedreiro. Ele é genro de dona Aparecida, que morreu recentemente, e atua diretamente na casa dela, uma das mais degradadas.

A pensionista Efigênia Rosa Camilo, 94, conta que já deixou a casa onde vive "desde sempre" para que seja restaurada. O imóvel de 41 m², onde ela mora com um neto, chegou a ser alugado algumas vezes, mas é para onde ela pretende voltar a morar quando a reforma terminar.

"É uma casa pequena, mas ajeitadinha. É bacana como o pessoal tem tratado o imóvel, com o valor que ele merece", afirma Efigênia, na presença da neta, a assistente de processamento de dados Luzia Câmara, 59.

A neta afirma que a reforma, em curso, vai trazer segurança para dona Efigênia, pois o telhado apresentava instabilidade. "Está com a madeira podre, com cupim. É um perigo, principalmente quando chove. [O restauro] vai ser um conforto para ela e meu irmão", diz Luzia.

O local possui um banheiro pequeno, que vai ganhar acessibilidade para dona Efigênia utilizar com sua cadeira de rodas. Também serão instaladas barras de apoio nas paredes de alvenaria.

Já dona Nininha, que deixou a casa no início de agosto, conta que esta é a primeira vez que sai do imóvel histórico. "Eu nasci e fui criada nessa casa tão aconchegante. Dá um aperto no coração", diz. "Aqui é tudo muito antigo, da época de Tiradentes [1746-1792] e da Inconfidência Mineira. A porta da igreja em frente à minha casa é atribuída a Aleijadinho. Precisa conservar tudo. Estamos ansiosos com a reforma. Quero ver nossa casinha bem linda, porque ainda vai passar muita gente aqui."

Segundo Paola Dias Villas Boas, professora do curso superior de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais, não há como saber com exatidão o período de construção das edificações. Mas as moradias podem ter começado a surgir na época do escultor Aleijadinho (1738-1814) ou um pouco depois.

"É mais difícil dizer, pela escassez de documentação. Mas essas edificações provavelmente foram construídas nos séculos 18 e 19, no período colonial. Elas estão inseridas no caminho-tronco, traçado urbano original da cidade quando se chamava Vila Rica", diz Paola.

O engenheiro Nolasco lembra que é romântico dizer que as pessoas moram em um sítio arqueológico, mas que isso é oneroso. "O restauro é caríssimo e poucos têm condições de fazer as obras da forma exigida. Muitas casas acabam em condições insalubres. Uma parede não pode ser pintada sem autorização do Iphan, que diz até a cor."

No alto, Elaine Sales, conhecida como dona Nininha; abaixo, Efigênia Rosa Camilo na casa em que está hospedada

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Poeta urbano, retratou as ruas e as almas da pessoas

JOÃO FLÁVIO CORDEIRO DA SILVA (1960-2022)

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO João Flávio Cordeiro da Silva virou Miró da Muribeca aos poucos. Miró surgiu nas peladas que jogava num campo de futebol perto da rua Dom Vital, no bairro Santo Amaro, no Recife.

João Flávio torcia pelo Sport Clube do Recife, mas admirava o meia-esquerda, Mirobaldo, atleta do Santa Cruz. Os amigos o apelidaram de Miró devido à semelhança física e no jeito de jogar entre ele e o craque.

Muribeca fica em Jaboatão dos Guararapes, na periferia da Grande Recife. O bairro emprestou o nome à assinatura artística de Miró.

Miró da Muribeca morava com a mãe numa comunidade de perto da rua Dom Vital. O endereço era ponto de encontro de artistas locais da música e da poesia, em especial, a casa da família do músico Zeh Rocha.

Lá, Miró desempenhava pequenos serviços domésticos e acompanhava as audições, as conversas e até os ensaios da banda de Zeh Rocha, Flor de Cactus, que tinha Lenine como um dos integrantes.

Foi nesse ambiente cultural rico que Miró se apaixonou por poemas. Maurício Silva, hoje artista plástico, frequentava o local. Foi ele quem o apresentou a esse gênero textual, segundo relata o cientista político e poeta Túlio Velho Barreto, 64.

Miró teve um emprego formal, na Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Na autarquia, conheceu Maria do Carmo Barreto Campelo, que após ler alguns poemas o incentivou a escrever.

Ao deixar a Sudene, o artista sobreviveu com o dinheiro da venda dos seus livros —ele os oferecia em locais públicos.

Nos últimos anos, o escritor e editor Wellington de Melo, amigo e biógrafo de Miró, publicou alguns livros do poeta pela Cepe (Companhia Editora de Pernambuco) e pela editora Mariposa Cartonera. Segundo Túlio, Miró escreveu cerca de 15 livros e ficou conhecido no Brasil e no exterior.

O poeta não conheceu o pai e perdeu a mãe —a pessoa mais importante de sua vida— quando morava em Jaboatão dos Guararapes.

A trajetória de Miró daria um livro. Além do Recife e de Jaboatão dos Guararapes, escreveu parte de sua história em Petrolina (PE), Fortaleza (CE) e São Paulo. O período em que viveu na capital paulista foi tema de um dos seus livros, "São Paulo é Fogo".

"Sempre vi Miró como alguém muito inteligente, atento ao que ocorre ao seu redor. Um observador das ruas e das 'almas' das pessoas. Ele era bonissimo, amoroso e tímido", diz Túlio.

Miró morreu dia 31 de julho, aos 61 anos, de câncer.

Paraquedismo tem regras divergentes no país

Três associações gerenciam a prática; polícia e Promotoria cobram mais segurança depois de mortes em Boituva (SP)

Fábio Pescarini

SÃO PAULO Três órgãos "litigam para fazer valer suas regras operacionais e técnicas sobre o paraquedismo e ajudam a trazer insegurança".

A afirmação faz parte do inquérito que apura a morte do empresário Andrius Jamaico Pantaleão, 38, no último dia 19 de julho, em Boituva (121 km de SP), e foi um dos argumentos usados para a Polícia Civil conseguir, na Justiça, paralisar os saltos no CNP (Centro Nacional de Paraquedismo) durante quase duas semanas —uma liminar permitiu a volta das atividades na quarta (3).

Os órgãos citados, que têm escolas e clubes filiados em operação no centro nacional, são a CBPq (Confederação Brasileira de Paraquedismo), a ABPQD (Associação Brasileira de Paraquedismo) e a ABRA (Associação Brasileira de Paraquedismo).

Neste ano, outros três paraquedistas morreram em acidentes na cidade.

As três entidades baseiam seus regulamentos nas regras da USPA, a Associação de Paraquedas dos EUA, referência mundial para a prática. E há semelhanças entre eles. Mas divergem em questões como a velocidade máxima de vento permitida para cada categoria e a idade mínima para se fazer salto duplo, além da redação de normas.

"A Lei Pelé deixou em aberto a questão das associações de iniciativas desportivas. Diante disso, os esportes criam as próprias regras sem interferência do poder público. No futebol, se algo dá errado, não é tão perigoso. Porém, quando falamos de paraquedismo, é um esporte com potencialidade de fatal muito grande", afirma o delegado Emerson Jesus Martins, titular da delegacia de Boituva e responsável pela investigação das mortes.

As divergências fizeram o CNP adotar um código próprio. Segundo Marcelo Costa, presidente do local, as normas são baseadas nas da Confederação Brasileira e, em alguns casos, são mais rígidas.

"São instituições nascidas para criar facilidades onde não existia", diz Costa, que tem mais de 15 mil saltos no currículo, sobre associações dissidentes da Confederação Brasileira. "O CNP, que abriga 15 escolas e as três instituições, se viu na obrigação de criar o código esportivo dele. Pegou o que já existia e enrijeceu."

A Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) diz que a prática desportista e sua instrução são livres no Brasil, asseguradas por lei. Assim, as associações de praticantes de aerodesporto, como o paraquedismo, não são regulamentadas pela aviação, mas seus associados devem seguir as regras de operação aérea.

Com a recente aprovação da Medida Provisória do Voo Simples, em junho, dirigentes tentam passar ao Comitê Aerodesportivo do Brasil a gestão do paraquedismo e de outros esportes sem regulação. Mas a Anac diz que ainda não há iniciativas nesse sentido.

Uellington Mendes, presidente da confederação, defende a existência de um documento único para regular o paraquedismo, apesar da semelhança entre os disponíveis hoje. "Só nós temos um STJD [Superior Tribunal de Justiça Desportiva]", afirma.

Ele diz acreditar que as escolas filiadas às federações estaduais e, assim, à própria confederação, são mais rígidas no ensinamento de iniciantes.

Rômulo Souza dos Santos criou a ABPQD em 2008 com mais quatro amigos paraquedistas por discordar da burocracia na confederação e por divergências com a diretoria.

"Sobre o regulamento, traduzimos o americano. O resultado é praticamente igual ao que o mundo todo usa." Ele diz ainda que a entidade faz relatórios de acidentes menores, que são entregues ao responsável técnico do centro nacional, e que está pronta para produzir documentos mais complexos para entregar à polícia, caso seja necessário.

Instrutor e um dos fundadores da ABRA em 1997, o paraquedista Paulo Henrique Assis explica que a entidade tem normas próprias, com atualizações recentes que as tornam mais próximas das de EUA e Europa. "O objetivo é dar mais atenção à formação técnica, desde atletas a instrutores."

Para Isabella Castro Moreira, ex-sargento e paraquedista do Exército, instrutora e atual recordista mundial de saltos em um mesmo dia —115 no Dia da Mulher de 2021—, os avaliadores precisam ser mais rígidos nos cursos de formação de instrutores. Ela diz conhecer profissionais que ensinam outras pessoas, mas têm dificuldades de pousar com o próprio paraquedas. "É necessário habilidade de psicólogo também, para saber se o aluno está em condições de saltar."

Moreira diz acreditar que os acidentes deste ano foram fatalidades e não têm relação com falta de segurança ou falha de equipamentos. A opinião é compartilhada por Marcelo Costa, do CNP em Boituva. Segundo ele, as quatro mortes são casos isolados e por culpa dos próprios paraquedistas. As investigações ainda não são conclusivas.

No inquérito policial que chegou à Justiça, o delegado Martins cita que não há UTI móvel no CNP. Costa afirma que há socorristas no local e que o resgate é rápido.

Uma resolução da Anac de 2011 estabelece algumas regras, mas a maioria com relação ao voo. Sobre o lançamento de paraquedistas, diz que o piloto não pode permitir saltos em áreas densamente povoadas. E este é um dos pontos levados pela polícia e pelo Ministério Público à Justiça. O empresário Pantaleão, cujos paraquedas não abriram, caiu sobre uma casa.

Na quarta-feira (3), representantes de paraquedistas e do CNP e o prefeito Edson Marcusso (Cidadania) protocolaram na Justiça um termo de compromisso de segurança. Um dos itens prevê a instalação de um novo alvo para pousos em uma área próxima ao CNP, dando mais uma opção para que os atletas evitem descer em regiões povoadas por problemas de vento.

A intensificação na fiscalização de instrutores e a realização de palestras e simpósios sobre segurança a cada seis meses são outras propostas.

A prefeitura planeja enviar em até 30 dias um projeto de lei para a Câmara Municipal que dá à administração poderes de fiscalização na prática do paraquedismo em Boituva. "Essa tragédia serviu para alertar que constantemente precisamos estar em vigilância", diz o prefeito.

Treinamento no CNP (Centro Nacional de Paraquedismo), em Boituva Jardiel Carvalho - 29.abr.2022/Folhapress

Radiografia do paraquedismo

Entidades que administram a prática

	CBPq (Confederação Brasileira de Paraquedismo)	ABPQ (Associação Brasileira de Paraquedistas)	ABRA (Academia Brasileira de Paraquedismo)
Fundação	1975 (evolução da União Brasileira de Paraquedismo)	2008	1997 (em 2019 tornou-se entidade nacional de administração de desporto)
Número de filiados	3.000	3.900*	735
Valor da anuidade	R$ 120**	R$ 140	R$ 180

Principais divergências

Velocidade do vento, em km/h (máxima permitida)

Categoria	CBPq	ABPQ	ABRA
AI (aluno iniciante)	22,2	23	25,9
A	22,2	23	27,8
B	25,9	Fabricante	33,3
C	33,3	Fabricante	33,3
D	Fabricante	Fabricante	Fabricante

Idade mínima para salto duplo

CBPq
12 anos com autorização de ambos os responsáveis legais e desde que o porte físico permita ajuste seguro no equipamento

ABPQ
Não tem idade mínima, o que define é o tamanho do passageiro e se o harness (macaquinho) fica ajustado nas pernas e no peito

ABRA
10 anos

Regras obrigatórias para salto no Centro Nacional de Paraquedismo em Boituva (SP)

Velocidade do vento, em km/h (máxima permitida)

Categoria	No setor sul	No setor norte
AI (aluno iniciante)	22,2	25,9
A	22,2	29,9
B	27	28,6
C	31,4	—
D	35	—

14 anos é a idade mínima para salto duplo

Termos de compromisso protocolados na Justiça para aumento da segurança em Boituva

- Clubes e escolas podem usar túnel de vento para instrução, mas obrigatoriamente têm de realizar no mínimo 7 saltos
- Realização de palestras e simpósios a cada 6 meses
- Intensificação na fiscalização de instrutores, mestres de saltos e pilotos, entre outros
- Viabilizar a instalação de um segundo alvo para evitar áreas urbanas

O que diz a Anac

- Existir Notam (autorização de voo)
- Piloto tem que ser habilitado como lançador de paraquedistas
- Proibido salto em direção a uma área densamente povoada ou sobre um conjunto de pessoas reunidas ao ar livre, a menos que as circunstâncias sejam informadas e constem no respectivo Notam
- Proibido salto sem contato visual da área de aterragem

Fabricante = De acordo com informações do fabricante do equipamento. *Entre ativos e inativos. **Mais o valor da federação estadual, que pode variar. Fontes: Confederação Brasileira de Paraquedismo, associações, Centro Nacional de Paraquedismo, Prefeitura de Boituva e Anac (Agência Nacional de Aviação Civil)

Adams Carvalho

Há males que vêm para o mal

A pandemia normalizou sabe o quê? A praga da mensagem de áudio

Antonio Prata

Escritor e roteirista, autor de "Nu, de Botas"

Desgraças passam, mas deixam lêndeas. O apagão de 2001. Pelejamos por meses, vivemos no breu, deixamos a árvore de Natal sem luzinha coreana, passamos frio, nos ensaboando com o chuveiro elétrico desligado. Aí o racionamento foi chegando ao fim e quando a luz surgiu no fim do túnel, tava meio estranha. Menos luz. Menos fim do túnel. Era de lâmpadas fluorescentes. Nunca mais saímos deste corredor de hospital/cartório/laboratório.

Luz fria: só o nome já gela a espinha. É a dieta celíaca das pupilas. Deve ter alguma relação entre o glúten e as lâmpadas incandescentes. Foram cancelados na mesma época. Glúten engorda. Lâmpada incandescente esquenta. A casquinha do pão francês saindo do forno é amarela e quente como era a cúpula de um abajur na casa da minha avó. Hoje a casa foi abaixo, o abajur não existe mais e, não raro, por cima das cúpulas dos abajures, lâmpadas halógenas de pescoços compridos nos espreitam, como sentinelas em torres da cadeia.

Ah, a pandemia vai nos fazer valorizar o contato humano! Ah, a pandemia vai nos ensinar a proteger a natureza! Ah, a pandemia vai mostrar ao mundo que a amizade, o convívio e o senso de comunidade devem prevalecer sobre a meritocracia de todos contra todos! Picas: a pandemia normalizou sabe o quê? Sabe o quê? Vou falar o quê, pombas: a praga da mensagem de áudio.

Antes da pandemia o WhatsApp era uma espécie de telégrafo. Daí virou conversa, reunião, trabalho, DR. Foi quando liberou o áudio. Estávamos tão exaustos de olhar pras telas que a praga do áudio correu no paralelo. Era, ao menos, um descanso para os olhos.

Agora, porém, estamos todos vacinados —os terraplanistas seguem morrendo como moscas, aliviados, quem sabe, por escapar do comunismo gayzista patrocinado pela Lei Rouanet dos quilombolas sustentados por ONGs interessadas no nosso nióbio. Pessoas sãs, contudo, tomando alguns cuidados, já podem ir se encontrar no bar, na praça, na esquina. A mensagem de áudio, no entanto, ficou para nos atazanar.

A gente lê bem mais rápido do que escreve. A gente também lê mais rápido do que fala, até porque no texto não tem "É..... Então... Tava aqui pensando que... Na verdade, eu já tinha pensado antes... Sabe o Rodrigo? Não o Rodriguêra do Logos, o Ro Brandão, namorado da Taninha... É... Peraí, tão me chamando, aqui — a azul, isso. Da direita —. Então, como eu ia dizendo...". O cara que manda áudio cobra de você, ao recebê-lo, o mesmo tempo que ele gastou para enviá-lo, o que é, no mínimo, folgado.

Mandar um áudio sem antes ter a delicadeza de perguntar "posso te mandar um áudio?" é como aparecer na casa de alguém, sem ser convidado, para o jantar. (Pensando bem, "posso jantar na sua casa?" também soaria folgado). Esqueça a imagem. Mandar um áudio é como segurar no ombro de um conhecido numa festa e desandar a falar de si próprio, sem ser perguntado.

Acontece tanto, isso, né? Às vezes a pessoa desanda a falar "então eu saí da USP e fui fazer uma pós na Unicamp. Naquela época eu tava muito interessado em papapa pipipi popopó". Até parece que o cara tá numa entrevista de emprego e você é o empregador. Nessas horas a vida fica tão enfadonha, você sente tanta urgência de sair dali —o cara ainda tá em 98, até chegar em 2022 a pista já esvaziou— que até dá vontade, por pior que seja, de pedir: "amigo, por favor, será que você pode me mandar um áudio?".

Angolanos dançam na cerimônia de abertura da Copa Africana das Nações, em Luanda; Angola é uma das nações de origem banto Amr Abdallah Dalsh - 2 dez.10/Reuters

Migração que originou idiomas e povos africanos teve início há 5.000 anos

Pesquisadores analisaram parentesco entre mais de 400 idiomas do ramo linguístico banto

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS A migração pré-histórica que deu origem a boa parte dos povos da África, incluindo a maioria dos ancestrais dos brasileiros negros, começou há cerca de 5.000 anos e seguiu uma rota por dentro das florestas tropicais do centro do continente, afirma um novo estudo.

O resultado vem de uma análise dos padrões de parentesco entre mais de 400 idiomas do ramo linguístico banto, hoje presente numa área enorme que vai de Camarões, na costa do Atlântico, ao Quênia e à Tanzânia, no litoral do oceano Índico. A área abrange ainda a África do Sul e a Namíbia, no extremo sul, e Congo e Angola, na região central do continente.

Em todas essas regiões, as línguas predominantes possuem muitas semelhanças entre si, tanto no vocabulário quanto na estrutura gramatical, mais ou menos da mesma maneira que é possível detectar muitos pontos em comum entre o português, o espanhol, o italiano, o francês e outras línguas descendentes do latim.

Levando isso em consideração, é natural supor que os idiomas bantos descendem de um ancestral comum que foi se espalhando pelo continente africano milênios atrás. Os dados arqueológicos e de DNA sugerem que essa expansão provavelmente está associada às grandes capacidades agrícolas e tecnológicas dos falantes desse grupo de línguas no passado.

Os bantos parecem ter dominado a metalurgia do ferro por conta própria, por exemplo. Além disso, desenvolveram métodos eficientes de agricultura tropical, cultivando tubérculos, como o inhame, e grãos, como o milhete e o painço. A ideia é que esse pacote agrícola-tecnológico tenha ajudado esses grupos a colonizar novas regiões com mais eficiência, desalojando outros povos ou então se misturando com eles.

A questão, porém, é como e quando a jornada teria acontecido, e esse é o tema do novo estudo, coordenado por Ezequiel Koile, do Instituto Max Planck de Antropologia Evolucionista, na Alemanha.

Junto com colegas da Rússia, dos EUA e da Nova Zelândia, Koile desenvolveu uma série de métodos estatísticos para tentar estimar como as línguas do grupo banto foram se diversificando com o passar do tempo, levando em conta as transformações na forma das palavras que elas compartilham entre si.

Uma das dúvidas, levando em conta tanto os dados linguísticos quanto os arqueológicos e genéticos, é se os bantos teriam precisado "esperar" um momento relativamente mais seco do sistema climático africano, por volta de 2.500 anos atrás, para se expandir muito além de seu lar original, que provavelmente ficava em Camarões.

Essa proposta surgiu porque os principais cultivos desses povos na época eram mais apropriados para regiões de savana, mais secas e com vegetação mais aberta. No entanto, antes de 2.500 anos atrás, estima-se que a faixa central do continente africano, ainda hoje a que abriga as florestas tropicais e equatoriais mais úmidas e densas, era bem mais extensa e contínua.

Para alguns especialistas, isso teria barrado a expansão dos bantos até o momento em que a diminuição das chuvas levou ao surgimento de um corredor de vegetação aberta do vale do rio Sangha (afluente do rio Congo). Outra possibilidade é que, em vez de seguir por esse corredor, eles teriam adotado uma rota costeira, passando pelo litoral do Atlântico em que também havia vegetação menos densa.

A grande análise linguística coordenada por Koile, porém, indica que a separação entre os principais ramos da família de idiomas bantos aconteceu muito antes da abertura do corredor de savana, além de também não bater com a rota pelo litoral. A estimativa deles é que a expansão desses povos já teria alcançado as florestas tropicais da África Central por volta de 4.500 anos atrás, bem antes da transformação dessas matas pela seca.

A ideia, portanto, é que os bantos teriam conseguido usar estratégias diversificadas para ocupar as florestas, seja escolhendo áreas de vegetação um pouco menos densa para plantar, aproveitando as margens dos rios ou complementando sua subsistência agrícola com a caça e a coleta. Seriam métodos não muito diferentes das populações de agricultores indígenas que ocupavam a Amazônia mais ou menos na mesma época.

Os resultados desse processo também deixaram marcas importantes no DNA, na cultura e na língua dos brasileiros. Acontece que sete em cada dez dos africanos escravizados mandados para cá ao longo de três séculos vieram de Angola e do Congo, regiões com população de bantos. Palavras muito comuns do português falado no Brasil, como "moleque" e "camundongo", derivam dos idiomas dessa família.

O estudo saiu na edição desta semana da revista especializada PNAS, da Academia Nacional de Ciências dos EUA.

Não culpe os macacos

Nova varíola é a maneira melhor de designar doença emergente

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Diante de mais um desafio global de saúde pública, novamente envolvendo uma doença infecciosa emergente que transita de animais selvagens para seres humanos, é crucial enxergar as coisas com clareza, dar a elas os devidos nomes e evitar preconceitos. Por isso, esta coluna é um apelo para que abandonemos o termo "varíola dos macacos" e adotemos a expressão "nova varíola", no mínimo enquanto a comunidade científica não formula uma designação mais precisa para a moléstia.

Parar de citar os primatas não humanos toda vez que fazemos referência à nova varíola teria, para começo de conversa, o efeito de proteger a vida de bichos que não têm absolutamente nada a ver com os problemas de saúde da nossa espécie.

Acontece que, com o espalhamento preocupante da doença pelo país, a Sociedade Brasileira de Primatologia tem recebido relatos sobre agressões contra macacos e mesmo mortes dos animais por envenenamento. Um desses casos foi noticiado nesta semana, no interior paulista, pelo jornal Gazeta de Rio Preto — dois macacos-pregos apresentaram sinais de intoxicação. Não é à toa que a Renctas, organização que combate o tráfico de animais silvestres, está defendendo a mudança de terminologia.

É preciso deixar claro, em primeiro lugar, que a associação entre a moléstia e os bichos não passa, no fundo, de um acidente histórico, de um subproduto da maneira como a nossa espécie começou a se dar conta da existência do vírus que a causa. A questão é que a descoberta do causador da doença aconteceu em 1958, durante um surto que afetou macacos criados em laboratório na Dinamarca.

Frise mentalmente o "em laboratório": não sabemos se esses primatas ou seus ancestrais já estavam contaminados com o vírus em seu habitat natural. No entanto, surtos posteriores da doença, tanto na África, seu continente de origem, quanto em outros lugares do mundo, mostraram uma associação entre o agente causador da enfermidade e roedores selvagens africanos, como espécies de ratos e esquilos. Note bem: roedores, não macacos.

Até hoje não há consenso sobre qual seria o reservatório natural do vírus, ou seja, a espécie que ele provavelmente infecta há dezenas de milhares de anos ou mais, num processo de evolução conjunta de longo prazo, e a partir da qual, de vez em quando, ele salta para colonizar as células de outros animais.

Checar esse tipo de informação exige um trabalho de detetive complexo e de longo prazo. Mas as evidências disponíveis apontam para os roedores, e não para os primatas, que talvez sejam vítimas ocasionais do patógeno, assim como nós.

Seja como for, esse reservatório natural ainda desconhecido decididamente se encontra do outro lado do Atlântico, em território africano. Os macacos-pregos e as outras dezenas de espécies de primatas do Brasil estão separados de seus primos de segundo grau da África faz mais ou menos 40 milhões de anos. Ou seja, a chance de que eles carreguem naturalmente a nova varíola é mais ou menos a mesma de um coala ou um urso-polar serem reservatórios do vírus.

Outro fato crucial a destacar é que, assim como muito provavelmente ocorreu no caso da Covid-19 e está ocorrendo agora com a nova varíola, esse tipo de problema não vai desaparecer num passe de mágica. Pelo contrário: a intensificação do desmatamento, da crise do clima e do tráfico de animais em escala global tende a piorar as coisas.

Se queremos diminuir as nossas chances de encarar ainda mais problemas desse tipo no futuro, precisamos enfrentar a raiz do problema — e deixar os macacos em paz, para variar.

equilíbrio

Insatisfação com tamanho do pênis e da vagina leva a cirurgia

Especialistas indicam psicoterapia para avaliar a real vontade e necessidade de procedimentos estéticos na região genital

Luiz Paulo Souza

RIBEIRÃO PRETO Um estudo sueco publicado no último mês mostrou que 33,8% dos indivíduos entrevistados estavam insatisfeitos com a aparência genital. Uma melhor autopercepção estaria relacionada a um maior tamanho do pênis e a um menor tamanhos dos lábios menores vaginais.

A pesquisa também mostrou que 11,3% dos homens e 13,7% das mulheres consideravam fazer algum tipo de cirurgia estética na região genital. Segundo Tatiana Turini, membro titular da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, o número desses procedimentos vem aumentando nos últimos anos.

A pesquisa, que contou com a participação de 3.503 homens e mulheres suecos, foi feita através de um questionário online e publicada na revista científica The Journal of Sexual Medicine.

Para Christiane Ribeiro, médica psiquiatra e membro da SBP (Sociedade Brasileira de Psiquiatria), esse aumento de cirurgias estéticas reflete uma maior insatisfação da população com o próprio corpo e a uma menor autoestima. Ela acredita que esse processo está diretamente relacionado a um aumento da pressão popular por um corpo perfeito e a um maior uso de redes sociais.

Entre as mulheres, a cirurgia de redução dos lábios menores é a mais buscada. Segundo a cirurgiã, o desconforto com a aparência da vulva é a principal queixa, mas algumas pacientes desejam fazer o procedimento porque sentem dor ao usar algumas roupas e ao fazer exercícios físicos.

Dados da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética apontam que, durante o ano de 2020, mais de 142 mil pessoas passaram pelo procedimento —20 mil apenas no Brasil. Entre as mulheres que já falaram abertamente sobre ter feito a cirurgia estão a advogada Deolane Bezerra, a influenciadora digital Geisy Arruda e a ex-BBB Letícia Santiago.

Outros procedimentos como clareamento, redução de gordura na região púbica e aplicação de botox nos lábios maiores também são comuns. De acordo com a médica, o desconforto estético, mesmo que não associado a uma disfunção anatômica, faz com que essas mulheres não se sintam confortáveis com seus parceiros e parceiras, o que pode dificultar o prazer e tornar a experiencia sexual dolorosa.

33,8%
dos suecos entrevistados pela pesquisa estavam insatisfeitos com a aparência de sua genital

11,3%
dos homens e 13,7% das mulheres pensavam em fazer algum tipo de cirurgia estética na região genital

3.503
homens e mulheres suecos participaram da entrevista, feita através de um questionário online

142 mil
pessoas passaram pelo cirurgia estética na região genital em 2020, sendo 20 mil apenas no Brasil, segundo a Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética

Segundo a psiquiatra, os insatisfeitos com a aparência das suas genitálias geralmente não reclamam com seus parceiros, mas supervalorizam uma característica física que consideram negativa —o que, segundo a especialista, pode ser um sinal de Transtorno Dismórfico Corporal, condição em que o paciente sente-se altamente insatisfeito com próprio corpo.

Essa dificuldade de aceitação pode dificultar a vida social e levar a uma indisponibilidade para relacionamentos afetivos e atividades sexuais.

É o caso de Daniel (nome fictício, a pedido), 23. Ele disse se sentir muito insatisfeito com o tamanho do seu pênis e relata que isso faz com que ele evite relacionamentos. Segundo ele, essa insatisfação também causa muita insegurança em encontros sexuais, principalmente com mulheres —ele é bissexual.

De acordo com Daniel, o tamanho do seu pênis nunca foi um incômodo para seus parceiros e parceiras, e isso nunca atrapalhou o sexo, mas, mesmo assim, ele sempre se questiona se os parceiros ficaram mesmo satisfeitos com a experiência.

Essa insegurança começou aos 13 anos, quando ele começou a ter acesso a pornografia. Segundo o estudo sueco, 93,6% dos homens e 57,5% das mulheres consumiam material com sexo explícito, mas, nessa população, esse consumo não foi associado a uma pior autoimagem genital.

Ainda de acordo com o estudo, uma maior insatisfação com a aparência estava relacionada a uma menor atividade sexual e exposição do corpo —como utilizar banheiros públicos e roupas que possam marcar a genitália.

Daniel disse que, por causa da sua insegurança, já sentiu muito desconforto para usar roupas como sungas, mas que depois que começou a fazer psicoterapia essa preocupação diminuiu bastante.

Apesar de a insegurança ter melhorado nos últimos anos, Daniel conta que, às vezes, ainda pensa em fazer procedimentos que possam aumentar o tamanho do pênis.

A Sociedade Brasileira de Urologia afirma que contraindica esta prática e reforça que não há estudos ou dados científicos que confiram credibilidade, eficácia ou segurança de qualquer técnica de aumento das dimensões penianas.

Para Darlane Andrade, psicóloga e professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da UFBA (Universidade Federal da Bahia), as intervenções estéticas podem mesmo melhorar a aceitação do próprio corpo.

Entretanto, ela considera que a psicoterapia é essencial para que o indivíduo, em especial as mulheres, entenda o impacto das pressões sociais sobre a maneira como ele se enxerga, e possa tomar a decisão sobre fazer ou não a intervenção de maneira mais consciente.

Os organizadores do estudo concordam que a psicoterapia pode ser uma alternativa aos procedimentos estéticos para melhorar a autoimagem.

esporte

AVAÍ E CORINTHIANS EMPATAM EM FLORIANÓPOLIS
O Avaí abriu o placar com pênalti cobrado por Bissoli, e o empate veio com gol de Balbuena. O Corinthians segue na vice-liderança, logo à frente do Flamengo, que venceu o São Paulo no Morumbi por 2 a 0 William Anacleto/iShoot/Agência O Globo

Joguei com Pelé, e Jô me entrevistou

É o que costumo falar quando quero me sentir uma pessoa importante

Tostão

Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Quando quero me sentir importante, falo que joguei ao lado de Pelé e que fui entrevistado por Jô Soares. Dos personagens de Jô, o que mais gostava era o Reizinho. Outro era o Zé da Galera, que telefonava do orelhão para Telê, técnico da seleção brasileira, e dizia: "Bota ponta, Telê"!

Tempos depois, entrevistei, para a ESPN Brasil, o gênio da crônica, Luis Fernando Verissimo, mais tímido que eu. Em uma entrevista de Jô com Verissimo, ele disse: "Vi sua entrevista com o Tostão. Vocês começaram calados e terminaram mudos".

Independentemente das atuações e dos resultados das partidas de ontem, pelo Brasileirão, tivemos, no meio de semana, ótimos e importantes jogos pela Libertadores, que merecem reflexões. Nos próximos dias, conheceremos os classificados para as semifinais.

Corinthians e Flamengo mostraram diferentes modelos táticos, bem executados, mas prevaleceu a nítida superioridade individual do Flamengo, embora os dois belíssimos gols tenham tido a colaboração de detalhes imprevisíveis, como o escorregão do zagueiro Balbuena e a batida da bola no braço do jogador do Flamengo, para ficar do jeito que Arrascaeta queria.

Enquanto Vítor Pereira seguia o rígido modelo europeu de ter, obrigatoriamente, jogadores pelos lados que atacam e defendem, Dorival Júnior escalou novamente os melhores para jogar onde preferem. O futebol comporta várias estratégias, desde que seja bem executado o que foi planejado e que haja atletas com talento.

No losango formado no meio-campo por Dorival Júnior, Arrascaeta é a ponta, próximo aos dois atacantes, onde gosta de estar, onde sabe jogar bem. Thiago Maia é a outra ponta, mais recuado e centralizado, e os dois meio-campistas, Éverton Ribeiro, pela direita, e João Gomes, pela esquerda, atacam e participam da marcação pelos lados.

Arrascaeta evoluiu bastante e, provavelmente, será um dos destaques da seleção uruguaia na Copa, embora, dificilmente, jogará na mesma posição em que atua no Flamengo, pois quase todos os técnicos não abrem mão de jogadores pelos lados, que atacam e que defendem.

Athletico e Estudiantes fizeram um bom e equilibrado jogo, empate por 0 a 0. O volante Fernandinho foi o grande destaque da partida, pelo talento, pela clareza, pela lucidez e pelos passes precisos. Ele, que era reserva no Manchester City, tem tudo para ser um dos craques do futebol no Brasil.

No Mineirão, o Palmeiras conseguiu um bom empate, depois de estar perdendo por 2 a 0, graças à competência do técnico, às jogadas ensaiadas, à força mental, à seriedade profissional e, principalmente, ao enorme talento nas cobranças de falta e de escanteio de Gustavo Scarpa.

O Atlético jogou tão bem quanto no ano passado e teve o domínio do jogo na maior parte do tempo. Cuca escalou a equipe do jeito que fazia, com dois pontas abertos, que marcam e atacam, e um meia pelo centro, Zaracho, próximo a Hulk.

Após a partida, um grande número de repórteres queria saber de Cuca a razão pela qual o Galo sofreu dois gols no fim. De acordo com as perguntas, cada um tinha uma resposta preferida, que poderia ser técnica, tática, emocional ou física. Cuca, com sabedoria e simplicidade, respondeu: "Tudo isso, mais o Palmeiras e outras coisas que eu não sei". Muitos ficaram frustrados pela resposta, pois queriam uma única explicação, a chave do enigma.

O futebol e a vida são complexos. Nós é que tentamos simplificá-los, com racionalizações e pretensa sabedoria.

DOM. Juca Kfouri, Tostão | **SEG. Juca Kfouri, Paulo V. Coelho** | TER. Renata Mendonça, Walter Casagrande Jr. | QUA. Tostão | QUI. Juca Kfouri | SEX. Paulo V. Coelho, Sandro Macedo | SÁB. Marina Izidro, Walter Casagrande Jr.

Maioria é contra estrangeiro na seleção, aponta Datafolha

Possibilidade de time ser dirigido por treinador de fora é rejeitada por 55%

Marcos Guedes

SÃO PAULO O sucesso recente de treinadores estrangeiros no futebol do Brasil não convenceu boa parte da população a respeito da possibilidade de a seleção nacional ser dirigida por um profissional de fora. Essa hipótese é rejeitada por 55% da população, segundo a mais recente pesquisa Datafolha.

O levantamento foi feito nos dias 27 e 28 de julho. Foram ouvidas 2.556 pessoas de 16 anos ou mais em 183 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, dentro do nível de confiança de 95%.

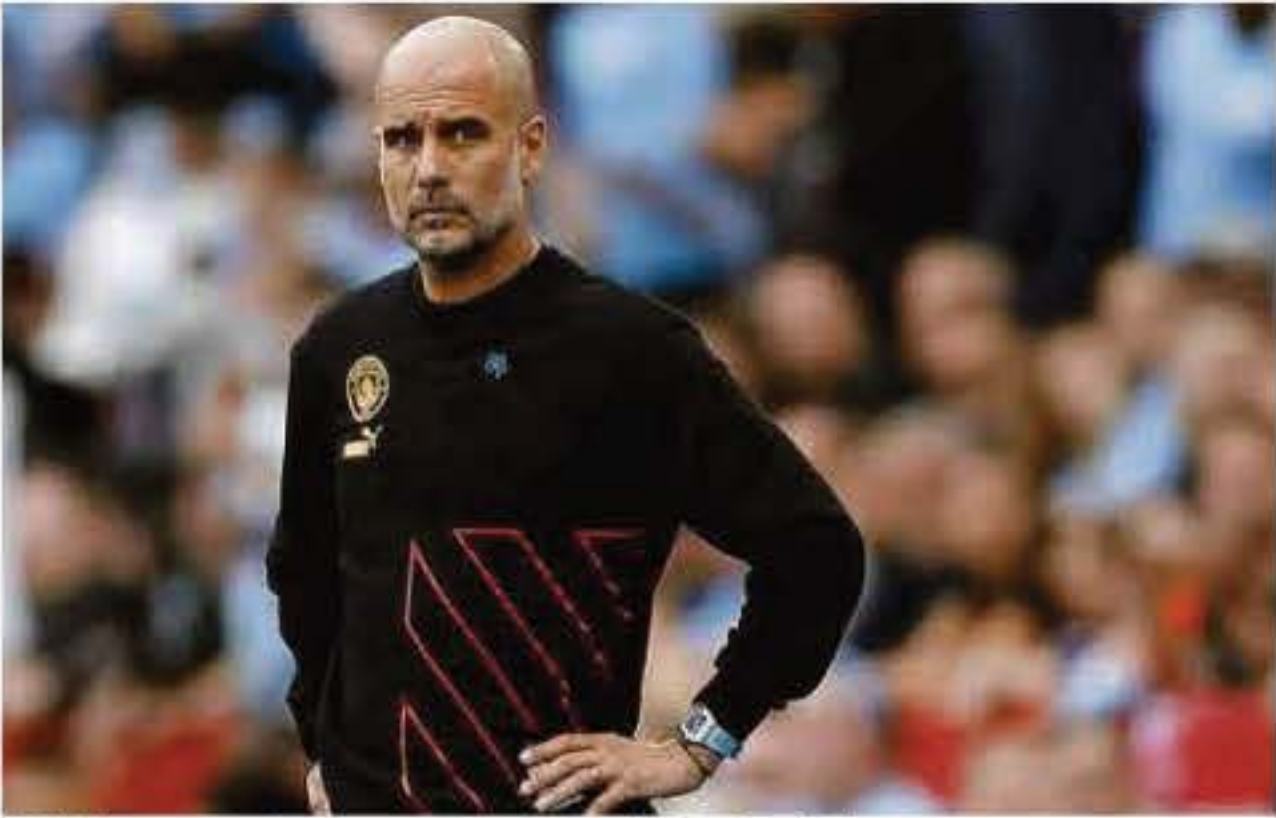
Houve considerável aumento na rejeição em relação à pesquisa anterior. A mesma pergunta foi feita em 2019 —em verificação também com margem de erro de dois pontos percentuais—, quando 46% se mostraram contrários ao comando estrangeiro no time verde-amarelo.

Na ocasião, 39% disseram ser a favor. Esse número agora caiu para 30%. Diante do questionamento de 2022, houve 8% que se declararam indiferentes sobre a nacionalidade do técnico do Brasil, e outros 7% não souberam responder.

O primeiro levantamento se deu nos dias 5 e 6 de dezembro de 2019, não muito tempo depois de o português Jorge Jesus ter conduzido o Flamengo ao título da Copa Libertadores. O convincente futebol rubro-negro quebrou recordes, como o de pontuação no Campeonato Brasileiro.

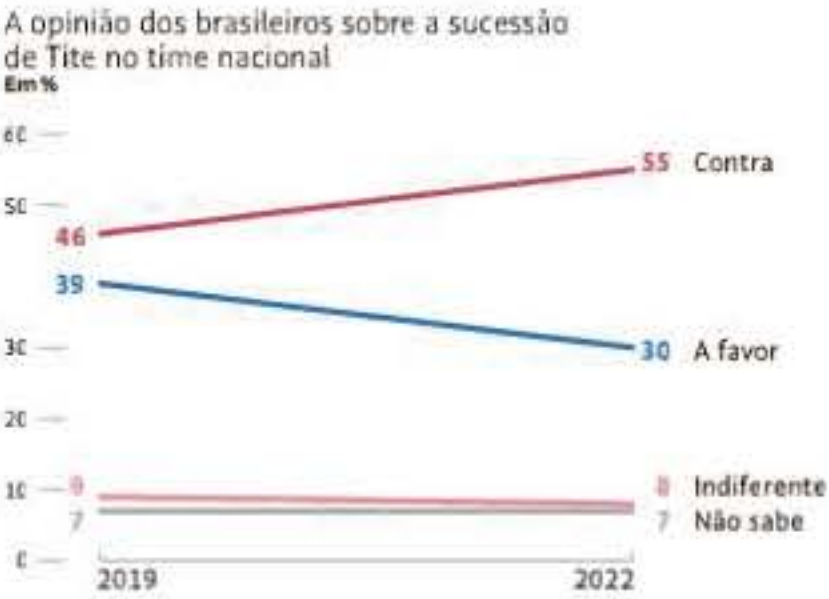
Meses mais tarde, Jesus partiu, deixando saudade nos flamenguistas e um sucessor em terras brasileiras. As Libertadores de 2020 e 2021 tiveram triunfo de outro português, Abel Ferreira, do Palmeiras.

Esses resultados, aliados à percepção (verdadeira ou não) de que treinadores brasileiros outrora vitoriosos haviam se tornado obsoletos, levou vários times a buscar profissionais no exterior. O Campeonato Brasileiro deste ano começou com nove forasteiros à beira do gramado.

A estabilidade deles, porém, não foge à regra do Brasil, de frequentes trocas no comando. Hoje, há cinco técnicos estrangeiros no campeonato: três portugueses (Abel Ferreira, do Palmeiras, Luís Castro, do Botafogo, e Vítor Pereira, do Corinthians), um argentino (Juan Vojvoda, do Fortaleza) e um paraguaio (Gustavo Morínigo, do Coritiba).

CBF já demonstrou interesse no treinador catalão Pep Guardiola Andrew Boyers - 30.jul.22/Reuters

Você é a favor ou contra um técnico estrangeiro na seleção brasileira?

A opinião dos brasileiros sobre a sucessão de Tite no time nacional

Em %

Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 5 e 6 de dezembro de 2019, com 2.958 pessoas em 176 municípios do Brasil, e pesquisa Datafolha realizada em 27 e 28 de julho de 2022, com 2.556 pessoas em 183 municípios. Em ambas, a margem de erro foi de 2 pontos percentuais

Todos esses, em maior ou menor grau, são prestigiados pelos clubes e queridos pelos torcedores. Mas o brasileiro ainda parece resistente à possibilidade de entregar as chaves da seleção pentacampeã a um não brasileiro.

"A rejeição ter aumentado talvez passe menos pela seleção e mais pelo trabalho desempenhado por treinadores estrangeiros em clubes brasileiros de 2019 para 2022", diz Marcel Diego Tonini, doutor em História Social pela USP (Universidade de São Paulo).

Ele lembrou, destacadas exceções à parte, que os profissionais do exterior têm sido demitidos com facilidade. Só no atual Nacional caíram, deixando imagem ruim, os argentinos Antonio Mohamed (Atlético Mineiro) e Fabián Bustos (Santos), o uruguaio Alexander Medina (Internacional) e o português Paulo Sousa (Flamengo).

"Eles tiveram seus trabalhos contestados e seus contratos rompidos. Isso, provavelmente, explica a maior rejeição à presença de um treinador estrangeiro na seleção brasileira em 2022 do que em 2019", afirma Tonini.

Tite, que comandou a equipe nacional na Copa do Mundo da Rússia, em 2018, e será seu comandante no Mundial do Qatar, em 2022, já avisou que não permanecerá em 2023. E o presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Ednaldo Rodrigues, mostrou-se aberto a apostar em um estrangeiro —como ocorre na equipe feminina, dirigida pela sueca Pia Sundhage.

Se isso de fato ocorrer, haverá narizes torcidos de todos os tipos. Em qualquer recorte que se faça da pesquisa Datafolha, seja por sexo, faixa etária, escolaridade, renda familiar, região, cor, religião, grau de interesse na Copa ou candidato favorito na eleição presidencial, os contrários superam os favoráveis.

Há, porém, nuances. Os homens, por exemplo, demonstram abertura maior a um técnico de fora (36% a favor, 53% contra, com margem de erro de três pontos percentuais) do que as mulheres (24% a favor, 57% contra, com a mesma margem de erro).

Já os mais velhos são os mais reticentes. Apenas 21% são a favor entre os brasileiros com mais de 60 anos, com 64% contra. Na faixa dos 25 aos 34, são 36% a favor, 50% contra. Nos dois casos, a margem de erro é de quatro pontos.

"Que há um certo tabu em relação à seleção masculina, há. Não nos esqueçamos que tivemos apenas duas singulares e especiais experiências com estrangeiros em seu comando: Joreca [português], em 1944, e Filpo Núñez [argentino], em 1965", diz Tonini, membro do Centro de Referência do Futebol Brasileiro, do Museu do Futebol.

"É possível que a boa experiência com Pia Sundhage na seleção brasileira feminina sirva de base para a CBF especular a presença de um estrangeiro no time masculino, bem como sentir a reação de torcedores, de jornalistas e dos próprios torcedores brasileiros", conclui o pesquisador.

O Brasil é um mistério, demonstram respostas da mais recente pesquisa

ANÁLISE

Paulo Vinicius Coelho

SÃO PAULO As pesquisas Datafolha são uma baliza, um pêndulo, para entender o que está se passando neste país. A esfinge é o povo brasileiro. Às vezes, nós, analistas, também. Dizem que o eleitor está mais decidido, porque 64% já sabem em quem votar.

Ora, se você só pode ir para o polo norte ou para o polo sul, é óbvio que já tem uma opinião, ou uma ou outra.

O que melhorou não foi o eleitor, o que piorou foi o cardápio.

É diferente no quesito Copa. Em torno de metade da população (51%) não tem interesse pelo Mundial de futebol, que começa em novembro, daqui a três meses. Mas 54% do povo crê que o Brasil voltará campeão.

Como assim? O povo está informado sobre os rivais ou não está nem aí?

Somos um mistério.

A Copa de 2014 foi a mais vibrante do século. E olha que a Alemanha, em 2006, foi uma festa. Descobrimos que o povo alemão ama futebol e, mais do que isso, orgulha-se de si mesmo. Saíram às ruas depois do gol da vitória sobre a Polônia, principalmente por saber que a invasão à área polonesa não tinha nada a ver com a lembrança dos guetos de Varsóvia.

Tinham orgulho de Neuville, não de Goebbels.

Era só futebol!

A um mês da Copa do Mundo de 2014, ligava-se a TV no Rio e em São Paulo, e se ouviam comentários de que o povo brasileiro não estava nem aí. Quando a bola rolou, o mundo se impressionou com a alegria. A média de foi de 53 mil espectadores por partida, inferior apenas às das Copas de 1950 e 1994, quando os estádios eram muito maiores.

Meu primeiro jogo de Copa foi Colômbia 1 x 3 Romênia, em 1994. Na véspera, em Los Angeles, sinais de fracasso de público. Ao amanhecer, saíram colombianos de todos os cantos da Califórnia. Quem disse que o americano não gosta de futebol se esqueceu dos latinos que habitam os Estados Unidos.

Somar as últimas consultas do Datafolha resulta numa duríssima conclusão: o Brasil é um país desanimado. Porque 51% não se interessam por Copa do Mundo, e 49% pararam de falar sobre política, para não brigar.

A impressão imediata, ao saber que mais da metade deste povo sofrido não quer saber do futebol de alto nível, em novembro, é: agora conversamos sobre Lula x Bolsonaro. Só que não. Também dividimos ao meio os que se sentam à mesa e debatem os temas mais importantes do futuro desta nação. Medo do contraditório.

Então, falamos sobre o quê? Da morte do Jô e a perda de um gênio. Ótimo tema. O preço do agrião, que há 70 anos comprava um avião, como dizia um de seus personagens. Ih, mas aí já esbarramos na política. Como se sabe, política e futebol não se discutem.

Falemos então da disputa pelo eleitorado evangélico.

Eu só penso em Copa.

Quem não pensa nisso acha que o Brasil é favorito à conquista do hexa, quando é candidato, não a principal força. Pode ganhar, num tempo em que há nove possíveis campeões mundiais —e ainda pode dar Croácia, atual vice-campeã.

Do ponto de vista de quem trabalha com futebol, especialmente dirigentes, o relato do Datafolha é de oportunidade. Se os estádios do Campeonato Brasileiro registram a terceira maior presença de público em 40 anos, mesmo com 51% da população não se interessando por Copa do Mundo, imagine o mercado inercial existente neste país, de possíveis torcedores-consumidores-clientes ainda não alcançados.

Gente que vai ler, escrever, comprar, divertir-se vendo futebol, quando este país finalmente voltar a ser um país vivo, que ame e respire seu esporte e sua cultura.

[...]

Eu só penso em Copa. Quem não pensa nisso acha que o Brasil é favorito à conquista do hexa, quando é candidato, não a principal força. Pode ganhar, num tempo em que há nove possíveis campeões mundiais —e ainda pode dar Croácia, atual vice-campeã

Os lulistas gostam de Tite

O treinador é mais bem avaliado entre os eleitores do favorito de outubro

Juca Kfouri

Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Segundo o Datafolha, o instituto de pesquisa de maior credibilidade no Brasil, Tite tem 52% de ótimo e bom entre os eleitores de Lula, dez pontos a mais que entre os que votarão no sociopata.

Com o que ele tem 47% de ótimo e bom no geral, 24% de regular e apenas 7% de ruim ou péssimo. São 22% os que não sabem responder.

Em dezembro de 2019 os dados eram diferentes, com 37%, 32%, 16% e 15%.

Faz sentido.

A campanha sem derrota nas Eliminatórias para a Copa no Qatar melhorou a avaliação daquele que, quando técnico do Corinthians, em 2012, levou a taça da Libertadores ao já ex-presidente da República que havia saído do governo com 83% de aprovação na pesquisa do mesmo Datafolha.

Verdade que anos depois, ao dizer que não visitaria o sociopata antes nem depois da Copa América de 2019, disse que havia errado sete anos antes ao misturar futebol e política.

Tite também foi contra a realização da Copa América de 2021 no Brasil em plena pandemia, aceita e incentivada pelo genocida.

Entre outros números colhidos pelo Datafolha estão os 51% dos brasileiros que dizem não estar ligados na Copa deste ano, a partir de 21 de novembro, o que não surpreende.

Antes teremos as eleições mais importantes da história do país. E, acreditem rara leitora e raro leitor, quando às vésperas da estreia da seleção, no dia 24, contra a Sérvia, aos poucos os 22% que hoje se dizem muito interessados se somarão outros tantos e mais um montão, três ou quatro vezes mais.

Inegável que a seleção interessa menos do que já interessou porque não se discute mais a titularidade do goleiro ou a do centroavante do meu time ou do seu, mas se a do número 9 do Arsenal ou a do Tottenham, ou a do número 1 do Manchester City ou a do Liverpool.

Assim mesmo, na hora em que a Copa começar, a mobilização se agigantará, apesar de a maioria não saber bem quem é o lateral direito ou o esquerdo.

Já aqueles 54% que apostam no hexacampeonato da seleção na primeira Copa disputada no mundo árabe revelam que a esperança é mesmo a profissão predileta dos brasileiros.

Porque projeções mais realistas indicam ser mais possível tanto o tricampeonato francês de Kylian Mbappé e Karim Benzema quanto o argentino de Lionel Messi e Ángel Di María.

Como diz o vizinho PVC, o Brasil é um dos favoritos, sempre é, mas não mais o grande favorito, como tantas vezes. O que talvez seja até vantajoso, por tornar mais leve a missão.

Cada um tem seus candidatos: a Bélgica do genial Kevin de Bruyne e de Romelu Lukaku não pode ser esquecida.

Bota Jô, Telê!

O texto que segue é do escritor e oftalmologista pernambucano Roberto Vieira, originalmente publicado no meu blog no UOL: "A cena é cômica/Embora um tanto triste/O gordo chega no céu/Boquiaberto/'Né que tem céu!'/Tem céu e o céu tem futebol/Banda de craques em campo/Djalmas/Niltons/Puskas/Cruyffs/Putz/Leônidas tabelando com Denner/O jogo está oxo/De um lado, o técnico é Pozzo/Sisudo/Piolas/O gordo está extasiado/Esta é a Copa que ninguém viu/Um autêntico xangô em Baker Street/Quando menos se espera... o grito/Unissono/'Bota Jô, Telê!'/É Deus e seu senso de humor em trindade/Mas Telê Santana não ousa ir contra o próprio Deus/Vira pra Mané/Manda ele sair/Telê que chama o recém-chegado/E após aquele abraço sussura/Vai lá Jô!/Joga o que você sabe/E Jô Soares entra nos 90 minutos da eternidade...

NOSSO ESTRANHO AMOR

Anna Virginia Balloussier
folha.com/nossoestranhoamor

Ana Carolina desesperadamente amou

"Babaca", escreveu Ana Carolina Porto antes de enviar o emoji de um coração partido para legendar a foto de uma camisa do Corinthians estraçalhada. Ela a tinha picotado a tesouradas.

Foi no intervalo de uma partida do time paulista que ele havia conhecido a atual namorada. Isso Ana Carolina soube assistindo a um stories em que o novo casal contou tudo sobre o dia mágico — a fila da cerveja, a vontade dela de fazer xixi, o flerte meio troncho que acabou com os dois se adicionando no Instagram. Teve vontade de vomitar com o beijo de língua que deram no final do vídeo. "Minha vontade era pegar uma faca e retalhar 'piranha' na barriga dela."

Recobrou o juízo e concluiu que seria muito mais civilizado esperar o ex sair para trabalhar, invadir a casa dele (o porteiro gostava dela, e ela ainda tinha uma chave reserva) e trucidar a peça que ele comprou por R$ 300, uma pequena fortuna para um estagiário de publicidade.

Ana Carolina passou aquela noite escutando a versão da sua xará cantora para os versos de Tom Jobim e Vinicius de Moraes: "Eu sei que vou te amar/ Por toda a minha vida eu vou te amar/ Em cada despedida eu vou te amar/ Desesperadamente eu sei que vou te amar".

Acontece que a universitária também desesperadamente amou nos três relacionamentos que teve depois. Não chegou a namorar nenhum dos rapazes. Com um deles, inclusive, tinha ficado apenas duas vezes, até ele parar de respondê-la do nada em todas as redes sociais, como se nunca tivessem falado em viajar juntos para a Chapada dos Veadeiros depois de transar no banheiro da balada. Um caso clássico de ghosting. Passou a comentar tudo o que ele postava até ser bloqueada de vez. Nunca mais o viu na universidade. Desconfia que ele mudou de turno.

Os amigos a chamam de Rainha da Sofrência. O psicólogo outro dia insinuou que ela pode ser caso de psiquiatra. A mãe se preocupa, porque toda vez que Ana Carolina se desilude, ela para de comer e emagrece tanto que cabe no jeans da irmã caçula, que mal entrou na adolescência. Faz o bolo de fubá com cobertura de chocolate que a filha tanto gosta, para ver se para com essa besteira de sofrer com o estômago.

Nessas horas, Ana Carolina não gosta do que vê no espelho. A expressão sempre chocha, o corpo esquálido. Por conselho de uma amiga, leu na internet que é uma Mada, sigla para Mulheres que Amam Demais Anônimas. Uma espécie de Alcoólicos Anônimos para mulheres como ela, que não sabem experimentar paixões com moderação. Ela bebeu uma garrafa inteira de vinho rosé naquela noite e mandou mensagem para uns cinco carinhas do passado. Ninguém respondeu.

Pediu então um delivery de sorvete que demorou a chegar, que quando chegou já estava um pouco derretido. Comeu o pote todo, quase meio litro de gelato de morango que harmonizou com o bolo da mãe. No dia seguinte, o corintiano mandou um "oi". Talvez tivesse terminado com a Senhorita Amor Eterno.

Mas isso ela nunca soube, porque não respondeu aquela mensagem, como também não interagiu com os corações que o ex enviava a cada foto nova que ela atualizava no status. Na última, está de cropped vermelho e óculos escuros. Manda um beijinho para a câmera. Está feliz. O nome dela é Ana Carolina, e ela está há duas semanas e três dias desesperadamente amando a si mesma.

Marco Scavone

IMAGEM DA SEMANA

Ensaio fotográfico de Jô Soares feito em 1996 para uma edição da revista Vogue; o humorista morreu na madrugada de sexta (5), aos 84 anos, em São Paulo; a trajetória de Jô na televisão foi marcada tanto pela irreverência nas piadas, quanto por uma veia erudita e crítica; de militares (General) a LGBTs (Capitão Gay), sobravam alvos para o comediante; ele é marcado, também, pelos bordões, caso do 'beijo do gordo' e do 'muy amigo', do personagem argentino Gardelón

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Rápida cavalgada **2.** Que tem músculos fortes e desenvolvidos **3.** Segurar **4.** Mariana Rios, cantora e atriz mineira / Uma grande árvore brasileira **5.** Inseto parasito das casas / O músico Motta, de "Vendaval" **6.** Insumo para vacinas / Falsa divindade **7.** Refrigerante produzido desde 1886 **8.** Diz-se de verbo que exprime ação / Que foi **9.** Fator que transmite os caracteres hereditários / Viram quindim **10.** Abreviatura de eletrocardiograma / Fita para medição de áreas grandes **11.** As iniciais do músico Nascimento / Segundo a Bíblia, gigante morto por Davi **12.** Plagiar **13.** Medida de comprimento igual a 22 cm / Ocasião em que é feita alguma coisa.

VERTICAIS
1. Ato de fazer fraude **2.** Ciência de examinar textos escritos à mão ou à máquina para descobrir se são autênticos ou falsificados, se foram escritos por uma mesma pessoa ou não etc. **3.** Vazia / Time argentino de futebol / Abreviatura de mililitro **4.** Listra escura usada para encobrir erros ou trechos indesejáveis num impresso / Um animal como o petrel ou o albatroz / Ingrediente alcoólico de muitos aperitivos **5.** Que muda continuamente de lugar e direção / (Fut.) Toque fraco e curto, dado na bola com o lado do pé **6.** Cremoso / A parte extrema de uma superfície **7.** Intenso na força, violento / A atriz Paolla **8.** Altemar Dutra (1940-1983), cantor / Planta medicinal que contém substâncias de ação sedativa e calmante **9.** Oblongo / Cidade industrial paulista, próxima à capital.

HORIZONTAIS: 1. Troteada, **2.** Carnudo, **3.** Agarrar, **4.** MR, Jatobá, **5.** Barata, Ed, **6.** IFA, Ídolo, **7.** Coca-Cola, **8.** Ativo, Ido, **9.** Gene, Ovos, **10.** Ecg, Trena, **11.** MN, Golias, **12.** Imitar, **13.** Palmo, Ato. **VERTICAIS: 1.** Trambicagem, **2.** Grafotecnia, **3.** Oca, Racing, Ml, **4.** Tarja, Ave, Gim, **5.** Errático, Totó, **6.** Anatado, Orla, **7.** Duro, Oliveira, **8.** AD, Beladona, **9.** Ovado, Osasco.

SUDOKU

texto art.br/fsp
DIFÍCIL

	9		7			4		8
							3	7
8		5					6	
4				2				
5			8		3			6
				4				5
	6					5		2
9	2							
3		4			8		9	

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	9	3	7	6	2	4	5	8
2	4	6	9	8	5	1	3	7
8	7	5	3	1	4	2	6	9
4	8	7	5	2	6	9	1	3
5	1	2	8	9	3	7	4	6
6	3	9	1	4	7	8	2	5
7	6	1	4	3	9	5	8	2
9	2	8	6	5	1	3	7	4
3	5	4	2	7	8	6	9	1

FRASES DA SEMANA

ATAQUES A GAZA
Yair Lapid
Israel iniciou, na sexta (5), nova série de ataques à Faixa de Gaza, aumentando a temperatura na região. Foram registrados 15 mortos, entre eles, Tayssir Jabari, líder do Jihad Islâmica, grupo que, segundo o primeiro-ministro, é alvo da operação militar
"Nossa luta não é contra o povo de Gaza. O Jihad Islâmica atua por procuração do Irã e quer destruir o Estado de Israel matando inocentes"

QUEM PAGOU O PATO?
Josué Gomes da Silva
A Fiesp publicou, na sexta-feira (5), manifesto "Em defesa da Democracia e da Justiça". A instituição foi quartel general de protestos contra Dilma Rousseff (PT) com a famosa campanha do pato de borracha. Em entrevista à Folha, presidente da instituição defendeu eleições livres, o STF (Supremo Tribunal Federal) e equilíbrio entre os Poderes. A declaração é um recado às investidas antidemocráticas do presidente Jair Bolsonaro (PL), que continua a atacar as instituições
"Não existe liberalismo sem democracia e Estado de Direito"

ETIQUETA ACIMA DE TUDO
Jair Bolsonaro
O presidente (PL) criticou, na terça-feira (2), quem assinou o manifesto pró-democracia organizado pela USP e que será lido no próximo dia 11 de agosto. Já são mais de 759 mil signatários, até sexta (5), na Carta em defesa do Estado democrático de Direito, organizada pela sociedade civil e por setores do empresariado como reação às falas golpistas do chefe do Executivo
"Esse pessoal que assina esse manifesto é cara de pau, sem caráter, não vou falar outros adjetivos, porque sou uma pessoa bastante educada"

'DR. FANTÁSTICO'?
António Guterres
Secretário-geral da ONU reforçou preocupação com o crescimento de tensões entre potências nucleares na segunda-feira (1º), durante a abertura da décima conferência de revisão do Tratado de Não Proliferação Nuclear, instrumento que controla os arsenais atômicos mundiais desde 1968
"A humanidade está a um mal-entendido, a um erro de cálculo da aniquilação nuclear [...] Tivemos uma sorte extraordinária até aqui. Mas sorte não é estratégia nem escudo para impedir que as tensões geopolíticas degenerem em um conflito nuclear"

VÍTIMA
Chris Rock
Humorista voltou a comentar caso de agressão sofrido durante a cerimônia do Oscar, quando o ator Will Smith, que comentou publicamente o tapa na cara que deu no apresentador após ele fazer piada com doença de sua esposa
"Todo mundo está tentando ser a droga de uma vítima [...] Qualquer um que diga que as palavras machucam nunca levou um soco na cara"

MAMÃE URSA
Giovanna Ewbank
Atriz comentou, em entrevista ao Fantástico (Globo), no domingo (31), sobre o episódio de racismo de que seus filhos Titi e Bless foram vítimas, em um restaurante em Portugal. As crianças sofreram, também, xenofobia, com comentários sugerindo que voltassem à África e ao Brasil. O caso e a posição de Ewbank renderam discussões nas redes sociais sobre como brancos podem agir ao testemunhar negros sofrendo racismo
"Eu vou fazer jus ao nome privilégio branco e vou combater o racismo de frente"

FAZ UMA FEZINHA
Michel Temer
Ex-presidente (MDB) rebateu discurso feito pelo candidato e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em que se referiu ao impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) como golpe
"A chegada do meu governo foi um golpe de sorte ao país"

SAMBA DO SOCIÓLOGO LOUCO
Pepeu Gomes
Em meio a profusão de artistas se posicionando politicamente, caso de figuronas da música pop como Anitta e Pablo Vittar ex-Novos Baianos declarou, em entrevista à Veja, ser contra protestos em shows
"O Brasil não está nada rock'n roll [...] Não tem nada a ver música e política, tem que saber separar as coisas"

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **7.ago.1922**

Ação policial identifica 267 casas de jogo do bicho em SP

A polícia iniciou nova campanha contra o jogo do bicho e realizou, nesta segunda (7), uma batida geral em casas em São Paulo onde eram feitas essas atividades.

Entre os apanhados em flagrante contravenção estavam pessoas de destaque social, que, além de pagar a multa, marcharam com táxi para que chegassem ao Gabinete de Identificação sem ser vistas ao lado de policiais.

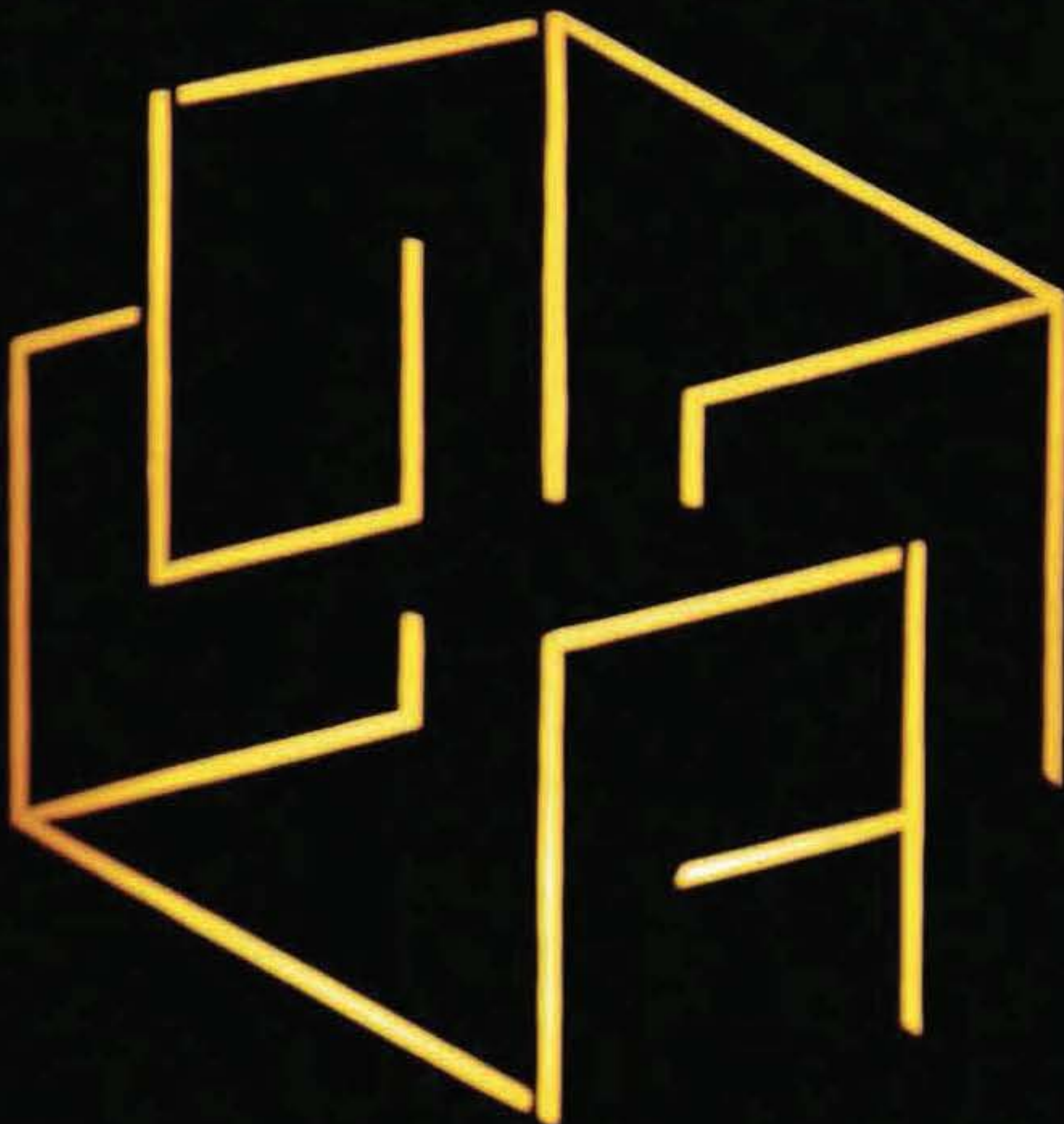
Investigação localizou 267 casas que aceitavam o jogo do bicho.

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

Folha da Noite

NOVOS EMBUSTES

Pela Sociedade

Aos 80 e contra o vento

Mais à esquerda do que nunca, Caetano Veloso segue confiante em sua utopia de grandeza de um Brasil que possa superar o capitalismo e recivilizar o Ocidente com os valores originais de sua formação miscigenada C4 a C7

➲ A menina de 10 anos que escreveu um dos principais panfletos pró-Independência C9

➲ Jô Soares e seu Capitão Gay abriram portas que os homossexuais atravessam até hoje C10

➲ Fake news ainda impactarão esta eleição, escreve Wilson Gomes C12

Caetano Veloso em show da turnê de 'Meu Coco', em Belo Horizonte Divulgação

MÔNICA BERGAMO | monica.bergamo@grupofolha.com.br

Paolla Oliveira
Por que me cobram a maternidade?

[RESUMO] Atriz fala sobre novo longa com Lázaro Ramos, relembra quando precisou improvisar para desfilar no Carnaval deste ano, afirma que é preciso se posicionar politicamente e admite que nunca se preocupou tanto com o voto como agora

Por ***Bianka Vieira***

Nem mesmo Paolla Oliveira fugiu à cartilha que transforma mulheres e maternidade em termos indissociáveis. A seu respeito, já ouviu que era menos feminina, desprovida de afeto e até mesmo que não representava a família —o que quer que isso significasse ao seu interlocutor— por não incluir o plano de ter filhos entre as suas prioridades. "Um bom movimento para reagir a uma crítica é você se procurar. E eu achei tudo isso uma balela", diz a atriz à coluna.

Aos 40 anos, ela lança mão da mesma firmeza para expressar suas posições e refutar outros estereótipos. Um deles é o de sex symbol. "Não estou me permitindo mais me colocar nesse lugar", afirma Paolla.

Cinco anos atrás, ao conceder uma entrevista para esta coluna, a atriz causou furor nas redes sociais por hesitar e declarar que preferia o termo "igualdade" à palavra "feminista". "De lá para cá, eu consigo entender: não somos iguais", declara hoje sobre seu posicionamento mais assertivo.

Na próxima quinta-feira (11), a atriz chegará às salas de cinema com "Papai É Pop", filme de Caito Ortiz em que contracena com Lázaro Ramos. "Vi gente chorando, vi mãe saindo, vi pai meio de lado, envergonhado", diz ela sobre sua experiência com as pré-estreias do longa.

Em conversa por vídeo com a coluna desde o estúdio A da TV Globo, onde grava a novela das sete "Cara e Coragem", Paolla Oliveira fala sobre o novo trabalho no cinema, relembra quando precisou improvisar com uma caneta para desfilar no Carnaval deste ano, afirma que é preciso se posicionar politicamente e admite que nunca se preocupou tanto com o voto quanto nestas eleições. "A política tomou um outro rumo."

*

A atriz Paolla Oliveira, no Rio de Janeiro Fe Pinheiro/Divulgação

O DESPERTAR

As artes nunca fizeram parte da minha vida, mas me salvaram. Não sabia que ia virar atriz, muito menos que ia ter sucesso, que seria reconhecida.

Meu pai [o policial aposentado José Everardo] é um cara humilde que veio do Nordeste e teve uma criação super rígida. A minha mãe [a ex-auxiliar de enfermagem Daniele] trabalhou em dois empregos, criando três filhos dentro desse relacionamento com responsabilidades não equilibradas, cheia de culpa. Eu cresci aí. Cresci sem ouvir música, cresci sem... Não que eu não tivesse acesso a livros, meu pai sempre cobrou isso. Mas a livros como entretenimento, não. Tudo eu fui buscar.

Pedi um dia para o meu pai me levar para conseguir a senha de um curso público, de artes cênicas, que era de graça, no [bairro do] Tatuapé, lá na zona leste [de São Paulo], chamado Raul Seixas. Ele não entendeu nada [risos].

A primeira vez que entrei numa sala em que eles falavam palavras como "criatividade" e "imaginação" teve um poder de tirar coisas que estavam em mim, nessa alma que estava ali se debatendo dentro dos quadrados da vida, de coisas muito bem estabelecidas. Só dei vazão a quem é a Paolla depois que conheci aquela sala de aula.

PRESSÃO

Já ouvi coisas do tipo "você é menos feminina porque não fala da maternidade como se espera", "você é menos amorosa ou afetuosa", "você não representa a família". Isso já me deixou bastante chateada.

Acho que um bom movimento para reagir a uma crítica é você se procurar. E eu achei tudo isso uma balela, a ponto de não me tocar mais. Tenho uma família gigante que carrego comigo o tempo inteiro e faz parte de quem eu sou. Ser afetuosa, amorosa e generosa não tem nada a ver com isso. Mais uma vez colocam a maternidade como uma coisa para a qual a gente nasceu e tem que executar em algum momento. Está errado isso.

Dessa vez [com o filme "Papai É Pop"], a gente puxou uma responsabilidade que é muito importante [a paterna]. A gente fala em milhões de crianças que nascem sem o nome do pai no registro. Por que me cobram a maternidade? A maternidade está acontecendo no Brasil todo dia, de várias maneiras diferentes, com todas as dificuldades.

PAPAI É POP

A gente criou um certo preconceito em relação a filmes blockbusters: ou a gente está num movimento muito "cool" [descolado, em tradução livre] de filmes mais densos, e a gente faz isso muito bem, ou então a gente está na comédia. Essa vertente do cinema [blockbuster] me agrada muito, que é de a gente falar de coisas que são importantes e levantar debates, mas de uma maneira leve e familiar.

O filme fala da construção de um pai e da desconstrução dessa mãe que a gente já conhece. Tudo faz parte ainda de uma realidade que a gente tem que desconstruir —ou construir. A mãe "ter nascido" para ser mãe, cuidadora e detentora de todos os poderes familiares ainda faz muito parte [da realidade das pessoas]. O quanto as mulheres ainda são privadas, e isso é histórico, depois que elas são mães!

Vi gente chorando no cinema, vi mãe saindo, vi pai meio de lado, envergonhado.

ELA DISSE, ELE DISSE

Eu ando devolvendo algumas perguntas. As pessoas têm me perguntado muito sobre ter feito 40 anos, e a primeira coisa que falo é: ganhei liberdade.

Por que você não pergunta isso para um homem? Por que você não faz perguntas sobre look, sobre pressão estética? Por que não pergunta da barriga de um colega seu? [risos]

As pessoas acham que não tenho esse tipo de pressão. "Ah, Paolla, a sex symbol". Não fui eu que me coloquei nesse lugar. Tenho questões e pressões em relação a mim como qualquer outra mulher. E não estou me permitindo mais me colocar nesse lugar.

FEMINISTA, SIM

Me coloco, sim, nessa posição com mais firmeza porque consegui ver que o feminismo vai muito além do que a palavra se propõe. Ou pelo menos do que algumas pessoas acham, né? Já fazia parte de mim sem eu nem saber como funcionava.

Foi em 2017 [quando concedeu a entrevista para a coluna]? Quantos anos tem aí?

Diante da reparação histórica, o mínimo que a gente pode esperar é igualdade. De lá para cá, consegui entender: não somos iguais, não seremos nunca.

Talvez [o feminismo] esteja mesmo mais agressivo, mais impaciente, mais apressado, e tudo bem. É como quando a gente fala um pouco sobre a questão do racismo. As pessoas têm pressa, estão cansadas.

EU TENHO MEDO

Vivemos um momento em que, calando, a gente está errado. Calado a gente está se posicionando. A política tomou um outro rumo.

A gente está falando neste momento sobre democracia ou não democracia, o Estado democrático, a gente está falando de algo muito maior. Não precisa ser muito ávido por política para entender.

Talvez a gente não estivesse precisando conversar sobre esse assunto se outras coisas tão sem propósito não tivessem sido faladas. É muito triste ter que fazer uma carta aberta [referindo-se ao manifesto que defende a democracia e que será lançado em 11 de agosto] falando sobre um posicionamento que a gente já conhece ou deveria conhecer.

Nunca me preocupei tanto com a questão do votar. Estou com medo de sair no dia da eleição mesmo. Acho que, infelizmente, vão ser dias um pouco complicados e agressivos, então estou me organizando para poder votar um pouco mais perto de casa e poder me recolher, não estar sujeita a nenhum perigo.

NA TELINHA

A gente fala: "Ah, novela das nove grava mais". Mas não. Estou [trabalhando] todos os dias, de segunda a sábado, o dia inteiro. Às vezes, faço coisa de 30 cenas. Mas é isso, estou acostumada já. Eu gosto.

Já tenho um combinado, todo mundo sabe. O Diogo [Nogueira, cantor e seu namorado] ontem me perguntou: "A gente vai conseguir ir no casamento de fulano?". Eu falei: "Só sei uma semana antes". E é verdade. Saiu o meu roteiro, eu programo a minha vida.

O CARNAVAL EM ABRIL

Foi tudo muito. Foi o Carnaval da libertação, de uma alegria reprimida, de a gente poder estar ali, com saúde, com vacina e com esse tema [que homenageou a divindade Exu].

A cereja do bolo foi ter ganhado o primeiro título para uma escola que não é só uma escola, é uma comunidade. As pessoas trabalham, têm família e estão ali porque elas querem. Acho que tem muito valor o que a gente faz de coração.

Sempre entrei com uma pequena dor na avenida. Um pouco antes de começar, estava passando mal porque estava doendo muito uma amarração que eu tinha feito [no adereço que usou na cabeça]. Resultado: desfilei pela avenida inteira com uma caneta enfiada aqui [diz, rindo, enquanto aponta para a cabeça]. Me aliviou, porque tinha alguma coisa pressionando. Coisas que acontecem só no Carnaval. "Eu vou entrar e vai ser lindo" [pensou]. Pô, não deu outra.

As pessoas falam sempre "quer aparecer bonita com pouca roupa". Eu quero aparecer bonita. Ponto final. A gente quer aparecer com o melhor que a gente tem. Não importa se é gordo, se é magro, se é baixo. Não importa.

É a Paolla escolhendo estar ali. Quem quiser, gosta. Quem não quiser, não gosta.

Profecia tropical

[RESUMO] Caetano Veloso chega aos 80 anos neste domingo (7) em novo estágio de seu pensamento político, mais próximo da esquerda do que jamais esteve, empenhado em revitalizar sua utopia, que remonta ao início tropicalista, da grandeza histórica de um Brasil que poderia recivilizar o Ocidente com seus valores originais

Por **Claudio Leal**

Jornalista e mestre em teoria e história do cinema pela USP

Caetano Veloso em 1979

Thereza Eugênia/Divulgação

O Brasil tem alguma culpa na insônia crônica de Caetano Veloso. Como se sabe, seu sono é leve e custa a chegar. Aos 80 anos, o tropicalista continua sendo um insone da história, um catalisador das grandes questões de seu tempo, aquele que "deita numa cama de prego e cria fama de faquir". Nas canções e ensaios, nunca está em sossego com o Brasil que inventou para si.

Sua profecia brasileira desenha um país em condições de construir um modelo próprio de superação do capitalismo e recivilizar o Ocidente com os valores originais de sua formação miscigenada. O legado da escravidão, as desigualdades sociais e a crise de imaginação das esquerdas são objetos de suas leituras noturnas, mas o estudo dos entraves à sua utopia não o faz jogar pela janela tudo o que nasceu de nossas anomalias, sobretudo uma cultura popular diversa e propensa à exportação.

A crença de Caetano na grandeza histórica do Brasil assume a cara de um sebastianismo do século 21 e identifica sinais confirmadores desse destino inevitável no futebol-poesia de Pelé, na brejeirice hollywoodiana de Carmen Miranda, no cinema novo de Glauber Rocha, na bossa nova de João Gilberto e na união cosmopolita do bloco afro-baiano Olodum com Paul Simon e Michael Jackson.

Ainda há tudo o que a língua restringe e precisa ser anunciado ao mundo: Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade, Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto e Chico Buarque. Ele quer "luxo para todos", uma distribuição equânime de beleza, não só de consumo.

Nos anos 1960, a tropicália explorou as contradições do Brasil pela lente da antropofagia modernista, iluminando a inventividade existente em expressões depreciadas pela alta cultura, do brega ao rock. O movimento vanguardista, desconstrutivo e crítico do nacionalismo, introduziu para sempre, na antropofagia de Caetano, o combate ao sentimento brasileiro de inferioridade.

Ele admira a lábia impetuosa de Glauber, a loucura crítica de João Gilberto e a audácia diplomática de Lula porque são casos de brasileiros que não veem no subdesenvolvimento qualquer barreira para falar de igual para igual com o mundo.

"Sejamos imperialistas!", ele exige na canção "Língua", de 1984, complementando a ordem com uma pergunta auto-irônica: "Cadê?". O império Brasil, cadê?, enfrenta limitações e dificuldades.

A língua portuguesa se sobrepôs às línguas indígenas, virou uma força integradora do território nacional, cercada pela hegemonia do espanhol na América do Sul, mas nunca superou sua marginalidade no mundo. Inculta, bela e desarmada.

No neossebastianismo de Caetano, a posição de potência periférica não impede que o Brasil assuma uma liderança mundial, impondo-se não apenas pela dimensão geográfica ou diversidade de riquezas naturais. O centro de sua atenção é a mescla confusa e poderosa de modos de viver indígenas, africanos e lusitanos.

O "Enzo Gabriel" da sua recente canção talvez seja o próprio Brasil —"Um menino guenzo/ Ou um gigante negro de olho azul/ Yanomami, luso, banto: Sul".

Claro que há algo de místico em todo esse ideário. Dito isso, vale dizer que Caetano é um homem com tendências racionalistas e se interessa, sobretudo, por coisas reais, a exemplo de jornal, livro, corpo, sexo, Marcel Proust, Anitta, poemas de Augusto de Campos e banho de mar no Porto da Barra. Na conciliação de profecia e materialismo, tem a ginga de um sebastianista racional, disposto a lutar pela transformação de seus presságios em políticas públicas.

A afirmação de suas ideias resultou desde os anos 1960 em conflitos com setores da esquerda. Ele flutua em pontos de tensão. Diz muito sobre seu lugar ideológico na juventude que o então estudante de filosofia tenha sido informado sobre o início do golpe de 1964 durante uma reunião do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes), em Salvador.

Até o início do movimento tropicalista, em 1967, ele dividirá com a esquerda tradicional o espaço comum da resistência à ditadura. Nesse ano, o filme "Terra em Transe", de Glauber, marca um segundo momento de sua maturidade política ao revisar a derrota da esquerda dentro de um quadro definido pelo crítico Ismail Xavier como "alegoria do desencanto".

Em uma cena clássica, o poeta Paulo Martins (Jardel Filho) tampa a boca de um operário e acusa a sua despolitização. O gesto profanador de Glauber preparou terreno para a trilha tropicalista de Caetano. A recusa violenta à sacralização do povo lhe dava segurança para o confronto maior com os defensores de uma arte nacional-popular.

Em São Paulo, em setembro de 1968, na eliminatória do Festival Internacional da Canção, seu choque com os espectadores do Tuca, em sua maioria de esquerda, o jogaria em definitivo para uma posição autônoma em relação a ortodoxias.

A prisão pós-AI-5 e o exílio em Londres o engrandeceram no imaginário da esquerda. A contragosto, Caetano virou mártir. O retorno do exílio, em 1972, retomou e aprofundou seus choques. Sua alma "liberal radical" crescera longe do Brasil.

Na abertura da ditadura militar, ele encarnou a política do corpo, do rebolado, das sexualidades, do engajamento existencial, da exaltação da negritude e da miscigenação, apontando vícios autoritários no seio de grupos progressistas.

Com "Odara", o álbum "Bicho" (1977) surgiu no clímax de suas diferenças com militantes esquerdistas. Por razões óbvias, a redemocratização do país o devolveria aos palanques da velha esquerda, em defesa das eleições diretas.

Aos 80 anos, Caetano vive novo estágio de seu pensamento político. Em 2019, ao ler a introdução do comunista Jones Manoel ao livro "Revolução Africana: uma Antologia do Pensamento Marxista", ele iniciou uma revisão crítica de seu passado liberaloide e desatou a ler o filósofo marxista italiano Domenico Losurdo.

Na Bahia, pouco antes disso, ao observar a adesão do poder econômico ao projeto fascista de Jair Bolsonaro e reconhecer o fracasso dos liberais na distribuição de riquezas, ele manifestava seu desejo de ver a esquerda livre da adesão oportunista aos postulados religiosos do mercado. Entram nessa equação as reuniões organizadas pela produtora Paula Lavigne, sua esposa, com ativistas e políticos socialistas.

A virada ideológica de Caetano, "à esquerda de si mesmo", causou escândalo. Suas afinidades com um intelectual apontado como neostalinista por liberais e uma parte da esquerda —Jones Manoel afasta de si esse cálice— surpreenderam seus amigos progressistas e conservadores.

No meio da onda de ataques a Jones, procurei me informar com Caetano sobre a realidade de suas mudanças. Seu grau de entusiasmo era elevado, pouco ligando para os ataques da esquerda e da direita. "A recuperação moral da Revolução Francesa e da Revolução Soviética é a força do argumento de Manoel e Losurdo. Sem dessacralizar essa desvalorização do progresso histórico, vamos ficar patinando em polarizações de superfície", ele me disse.

"A esquerda, para unir-se, precisa abrir os olhos para isso. Acho que os socialistas portugueses conseguiram por essa razão. Devem ter aberto os olhos para isso e desqualificado o pensamento único, que demoniza os jacobinos, os sovietes, as tentativas —e eventuais conquistas— das revoluções importantes. Deu-se um mute na Revolução Francesa e na Russa e exaltou-se a Revolução Americana e a precoce 'gloriosa' inglesa. Foi isso que mudou em mim, ao apenas ver vídeos de Jones e ler a introdução da 'Revolução Africana'."

Ele se dedicava, então, a desmascarar a hipocrisia dos discursos antitotalitários da direita liberal.

Nos últimos anos, Caetano se posicionou mais à esquerda que em qualquer outro momento de sua vida. De seu lado, a esquerda ficou mais "Odara" e o reconheceu como uma consciência crítica no enfrentamento do banditismo bolsonarista.

Como previu seu amigo Maurício Pato, ainda nos anos 1970, "Gente" virou uma canção de protesto. "Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome", ele canta, com um sentido renovado, em atos políticos.

Em 2022, Caetano fez o L. Seu coração cirista decidiu votar em Lula no primeiro turno da eleição presidencial. Os desencontros do tropicalista com o PT, no passado, expõem um paradoxo, se observarmos que os anos de política externa de Lula e Celso Amorim propiciaram o cenário mais próximo de sua crença na liderança internacional do Brasil.

Em um país mais sombrio, a vitória de Lula se apresenta como etapa essencial para a sobrevivência de sua utopia e de suas ideias de reforma da esquerda, hoje mais identificadas, no campo teórico, com Ciro Gomes.

Mas, farol alto. Ele continua a "ver com olhos livres", como disse Oswald de Andrade, e a desconfiar de personalismos. Seus sonhos são ainda mais elevados.

O álbum "Meu Coco" é a aposta mais drástica de seu sebastianismo tropical, de seu "ou vai ou racha" civilizatório, de sua "vertigem visionária". Sua briga pelo Brasil é uma questão pessoal. ←

"A crença de Caetano na grandeza histórica do Brasil identifica sinais confirmadores no futebol-poesia de Pelé, na brejeirice de Carmen Miranda, no cinema de Glauber Rocha, na bossa nova de João Gilberto

Mestiçagem exaltação

[RESUMO] Em entrevista concedida logo depois da finalização de 'Meu Coco', em julho de 2021, Caetano afirma que o álbum retoma o tema da mestiçagem em tom de exaltação, mas carrega algo de autoirônico em sua forma. O mito da democracia racial (a própria democracia é um mito, diz) pode ser visto de modo positivo, como um horizonte: 'Não é por ser mito que você despreza a ideia'

Caetano Veloso decidiu não dar entrevistas para falar de seus 80 anos. Preferiu comemorar com um show em uma live que vai ao ar neste domingo (7), no Globoplay e no Multishow, às 20h30, e continuar se concentrando na turnê de "Meu Coco", seu álbum recém-lançado, que reafirma sua confiança em um destino grandioso do Brasil.

Sua preocupação se dirige também para as eleições de outubro. Ele já anunciou seu apoio a Lula (PT), que lidera a corrida presidencial, embora preserve seu interesse pelo candidato Ciro Gomes (PDT).

Em julho do ano passado, logo após a finalização de "Meu Coco", Caetano concedeu este depoimento, que permaneceu inédito, a respeito da gênese das canções e de suas ideias sobre o Brasil.

Em sua casa, no Rio, falando por videoconferência, analisou seu ofício de compositor, o diálogo com João Gilberto, o mito da democracia racial, a riqueza da miscigenação, o retrocesso de Jair Bolsonaro e o caráter vanguardista do funk. É uma panorâmica de seu pensamento atual e de sua utopia brasileira.

*

"Meu Coco" é uma resposta ao momento de descrença no Brasil, que atravessa vários horrores políticos, sociais, ambientais, pandêmicos. A canção reafirma sua crença nas possibilidades do país no mundo. No centro dela está uma frase de João Gilberto: "Somos chineses". O que representa esse enigma do Brasil chinês? Só o João Gilberto poderia me dizer essa frase, e ela se manter tão enigmática quanto quando ela foi dita. Foi quando ele me chamou em 1971 ao Brasil, para vir gravar com ele e Gal.

Depois que a gente gravou em São Paulo, viemos para o Rio. Aí, no hotel onde ele estava conversando comigo, falando pra caramba, Gal perguntou para João: "Vocês ouviam Chet Baker?". "Ouvíamos, Gracinha. Ouvíamos." "Você gosta?" "Gosto, gosto, mas é muito americano burrão. Americano é muito burrão." Ele falava desse jeito. "Nós somos diferentes, Caitas. Nós somos chineses." Era uma coisa muito densa, porque tem muita coisa aí. João tinha noção.

Ele conversava como se fosse um poeta. Às vezes como um satirista ou um sádico também, dizendo mal de outras pessoas, outros artistas, mestres dele e nossos. Ele podia ser muito mau. Ou muito luminoso. Mesmo quando era mau, era luminoso, porque apresentava com muita graça a deficiência de gênios da música brasileira. Por outro lado, ele falava coisas que eram como que revelações poéticas, porque elas valiam por si. Você não pode traduzir ou meramente explicar. É aquilo.

Então, esse "somos chineses" que ele me disse ficou em "Meu Coco". É uma canção que tem esse aspecto que você falou. É um samba troncho exaltação. A levada é quebrada. Fizemos eu e Lucas [Nunes] tudo. Lucas tocando baixo e violão. Ele complementou ainda com uma guitarra em cima. Eu tinha pensado em Thiago Amud desde cedo para escrever o arranjo para orquestra. Ele fez brilhantemente, porque ele é um músico incrível.

Em "Meu Coco", você diz que o Brasil é "uma nação grande demais para que alguém engula". Como você situa essa canção em um momento de reversão da crença no país? "Meu Coco" é uma música que rediz algumas coisas que eu venho dizendo ao longo das décadas. Não é uma síntese, é uma cascata de referências rápidas a coisas que eu venho dizendo já em outro patamar, em outro estágio, porque é uma canção que tem um ritmo rápido e muitas palavras.

Ela trata, principalmente, dos nomes que as pessoas dão aos seus filhos no Brasil. Ela até aponta para outra canção que trata só de um nome, o nome mais posto em criança no Brasil em 2019, que é "Enzo Gabriel". Ela é uma espécie de samba-exaltação que tem uma gota de autoironia.

A canção "Pardo" menciona a questão da mestiçagem. Isso está presente na nave-mãe "Meu Coco", que tem os versos "somos mulatos, híbridos e mamelucos/ E muito mais cafuzos do que tudo o mais". Essa é uma questão recorrente em sua obra. Você acredita que a miscigenação brasileira deveria ser vista com mais orgulho? "Meu Coco" retoma esse tema da mestiçagem, que de fato aparece na canção "Pardo", que está no disco e já foi gravada por Céu. "Meu Coco" retoma em um tom de exaltação. Como eu estava falando antes, é como se fosse um samba-exaltação, que tem algo de autoirônico na própria forma, no todo, inclusive para que ele não seja um vulnerável samba-exaltação, como tantos outros.

"Aquarela do Brasil", do Ary Barroso, muitíssimo importantemente, começa por chamar o Brasil de "mulato" logo na abertura: "Brasil, meu Brasil brasileiro, meu mulato inzoneiro". Tem sido ao longo da minha vida o hino nacional brasileiro extraoficial, a música brasileira mais conhecida no mundo, só competindo com "Garota de Ipanema".

Essa canção que eu fiz agora, "Meu Coco", repete essa exaltação da mestiçagem. Esse "somos mulatos híbridos e mamelucos/ e muito mais cafuzos do que tudo o mais" me veio de um livro que eu li de Mércio Gomes, "O Brasil Inevitável" (Topbooks).

Mércio diz que a miscigenação se deu, no fundo, mais entre negros e índios em áreas de pesca. Acho bonito que isso seja um sonho do Mércio ou uma informação sociológica, histórica, precisa. Isso me toca. Porque, na verdade, é um desejo de sublinhar um aspecto da miscigenação que saia do padrão "o senhor branco estupra a escrava negra".

Toda a miscigenação seria isso, e tem havido muita discussão em torno disso ao longo do tempo. A gente sabe tudo o que se discutiu sobre "Casa-Grande e Senzala", a reação contra Gilberto Freyre e esse apelido de "democracia racial", que ficou como uma expressão muito atacada. Para mim, não funcionou muito, porque eu acho que a democracia tout court, não a democracia racial, é um mito, mas "o mito é o nada que é tudo". Não é por ser mito que você despreza a ideia de democracia racial.

Essa ideia do Brasil como um acontecimento bastante intenso de miscigenação é, para mim, muito rica.

Continua na pág. C6

Acima, Caetano Veloso e os Beat Boys interpretam 'Alegria, Alegria' no 3º Festival de Música Popular Brasileira, promovido pela TV Record em 1967; abaixo, o cantor com João Gilberto, em programa de TV de 1971 Divulgação

CINCO LANÇAMENTOS PARA COMEMORAR CAETANO

Letras

Organização: Eucanaã Ferraz. Editora: Companhia das Letras. R$ 129,90 (512 págs.)
Reúne todas as canções escritas por Caetano, de sua produção mais recente, o disco 'Meu Coco' (2021), às primeiras composições

Outras Palavras: Seis Vezes Caetano

Autor: Tom Cardoso. Editora: Record R$ 69,90 (308 págs.)
Ensaio biográfico revê trajetória do cantor em seis capítulos, escritos a partir de depoimentos recolhidos ao longo das últimas seis décadas em jornais, revistas, filmes e livros

Lançar Mundos no Mundo: Caetano Veloso e o Brasil

Autor: Guilherme Wisnik. Editora: Fósforo. R$ 69,90 (208 págs.)
Reedição revista e atualizada de 'Folha Explica: Caetano Veloso' (2005), do selo Publifolha, analisa as músicas do compositor à luz do momento histórico brasileiro em que foram criadas

Objeto Não Identificado

Organização: Pedro Duarte. Editora: Bazar do Tempo. R$ 51,20 (256 págs.)
Coletânea de ensaios —de nomes como José Miguel Wisnik, Fred Coelho, Maria Rita Kehl e Paulo Henriques Britto, entre outros— sobre a trajetória artística e pessoal do compositor, dos anos 1960 até hoje

Vivo Muito Vivo

Organização: Mateus Baldi. Editora: José Olympio. R$ 54,90 (160 págs.)
Reunião de 15 contos inspirados em canções de Caetano, assinados por escritores como Jeferson Tenório, Marcelo Moutinho e Giovana Madalosso

Mestiçagem exaltação

Continuação da pág. C5

No livro do Mércio, tem esse negócio do cafuzo, ou seja, de uma liderança negra e indígena na miscigenação maciça do Brasil, por causa dos pequenos aglomerados praieiros ou ribeirinhos ligados à pesca, onde negros e índios se misturaram. Por isso, eu pus "muito mais cafuzos do que tudo o mais" na letra do "Meu Coco", entendeu?

Eu conheço toda a crítica que se faz à miscigenação e ao mito da democracia racial, mas eu sempre respondi ao longo dos anos que a democracia em si é um mito, nunca realizada em lugar nenhum, e o pouco que se experimenta dela é muito importante. Você ter como horizonte esse mito democrático enriquece a experiência de vida e as forças que se mexem na sociedade.

No caso da democracia racial, eu acho que também pode ser vista dessa maneira positiva e não apenas da maneira negativa, um pouco americanizada demais, que cresceu no Brasil nas últimas décadas. Eu respeito muito. Eu acho que o que aconteceu, essa racialização mais americana, enriquece a questão, nos dá mais força para fazer acontecer, e não deve significar uma destruição de tudo o que aconteceu com o Brasil e que pode dizer muito ao mundo.

Reaparece na canção "Enzo Gabriel" como salvação do mundo, o Brasil tendo uma missão de salvar o mundo. Mas aparece de uma maneira meio melancólica na música, que vem quase como um lamento. É como quem está dizendo isso, mas está vivenciando uma grande tristeza.

"Meu Coco", que é mãe de tudo isso, de "Pardo" e "Enzo Gabriel", tem dentro de si esse reconhecimento da grande tristeza que estamos vivendo. A canção foi feita em 2019. Nós já estávamos nas trevas que se instauraram politicamente no Brasil, em 2018, e sabemos que dificuldades teremos para sair dessas trevas e de atravessar esse período de trevas políticas.

Então, a canção poderia ser um pouco vulnerável por parecer otimista, e um otimismo ligado à miscigenação, a coisas que já vinham sendo combatidas por quem tem responsabilidade social e política mais intensa. Isso poderia transformar a canção "Meu Coco" e tudo que sai dela, o meu disco inteiro, a minha cabeça toda, fazer de tudo isso algo mais vulnerável. No entanto, eu sei que a canção tem uma autoironia violenta e interessante.

Eu repito várias coisas que eu disse ao longo das décadas, inclusive terminando por unir, mais uma vez, Zumbi com Zabé, Zumbi com a princesa Isabel. Porque se tem uma coisa com que eu me sinto problemático é com esse desprezo pela figura da princesa Isabel.

Eu não gosto disso. Eu acho um empobrecimento da questão da formação da sociedade brasileira de fato. Eu cresci vendo os negros de Santo Amaro e meu pai conosco indo para praça do Mercado, todo ano, celebrar o 13 de Maio. As pessoas cantando em louvor da princesa Isabel e dançando, batidas de candomblé, cânticos, sambas de roda. Ninguém vai arrancar isso de mim.

O disco também traz muitos nomes. Meu disco fala nome de gente pra caramba, não só "Meu Coco". Outras canções falam de muitos artistas de agora. Eu vejo muito TVZ, no Multishow, e vejo o que está sendo sucesso. Muitos nomes eu gravo, outros eu não gravo e, na internet, eu procuro muita coisa de funk. Zeca [Veloso, seu filho] também me mostra uma porção de coisa de rap, de trap. Supercriativo.

Não só um poeta criativo como Augusto de Campos tirou partido poético das consequências do que fizeram os anjos tronchos do Vale do Silício, do desenvolvimento tecnológico da cultura virtual. Também os poetas das favelas do Rio e depois aqueles que os seguiram em Santos e em São Paulo. Hoje em dia, o cara faz com o computador. É o negócio da originalidade do funk carioca que o Hermano Vianna viu no primeiro momento.

Eu me lembro da crítica medíocre que tinha na **Folha de S. Paulo**, uns caras chatos pra caramba, metidos, dando opinião informados por essa coisa americana. Desprezavam com desdém e agressão ao funk. Me lembro nitidamente lendo no **Folhateen**, sei lá como chamava, ou na própria Ilustrada. Eu briguei muito com essa gente e brigo. A briga é a mesma.

Tem funks inventivos, com jeito de vanguarda, os silêncios, a entrada dos sons eletrônicos, como são usados. Os silêncios incríveis, que dão uma composição de espaço sonoro e que têm muito a ver com experimentos de vanguarda. Isso nas favelas do Rio de Janeiro. Depois vai para Santos, cresce em São Paulo e vai dando em outra coisa, influencia no rap, no trap.

Cara, vou lhe dizer, meu filho Tom, que tinha acabado o secundário quando começamos a fazer o "Ofertório", no momento em que a gente cantava para ele dançar passinho, ele dançava espetacularmente. Um menino que cresceu em uma escola da zona sul. Aquilo é liderado por vanguardistas da favela.

Isso precisa ser respeitado historicamente. Você tem que sentir a força disso. Quando eu faço uma canção como "Meu Coco", eu estou dizendo "sinto a força disso, isso merece respeito e atenção". Com isso, a gente segura essa porra e salva o mundo!

Uma vez me perguntaram se o Brasil tem jeito. Eu disse: "Tem. Porque eu quero". Depois, quando se elegeu um sujeito com um papo tirano de dizer que o AI-5 era bom e devia ter matado mais, eu disse: "Eu não vou deixar ele fazer o que ele quer". Não vou deixar! É isso que cada alma, cada coração concentrado de brasileiro deve sentir, ter coragem de sentir e pôr em prática, prática poética que seja. Mas que ponha. ←

(Claudio Leal)

> "No caso da democracia racial, eu acho que também pode ser vista dessa maneira positiva e não apenas da maneira negativa, um pouco americanizada demais, que cresceu no Brasil nas últimas décadas

[...]

'O Cinema Falado' é um filme de encontro entre pessoas, visões de mundo, artes, discursos, corpos e geografias. Um filme sobre o mundo segundo a música, literatura, cinema e artes plásticas. Um filme de amor

Caetano Veloso durante as filmagens de 'O Cinema Falado', de 1986 Divulgação

Cinema transcendental

[RESUMO] Entre o erudito, o popular e as experimentações, Caetano Veloso passou a escrever as suas reflexões aos 19 anos, depois partiria para críticas mais aprofundadas e, com o seu 'O Cinema Falado', de 1986, reiterou o que vinha realizando em um filme envolvente, familiar e sensual, promovendo a partir de sua música uma roda livre de sentimentos e de passeios

Por **Paulo Santos Lima**
Jornalista e crítico de cinema

Caetano é o nosso maior artista. Sua criação e seu pensamento têm frequentado há seis décadas vários campos da arte e da história do país. Irreverente, inventivo irrequieto, o seu modo de estar no mundo revela em síntese toda uma condição de país. Uma estética, que é sempre a melhor forma de se espelhar o espírito de uma cultura. Algo que só os grandes artistas —e a grande arte— conseguem alcançar.

Há outros nomes enormes e fundamentais, e alguns estão lembrados nas linhas adiante, mas nenhum passeou melhor e mais radicalmente por campos artísticos tão distintos como Caetano. E numa fluidez rara, atuando em música, literatura, debate cultural, cinema e performance.

É o erudito, o popular, a experimentação e a cultura de massa miscigenados num mesmo açude que Caê tem transnadado a braçadas seguras desde seu primeiro mergulho mais profundo no tropicalismo —o disco "Tropicália ou Panis et Circencis", de 1968, ao lado de Gal Costa, Gilberto Gil, Nara Leão, Tom Zé e Os Mutantes.

O cinema sempre foi algo a priori para ele. Aos 19, já escrevia críticas no jornal Archote, em sua terra natal, Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Nas décadas seguintes, escreveu reflexões mais amplas sobre cultura no Jornal do Brasil e neste jornal.

Os parágrafos até aqui são uma reiteração sobre quem é esse artista, claro, mas sobretudo resposta a quem, com um cunho nada sólido, implica com Caetano. E aí precisamos falar sobre "O Cinema Falado", de 1986, único filme dirigido por ele, e recebido de forma, digamos, "confusa".

"Ela espera que digam o que ela sabe. Para mim, arte é o que não se sabe, mostrar o que não se vê", respondeu Godard sobre uma espectadora que achou seu "Histoire(s) du Cinéma" obscuro. O caso parece similar ao do filme de Caetano, mas não. "O Cinema Falado" reitera tudo o que ele vinha realizando há 20 anos —era assim um filme envolvente, bastante familiar e sensual aos olhos de todos. O que torna, sem exagero, alguns comentários feitos ao filme na época bastante torpes.

Muitos defenderam o filme. E, intuímos, os ataques ferinos surgiram por motivos "passionais", de antipatia à figura leonina de Caetano, sua doce altivez e seu jeito de peitar a mediocridade. Caetano vem, desde ali, defendendo seu filme de um modo muito bonito, porque sincero, e entoado como uma serenata saída de texto escrito ou comentada pela boca do artista. Vale correr à estante ou a uma biblioteca e ir ao capítulo "Sou Pretensioso", em "O Mundo Não É Chato", livro lançado pela Companhia das Letras, em 2005 —preciosa organização de textos de Caetano feita por Eucanaã Ferraz—, para entender literalmente o que ele pretendia com seu filme que não um "capricho de um músico arrogante".

"O Cinema Falado" começa de forma clara, senão "didática" a quem o achar obscuro, com Julio Bressane introduzindo que "não por acaso que, em português coloquial, prosa quer dizer conversa, rap, charla, dois dedos de prosa".

Ele está na casa de Caetano, numa festa ao som de Prince e, entre as presenças, Gil, Paula Lavigne, Antonio Cicero, Henfil, Elza Soares, Lulu Santos, Regina Casé, Sidney Magal, Henri Gervaiseau citando Matinas Suzuki Júnior, entre outros. Nem todos reaparecerão, mas emanarão de alguma forma. Porque é um filme de encontro entre pessoas, visões de mundo, artes, discursos, corpos e geografias. Um filme sobre o mundo segundo a música, literatura, cinema e artes plásticas. Um filme de amor.

Caetano põe amigos e artistas para recitar textos à câmera, mas dentro da magia da imagem cinematográfica. Um lindo exemplo é dona Canô cantando "Último Desejo", de Noel Rosa, num perfil de pintura setecentista, e logo ao final ela sorri e altera a natureza daquela performance divina. Ou Paulo Cesar Souza, com seu corpo erotizado pela câmera de Pedro Farkas, recitando "Sobre o Casamento", texto de Thomas Mann sobre o homoerotismo.

Hamilton Vaz Pereira cita trechos de "Grande Sertão: Veredas", de Guimarães Rosa, não sem antes fazer uma relação com "Kagemusha", de Akira Kurosawa, que passa na TV. É o que Caetano faz na música e na vida.

Há uma teatralidade das falas que não deixa de se relacionar com o mundo real, e por isso veremos a encenação em praias, ruas, salas de apartamento etc. Nisso, teremos Regina Casé numa linha de trem ribeirinha a uma favela ao som de Billie Holiday e reinterpretando um texto de Gertrude Stein. Ou Caetano assoviando o tema de "Il Vitteloni" de Fellini em papo emotivo com seu amigo de infância Dazinho.

Indiscutível que a conversa meio erótica entre Dedé Veloso e Felipe Murray falando sobre o cinema brasileiro e a TV em várias camadas não teria como ser desinteressante para alguns atiçados que estavam naquela pré-estreia de 1986.

Mas a sequência capitular é a do casal nu se amando à forma de "O Pátio", de 1959, primeiro curta de Glauber Rocha. O ator negro recita um poema de Décio Pignatari, ao som de Maria Callas, e ao final leva "o organismo" a "orgasmo", com voz ecoando a palavra na tela. Poesia concreta, que desmonta os trilhos do texto e dá uma outra lógica, inclusive gráfica, às palavras. É o que toda música de Caetano faz, em bossa rítmica, e mesmo todo discurso seu, que tira da ordem para fazer ascender uma outra forma, uma outra sensação, uma descoberta.

O dia de hoje com Caetano Veloso fazendo 80 anos deveria ser de feriado nacional. Ou, sendo mais justo, o recesso deveria se estender a todas as Américas de baixo e, num sentido literal nada a ver com o de "Qualquer Coisa", para lá de Marrakesh. Afinal, "caetanear", ainda mais o que há de bom, não é para qualquer um. ←

Apalhaçar um palhaço

Discursos do estadista grotesco e dos humoristas têm a mesma estrutura

Ricardo Araújo Pereira

Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Uma das perplexidades do mundo moderno é a dificuldade que a comédia tem para satirizar eficazmente estadistas grotescos, como Donald Trump (se vos ocorrer mais algum, digam). Ninguém foi mais violentamente satirizado, e ainda assim ele ganhou uma eleição. Na imaginação dele até ganhou duas.

Sucede que a comédia tem uma celebrada predileção por virar as coisas ao contrário.

Ora, o mundo dos estadistas grotescos já está virado do avesso, pelo que a operação de invertê-lo produz o efeito pouco engraçado de colocar as coisas no seu lugar. E nenhum humorista com o mínimo brio profissional ambiciona dizer coisas acertadas.

O que é fascinante no raciocínio dos estadistas grotescos é precisamente o fato de ser tão parecido com o humorístico.

É por isso que, num certo sentido, ele é tão difícil de contestar — até pelo humor. É possível argumentar que o discurso do estadista grotesco e o discurso humorístico partilham exatamente a mesma estrutura.

A diferença é que os humoristas estão a fazer de propósito e os estadistas grotescos estão, acho eu, a serem absurdos sem querer — o que é, aliás, invejável.

Portanto, a proposta fundamental dos humoristas talvez não deva ser desmentir o ideário do estadista grotesco, mas olhá-lo a partir de vários pontos de vista, aprofundá-lo, partir do absurdo a caminho de um absurdo ainda maior — uma proeza difícil de realizar, tendo em conta o patamar de insensatez no qual essa jornada começa.

Há quem diga que o poder do humor é desenhar o bigodinho ridículo no rosto do estadista grotesco, para ridicularizá-lo. Quem defende esse ponto de vista esquece que Chaplin já era uma celebridade planetária quando o mundo ficou a saber quem era Hitler.

Quando Hitler subiu ao poder surgiu na Inglaterra uma canção popular chamada "Quem É Esse Homem que Parece Charlie Chaplin?". Hitler já conhecia o bigodinho ridículo e o adotou.

Como sabemos, o bigodinho ridículo não o derrubou — longe disso. Pessoalmente, não tenho dúvidas de que os estadistas grotescos podem ser derrubados por um rabisco.

Mas não é o bigodinho que o humorista lhes desenha no lábio. O que derruba os estadistas grotescos é um rabisco, sim. São aqueles dois risquinhos em forma de cruz que a gente desenha no boletim de voto.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Gregorio Duvivier | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Tony Goes

tonygoes@uol.com.br

Caetano Veloso festeja aniversário em live com filhos e Maria Bethânea

Especial Caetano 80 Anos

Globoplay e Multishow, 20h30, livre

No exato dia em que completa oito décadas de vida, Caetano Veloso sobe ao palco da Cidade das Artes, no Rio de Janeiro, para mais um show em família. Ao seu lado estão os filhos Moreno, Zeca e Tom e a irmã Maria Bethânia. Com direção artística de Pedro Secchin, o especial tem apresentação da cantora Iza e pode ser visto por não assinantes do Globoplay. Um trecho será exibido pelo Fantástico.

O Predador: A Caçada

Star+, 16 anos

No novo longa da franquia de ação, um caçador alienígena desembarca na Terra por volta de 1700, em pleno território da tribo americana dos comanches. Mas ele não contava ser confrontado por uma jovem guerreira indígena.

Buba

Netflix, 16 anos

Nesta comédia alemã, um vigarista de uma cidade do interior e seu irmão se aliam a uma máfia local, o que causa resultados imprevisíveis.

Ancestralidade

YouTube do Itaú Cultural, grátis

Duas peças sobre a masculinidade negra estreiam no palco virtual da plataforma. Às 15h, entra em cartaz "Amora Paulada", de Renato Gama, sobre as angústias de um negro de meia-idade. Às 19h é a vez de "Rito. Passos para Quem Partiu", do grupo Contadores de Mentira, sobre vidas perdidas na pandemia. As peças podem ser vistas até dia 28.

Debate entre Candidatos a Governador

Band e BandNews, 21h, livre

A emissora realiza o primeiro debate entre candidatos aos governos de diversos estados e do distrito federal. Em São Paulo, participam Fernando Haddad, do PT, Rodrigo Garcia, do PSDB, Tarcísio de Freitas, do Republicanos, Vinícius Poit, do Novo, e Elvis Cezar, do PDT. Mediação de Rodolfo Schneider. Às 23h, o Canal Livre repercute os debates.

Cine Marrocos

GloboNews, 23h, 12 anos

O filme de Ricardo Calil, que mostra como um grupo de moradores de rua ocupou o prédio de um cinema de São Paulo, abre uma série de documentários sobre os problemas do Brasil, a dois meses das eleições.

QUADRÃO | **Angeli**

KOWALSKI-CODA

ANGELI

8/12

| **DOM.** Jan Limpens, Luiz Gê, Ricardo Coimbra, Angeli, **Laerte**

Filme brasileiro é selecionado para o Festival de Toronto

SÃO PAULO O filme brasileiro "Carvão" foi selecionado para o Festival de Toronto, uma das principais mostras de cinema, que acontece entre 8 e 18 de setembro.

Dirigido e escrito por Carolina Markowicz, o longa conta com Maeve Jinkings, Romulo Braga, Camila Márdila, Aline Marta e César Bordón no elenco.

O filme foi rodado em Joanópolis, interior de São Paulo, uma cidade próxima à qual a diretora cresceu.

A trama conta a história de Irene, uma mulher que, com seu marido, Jairo, tem uma pequena carvoaria no quintal de casa. Eles têm um filho pequeno e têm de cuidar do pai de Irene, doente. Precisando de dinheiro, recebem a proposta de receber um desconhecido em casa, o que irá mudar a dinâmica de todos no local.

Antes de estrear em longas com "Carvão", a cineasta Carolina Markowicz apresentou no festival os curtas "O Órfão", de 2018, "Namoro a Distância", de 2017, e "Edifício Tatuapé Mahal", de 2014.

"Carvão" tem lançamento previsto para os cinemas brasileiros para o primeiro semestre do ano que vem.

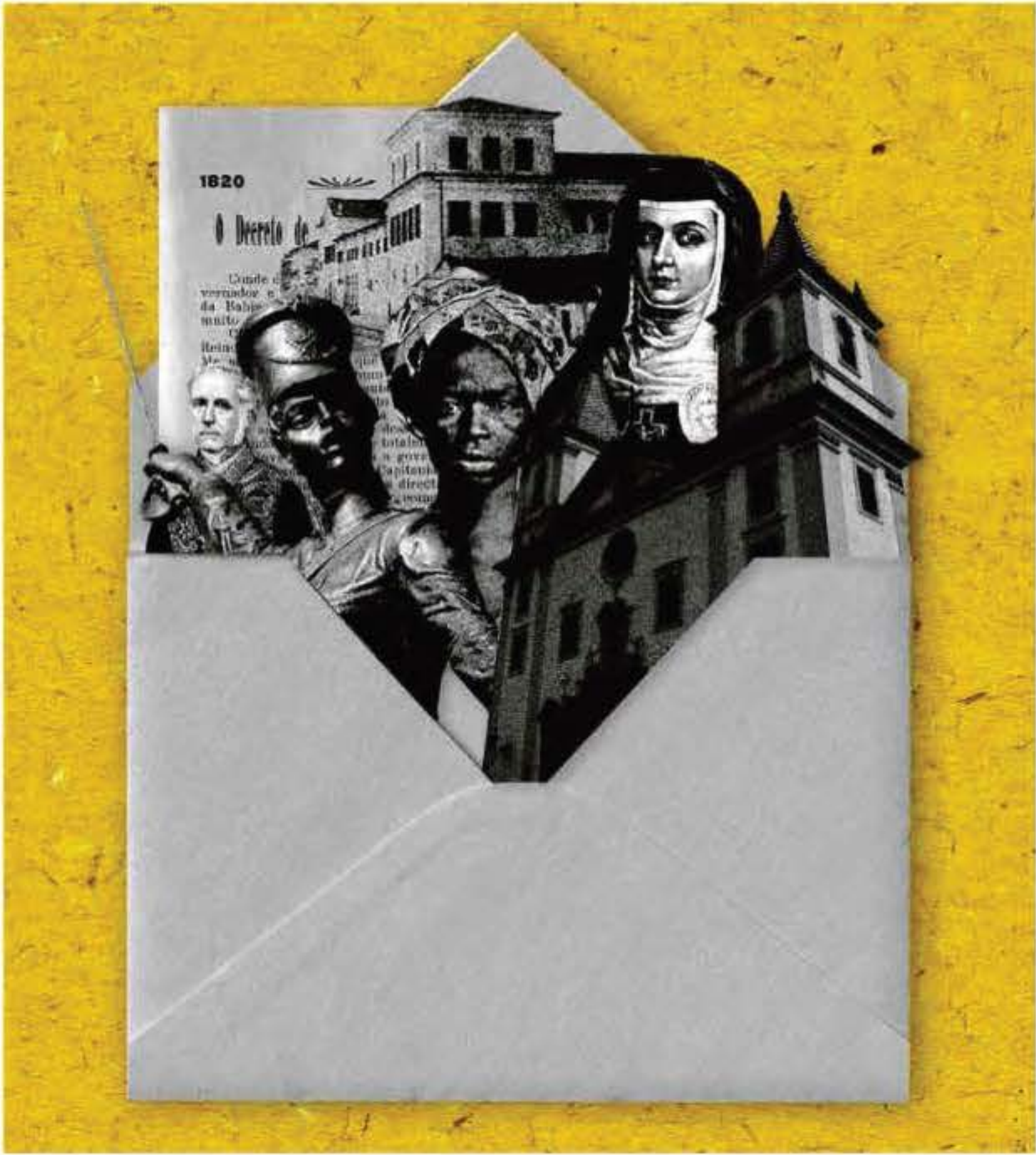
'Manchester à Beira-Mar' é tema de ciclo de debate

SÃO PAULO Nesta terça-feira, às 19h, o Museu da Imagem e do Som de São Paulo, o MIS, terá exibição com entrada gratuita do filme "Manchester à Beira-Mar", lançado em 2016 e dirigido por Kenneth Lonergan.

A sessão é parte do Ciclo de Cinema e Psicanálise, um evento do MIS feito em parceria com a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, a SBPSP, e com o apoio da **Folha**.

O drama foi premiado com as estatuetas de melhor roteiro original e melhor ator, no Oscar de 2017, pela atuação de Casey Affleck, que interpreta o zelador Lee Chandler. Após a morte do irmão Joe, vivido por Kyle Chandler, Lee precisa retornar à sua cidade natal para cuidar do sobrinho adolescente.

A exibição é seguida de um debate do qual participam Sandra Lorenzon Schaffa, psicanalista da SBPSP, e Sandro Macedo, colaborador da **Folha** que assina a newsletter de dicas culturais Maratonar.

O evento acontece no auditório do MIS e os ingressos estarão disponíveis na bilheteria do museu com uma hora de antecedência.

Lamentos de uma menina baiana

[RESUMO] Aos 10, Urânia Vanério publicou um dos principais panfletos políticos em defesa da Independência, mas a autoria do texto permaneceu desconhecida até aqui. Indignada com os combates entre tropas portuguesas e baianas que tomaram Salvador em 1822, Vanério transformou a revolta em versos e legou um documento que nos convida a romper com a herança de violência e desigualdade do passado colonial

Por **Patrícia Valim**
Professora do Departamento de História da UFBA (Universidade Federal da Bahia) em cooperação técnica com a Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto)

Ilustração **Silvis**
Designer gráfica e ilustradora

O silenciamento das lutas das mulheres do tempo ido é uma das formas mais perversas de violência de gênero, atualizada por meio de dispositivos disciplinares que interferem nos processos de subjetivação feminina no presente.

Além do apagamento dessas mulheres, há duas outras formas mais sutis de silenciamento histórico. A primeira é esvaziar suas lutas, ligando-as ao protagonismo de homens com quem tiveram laços. A segunda é masculinizando-as.

Uma das formas de romper com a retirada das mulheres da política e da história é mostrar os gritos contidos no apagamento daquelas que subverteram os destinos definidos pelo patriarcado e ocuparam a esfera pública.

Quantos sonhos estão contidos no silenciamento das manifestações políticas das mulheres durante as lutas pela independência do Brasil nas várias províncias? Essa pergunta foi um dos pontos de partida de uma pesquisa sobre um dos principais panfletos políticos escritos no calor dos acontecimentos, em 1822, cuja autoria é revelada neste texto.

O panfleto "Lamentos de uma Baiana", segundo os autores da coletânea "Guerra Literária", é o mais "revoltado e dolorido protesto contra a ação das tropas do general Madeira de Mello, vazado em linguagem simples e direta". Escrito entre 19 e 21 de fevereiro de 1822, o panfleto é de autoria de Urânia Vanério, uma menina de apenas 10 anos, e foi publicado no Rio de Janeiro por Ângelo da Costa Ferreira, que indicou a idade errada da garota.

Um dos primeiros versos questiona: "Há de perder-se a Bahia/ Para governar Madeira?/ Ter poderio, Excelência/ Hão de os Baianos sofrer/ Dos Lusos tanta insolência?".

Após o anúncio de uma nova junta de governo na Bahia comandada pelo brigadeiro Madeira de Mello, que se declarou fiel a Portugal entre 10 e 11 de fevereiro de 1822, tumultos se alastraram em Salvador, com os soldados portugueses combatendo as tropas baianas, invadindo casas e atacando civis.

Da janela do seu quarto, provavelmente em uma casa perto da praça da Piedade, indignada com os mortos e feridos nas lutas entre portugueses e baianos, Urânia relatou sua revolta em versos por temer os rumos daquela guerra e de sua própria família, sobretudo após o assassinato da abadessa Sóror Joana Angélica.

"Justos céus, como é possível/ Ficar impune a maldade/ De monstros, que não perdoam/ Nem mesmo o sexo, ou a idade [...]/ Justos Céus, até manchada/ Das clausuras o recato/ Sacras virgens esmagadas/ Do marcial aparato!! [...]/ Justos Céus, quando os conventos/ Foram assim insultados/ Quanto mais não sofreriam/ Os cidadãos sossegados?"

Filha única de Euzebio e Angélica Vanério, portugueses versados em várias línguas, Urânia nasceu em 14 de dezembro de 1811 em Salvador. Criada em um ambiente com livros, periódicos, instrumentos musicais e muita poesia, ela recebeu uma educação distinta da maioria das meninas da época. Foi alfabetizada em várias línguas pela mãe, que a preparou para o mundo das letras.

Acabou despertando a simpatia das famílias mais ricas da sociedade soteropolitana não só pela beleza, mas também pelo domínio de idiomas e pela habilidade para desenho, bordado e música, além de disposição para o trabalho no Colégio Desejo da Ciência, que seus pais tinham fundado no atual bairro da Barroquinha, na capital baiana.

Seus gritos silenciados, que vieram a público em forma de lamentos, são um convite para a nossa maior luta neste bicentenário: rompemos com a dominação portuguesa, mas ainda precisamos romper com a herança da violência e das desigualdades intrínsecas à colonização

Urânia cresceu acompanhando a luta de seus pais por reconhecimento social e econômico naquela sociedade extremamente hierarquizada pelo escravismo, situação agravada pelo sentimento antilusitano no acirramento das lutas pela independência. Ela criticou duramente a monarquia portuguesa e seus aliados.

"Justos céus, tal Carta Régia/ Foi a nossa desventura/ Que males não produziu/ Quantos males não augura! [...]/ Justos céus, não é factível/ Possa alguém acreditar/ A troco d'uma excelência/ Tantos desastres causar", escreveu.

Em seguida, suplicou em seu "Lamento": "Justos céus, ver desterrados/ Patrícios, irmãos, parentes/ Presos, mortos e feridos/ Mil cidadãos inocentes".

De acordo com as informações obtidas em seu necrológio, de autoria do militar e poeta Francisco Muniz Barreto, publicado no Correio Sergipense em 16 de janeiro de 1850, Urânia expressou seu medo em versos em um momento de muita emoção pela "desgraça da pátria", com o aumento da violência das tropas portuguesas e prisões de moradores de Salvador.

"Justos Céus, onde o direito/ Pessoal, de propriedade/ Se entre nós impera/ A vil arbitrariedade [...]/ Justos céus, onde o direito/ De que sem culpa formada/ Não seria as vis prisões/ Triste vítima arrastada?"

Quando seu pai entrou no seu quarto e lhe perguntou por que chorava, ela respondeu: "Se meu pai fosse brasileiro, também chorara". Euzébio a abraçou e respondeu: "Teu pai sempre será brasileiro".

Além da crítica à violência de Madeira de Mello contra os baianos, Urânia fez questão de reforçar no panfleto sua adesão à causa da independência ao tempo em que repudiou o acirramento dos conflitos entre baianos e sergipanos causados pela Carta Régia de 8 de julho de 1820, quando dom João 6º decretou a emancipação política de Sergipe Del Rey à condição de uma capitania independente da Bahia depois de mais de dois séculos de subalternidade, em agradecimento pela participação de alguns sergipanos na repressão dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817.

Na época, isso significou um duro golpe na economia baiana, pois Sergipe contava com mais de 200 engenhos e alguns comerciantes de grosso trato que financiavam o tráfico de pessoas escravizadas e o comércio de açúcar na região.

Após o retorno de dom João 6º a Portugal, a emancipação de Sergipe Del Rey foi contestada por senhores de engenho da Bahia, que acabaram impedindo, até fevereiro de 1821, a posse do governador nomeado. Com o acirramento das lutas pela independência na Bahia, líderes políticos sergipanos tomaram posição em defesa da emancipação política de Sergipe e, a partir de 1822, pela independência do Brasil.

Não parece ter sido por outra razão que Urânia criticou esse conflito ao final do panfleto: "Justos céus, jamais se viu/ Entre irmãos, tão crua guerra/ Nunca os déspotas obraram/ Tão negra ação sobre a Terra [...]/ Justos céus, e a tal cáfila/ Inda se jacta de egrégia/ Matando incautos irmãos/ Na guerra da Carta Régia? [...]/ Justos céus, se as nossas Cortes/ Não punem tanta maldade/ Ou não haverão [sic] baianos/ Ou nunca mais tal cidade".

Meses depois da escrita de "Lamentos de uma Baiana", ela foi para o Recôncavo com a família porque seu pai seguiu o Conselho Interino de Governo na cidade de Cachoeira como oficial civil e secretário do comandante em chefe da Divisão de Pirajá, Joaquim Pires de Carvalho Albuquerque.

No ano seguinte, junto com a comitiva do general Labatut, responsável pela expulsão das tropas portuguesas em Salvador no celebrado 2 de julho de 1823, a família de Urânia se mudou para Sergipe, onde viveu momentos de tensão em razão de divergências políticas entre o grupo de seu pai e o do então secretário Antônio Pereira Rebouças, que culminaram na prisão de seu pai, sob a alegação de desordem política.

Com seu pai enviado para o Forte de São Pedro, Urânia e sua mãe voltaram a morar em Salvador. A partir de 1824, Angélica Vanério se organizou para a retomada das aulas no antigo colégio da família, contando com a ajuda de sua filha.

Em 28 de abril de 1825, o Diário Fluminense noticiou algo pouco usual para uma menina daquela época: Urânia tinha solicitado ao imperador, em 21 de abril, uma licença para a abertura de uma escola de ensino mútuo na Bahia. O pedido foi aceito e remetido ao governador ao tempo que o pai de Urânia foi solto.

O episódio demonstra as estratégias das quais ela se valeu, a partir do privilégio da sua educação, para se engajar politicamente, lutar pela sobrevivência da família e conquistar espaço em uma sociedade patriarcal. Tanto que, em 11 de dezembro de 1827, o Diário do Rio de Janeiro publicou o anúncio da obra "Triumpho do Patriotismo, Novela Americana", vendida à época por 200 réis.

A informação de que "D. Urânia Vanério oferece uma obra às senhoras brasileiras" sugere duas pistas. A primeira é que a obra —e seu anúncio em em um periódico da corte— indica, provavelmente, uma tradução de uma novela americana, o que conferiria a ela o posto de primeira tradutora do país.

A segunda está relacionada ao pronome de tratamento "dona", indicando que Urânia continuou publicando mesmo depois de casada e não acrescentou o sobrenome do ilustre marido à obra. O matrimônio com Felisberto Gomes de Argollo Ferrão, filho de uma das famílias mais ricas e importantes da Bahia, ocorreu em março de 1827, deixando seu pai, endividado, muito feliz.

Urânia e o marido viveram em uma casa grande no bairro dos Barris, em Salvador, enquanto ela lecionava no colégio que fundara com seus pais. Segundo Muniz Barreto, em 22 anos de casamento, eles tiveram 13 filhos (dois provavelmente nasceram mortos).

Ela morreu em decorrência de uma infecção no parto de seu último filho, em 3 de dezembro de 1849, e foi enterrada com pompa na igreja da Santa Casa da Misericórdia, local destinado às famílias de prestígio. Suas filhas seguiram a carreira da mãe, lecionando no mesmo colégio. Seus filhos tornaram-se negociantes e políticos com alguma projeção.

O país idealizado por Urânia no processo de nossa independência também foi construído com suas publicações e seu trabalho, denunciando injustiças e ocupando espaços como tantas mulheres fizeram.

Ao lado de protagonistas das lutas pela independência na Bahia, Urânia merece lugar de destaque na nossa história.

Seus gritos silenciados, que vieram a público em forma de lamentos, são um convite para a nossa maior luta neste bicentenário: rompemos com a dominação portuguesa, mas ainda precisamos romper com a herança da violência e das desigualdades intrínsecas à colonização. ←

Este texto é a quinta publicação da série Perfis da independência, que destaca nomes relevantes —muito conhecidos ou não— do período da emancipação do Brasil em relação a Portugal. O texto sobre a imperatriz Leopoldina deu início à série em fevereiro, seguido dos artigos sobre Hipólito da Costa, o aventureiro Thomas Cochrane, Bárbara Pereira de Alencar, revolucionária e primeira presa política do Brasil, e José Bonifácio

Os atores Eliezer Motta e Jô Soares como Carlos Suely e Capitão Gay, em cena de 'Viva o Gordo' Divulgação

As portas que o Capitão Gay de Jô Soares abriram

[RESUMO] Embora reforçasse estereótipos, personagem criado há 40 anos transformou homossexuais em super-heróis muito antes da Marvel e foi o primeiro contato de boa parte dos brasileiros com esse universo num país que ainda atribuía a Aids aos hábitos gays

Por ***Leonardo Sanchez***
Repórter da Ilustrada

Se hoje em dia a diversidade pauta boa parte dos filmes e séries que estreiam por aí, com a Marvel fazendo uma festa autocelebratória sempre que um super-herói dá a entender que foge dos padrões heteronormativos, nos anos 1980 ninguém estava muito interessado no assunto.

Ou quase. Jô Soares, morto na semana passada, aos 84 anos, era parte do seleto grupo que já naquele tempo pensava em colorir a televisão, mesmo que à moda de um homem cisgênero e heterossexual.

Criado há 40 anos para o "Viva o Gordo", humorístico que o artista comandava e estrelava na TV Globo, o Capitão Gay se tornou um sucesso arrebatador em todo o país. Até hoje é lembrado como um dos personagens mais marcantes da televisão brasileira.

Com seu collant preto sobre um modelito agarrado e cor-de-rosa, adornado por acessórios de pérolas, plumas e uma máscara purpurinada, o Capitão Gay era um super-herói homossexual, um "defensor das minorias, contra as tiranias", que aparecia para combater os crimes e as injustiças para os quais "não havia um homem nem uma mulher para resolver". O look era inegavelmente espalhafatoso, bem como o personagem.

Hoje, sua contribuição para a luta da comunidade LGBTQIA+ é certamente discutível. No entanto, num contexto como o Brasil dos anos 1980 — década em que a epidemia da Aids espalhou desinformação, em que ondas de homicídios de gays e travestis tomaram capitais e em que reportagens de TV registraram gente dizendo que "tem mais é que assassinar mesmo"—, o Capitão Gay levou à casa de muitas famílias brasileiras de norte a sul seu primeiro contato claro com a homossexualidade.

Isso ocorreu não na forma de alguém embebido em desvios de caráter, como se lia nas entrelinhas de outros personagens, mas por meio de um sujeito amável e disposto a fazer o bem. Mais que isso, ele com frequência enfrentava tipos que justamente repetiam discursos homofóbicos —imagine o nó na cabeça de quem pensava igual e, de repente, se via refletido nos vilões do programa de TV.

O Capitão Gay tinha ainda um quê de filme B, de trash. Numa comparação certamente influenciada pela silhueta de Jô Soares, sua imagem lembrava a de Divine no bastião do cinema queer "Pink Flamingos", de 50 anos atrás. A irreverência e a impaciência com uma sociedade heteronormativa, no entanto, também sustentam o paralelo.

A veia humorística, ácida e nonsense, era outro ponto de encontro, que abre caminho para uma alusão ao musical "The Rocky Horror Picture Show", de 1975, que usava seus personagens da comunidade LGBTQIA+ para peitar o mundinho blasé da época.

Se no filme Tim Curry empunhava um constrangedor raio laser, em "Viva o Gordo" Jô preparava drinques de gim para golpear o rosto de seus inimigos. E se o britânico cantava "não sonhe, seja", o brasileiro dizia "gay quer ser alegria".

É inegável que eram todos personagens afetados, que jogavam com estereótipos.

Continua na pág. C11

Continuação da pág. C10

O Capitão Gay tinha língua presa, usava rosa, não conseguia conter a emoção e reforçava a ideia da bicha folclórica. É reduzir e simplificar demais a homossexualidade.

Mas havia um fundo político no quadro, estrelado também pelo ainda mais escandaloso Eliezer Motta, o ajudante à la Robin chamado Carlos Suely.

O tom político era sutil? Muito. Ajudou a colar no imaginário popular um só tipo de homem gay? Com certeza. Fazia humor em cima de um grupo marginalizado? Claro.

Mas havia também uma lição por trás —que, 30 anos depois, ainda não foi aprendida por gente como Marcelo Serrado e seu Crô ou Paulo Betti e seu Téo Pereira, incapazes de extrapolar o lugar-comum de chaveirinho de madame, bicha fútil ou gay delicado.

Exageros eram usados pelo Capitão Gay justamente para chocar os vilões —e, por tabela, os espectadores— com a diversidade de um novo tempo, para dizer que tudo bem ser gay

Esses exageros todos eram usados pelo Capitão Gay justamente para chocar os vilões —e, por tabela, os espectadores— com a diversidade de um novo tempo, para dizer que tudo bem ser gay. Num episódio, por exemplo, ele precisa encontrar o "sopro da personalidade" e deixa claro que, se lançada, a mistura iria "entregar muito enrustido". Em outro, tira sarro de um sujeito machão que diz que é um homem "sério", dizendo que só falta alegria.

A imagem do super-herói, de alguém justo e a ser idolatrado, era sempre atribuída a galãs machões. Ver isso colado a um homossexual era uma boa novidade. No fim, o importante mesmo era que o Capitão Gay de Jô Soares resolvia os problemas e salvava o dia, entoando uma ainda atual música-tema —"abaixo o machismo enrustido, seja logo alegre e assumido".

A imagem do super-herói era sempre atribuída a galãs machões. Ver isso colado a um homossexual era uma boa novidade

Ainda precisamos ter medo de fake news?

Efeito deve ser mais modesto, mas conteúdos falsos ainda serão muito importantes nesta eleição

Wilson Gomes
Professor titular da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e autor de 'Crônica de uma Tragédia Anunciada'

Uma pergunta recorrente nestes dias é se fake news terão em 2022 o mesmo impacto que tiveram em 2018, a nossa primeira eleição presidencial dominada por esse tipo de ação política digital.

A questão é séria. Exceto os propagandistas do bolsonarismo, pela evidente razão de que, para eles, é importante defender a ideia de que o seu candidato foi escolhido lucidamente por um eleitor bem-informado, ninguém tem dúvida de que, sem a quantidade industrial de fake news e narrativas de complô distribuídas em ambientes digitais em 2018, não haveria Bolsonaro presidente.

Sem elas, os sentimentos antipolítica e antipetismo não alcançariam o nível estratosférico daqueles anos, nem as narrativas fundamentais para a construção de um discurso, uma imagem e um personagem a serem sustentados pelo ator Bolsonaro teriam alcançado e convencido tantas pessoas, de maneira tão invasiva, com tanta velocidade e abrangência.

A sociedade aprendeu amargamente a temer fake news quando constatou, durante o auge da pandemia de Covid em 2020 e 2021, que essas não são apenas uma poderosa arma eleitoral; são uma arma política com vários fins e grande eficácia.

Dois mil e vinte foi o ano em que aprendemos que qualquer dimensão da vida, inclusive a saúde pública, pode ser inescrupulosamente convertida em parte da campanha eleitoral permanente de uma facção política. E que, em matéria de democracia ou de saúde coletiva, a consequência e o propósito são sempre os mesmos: impedir que as pessoas tomem as melhores decisões baseadas nas melhores informações disponíveis.

Mas, enfim, terão ainda impacto?

De um lado, é fato que a atividade não desapareceu, os cartéis em que são manufaturados fake news e complôs não foram desbaratados e, fora atos eventuais do ministro do STF Alexandre de Moraes, as bocas de distribuição não foram estouradas, nem os grandes traficantes desistiram do seu ganha-pão, apesar de algumas prisões e fugas espetaculares e o efeito positivo disso (o "efeito Xandão") sobre todo o sistema.

Afinal, não é uma indústria clandestina, mas uma atividade conduzida por parte do grupo que legalmente ganhou a última eleição presidencial no país e em benefício próprio e que fabrica e distribui informação falsa à luz do dia em plataformas digitais com costas quentes ou de posse de invulneráveis mandatos eleitorais.

Mas, se as tribos e seitas políticas continuam receptivas a conteúdos falsos provenientes de fontes certificadas pelos seus líderes tribais, fora das bolhas de afinidades, é provável que a desconfiança tenha crescido.

O jornalismo de apuração, que voltou a funcionar em 2020 depois de longo torpor, e as agências de checagem não se furtam a enfrentar informações falsas, e o STF e o TSE vêm há algum tempo tomando medidas para mostrar que a atividade é passível de punição. Com isso, 2022 definitivamente é um cenário muito diferente de 2018.

Há, pois, fatores que autorizam uma expectativa de efeito mais modesta. O primeiro deles está enunciado na própria pergunta: as fake news e a logística da sua distribuição não são mais uma novidade.

> [...]
> **Impacto imediato é uma coisa, e influência a médio e longo prazos é outra. Em política, fake news e teorias do complô são meios, não fins. São recursos usados para mudar imediatamente convicções, atitudes e comportamentos, inclusive o voto, mas a longo prazo se cristalizam em visões de mundo e valores**

O inquérito do STF, a CPI das Fake News, o jornalismo investigativo e a pesquisa científica nos ajudaram a entender os mecanismos por trás desse tipo de propaganda. Seria razoável esperar que as pessoas tenham aprendido a usar filtros e que um nível de saudável ceticismo tenha se espalhado na comunidade dos usuários de aplicativos de mídias sociais.

Além disso, fake news e complôs têm metas claras: demonizar os inimigos e disseminar o pânico moral. Dependem de (falsas) revelações de podres e maldades dos inimigos.

Mas, resta ainda alguma coisa nova e bombástica a ser dita sobre os inimigos satanizados de 2018, o PT e a política tradicional, e de agora, o PT, o STF e o TSE e o jornalismo de referência? A não ser que se invente um monstro diferente embaixo da cama, será muito difícil assustar e escandalizar as criancinhas acostumadas ao circo de horrores desde 2016. Ficamos calejados.

Impacto imediato, contudo, é uma coisa, e influência a médio e longo prazos é outra. Em política, fake news e teorias do complô são meios, não fins. São recursos usados para mudar imediatamente convicções, atitudes e comportamentos, inclusive o voto, mas a longo prazo se cristalizam em visões de mundo, valores, interpretações arraigadas da realidade política e em filtro para qualquer informação política nova.

Assim, pode-se até imaginar um mundo idealizado em que, enfim, alguém impeça a atividade dos cartéis de falsificadores de fatos e dos traficantes de fake news, mas o efeito das informações distribuída em fluxo contínuo por seis anos permanecerá por muito tempo ainda no sistema cognitivo e afetivo das pessoas: distorcendo cognições, estimulando comportamentos, sedimentando certezas falsas.

De modo que, sim, de um jeito ou de outro, fake news ainda serão muito importantes nesta eleição. Infelizmente.

| DOM. Bernardo Carvalho, Itamar Vieira Junior, Marilene Felinto, Wilson Gomes

EstúdioFOLHA APRESENTA

Morar
Empreendimento reúne tecnologia, praticidade e conforto
Pág. 4

Para comer
Bairro se destaca com restaurantes e bares que atendem aos mais variados perfis
Pág. 6

Parque da Aclimação

Johnny Mazzilli/Estúdio Folha

Vila Mariana

Sinônimo de morar bem

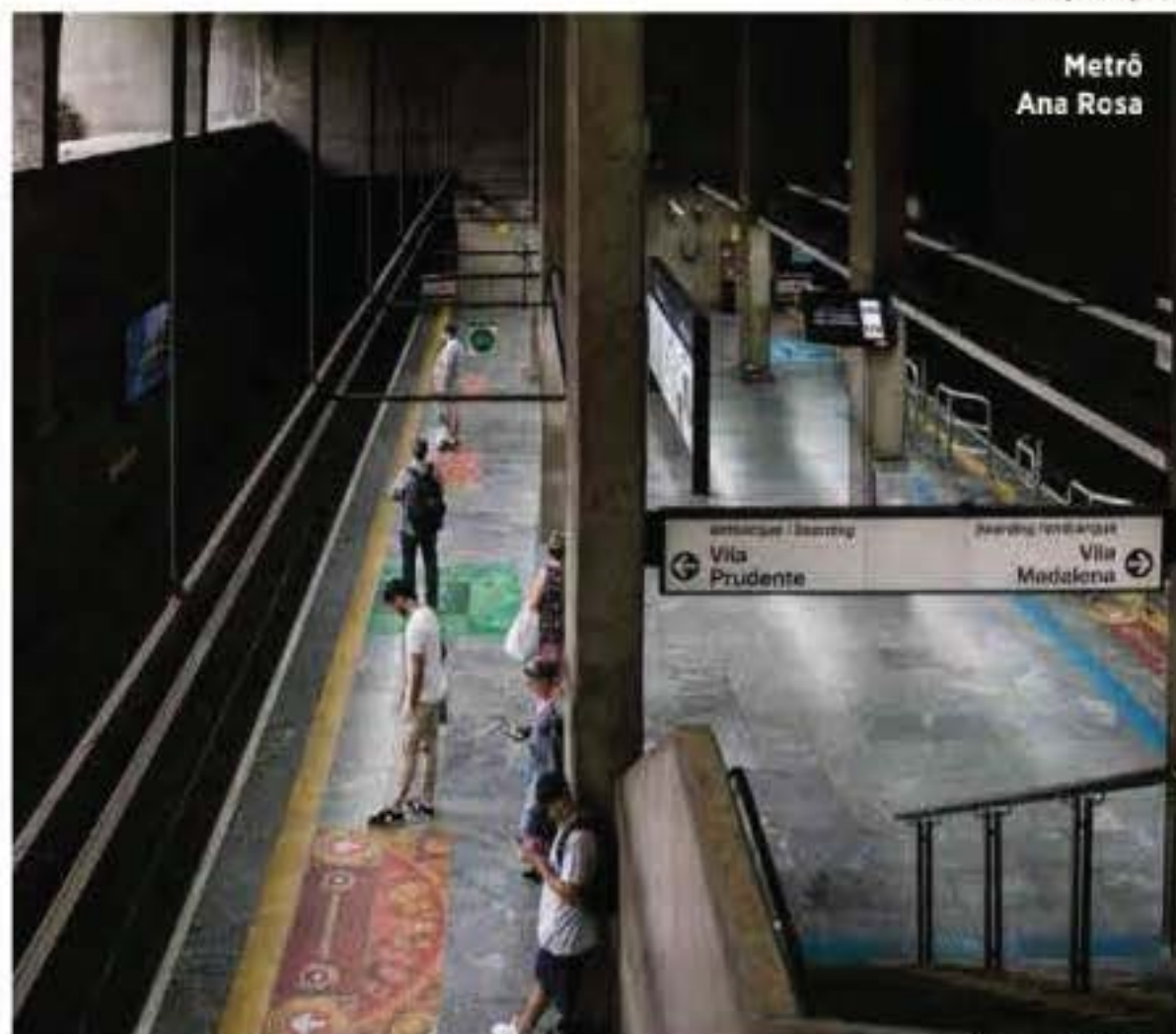
Bairro se destaca pela infraestrutura, com vasta oferta de comércio, serviços e opções de lazer, além da localização privilegiada e segurança

Este é um exemplar cortesia da Folha de S.Paulo - caderno especial Mercado Imobiliário. Distribuição autorizada pelo Artigo 26, parágrafo 2º da Lei 14.517/2007, com nova redação dada pela Lei nº 14.583/2007.
Projeto de Marketing realizado pelo Departamento Comercial da Folha de S.Paulo. Diagramação: Filipe Rocha. Jornalista responsável: Vaguinaldo Marinheiro.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Emiliano Capozoli/Estúdio Folha

Sesc Vila Mariana

Zanone Fraissat/Folhapress

Metrô Ana Rosa

Rivaldo Gomes/Folhapress

Av. 23 de Maio

Bairro queridinho dos paulistanos

Vila Mariana já se consagrou como um dos bairros mais seguros e tranquilos de São Paulo, com localização privilegiada, excelente mobilidade e vasta oferta de comércio e lazer

Um dos bairros mais queridos de São Paulo, a Vila Mariana é bem localizada, tem ruas e praças tranquilas, oferece diversas opções de lazer, gastronomia e serviços e está situada entre dois dos mais charmosos parques da cidade: Ibirapuera e Aclimação.

Além de tudo isso, é considerado um dos mais seguros, de acordo com ranking do Instituto Sou da Paz.

Morar na Vila Mariana é ter a certeza de chegar com facilidade a diversos pontos da cidade, já que o bairro é servido por três estações de metrô (Paraíso, Ana Rosa e Vila Mariana, que dão acesso às linhas 1-azul, 2-verde e 3-vermelha, 4-amarela e 5-lilás) e dezenas de linhas de ônibus.

Importantes vias como as ruas Sena Madureira, Domingos de Morais e Vergueiro e as avenidas Lins de Vasconcellos e 23 de Maio servem o bairro. O acesso à avenida Paulista e à Faria Lima, dois dos principais centros de comércio e negócios da capital, é fácil e rápido.

Com excelente infraestrutura de comércio e serviços, o morador da Vila Mariana consegue resolver todas as demandas do cotidiano sem sair do bairro.

A região abriga supermercados como Pão de Açúcar, Extra, Carrefour e Dia, empórios, padarias, pet shops, bancos e farmácias, entre outros serviços.

Os shoppings completam as ofertas de comércio. O Shopping Metrô Santa Cruz tem mais de 120 lojas, dois ambientes de praça de alimentação e 10 salas de cinema em formato "all stadium", com capacidade para mais de 2.500 pessoas.

Localizado no início da avenida Paulista, o Shopping Pátio Paulista está muito próximo à Vila Mariana e pode ser acessado em poucos minutos de carro ou de metrô. Tem mais de 270 lojas, 51 restaurantes, sete salas Multiplex, da Rede Cinemark, e duas salas vip PlayArte Splendor, da Rede PlayArte.

CULTURA E LAZER

A Vila Mariana oferece ótimas atrações de lazer. A Cinemateca Brasileira é uma delas. Lá, é possível conhecer a memória do audiovisual brasileiro. No local costumam ser exibidos filmes raros e clássicos, além de filmes brasileiros atuais. O acervo tem mais de 200 filmes, sendo os mais antigos de 1895.

Já o Sesc Vila Mariana abriga shows, peças teatrais e exposições. O Museu Lasar Segall conta com o acervo do pintor lituano, um dos primeiros artistas modernistas a expor no país, e oferece atividades educativas, culturais, exibições de filmes e biblioteca.

A poucos minutos do bairro estão alguns dos melhores museus da cidade, como o Masp, na Paulista, os Museus de Arte Moderna (MAM), de Arte Contemporânea (MAC), o Afro Brasil e a Fundação Bienal, palco de importantes exposições, no Ibirapuera.

A Japan House e o Centro Cultural São Paulo também estão localizados nos arredores da Vila Mariana.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Parque da Aclimação

Daniel Verpa/Folhapress

Junto à natureza

Parques do Ibirapuera e da Aclimação oferecem bem-estar e lazer aos moradores da Vila Mariana

Verde é o que não falta na Vila Mariana. Além de ser uma das regiões mais arborizadas de São Paulo, é cercada por dois dos mais charmosos parques da cidade: Ibirapuera e Aclimação.

O parque Ibirapuera, um dos principais cartões-postais de São Paulo, proporciona lazer e contato com a natureza aos moradores do bairro, além de ser um dos destinos mais procurados pela população paulistana e uma das mais importantes áreas verdes, de cultura e de lazer da cidade.

O local, com 1,5 milhão de metros quadrados, é um espaço completo para entretenimento com lindas paisagens, ruas e trilhas para corrida, caminhada e passeios de bike, playgrounds, quadras, jardins e muitas outras atrações.

O Ibirapuera abriga importantes museus e espaços culturais, como o Museus de Arte Moderna (MAM), de Arte Contemporânea (MAC) e Afro Brasil, além da Fundação Bienal.

O auditório Ibirapuera tem capacidade para receber 800 pessoas na plateia. Mas também consegue proporcionar espetáculos maiores graças a um mecanismo no fundo do palco, que o abre para o gramado.

Os prédios do parque são marcos arquitetônicos. Projetados por Oscar Niemeyer, os cinco edifícios culturais são conectados por uma marquise sinuosa, mantendo harmonia com o paisagismo. O pavilhão de exposições conhecido como Oca, com sua planta circular, destaca-se na paisagem.

Construção mais recente, o auditório Oscar Niemeyer, mais conhecido como auditório Ibirapuera, também tem arquitetura marcante, em formato triangular e branco, tem uma onda vermelha na entrada.

VERDE E LAZER

Com áreas verdes e belas paisagens, o Ibirapuera atrai também quem está em busca de descanso. O parque possui diversos espaços para contemplação, como o entorno do lago e as praças da Paz, do Porquinho e Burle Marx.

O Pavilhão Japonês, com seu belo edifício e lago de carpas, também é um ótimo local para quem quer fugir da cidade. Ele foi inspirado em uma residência de verão do imperador japonês, construída em 1620, em Quioto.

Diversos grupos se reúnem no Ibirapuera para aulas de ioga, mahamudra e tai chi chuan, entre outras práticas.

O Ibirapuera também é um ótimo destino para quem gosta de boa gastronomia.

O restaurante Prêt, no MAM, oferece um cardápio contemporâneo com ótimos vinhos e sobremesas.

No Vista, localizado no MAC, o chef Marcelo Corrêa Bastos apresenta sabores de todos os cantos do país, utilizando ingredientes nacionais e apresentações únicas. O restaurante tem uma bela vista do parque.

ACLIMAÇÃO

Com seu icônico lago, o parque da Aclimação permite ao visitante contato com a natureza e momentos de calma durante o passeio por seus 112 mil metros quadrados.

Sua flora é composta por bosques que abrigam espécies como eucalipto, ipê-branco, jacarandá, cedro, pau-brasil e pinheiro-do-paraná.

Para quem quer apenas desfrutar de momentos de tranquilidade em meio à natureza ou relaxar lendo um bom livro, o parque dispõe de um jardim japonês com espelho d'água e de uma biblioteca temática sobre meio ambiente.

O parque da Aclimação conta com atrações como lago, playground, espaço para piquenique, pista de corrida, concha acústica e campo de futebol.

Com uma área ampla, gramados convidativos, aparelhos de ginástica (barras) e pista para cooper e caminhada, o parque é muito procurado por moradores para a prática de corrida e de exercícios. Alguns grupos, orientados por professores, praticam atividades como ioga e meditação.

Há também um cachorródromo, um espaço exclusivamente reservado para os cães com uma extensa área composta por árvores para os animais brincarem, praticarem exercícios e se divertirem livremente.

EstúdioFOLHA : Gafisa APRESENTAM

Fotos Gafisa/Divulgação

Perspectiva ilustrada do decorado Evolve Vila Mariana

Fachada do Evolve Vila Mariana

Sofisticado e exclusivo

Em uma localização privilegiada de São Paulo, o Evolve Vila Mariana reúne tecnologia, praticidade e muito conforto

Sofisticação, exclusividade e localização única se unem no novo empreendimento da Gafisa na Vila Mariana.

O Evolve Vila Mariana é um ícone que vai transformar o bairro, um dos mais valorizados da cidade, com apartamentos que reúnem tecnologia, praticidade e muito conforto. O Evolve Vila Mariana está localizado na rua Manoel de Paiva, 129, um endereço privilegiado, tranquilo e perto de tudo.

Com uma fachada imponente e moderna, marcada por suas linhas paralelas, o Evolve Vila Mariana será um marco em uma região que não para de evoluir.

As plantas terão 97 m², com três dormitórios (uma suíte) e uma vaga de garagem, e 148 m², com três suítes, hall privativo e duas vagas de garagem.

O projeto de arquitetura é da KV - Königsberger Vannucchi; a decoração de interiores, da Basiches - Arquitetos Associados; e o paisagismo será feito pela Mera Arquitetura Paisagística.

Além de unidades residenciais sofisticadas e confortáveis, as famílias também poderão usufruir de áreas comuns e de lazer que agregam conforto e comodidade.

O empreendimento contará com piscina e solarium, spa, lounge gourmet com terraço, salão de festas, playground e brinquedoteca.

Para solteiros ou casais sem filhos, o empreendimento terá também a opção de studios de 27 m². Para tornar o dia a dia mais prático e confortável, essa opção irá oferecer coliving, bicicletário, salão de festas e terraço gourmet.

Além de tudo isso, a Gafisa inova e traz a opção de entregar todo o apartamento mobiliado e decorado, com o Gafisa Viver Bem. Esse é um serviço em que é possível personalizar a planta antes mesmo de pegar as chaves do apartamento. As modificações são executadas durante o período de construção e com a garantia da Gafisa. O serviço também oferece um clube de compras exclusivo, com eletrodomésticos, decoração e muito mais com até 35% off.

O Evolve Vila Mariana está localizado a cerca de 4 minutos do parque da Aclimação, a 10 minutos do parque Ibirapuera, a 10 minutos do Shopping Pátio Paulista e a 15 minutos do Masp.

Ao redor, conta uma ampla oferta de comércio, serviços, lazer e áreas verdes que tornam a vida familiar ainda mais agradável.

EstúdioFOLHA APRESENTA

Ligia Skowronski/Dom Pancho/Divulgação

Para todos os gostos

Vila Mariana é o endereço de restaurantes e bares que atendem aos mais variados perfis; rua Joaquim Távora é um dos points do bairro

PARALELO 12:27

A varanda é o local mais disputado do bar: dentro, o clima é mais sóbrio. O menu lista clássicos de boteco, como as fritas com queijo e bacon, e versões mais robustas, caso da linguiça suína na chapa com queijo provolone. **R. Joaquim Távora, 1.227; tel.: 5579-1227**

DOM PANCHO

A comida tradicional do México é o foco desta casa cuja cozinha é capitaneada pelo mexicano Javier Valero. Com iluminação baixa, o local reúne pequenos grupos e casais. Dá para pedir pratos à la carte, como os tacos al pastor, com carne de porco, ou comer em sistema de rodízio. **R. Joaquim Távora, 1.315; tel.: 2538-7494**

Bar Villa/Divulgação

BAR VILLA

Com clima aconchegante e decoração rústica, serve pratos à la carte, porções, petiscos, cervejas nacionais, importadas, artesanais e opções de drinks de ótima qualidade. Seja para o happy hour ou jantar, o Villa é ótimo para ir com os amigos e a família, a casa ainda conta com música ao vivo estilo pop & rock. **R. Joaquim Távora, 1.322; tel.: 95791-1137**

ZINO ADEGA E RESTAURANTE

Ambiente acolhedor, com decoração rústica e quintal com mesas ao redor de um pé de carambola, serve delícias da culinária italiana. No menu se destacam as carnes, as massas e os risotos. Local ideal para jantar romântico a dois. **R. Joaquim Távora, 1.317; tel.: 99366-8070**

EstúdioFOLHA APRESENTA

Leo Feltran/Veloso Bar/Divulgação

VELOSO BAR

Os lugares deste bar são disputados, o que faz com que surjam filas para entrar e provar a coxinha, estrela do local. Individual ou em porção, chega à mesa quentinha, com casquinha crocante e recheio cremoso de frango e Catupiry. Garçons circulam pelo salão servindo chope geladíssimo, que divide espaço com a seleção de caipirinhas, como a de tangerina com pimenta dedo-de-moça. **R. Conceição Veloso, 54**

GENUÍNO

Um dos bares mais disputados da Vila Mariana, acomoda os clientes em um quintal arborizado com teto retrátil. Chope Brahma e cervejas Colorado em garrafas de 600 ml fazem companhia para o bolinho de mandioca com costela. Queridinho, o escondidinho de carne-seca serve duas pessoas. **R. Joaquim Távora, 1.217; tel.: 5083-4040**

FORTUNATO BAR

Com decoração moderna, o bar oferece uma vasta carta de drinques, com opções como o Sage Bitter (rum, limão-siciliano, sálvia, bitter e açúcar). Para comer, serve de petiscos, como os croquetes de pernil e a polenta frita, a pratos sofisticados, caso do espaguete com camarões. **R. Joaquim Távora, 1.356; tel.: 4680-2966**

CARLITOS PIZZARIA

A pizzaria mais tradicional do bairro, inaugurada em 1983, conta com mais de 60 sabores no cardápio. Serve também massa de longa fermentação. Entre as coberturas, há a Napoletana, com molho de tomate, mussarela fior di latte, alici, alho e orégano; e a Artesanal, com molho de tomate, mussarela fior di latte, linguiça e cebola-roxa. Para abrir o apetite, uma sugestão é o crostini com alecrim e sal. **R. Jorge Chammas, 364; tel.: 5579-7385**

Carlitos Pizzaria/Divulgação

BARXARÉU

Um dos pioneiros da agitada rua Joaquim Távora, o boteco de esquina tem mesas na calçada e futebol na TV. As bebidas são variadas e o cardápio possui muitas opções de cervejas, servidas sempre geladas, além de uma grande variedade de petiscos e porções. Uma das especialidades é o de abóbora com carne-seca. **R. Joaquim Távora, 1.150; tel.: 5539-2444**

Barxaréu/Divulgação

Ohni Lisle/The New York Times

Ciúme pode levar ao autoconhecimento e melhorar amizades

Identificar sentimentos contribui para entender limites e expor necessidades, o que ajuda a amadurecer relações

EQUILÍBRIO

Juli Fraga
e Connie Chang

THE NEW YORK TIMES Quando um amigo de Bob Bergeson o convidou para um jogo de basquete do Denver Nuggets com outros novos amigos, ele se animou para ir. A noite lhe custaria quase US$ 400 (R$ 2.111), valor que ele normalmente não gastaria assim.

Mas a extravagância de Bergeson não era por devoção ao basquete. Ele colocou a mão no bolso porque estava inseguro com sua relação já desgastada com o amigo, por que sabia que ele estava se aproximando de um novo grupo de pessoas.

"Ele começou a sair com os pais das amigas da filha, do time de futebol, e a falar deles com carinho, daí pensei: 'Gente, ele meio que arranjou novos amigos.' Eu precisava fazer parte para continuar me sentindo importante para ele", contou Bergeson, 42, consultor de negócios em Denver, nos Estados Unidos.

"Assim como você pode perder um parceiro amoroso para outra pessoa, como amigo, também pode perder seu lugar", disse Jaimie Krems, pesquisadora de amizade e professora assistente de psicologia da Universidade Estadual de Oklahoma, acrescentando que esse medo de ser substituído nasce do ciúme.

E uma maneira de lidar com isso, segundo ela, é fazer algo que os cientistas sociais chamam de guarda de amigos — atitudes como elogiar bastante ou derrubar um novo rival, por exemplo— para manter uma relação ameaçada.

"Como todas as atitudes, há aspectos bons e ruins na guarda de amigos." Falar para o seu amigo que você preza pela relação de vocês pode reforçar isso, mas, de acordo com ela, falar mal do novo amigo do seu amigo pode causar uma ruptura.

Miriam Kirmayer, especialista em amizade e psicóloga clínica de Ottawa, em Ontário, disse que sentimentos de ciúme e inveja nas amizades eram comuns entre seus clientes adultos, mas muitos se envergonhavam disso porque se confundiam "com um sinal de imaturidade".

Pelo contrário, garantiu Kirmayer. Quando tratado corretamente, o ciúme pode levar a uma compreensão mais profunda de si mesmo e, como resultado, as amizades ficam mais gratificantes. Veja algumas dicas.

Perguntas podem fortalecer um relacionamento

"Sentimentos de medo, raiva e ciúme muitas vezes deixam as pessoas desconfortáveis, mas, como todas as emoções, evoluem para proteger o bem-estar. As emoções negativas nos alertam para o perigo potencial e nos motivam a tomar medidas preventivas", explicou Mark Leary, professor de psicologia e neurociência da Universidade Duke.

Em cenários realmente perigosos, você pode lidar com sua ansiedade usando uma máscara e se afastando de multidões. Em situações menos dramáticas, como quando você pensa que está prestes a perder um amigo, pode tentar se tornar um ouvinte melhor ou ser mais animado.

Quando o ciúme vier à tona, comece questionando se você realmente tem sido um bom amigo. Você pode se perguntar: "Que tipo de amigo eu quero ser?" E talvez a resposta ajude a guiá-lo para traços que promovam a aceitação por seu círculo social, como ter mais compaixão e generosidade, por exemplo.

Identificar as origens dos seus sentimentos também pode ajudá-lo a perceber possíveis gatilhos que talvez piorem o ciúme. Se você já está duvidando de si mesmo no trabalho, por exemplo, pode presumir que a recusa a um convite para jantar é um sinal de um amigo se afastando.

Em outros casos, feridas não cicatrizadas da infância podem torná-lo mais sensível à rejeição quando adulto. Para identificar esses potenciais gatilhos, faça perguntas como "Quais experiências passou que podem estar ligadas a esse sentimento?" e "Meu ciúme é desencadeado por circunstâncias da minha vida?", sugeriu Kirmayer.

Em vez de deixar o ciúme provocar respostas negativas como acusações, você pode encarar essa emoção como um sinal para falar com seu amigo ou para resolver alguns problemas por conta própria.

> “Sentimentos de medo, raiva e ciúme muitas vezes deixam as pessoas desconfortáveis, mas evoluem para proteger o bem-estar. As emoções negativas nos alertam e nos motivam a tomar medidas preventivas
>
> **Mark Leary**
> professor de psicologia e neurociência

> “Assim como você pode perder um parceiro amoroso para outra pessoa, como amigo, também pode perder seu lugar
>
> **Jaimie Krems**
> pesquisadora de amizade e professora assistente de psicologia da Universidade Estadual de Oklahoma

Raramente nos perguntamos: "O que devo esperar de uma boa amizade?", disse Leary. Mas declarar suas necessidades e desenvolver limites podem solidificar a confiança, o que ajuda a construir amizades mais maduras.

A verdade nem sempre é clara

Quando o ciúme cresce, talvez o mais fácil seja supor que há algo errado com você. Mas, na maioria dos casos, isso está longe da verdade.

"Mesmo que nossos sentimentos sejam reais, nosso cérebro nem sempre nos oferece verdades objetivas", afirmou Joel Minden, psicólogo clínico e professor da Universidade Estadual da Califórnia, em Chico, e autor de "Show Your Anxiety Who's Boss" (Mostre à sua ansiedade quem é o chefe, em português).

Para gerenciar pensamentos autocríticos, Joel sugere que verifique se há outra maneira de entender a situação. Se seu melhor amigo cancelar seu encontro semanal por telefone para ir jantar com um novo amigo, você pode pensar que é porque você é entediante ou um mau amigo.

Mas se pergunte se há alguma evidência a favor ou contra essa ideia, ou se há "mais alguma explicação para o comportamento do outro que seja mais realista", aconselhou Joel, acrescentando que substituir pensamentos negativos por pensamentos mais úteis pode aliviar o peso emocional talvez trazido por suposições dolorosas.

Assim, "meu amigo precisa de outros amigos" é mais fácil de engolir do que "meu amigo está me substituindo".

Reformule pensamentos negativos

Outra maneira de acabar com sentimentos negativos gerados pelo ciúme é encontrar pequenas maneiras de ficar feliz pelo seu amigo, apontou Sara Konrath, pesquisadora de empatia da Universidade de Indiana.

De acordo com ela, em vez de ficar remoendo a ideia de como a nova amizade do seu amigo afeta você, pense: "Estou feliz com por que ele tem outra pessoa com quem se sente conectado." Quando priorizamos a empatia nas amizades, os lembretes de quanto nossos amigos significam para nós e de quanto significamos para eles podem moderar o ciúme.

Quanto a Bergeson, ele se divertiu muito no jogo e seu ciúme acabou tendo vida curta. "Meu amigo fez questão de se divertir comigo e isso aliviou meu medo de perder a amizade dele para um novo grupo."

Ter vários amigos pode ser o ideal, mas um é o suficiente

Catherine Pearson

THE NEW YORK TIMES Há anos a amizade está em declínio nos Estados Unidos e a tendência se acelerou durante a pandemia. Três décadas atrás, 3% dos americanos disseram a pesquisadores do Gallup que não tinham amigos próximos; em 2021, uma pesquisa online registrou 12%.

Há implicações para a saúde: a amizade pode ser um fator importante para o bem-estar, enquanto a solidão e o isolamento social podem estar ligados a um risco maior de depressão, ansiedade, doenças cardíacas e derrames.

Não há muitos estudos que abordam a questão de quantos amigos as pessoas devem desejar, mas os que existem indicam que de três a seis amigos íntimos podem ser o número ideal.

Se seu objetivo é atenuar os danos que a solidão pode causar à sua saúde, o que mais importa é ter pelo menos uma pessoa importante em sua vida —seja um parceiro, um pai ou mãe, um amigo ou outra pessoa.

"Mas se você quer ter a vida mais significativa, uma em que você se sinta conectado aos outros, é melhor ter mais amigos", disse Jeffrey Hall, professor de estudos da comunicação na Universidade do Kansas.

O psicólogo e antropólogo britânico Robin Dunbar afirmou que os humanos são cognitivamente capazes de manter apenas cerca de 150 conexões de uma só vez. Isso inclui um círculo interno de cerca de cinco amigos próximos, seguido por círculos maiores de amigos mais casuais.

A psicóloga e autora Marisa Franco recomenda começar com uma pergunta: "Eu me sinto só?". "A solidão é uma espécie de sinal ou sistema de alarme", disse ela. Todo mundo se sente solitário de vez em quando, mas esta é uma pergunta mais profunda, sobre se você se sente habitualmente isolado.

Uma pesquisa sugeriu que um em cada três americanos experimentou "séria solidão" durante a pandemia. Mas fazer amigos na idade adulta pode ser complicado. Franco disse que é mais fácil começar por reacender velhos relacionamentos que esfriaram.

A quantidade de tempo também importa. A pesquisa de Hall sugere que amizades muito próximas tendem a levar cerca de 200 horas para se desenvolver. Ele disse que encontrar de três a seis amigos "não é um número mágico" para todos: "Sua personalidade e as características de sua vida vão fazer a diferença".

LEIA TAMBÉM

Iniciativa quer dar visibilidade para 'economia do cuidado'

Projeto busca criar meios para que cuidadoras tenham melhor remuneração

MERCADO

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A cidade de Belém (PA) começou a desenvolver um projeto-piloto que pretende apoiar mulheres inseridas na chamada economia do cuidado. A área reúne uma série de atividades historicamente associadas à população feminina, que muitas vezes nem é remunerada pela realização das tarefas.

Essa lista dos chamados "trabalhos invisíveis" vai desde afazeres domésticos até os cuidados com crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Conforme os responsáveis pelo projeto, um dos objetivos é criar alternativas para que as mulheres cuidadoras consigam progredir no mercado de trabalho e alcancem melhores condições de remuneração, seja nessa mesma área ou em outros setores da economia local.

A iniciativa nasceu de uma parceria entre a Open Society Foundations, fundada pelo megainvestidor George Soros, a ONU Mulheres Brasil e a Prefeitura de Belém. O programa tem duração prevista até agosto de 2024, com financiamento de US$ 700 mil (R$ 3,6 milhões). A fonte dos recursos é a Open Society.

A criação do projeto foi formalizada no final de maio. De lá para cá, agentes da prefeitura começaram a receber capacitação para compreender as características da economia do cuidado, diz Alfredo Costa, presidente da Funpapa (Fundação Papa João 23). O órgão é responsável pela gestão das políticas de assistência social em Belém.

De acordo com Costa, o treinamento das equipes deve se estender por mais dois meses. Em seguida, a meta é começar o mapeamento das necessidades das mulheres inseridas na economia do cuidado.

"As políticas que serão implementadas ainda não estão definidas. Elas serão elaboradas a partir da análise", afirma Costa. "Por exemplo, podem ser criados cursos que auxiliem essas mulheres em termos de autonomia financeira", acrescenta.

De acordo com Pedro Abramovay, diretor para a América Latina e Caribe da Open Society Foundations, a iniciativa é pioneira no Brasil. "As pessoas não vivem sem cuidado. O que acontece é que, historicamente, esse papel tem sido colocado para as mulheres, e muitas vezes sem remuneração."

Abramovay afirma que é preciso "incluir" esse tipo de ação no PIB (Produto Interno Bruto). Segundo ele, as políticas que devem ser desenhadas em Belém dependem da análise das necessidades locais.

É possível, diz, que parte das mulheres cuidadoras não consiga trabalhar fora de casa por falta de creches em determinados horários ou regiões da capital paraense.

> É preciso chamar atenção para a corresponsabilidade do cuidado. O cuidado não deve ser inerente às mulheres. A ideia [do projeto de Belém] também é discutir os papéis da sociedade
>
> **Vanessa Sampaio**
> gerente da área de empoderamento econômico da ONU Mulheres Brasil

Se essa situação for diagnosticada, o mapeamento poderá abrir caminhos para possíveis saídas para o problema, inclusive propondo a abertura de novas creches para o poder público.

"É preciso localizar as pessoas. O estado assume a capacitação para colocá-las de volta ao mercado de trabalho. Se uma mulher souber cuidar de idosos, por exemplo, ela pode ser contratada para isso."

Em um projeto similar com a participação da Open Society em Bogotá, na Colômbia, um ônibus circula pela cidade com serviços diversos para as mulheres cuidadoras, desde a oferta de vagas de trabalho até a obtenção de documentos.

Segundo Abramovay, além do interesse da Prefeitura de Belém, o fato de o município estar na região da Amazônia, foco de olhares internacionais, também pesou para a escolha pela capital paraense.

"Qualquer projeto de preservação da Amazônia tem de ter as pessoas no centro. É preciso pensar no desenvolvimento das cidades da região", afirma.

No anúncio do projeto, os responsáveis pela iniciativa citaram dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que apontam que as mulheres dedicam 73% a mais do tempo a trabalhos domésticos e tarefas de cuidado na comparação com os homens —tanto de maneira exclusiva quanto em jornada extra.

Isso é visto como um fator que limita a participação delas em atividades de desenvolvimento pessoal e profissional.

"É preciso chamar atenção para a corresponsabilidade do cuidado. O cuidado não deve ser inerente às mulheres. A ideia [do projeto de Belém] também é discutir os papéis da sociedade", aponta Vanessa Sampaio, gerente da área de empoderamento econômico da ONU Mulheres Brasil.

Ela sublinha que a pandemia aumentou a demanda por ações de cuidado. Foi justamente a parcela feminina da sociedade que sentiu mais a sobrecarga, diz Vanessa.

Segundo ela, o projeto na capital paraense pretende desenvolver um sistema de cuidados que funcione de maneira integrada, com creches e outras instituições de assistência nas áreas de educação e saúde. Para as mulheres, uma das metas é fornecer capacitação, indica.

"Existem mulheres que atuam como cuidadoras de idosos e muitas vezes não são formalizadas. A intenção é oferecer capacitação para que elas possam fazer parte do mercado de trabalho formal."

Livia Serri Francoio/Instituto Serrapilheira

Saiba como o Brasil revoluciona a epidemiologia nutricional e lida com a insegurança alimentar

CIÊNCIA FUNDAMENTAL

Murilo Bomfim

É improvável que alguém, hoje, não conheça ao menos uma pessoa com diabetes, hipertensão ou obesidade — isso se esse alguém não for, ele próprio, acometido de um desses quadros. Isso vale para o Brasil, mas também é verdade em locais como México, Estados Unidos e Reino Unido.

Este fato, no entanto, é visto com certa normalidade pela maioria de nós. Ter três parentes diabéticos soa muito mais banal do que ter três parentes com Covid-19, apesar de ambos os diagnósticos terem seus riscos. O senso de pandemia é mais perceptível no campo das doenças infecciosas, que podem ser transmitidas de pessoa para pessoa. Quando a doença é crônica e não transmissível, a alta prevalência pode passar batida.

Não para epidemiologistas, é claro. No início dos anos 2000, o número crescente de pessoas com doenças crônicas intrigava o médico Carlos Monteiro, professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

O avanço das silenciosas pandemias de diabetes e hipertensão não batia com os dados de compras de alimentos: à época, os brasileiros reduziam a aquisição de itens como açúcar, sal e óleo de soja.

Outros itens, no entanto, passavam a ganhar espaço nos carrinhos de supermercado. Em geral, eram alimentos prontos para consumo, como biscoitos, macarrão instantâneo e lasanhas congeladas.

"As pessoas estavam deixando de cozinhar. Trocavam refeições feitas em casa por opções que já chegavam prontas ou semiprontas", diz Monteiro. "Isso estava relacionado ao aumento da prevalência de doenças crônicas, e a minha hipótese era que o problema estava no processamento de alimentos feito pela indústria."

A sacada do cientista o levou a criar, em 2009, uma classificação de alimentos, nomeada por ele de Nova. Ela define quatro grupos de alimentos: in natura ou minimamente processados (como frutas, verduras, carnes e grãos), ingredientes culinários (óleo, açúcar), alimentos processados (produtos que mesclam as duas primeiras categorias, como uma geleia de morango, que une a fruta e açúcar) e alimentos ultraprocessados.

Estes são definidos como formulações industriais que usam parte de alimentos in natura (o amido do milho, a gordura vegetal) e que, em geral, dependem de corantes, edulcorantes e aromatizantes para ter gosto e cheiro de alguma coisa.

O lançamento da Nova fez com que a epidemiologia nutricional passasse a olhar para os ultraprocessados. De lá para cá, pipocaram artigos científicos sobre o tema em todas as regiões do planeta.

> Muito tem se falado sobre a fome, que, claro, é uma questão crítica. Mas também é preciso olhar para os outros níveis de insegurança
>
> **Carlos Monteiro**
> professor da Faculdade de Saúde Pública da USP

Em comum, os trabalhos apontam associações entre o consumo desses alimentos e uma chance maior de ter desfechos negativos de saúde, como o desenvolvimento de obesidade, diabetes, câncer e até depressão.

Da ciência para o campo das políticas públicas, a Nova impulsionou a segunda edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, lançada em 2014 com caráter inovador.

Em suma, a mensagem do documento é que a alimentação saudável é mais simples do que se imagina: nada de dietas mirabolantes ou privações de nutrientes específicos, basta focar em comida de verdade.

Hoje, a diretriz orienta algumas políticas públicas de alimentação de nutrição, caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que ganhou um teto para a aquisição de ultraprocessados e um valor mínimo para compras de alimentos in natura. A recomendação também pautou guias alimentares de outros países, como Uruguai, Canadá, França e Israel. É uma forma de combater, no mundo todo, uma pandemia de doenças crônicas insistente e sorrateira.

Para além dessas patologias, a classificação Nova deve esclarecer o entendimento de outro desafio da saúde pública brasileira: a insegurança alimentar. "Muito tem se falado sobre a fome, que, claro, é uma questão crítica. Mas também é preciso olhar para os outros níveis de insegurança", diz Monteiro.

Ele explica que o caminho para a fome parte da insegurança alimentar leve, quando há uma redução qualitativa na alimentação. Ou seja, por questões de acesso físico e/ou financeiro, os ultraprocessados passam a substituir as opções in natura ou minimamente processadas na dieta. Mais uma vez, cabe à ciência monitorar a alimentação do brasileiro e mitigar o avanço da desnutrição no Brasil.

Iceberg se solta no Canadá e avança pelo mar; sedimentos marinhos coletados entre o país e a Groenlândia foram analisados Greg Locke - 21.mai.22 /Reuters

Cientistas analisam eventos que podem afetar o Atlântico

Aquecimento global é uma ameaça para a circulação das águas do oceano

AMBIENTE

José Tadeu Arantes

AGÊNCIA FAPESP A Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico —que leva águas quentes do hemisfério sul para o norte, e traz águas frias do hemisfério norte para o sul— é um mecanismo fundamental para a regulação do clima do planeta. Essa célula já colapsou no passado, devido a fatores naturais, e seu último colapso teve papel crucial no processo de deglaciação.

Agora, a célula está outra vez ameaçada, por causa do aquecimento global. E uma pesquisa recente descobriu a sequência de eventos que provoca o colapso.

O estudo foi realizado por pesquisadores alemães e brasileiros e teve como um dos autores principais o paleoclimatologista Cristiano Mazur Chiessi, professor da EACH-USP (Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo). Um artigo foi publicado na revista Nature Communications.

"Investigando sedimentos marinhos coletados entre o Canadá e a Groenlândia, descobrimos que, no passado, o aquecimento da subsuperfície oceânica daquela região fez com que as grandes geleiras que um dia cobriram os territórios que correspondem ao Canadá e ao norte dos Estados Unidos liberassem quantidades colossais de icebergs no Atlântico", disse Chiessi à Agência Fapesp.

Uma vez no oceano, esses icebergs sofreram derretimento e depositaram sedimentos continentais no fundo. "Foi exatamente a identificação desses sedimentos que, em conjunto com a reconstituição da temperatura da subsuperfície da região, permitiu, pela primeira vez, estabelecer que o aquecimento da subsuperfície precedeu a liberação maciça de icebergs."

O enorme volume de água doce produzido pelo derretimento dos icebergs modificou a composição do oceano nas altas latitudes do hemisfério norte. E isso exerceu um tremendo impacto sobre o clima global, porque a região compreendida entre o Canadá e a Groenlândia é um sítio particularmente sensível da Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico.

"Essa gigantesca circulação transporta, na superfície, águas quentes e de baixa densidade do Atlântico Sul para o Atlântico Norte. Nas altas latitudes do Atlântico Norte, essas águas superficiais liberam calor para a fria atmosfera. Com isso, ganham densidade e afundam na coluna de água", afirmou Chiessi, que continuou descrevendo que, uma vez nas profundezas, as águas frias e de alta densidade retornam para o sul, até os arredores da Antártida, onde voltam à superfície devido a um intenso processo de ressurgência.

> “
> As identificações de sedimentos, em conjunto com a reconstituição da temperatura da subsuperfície [oceânica], permitiram, pela primeira vez, estabelecer que o aquecimento da subsuperfície precedeu a liberação maciça de icebergs
>
> **Cristiano Mazur Chiessi**
> paleoclimatologista

"Ao chegarem à superfície, as águas são aquecidas, perdem densidade e fecham a Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico."

O destaque é que essa circulação não transporta apenas uma enorme quantidade de água, de aproximadamente 18 milhões de metros cúbicos por segundo. Ela também transporta uma quantidade exorbitante de energia: cerca de 100 mil vezes a energia produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu. A distribuição espacial dessa energia influencia decisivamente o clima em diversas regiões do planeta, incluindo o Brasil. Enquanto uma circulação vigorosa mantém o clima que conhecemos, seu colapso causa uma marcante redistribuição de energia, alterando o clima.

A pesquisa recebeu apoio da Fapesp por meio do projeto "Perspectivas pretéritas sobre limiares críticos do sistema climático: a Floresta Amazônica e a Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico", coordenado por Chiessi.

A Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico colapsou diversas vezes durante o último período glacial, compreendido entre aproximadamente 71 mil e 12 mil anos antes do presente. Outros estudos coordenados por Chiessi, baseados em sedimentos marinhos coletados entre a costa da Venezuela e o Nordeste do Brasil, mostraram que esses colapsos provocaram aumento torrencial de chuvas no Nordeste e forte diminuição da precipitação sobre a Venezuela e o extremo norte da Amazônia. Diminuições de precipitação também foram descritas nas regiões tropicais do norte da África e da Ásia.

Ao descobrir que o aquecimento subsuperficial das altas latitudes do Atlântico Norte precedeu a liberação maciça de icebergs do Canadá e dos Estados Unidos para o oceano Atlântico, os pesquisadores conseguiram estabelecer a sequência de eventos responsável pelo colapso da Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico.

"O processo se inicia com um enfraquecimento aparentemente de menor relevância da Célula, que causa o aquecimento subsuperficial nas altas latitudes do Atlântico Norte. Este aquecimento derrete a base das geleiras com terminações oceânicas e faz com que elas se movimentem rapidamente em direção ao oceano, liberando quantidades colossais de icebergs", disse. "O derretimento dos icebergs diminui a salinidade das águas superficiais da região, que não atingem mais a densidade necessária para afundarem. E isso faz a Célula colapsar", continuou Chiessi.

O monitoramento da intensidade da Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico durante as últimas décadas mostra que ela está enfraquecendo. As três principais causas são a intensificação das chuvas nas altas latitudes do Atlântico Norte, o derretimento da calota de gelo existente sobre a Groenlândia e o aquecimento da superfície do planeta. As três causas estão associadas ao aumento da concentração dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera terrestre, devido à ação humana.

A descoberta indica que o enfraquecimento em curso deve causar um aquecimento subsuperficial anômalo nas altas latitudes do Atlântico Norte, derretendo a base das geleiras com terminações oceânicas existentes hoje sobre a Groenlândia. Isso, em última instância, pode colapsar a Célula de Revolvimento Meridional do Atlântico, agravando ainda mais, e com grande repercussão, a crise climática.

Amazônia tem se tornado acelerador da mudança climática

OPINIÃO

Jorge Abrahão
Coordenador geral do Instituto Cidades Sustentáveis, organização realizadora da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis

É impossível não se maravilhar ao conhecê-la. A volúpia da Amazônia emociona a todos que dela se aproximam.

Aromas, sons, sabores e paisagens. Indígenas, ribeirinhos e quilombolas formam um todo de difícil separação: são a Amazônia. Todos os sentidos afloram e, de repente, ficamos do nosso real tamanho frente a essa maravilha biodiversa: pequenos e frágeis.

É difícil entender a dimensão e a complexidade dos problemas e territórios a distância. Poder vivenciar e ouvir a perspectiva dos povos da floresta, a partir de onde vivem, foi a melhor experiência proporcionada pelo Fospa (Fórum Social Pan-Amazonico), realizado em Belém (PA) entre 28 e 31 de julho.

A Amazônia ocupa 50% do território brasileiro e conta com 13% de sua população (29,6 milhões em 2021). Distantes desse território, a maioria dos brasileiros tem dificuldade para entender as prioridades da região e como a impacta com seus hábitos de consumo. Ao mesmo tempo, boa parte dos políticos desdenha da deterioração da maior riqueza do país.

O desmatamento dobrou nos últimos dois anos e a Amazônia se tornou um espaço violento, em que o crime organizado se estabeleceu no garimpo, madeira, gado e soja. No IDSC-BR (Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades), o bioma amazônico é o que apresenta a menor média: das dez piores colocadas entre as 5.570 cidades brasileiras, nove estão na Amazônia.

São Félix do Xingu, com 130 mil habitantes, é a que mais emite gases de efeito estufa no país, fruto do enorme rebanho bovino e do desmatamento em seu território. São Paulo, com 12 milhões de habitantes, é a quarta colocada. Santana do Araguaia, com 75 mil habitantes no interior do Pará, é a pior colocada no IDSC-BR, com 13 dos 17 ODS, classificados na cor vermelha. Ou seja, com grandes desafios a alcançar. Nela, 19% das casas não têm luz elétrica.

Estamos perdendo a Amazônia para o comércio de minérios, pesca, soja, carne e madeira, em sua maioria ilegais. O ciclo de produção e consumo de produtos da floresta ainda carece de muita fiscalização, aumentando a responsabilidade dos consumidores (de todas as regiões do país e, inclusive, do exterior) sobre o futuro da região. É insanidade desperdiçar uma das maiores riquezas do planeta com barganhas mercantis, quando essa região abriga uma biodiversidade, florestas e conhecimento ancestral que são importantes alternativas para a salvação da humanidade.

Equívoco estruturante é o Brasil, um dos países com maior riqueza natural do planeta, ter se tornado uma grande fazenda, e o governo, juntamente com alguns setores econômicos, ainda se vangloria disso. Como se fosse uma virtude, não percebem o desperdício de não agregar valor aos produtos e ainda contaminar o solo e as águas com agrotóxicos.

Diante de tal descalabro, muitos no Fospa defenderam a decretação de emergência climática na Amazônia. Isso porque estamos chegando ao ponto de não retorno, quando a absorção é menor que a emissão de CO_2. Para tanto, a proposta é parar de consumir produtos amazônicos até que todos possam ser rastreados e legalizados. A ideia é combater a ilegalidade que grassa solta e tem estímulo do governo federal.

> [...]
>
> Equívoco é o Brasil, um dos países com maior riqueza natural do planeta, ter se tornado uma grande fazenda

As recomendações passam também por reduzir o desmatamento a zero e não somente dar fim ao desmatamento líquido, via compensação; mas avançar na demarcação de terras indígenas e obedecer a convenção 169 da OIT, que reconhece o direito dos povos originários à terra e aos recursos naturais, assim como à definição de suas prioridades para o desenvolvimento.

O segredo de uma boa relação entre a população não moradora e a Amazônia passa por um pacto de não agressão, pois somos mais frágeis e precisamos mais dela do que ela de nós. Não podemos aquecer o planeta em 1,5 grau, e para isso basta seguirmos a receita das relações exitosas: respeito, compreensão, proteção e independência.

Uma Amazônia preservada absorve carbono, produz chuva e reduz a temperatura do planeta. Hoje a Amazônia está virando um centro de comércio de commodities, tornando-se, com isso, um acelerador da mudança climática, em vez de um redutor. Nesse sentido, os países que condenam o desmatamento devem também evitar o consumo de produtos da Amazônia não rastreados. A soja, a carne e a madeira são comprados por países do Norte global, que se colocam como protetores da Amazônia, mas são, ao mesmo tempo, seus algozes.

Todos os sinais conduzem à necessidade de preservarmos a maior floresta tropical do planeta. Estamos na última década para produzir ações que revertam esse quadro. A importância dos próximos governos, federal e estaduais, será chave para a reversão do quadro deplorável.

Evitar o aquecimento global é o desafio que temos até o final desta década. Nosso afeto pela Amazônia será tanto maior quanto menos contribuirmos para que ela aqueça o planeta. Ao contrário do que é usual nas relações, nossa aproximação deve ser para gerar mais frio e não calor.

Aviões usados para operar garimpo ilegal na Amazônia são apreendidos; investigações indicam quadro de caos no espaço aéreo da região Victor Moriyama-13 de maio de 2022/The New York Times

Pistas de pouso são chave na crise da mineração ilegal

Jornal identifica 1.269 pontos de aterrissagem não registrados na Amazônia

AMBIENTE

BOA VISTA (RR) | THE NEW YORK TIMES A 800 metros de altitude, a pista de pouso de terra é apenas uma cicatriz em um oceano de floresta tropical que parece interminável, cercada por poços de mineração lamacentos que sangram produtos químicos tóxicos no leito do rio.

A pista é de propriedade do governo brasileiro —a única maneira de as autoridades de saúde chegarem aos indígenas na aldeia próxima. Mas garimpeiros ilegais a tomaram, usando pequenos aviões para levar equipamentos e combustível para áreas onde não existem estradas. E, quando um avião que os mineradores não reconhecem se aproxima, eles espalham latas de combustível ao longo da pista para impedir o pouso.

"A pista agora pertence aos mineiros", disse Junior Hekurari, uma autoridade de saúde indígena.

Os mineradores construíram outras quatro pistas de pouso nas proximidades, todas ilegais, dando impulso a uma expansão tão rápida da mineração ilegal nas terras supostamente protegidas do povo yanomami que o crime saiu do controle e as autoridades do governo estão assustadas demais para retornar.

Esse é apenas um pequeno núcleo das pistas de pouso clandestinas que empurram a mineração ilegal de ouro e estanho para os cantos mais remotos da floresta amazônica.

Escavadas na paisagem densa e exuberante, elas fazem parte de vastas redes criminosas que operam praticamente sem controle devido à negligência ou ineficácia das agências reguladoras e de fiscalização no Brasil, incluindo as forças militares.

O New York Times identificou 1.269 pistas de pouso não registradas na Amazônia brasileira no ano passado, muitas das quais abastecem uma próspera indústria ilícita que cresceu sob o atual governo do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que tem enfrentado constantes críticas globais por permitir que a Amazônia seja saqueada durante sua administração.

Desde que assumiu o cargo, em 2019, Bolsonaro defendeu indústrias que promovem a destruição da floresta tropical, levando a níveis recordes de desmatamento.

O presidente afrouxou as regulamentações para expandir a extração de madeira e a mineração na Amazônia e reduziu as proteções. Ele também cortou verbas federais e funcionários, enfraquecendo os órgãos de manutenção das leis indígenas e ambientais.

Bolsonaro há muito apoia a legalização da mineração em terras indígenas. Ele chegou a visitar uma mina de ouro num território que deveria ser protegido, sinalizando publicamente seu apoio a atividades ilícitas na Amazônia.

"Não é justo criminalizar os garimpeiros", declarou Bolsonaro a apoiadores em Brasília, no ano passado.

Somente nas terras yanomamis —cerca de 97 mil km2, aproximadamente o tamanho de Portugal—, as autoridades policiais estimam que 30 mil mineiros estejam atuando ilegalmente em território protegido por lei.

No entanto, há pouca fiscalização. Nos últimos anos seus números aumentaram, causando confrontos mortais, expulsão de comunidades indígenas, rápido desmatamento e destruição de terras e rios, com níveis impressionantes de mercúrio tóxico encontrados na água hoje.

A mineração ilegal em terras yanomamis perto da fronteira do Brasil com a Venezuela permite uma visão do que está acontecendo em toda a floresta amazônica, que cobre cerca de 60% do país em geral.

Muitas das 1.269 pistas de pouso não registradas identificadas pelo New York Times permitem que aviões pousem em áreas ricas em ouro e minério de estanho que de outra forma seriam quase impossíveis de alcançar, por causa da densa floresta tropical e do terreno irregular. Embora o papel do tráfego aéreo na mineração ilegal tenha sido bem documentado, o Times examinou milhares de imagens de satélite de 2016 e verificou cada pista de pouso, compilando a imagem mais abrangente já feita da escala dessa indústria ilegal.

A análise do Times descobriu que pelo menos 362 —mais de um quarto— das pistas estão num raio de 20 quilômetros de áreas de mineração descontrolada, com utilização de mercúrio altamente tóxico. Cerca de 60% dessas pistas estão em terras indígenas protegidas, onde qualquer forma de mineração é proibida.

As centenas de outras pistas de pouso identificadas pelo Times muitas vezes apoiam operações de mineração ilegais a grandes distâncias, ou são usadas por traficantes de drogas ou por agricultores para pulverização de pesticidas.

Os mineradores usam ilegalmente ou se apossaram de dezenas de pistas de pouso do governo, de que as autoridades dependem para acessar as comunidades mais distantes.

"Nossa percepção é que, sem aviões, não haveria mineração na terra yanomami", disse Matheus Bueno, procurador federal de Boa Vista, onde fica parte da terra yanomami.

De 2010 a 2020, a mineração ilegal em terras indígenas cresceu quase 500% e em áreas de conservação, 300%, de acordo com uma análise do Mapbiomas, coletivo brasileiro de organizações sem fins lucrativos e instituições acadêmicas focadas no clima.

Para o povo yanomami, os efeitos do garimpo ilegal já foram devastadores.

Com uma população de quase 40 mil habitantes, os yanomamis, cujas terras ocupam áreas no Brasil e na Venezuela, são o maior grupo indígena que vive em relativo isolamento na Amazônia. Um estudo recente da Hutukara, organização yanomami sem fins lucrativos, estimou que mais da metade das pessoas que vivem no território yanomami brasileiro foram prejudicadas pela mineração ilegal.

Nossa percepção é que, sem aviões, não haveria mineração na terra yanomami

Matheus Bueno
procurador federal de Boa Vista (RR), onde fica parte da terra yanomami

A destruição em algumas comunidades é total. A mineração está em todos os lugares

Junior Hekurari
autoridade de saúde indígena

A água [de um importante rio terras yanomamis] está como areia. Só nos restou um córrego

Hércules Yanomami
líder indígena

As consequências, de acordo com o relatório, incluem desnutrição por causa de colheitas destruídas ou abandonadas e malária, espalhada pela proliferação de mosquitos em minas a céu aberto e áreas desmatadas.

As operações também dividiram os grupos indígenas, porque alguns trabalham com os garimpeiros, enquanto outros se opõem a eles. No início deste ano houve briga entre dois grupos que deixou dois mortos e outros cinco feridos.

O que mais alarma as autoridades de saúde, entretanto, é o mercúrio usado para separar o pó de ouro da lama do rio, que está envenenando a água e os peixes dos quais a comunidade depende.

A intoxicação por mercúrio pode prejudicar o desenvolvimento das crianças e ataca o sistema nervoso central, causando uma série de problemas de saúde, de perda de visão a doenças cardiovasculares, segundo um relatório da Fiocruz, instituto de pesquisa em saúde pública.

Uma análise recente feita pelo governo da água coletada em quatro rios yanomamis encontrou níveis de mercúrio 8.600% mais altos do que o considerado seguro para consumo humano.

"A destruição em algumas comunidades é total", disse Junior Hekurari. "A mineração está em todos os lugares."

As minas ilegais geralmente começam com um homem caminhando pela floresta, carregando uma pá, uma enxada, uma bateia para extração de ouro e um dispositivo GPS.

Os garimpeiros muitas vezes vêm de comunidades pobres, procurando ganhar mais que um salário mínimo. Seus chefes fazem parte de empresas criminosas fragmentadas, mas politicamente poderosas, que capitalizaram nos últimos anos o mercado de trabalho barato e o aumento do preço do ouro e do estanho.

Quando um ponto de mineração lucrativo é identificado, mais mineiros chegam, carregando suprimentos para escavar uma mina rudimentar. Bombas movidas a diesel lançam poderosos jatos de água na lama para soltá-la, enquanto outras bombas extraem a lama do leito do rio, criando enormes crateras que interrompem o fluxo da água. O mercúrio é então misturado com a lama extraída para separar as partículas de ouro. Vestígios de mercúrio permanecem na lama descartada e também evaporam no ar durante o processo de fundição.

As pistas de pouso são construídas em áreas suficientemente ricas em minerais para sustentar cadeias de abastecimento aéreas.

"É assim que eles ganham escala", disse Gustavo Geiser, especialista forense da Polícia Federal que trabalhou em vários casos de mineração ilegal.

O ouro é então vendido a compradores, alguns sem licença, que o transferem para fundições no Brasil e no exterior para refino. Em seguida, muitas vezes acaba em bancos do mundo todo e em produtos como telefones e joias.

A mineração especulativa pode ser legal, mas grande parte dela é realizada sem as licenças ambientais exigidas ou em áreas protegidas, onde é proibida.

Como parte de uma ampla investigação no ano passado sobre mineração ilegal em terras yanomamis, o Ibama e a Polícia Federal apreenderam dezenas de aviões e helicópteros e revelaram o funcionamento interno da logística que apoia essas operações.

A única distribuidora de combustível de aviação no estado de Roraima foi multada por vender para compradores não cadastrados que administravam postos de gasolina improvisados e continua sob investigação criminal.

O combustível era então transportado para pistas de pouso onde havia aviões e helicópteros escondidos em clareiras na floresta ao redor.

Em maio, o Times usou um drone para observar uma das pistas de pouso encontradas pelos agentes e viu dois aviões sendo carregados com carga desconhecida e várias caminhonetes com latões de combustível rumando na direção dela —um exemplo de como as agências de fiscalização lutaram para fechar efetivamente essas operações.

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

A recente expansão da mineração ilegal pelo Brasil não é novidade: a corrida do ouro na década de 1980 criou uma crise muito parecida com a atual.

Em meio à pressão internacional, o governo sufocou a maior parte da mineração ilegal explodindo dezenas de pistas de pouso, prendendo e extraditando mineiros e fechando o espaço aéreo sobre as terras yanomamis durante meses seguidos, segundo reportagens na imprensa.

Muitos agentes da lei dizem que uma estratégia semelhante deve ser implantada para combater efetivamente a mineração ilegal hoje. Mas sob Bolsonaro as políticas de proteção foram enfraquecidas por um governo que os críticos dizem ter priorizado o desenvolvimento econômico não regulamentado sobre questões ambientais e indígenas.

Em 2018, Bolsonaro fez uma campanha eleitoral de direita para a Presidência. Ele prometeu fortalecer o setor do agronegócio no país afrouxando as proteções ambientais, principalmente na Amazônia.

Enfrentando pressão internacional logo após assumir o cargo, porém, ele encarregou os militares de coordenar esforços para proteger a Amazônia contra crimes ambientais.

Todos os anos, os militares fazem prisões e confiscam armas, equipamentos de mineração e aviões. Ainda assim, promotores e policiais dizem que isso foi insuficiente para conter o aumento do tráfego aéreo ilegal.

Na terra yanomami, o Exército tem três bases de monitoramento da atividade fronteiriça, uma das quais às vezes é usada para combater o garimpo ilegal. O Times identificou pelo menos 35 pistas de pouso não registradas, provavelmente usadas por mineradores, em um raio de 80 quilômetros dessa base.

"O Exército reconhece que a integridade da fronteira se apresenta como um desafio para o Estado brasileiro, em particular para as forças de segurança", disse o Exército do Brasil ao Times por e-mail, acrescentando que o país tem mais de 16 mil quilômetros de fronteira com dez países.

O plano de proteção de fronteiras do Exército, disse, tem o "objetivo de reduzir os crimes transfronteiriços e ambientais, bem como a atividade do crime organizado".

A Força Aérea Brasileira não respondeu a vários pedidos de comentários.

Investigar atividades ilegais em terras indígenas e reservas federais recai sobre a Polícia Federal brasileira, mas a agência não tem recursos para coibir a atividade de mineração ilegal, segundo funcionários que falaram sob a condição de anonimato por medo de retaliação.

Investigações da Polícia Federal, agentes ambientais e promotores pintam um quadro de caos no espaço aéreo da Amazônia. Aviões e helicópteros com licenças revogadas voam à vontade para minas ilegais com seus transponders desligados, frequentemente cruzando a fronteira da Venezuela.

No ano passado, promotores federais alertaram um tribunal que um avião comercial transportando centenas de passageiros quase atingiu um helicóptero que voava ilegalmente perto de um aeroporto internacional. Avisos semelhantes foram transmitidos aos militares, de acordo com um relatório do governo.

Mesmo quando os militares ou policiais fecham uma pista de pouso ilegal, as operações de mineração acabam sendo retomadas.

O comissário Paulo Teixeira, que supervisiona as investigações da Polícia Federal sobre crimes contra comunidades indígenas, disse que a polícia tem pouco conhecimento de como os militares monitoram o tráfego aéreo ilegal.

"Ações para controlar o espaço aéreo tornariam as coisas mais fáceis para nós", disse.

Uma complicação potencial para os órgãos de fiscalização é uma nova lei que recentemente eliminou a exigência de autorização do governo antes da construção de pistas de pouso em terras não protegidas.

Elas ainda precisam ser registradas para operar, mas os críticos dizem que a lei enfraquece ainda mais a fiscalização do governo porque os inspetores não podem mais emitir multas simplesmente por sua existência; eles devem agora provar que as pistas de pouso não registradas estão sendo usadas.

Juliano Noman, chefe da Anac, Agência Nacional de Aviação Civil do Brasil, encarregada de monitorar atividades ilegais de pistas de pouso, afirmou que a remoção da exigência agilizou o processo de registro e não alimentou mais atividades criminosas. Uma faixa de terra desmatada não pode ser confirmada como pista de pouso a menos que seja detectado tráfego aéreo, declarou.

Sua agência continua impedindo com sucesso o tráfego aéreo ilegal, disse ele.

"Não há nada na aviação que torne a mineração ilegal mais fácil ou escalável", afirmou, acrescentando que os criminosos sempre encontrarão maneiras de transportar seus produtos, uma realidade que não cabe à sua agência combater.

Piloto e empresário da aviação, Rodrigo Martins de Mello estava envolto numa bandeira brasileira enquanto falava com algumas centenas de mineiros e seus apoiadores de cima de um caminhão de som, em maio. Eles estavam em Boa Vista para protestar contra um grupo de senadores que esteve na cidade para investigar abusos de direitos humanos ligados ao garimpo ilegal.

"O mais importante é se livrar da opressão ao mineiro selvagem", disse Mello. "Estamos aqui buscando nossa liberdade, nossa tranquilidade para trabalhar."

Mello representa o crescente apoio à mineração selvagem em recantos pobres da Amazônia — e o movimento para expandir-se ainda mais adentro de áreas protegidas.

Com participação em vários projetos legais de mineração, ele faz parte de uma poderosa rede de empresários capacitados por regulamentos enfraquecidos sob o governo Bolsonaro para desenvolver mineração, extração de madeira e outras indústrias na floresta tropical.

Ao mesmo tempo, ele está sendo investigado por promotores federais por envolvimento em mineração ilegal.

Seis helicópteros de Mello foram apreendidos na investigação da Polícia Federal e do Ibama em 2021 que investigou o papel dele na supervisão da logística de mineração ilícita em terras yanomamis.

Um tribunal recusou vários pedidos da Polícia Federal para ordenar a prisão de Mello, que nega qualquer irregularidade. O caso contra ele está selado e nenhuma acusação foi publicada.

Com uma eleição nacional em outubro, Mello se juntou ao partido político de Bolsonaro e lançou sua própria campanha para o Congresso, representando os mineiros. Ele também é coordenador de um movimento no estado de Roraima para afrouxar as regulamentações sobre a mineração selvagem.

Mello disse que seu principal projeto é construir cooperativas de mineração em todo o estado para que os mineiros possam trabalhar legalmente e ajudar a economia local a crescer. "Eles acreditam em mim porque acham que posso viabilizar economicamente essas cooperativas", declarou.

Mas ele também apoia políticas que beneficiariam os mineradores ilegais, incluindo proibir a aplicação da lei que manda destruir equipamentos ligados a crimes ambientais.

Sua agenda rapidamente o tornou um líder num estado onde os mineiros são uma grande força política. Os críticos dizem que Mello promove políticas que corroeriam ainda mais as proteções que já são mal aplicadas.

Sentada no recente protesto de Mello, Christina Rocha lembrou-se do marido, Antônio José, que morreu no ano passado quando caiu o avião que o transportava para uma mina ilegal. Seu corpo foi encontrado oito meses depois.

"Há tantos acidentes", disse ela. "Se fosse legal, as pessoas não teriam que correr tanto risco."

Voltando às terras yanomamis, a comunidade indígena local vê o crescente poder político dos mineradores selvagens como um grande golpe.

Hoje, a mineração ilegal transformou parte de um rio importante em uma cratera de lama.

"A água está como areia", disse Hércules Yanomami, líder indígena local, em entrevista por telefone. "Só nos restou um córrego."

Hekurari, o oficial de saúde, disse que continuará denunciando quaisquer crimes na comunidade na esperança de que o governo os investigue.

Ele luta contra a mineração desde criança, vendo seu avô e outros parentes expulsarem o maior número possível de mineiros. "Meu avô me ensinou: nunca fuja", disse ele. "Você só estará ajudando seus inimigos."

Os repórteres do New York Times coletaram as possíveis localizações de pistas de pouso ilegais colaborando com a Rainforest Investigations Network, projeto de reportagem criado pelo Centro Pulitzer, uma organização sem fins lucrativos com sede em Washington, e com Hyury Potter, repórter do The Intercept Brasil e colega no Pulitzer. Outros foram coletados de bancos de dados de crowdsourcing, imagens de satélite e analistas geoespaciais.

Para confirmar esses locais e conectá-los à mineração ilícita, os repórteres do Times construíram uma ferramenta para ajudar a analisar milhares de imagens de satélite. Eles examinaram imagens históricas de satélite para determinar que 1.269 pistas de pouso não registradas ainda apareciam em uso ativo no ano passado. Eles documentaram sinais reveladores de mineração nas proximidades, como áreas de floresta tropical desmatadas e poços que os mineradores usam para separar a terra do minério. E eles determinaram que centenas de pistas de pouso em áreas de mineração estão dentro de terras indígenas e protegidas, onde qualquer forma de mineração é ilegal.

As fontes para a localização de pistas de pouso ilegais incluem Open Street Maps, um banco de dados geográfico de crowdsourcing; Earthrise Media, organização sem fins lucrativos especializada em análise geoespacial; Instituto Socioambiental, organização ambiental sem fins lucrativos; e Hutukara, organização yanomami sem fins lucrativos que relatou dezenas de pistas de pouso que apoiam a mineração ilegal em suas terras.

Manuela Andreoni, Blacki Migliozzi, Pablo Robles e Denise Lu

Colaboraram André Spigariol, de Brasília, e Emily Costa, de Boa Vista

Tradução Luiz Roberto M. Gonçalves

Victor Moriyama/The New York Times

1 Avião faz manobra sobre local usado pela mineração ilegal na Amazônia, que vem sendo muito desmatada 2 Aeronave quebrada é abandonada em terras do povo yanomami 3 Radar militar funciona em Boa Vista; voos clandestinos são feitos em baixa altitude para tentar driblar a fiscalização

Tom Cruise como major Bill Cage em cena de 'No Limite do Amanhã' Fotos Divulgação

Veja no streaming filmes e séries sobre viajar no tempo

Longa mudança de período ou ligeiro loop temporal são temas de produções

ILUSTRADA

Sandro Macedo

SÃO PAULO Elas podem ser longas, como os 30 anos de "De Volta para o Futuro" ou os ciclos de 33 anos da série cult alemã "Dark". Ou também ser apenas ligeiros loops temporais (espirais do tempo) que duram um dia, uma soneca ou uma morte, como na comédia "Feitiço do Tempo" ou na ficção "Arq".

Ao falarmos de viagens do tempo, há ainda a série teen "Paper Girls", uma das principais apostas do Prime Video no ano.

Falando dele, para quem acompanha os streamings, a novidade é um novo layout para o Prime Video —que visualmente parece melhor, e tecnicamente parece a mesma coisa... por enquanto.

Veja a lista de produções que dão um nó no curso natural do tempo. Ah, vamos deixar os metaversos de fora desta vez...

*

Kristanna Loken como androide em 'O Exterminador do Futuro 3: A Rebelião das Máquinas'

O ator Louis Hofmann, que interpreta Jonas Kahnwald, na série 'Dark', da Netflix

Arq
Em um futuro próximo com escassez de recursos naturais, um homem tem a casa invadida por um grupo terrorista que está atrás de seus créditos, mas também se interessa pela estranha máquina chamada "Arq", capaz de produzir energia ilimitada. Ao tentar escapar, o moço morre, mas volta a acordar na mesma manhã. Aos poucos ele descobre que a máquina é responsável pelo loop no tempo. O filme é uma produção canadense feita em 2016 para a Netflix.
Disponível na Netflix (88 min.)

Contra o Tempo
A mente de um capitão do Exército (Jake Gyllenhaal) é transportada para o corpo de um homem a bordo de um trem oito minutos antes de uma explosão. Sua missão é voltar várias vezes ao mesmo ponto até descobrir quem é o responsável pela bomba.
Disponível na HBO Max (92min.)

Dark
A primeira série alemã da Netflix mistura suspense, drama e ficção ao retratar os personagens de uma pequena cidade fictícia que ficam abalados após o desaparecimento de um adolescente. Aos poucos, a trama revela segredos de algumas famílias locais envolvidas com viagens no tempo em ciclos de 33 anos, com a ação se desdobrando em 1953, 1986 e 2019.
Disponível na Netflix (3 temporadas)

De Volta para o Futuro
A viagem mais estilosa no tempo ainda é a de Marty McFly (Michael J. Fox), que usa um DeLorean aditivado com plutônio e volta 30 anos para 1955. Ao conhecer os adolescentes que seriam seus futuros pais —e, sem querer, alterar eventos da história do casal, ele coloca sua própria existência em risco.

E só quem pode ajudá-lo é o amalucado Doc Brown (Christopher Lloyd). O filme de 1985 teve duas sequências, uma que se passa no futuro (2015, que já virou passado) e outra em que o protagonista retorna ao velho-oeste.
Disponível no Star+ e Prime Video (116 min.)

O Exterminador do Futuro
No futuro, mais precisamente em 2029 (tá perto), o mundo é controlado pelas máquinas, até que uma rebelião liderada por John Connor vira o jogo. Assim, um robô T-800 (Arnold Schwarzenegger) é enviado ao passado para matar Sarah Connor (Linda Hamilton) antes do nascimento de John. O filme teve sequências e até uma série, mas o melhor (além do original de 1984) é a primeira continuação, de 1991, do mesmo James Cameron... e com Schwarzenegger falando um pouquinho mais.
Disponível no Prime Video (107 min.)

Feitiço do Tempo
Antes de falar do filme, um aviso: este escriba não é muito fã de dar dicas que precisam ser alugadas, afinal, muitas vezes você já paga pelo acesso aos canais sob demanda.

Todavia, não podia fazer esta seleção sem "Feitiço do Tempo", que não está incluso em nenhum catálogo de streaming atualmente.

O filme de Harold Ramis traz Bill Murray como o repórter meteorológico que se vê preso num loop temporal na pequena cidade de Punxsutawney, que foi atingida por uma nevasca no Dia da Marmota. Ao perceber que sempre acorda na mesma data, ele tenta se aproveitar da ocasião. O filme virou referência pop como nenhum outro do gênero.
Disponível para locação no Prime Video (R$ 6,90)

Looper: Assassinos do Futuro
O filme se passa em 2044, quando a viagem no tempo não é uma realidade. A atividade, no entanto, existe 30 anos depois mas é contra a lei, como explica o protagonista Joe. Ele é um "looper", um assassino contratado pela máfia futurista, que manda pessoas ao passado de 2044 para que as mate e se livre dos corpos.

A história se complica quando o Joe do futuro é enviado de volta para ser executado por ele mesmo. Pegou? Com Joseph Gordon-Levitt e Bruce Willis no papel de Joe.
Disponível na HBO Max (119 min.)

Morte Te Dá Parabéns
Na manhã de seu aniversário, uma universitária arrogante acorda no dormitório de outro estudante. Depois de passar o dia espalhando mal humor pelo campus, ela se arruma para uma festa à noite, mas antes de chegar ao destino é confrontada por uma pessoa mascarada, que a mata com uma facada.

No entanto, ela acorda na mesma manhã do aniversário. Depois de morrer algumas vezes, a jovem começa a investigar quem seria seu assassino. O terror teen de 2017 já teve uma sequência.
Disponível no Prime Video (96 min.)

No Limite do Amanhã
Após uma invasão alienígena, um grupo de soldados com super trajes é enviado a uma praia na França para um combate decisivo (qualquer relação com a Segunda Guerra é mera coincidência). Sem experiência militar, um soldado (Tom Cruise) morre em ação. No entanto, ao ter contato com o sangue de um alien, ele fica preso num loop temporal e volta à mesma manhã antes da invasão. Com a ajuda de uma militar (Emily Blunt) que passou pela mesma experiência, ele tenta aprimorar suas habilidades e derrotar o inimigo.
Disponível na Netflix (113 min.)

Palm Springs
Indicado ao Globo de Ouro de comédia no ano passado, o divertido "Palm Springs" chegou recentemente direto no streaming. Convidado de um casamento, Nyles entra em uma caverna à noite e, ao acordar, descobre que está repetindo o mesmo dia. Sem querer, a irmã da noiva também entra na caverna e o novo casal tenta encontrar uma solução para o loop temporal. Com Andy Samberg (da série "Brooklyn 9-9"), Cristin Milioti e o ótimo J.K. Simmons em pequena participação.
Disponível no Star+ (90 min.)

Paper Girls
Baseada na premiada HQ homônima, a nova série vai fazer muita gente lembrar de "Stranger Things", pelo menos no início. Afinal, a trama é protagonizada por um quarteto de adolescentes com ecos nos anos 1980. Mas há boas diferenças. Aqui, um quarteto de garotas que entregam jornal em Cleveland, em 1988, se encontram no primeiro dia depois do Halloween.

Após um incidente com alguns rapazes, elas percebem que o céu ficou rosado e, ao tentar chegar em casa, vão parar no futuro, onde é travada uma guerra que envolve... viagens no tempo.
Disponível no Prime Video (8 episódios)

Tenet
Neste filme de Christopher Nolan (da trilogia "Batman", com Christian Bale), um agente da CIA é recrutado para uma missão na qual precisa deter um oligarca russo que pode começar a Terceira Guerra Mundial —ele possui uma arma capaz de fazer o tempo correr ao contrário.

A história parece um pouco confusa, na verdade, o filme inteiro parece um pouco confuso, mas as cenas de ação são sensacionais. A produção traz no elenco John David Washington, filho de Denzel Washington, e Robert Pattinson.
Disponível na HBO Max (150 min.)